

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**SECRETARIA DE GOVERNO**

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO**

**RESOLUÇÕES DA CASA CIVIL**

**E**

**RESOLUÇÕES DA SECRETARIA DE GOVERNO**

**2019**

Este produto reúne todas as Resoluções da Casa Civil (CC) e da Secretaria de Governo (SG) do Estado de São Paulo, publicadas no Diário Oficial, no ano de 2019.

É importante observar que os textos foram digitados conforme publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

**ATENÇÃO: ESTE PRODUTO NÃO SUBSTITUI O DIÁRIO OFICIAL**

Equipe da Biblioteca Jurídica da Secretaria de Governo

**SUMÁRIO  
Clique na Resolução para ver a íntegra**

[Resolução SG-1, de 15-1-2019 [REVOGADA] 5](#_Toc126219165)

[Resolução [sg] de 15-1-2019 6](#_Toc126219166)

[Resolução SG-2, de 18 de janeiro de 2019 7](#_Toc126219167)

[Resolução SG-3, de 29 de Janeiro de 2019 8](#_Toc126219168)

[Retificação do D.O. de 27-12-2018 [resolução sG-59, de 26-12-2018] 9](#_Toc126219169)

[Resolução [SG] de 19-2-2019 10](#_Toc126219170)

[Resolução Conjunta CC/SG-1, de 28-2-2019 11](#_Toc126219171)

[Resolução SG-4, de 28-2-2019 13](#_Toc126219172)

[Resolução SG-5, de 8-3-2019 14](#_Toc126219173)

[Resolução Conjunta SG/SFP-1, de 13 de março de 2019 15](#_Toc126219174)

[Resolução SG-6, de 13 de março de 2019 16](#_Toc126219175)

[Resolução SG-49, de 26-11-2018 [republicado] 17](#_Toc126219176)

[Resolução Conjunta CC/SG/SFP-1, de 22-3-2019 21](#_Toc126219177)

[Resolução SG-7, de 22 de março de 2019 26](#_Toc126219178)

[Resolução Conjunta CC/SG/SF/SPG-11, de 27-12-2018 [retificação] 27](#_Toc126219179)

[Resolução Conjunta CC/SG/SFP-2, de 1º-4-2019 [alterada] 28](#_Toc126219180)

[Resolução SG-8, de 2 de abril de 2019 29](#_Toc126219181)

[Resoluções [sg] de 4-4-2019 30](#_Toc126219182)

[Resolução CC nº 1, de 8 de abril de 2019 31](#_Toc126219183)

[Resolução Conjunta CC/SG/SFP-3, 12-4-2019 32](#_Toc126219184)

[Resolução SG-9, de 12-4-2019 33](#_Toc126219185)

[Resolução SG-10, de 12-4-2019 34](#_Toc126219186)

[Resolução SG-11, de 12-4-2019 35](#_Toc126219187)

[Resolução SG-12, de 12-4-2019 36](#_Toc126219188)

[Resolução SG-13, de 12-4-2019 37](#_Toc126219189)

[Resolução SG-14, de 12-4-2019 38](#_Toc126219190)

[Resolução SG-15, de 12-4-2019 39](#_Toc126219191)

[Resolução Conjunta CC/SG/SFP-4, de 2-5-2019 40](#_Toc126219192)

[Resolução Conjunta CC/SG/SFP-5, de 2-5-2019 41](#_Toc126219193)

[Retificação do D.O. de 13-4-2019 [resolução SG-14, de 12-4-2019] 42](#_Toc126219194)

[Resolução SG-16, de 3 de maio de 2019 [alterada] 43](#_Toc126219195)

[Resolução SG-17, de 6-5-2019 44](#_Toc126219196)

[Resolução SG-18, de 6-5-2019 45](#_Toc126219197)

[Resolução SG-19, de 6-5-2019 46](#_Toc126219198)

[Retificação do D.O. de 4-5-2019 [Resolução SG-16, de 3-5-2019] 47](#_Toc126219199)

[Resolução Conjunta CC/SDR-1, de 14-5-2019 48](#_Toc126219200)

[Resolução SG-20, de 10-5-2019 49](#_Toc126219201)

[Resolução [sg] do Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente, de 16-5-2019 50](#_Toc126219202)

[Resolução SG/SS-1, de 28-5-2019 51](#_Toc126219203)

[Resolução SG-21, de 4-6-2019 52](#_Toc126219204)

[Resolução SG-22, de 7 de junho de 2019 53](#_Toc126219205)

[Resolução SG-23, de 7 de junho de 2019 54](#_Toc126219206)

[Resolução SG-24, de 7 de junho de 2019 55](#_Toc126219207)

[Resolução SG-25, de 7 de junho de 2019 56](#_Toc126219208)

[Resolução SG-26, de 7 de junho de 2019 57](#_Toc126219209)

[Resolução SG-27, de 7 de junho de 2019 59](#_Toc126219210)

[Resolução SG-28, de 7 de junho de 2019 60](#_Toc126219211)

[Resolução SG-29, de 7 de junho de 2019 61](#_Toc126219212)

[Retificação do D.O. de 8-6-2019 [resolução SG-29, de 7 de junho de 2019] 62](#_Toc126219213)

[Resolução [sg] de 13-6-2019 63](#_Toc126219214)

[Resolução SG-30, de 14-6-2019 65](#_Toc126219215)

[Resolução Conjunta CC/SDE - 1, de 26-6-2019 66](#_Toc126219216)

[Resolução SG-31, de 10 de julho de 2019 68](#_Toc126219217)

[Resolução SG-32, de 12 de julho de 2019 69](#_Toc126219218)

[Resolução SG-33, de 22 de julho de 2019 70](#_Toc126219219)

[Resolução SG-34, de 30 de julho de 2019 71](#_Toc126219220)

[Resolução SG-35, de 30 de julho de 2019 [retificada] 72](#_Toc126219221)

[Resolução SG-36, de 30 de julho de 2019 73](#_Toc126219222)

[Resolução SG-37, de 30 de julho de 2019 74](#_Toc126219223)

[Resolução SG-38, de 7 de agosto de 2019 75](#_Toc126219224)

[Resolução [SG] do Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente, de 9-8-2019 76](#_Toc126219225)

[Resolução SG-39, de 15 de agosto de 2019 77](#_Toc126219226)

[Retificação do D.O. de 31-7-2019 [resolução SG-35, de 30-7-2019] 78](#_Toc126219227)

[Resolução SG-40, de 16 de agosto de 2019 79](#_Toc126219228)

[Resolução SG-41, de 16 de agosto de 2019 80](#_Toc126219229)

[Resolução SG-42, de 16 de agosto de 2019 81](#_Toc126219230)

[Resolução SG-43, de 16 de agosto de 2019 82](#_Toc126219231)

[Resolução SG-44, de 16 de agosto de 2019 83](#_Toc126219232)

[Resolução Conjunta CC/SG/SFP-6, de 19-8-2019 84](#_Toc126219233)

[Resolução SG-45, de 22 de agosto de 2019 86](#_Toc126219234)

[Resolução [sg] de 22-8-2019 88](#_Toc126219235)

[Resolução [cc] do Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente, de 26-8-2019 89](#_Toc126219236)

[Resolução Conjunta SG/SE-1, de 26-8-2019 90](#_Toc126219237)

[Resolução SG-46, de 29 de agosto de 2019 91](#_Toc126219238)

[Resolução SG-47, de 29 de agosto de 2019 92](#_Toc126219239)

[Resolução SG-48, de 29 de agosto de 2019 93](#_Toc126219240)

[Resolução Conjunta SG/SIMA/SDE/CC-1, de 30-8-2019 94](#_Toc126219241)

[Resolução SG-49, de 13-9-2019 95](#_Toc126219242)

[Resolução SG-50, de 13-9-2019 96](#_Toc126219243)

[Resolução SG-51, de 13-9-2019 97](#_Toc126219244)

[Resolução SG-52, de 13-9-2019 98](#_Toc126219245)

[Resolução SG-53, de 18 de setembro de 2019 99](#_Toc126219246)

[Resolução SG-54, de 18 de setembro de 2019 100](#_Toc126219247)

[Resolução SG-55, de 18 de setembro de 2019 101](#_Toc126219248)

[Resolução SG-56, de 18 de setembro de 2019 102](#_Toc126219249)

[Resolução SG-57, de 30-9-2019 103](#_Toc126219250)

[Resolução SG-58, de 4 de outubro de 2019 106](#_Toc126219251)

[Resolução SG-59, de 7 de outubro de 2019 107](#_Toc126219252)

[Resolução SG-60, de 7 de outubro de 2019 108](#_Toc126219253)

[Resolução SG-61, de 8 de outubro de 2019 109](#_Toc126219254)

[Resolução SG-62, de 8 de outubro de 2019 110](#_Toc126219255)

[Resolução SG-63, de 9-10-2019 113](#_Toc126219256)

[Resolução [sg] de 11-10-2019 114](#_Toc126219257)

[Resolução SG-64, de 10 de outubro de 2019 115](#_Toc126219258)

[Resolução SG-65, de 10 de outubro de 2019 116](#_Toc126219259)

[Resolução SG-66, de 10 de outubro de 2019 117](#_Toc126219260)

[Resolução SG-67, de 10 de outubro de 2019 118](#_Toc126219261)

[Resolução SG-68, de 10 de outubro de 2019 119](#_Toc126219262)

[Resolução SG-69, de 10 de outubro de 2019 120](#_Toc126219263)

[Resolução SG-70, de 17 de outubro de 2019 121](#_Toc126219264)

[Resolução SG-71 de 23 de outubro de 2019 122](#_Toc126219265)

[Resolução SG-72 de 23 de outubro de 2019 123](#_Toc126219266)

[Resolução SG-73, de 24 de outubro de 2019 124](#_Toc126219267)

[Resolução SG-74, de 25 de outubro de 2019 125](#_Toc126219268)

[Resolução SG-75, de 25 de outubro de 2019 126](#_Toc126219269)

[Resolução SG-76, de 25 de outubro de 2019 127](#_Toc126219270)

[Resolução SG-77, de 25 de outubro de 2019 128](#_Toc126219271)

[Resolução SG-78, de 25 de outubro de 2019 129](#_Toc126219272)

[Resolução SG-79, de 25 de outubro de 2019 130](#_Toc126219273)

[Resolução SG-80, de 25 de outubro de 2019 131](#_Toc126219274)

[Resolução SG-81, de 25 de outubro de 2019 132](#_Toc126219275)

[Resolução SG-82, de 25 de outubro de 2019 133](#_Toc126219276)

[Resolução SG-83, de 25 de outubro de 2019 134](#_Toc126219277)

[Resolução SG-84, de 31 de outubro de 2019 135](#_Toc126219278)

[Resolução Conjunta SFP-SG-1, de 7-11-2019 138](#_Toc126219279)

[~~Resolução Conjunta SG/SFP-2, de 7-11-2019~~ [republicada] 139](#_Toc126219280)

[Resolução Conjunta SG/SFP-2, de 7-11-2019 [republicação] [revogação parcial] 140](#_Toc126219281)

[Resolução SG-85, de 13 de novembro de 2019 141](#_Toc126219282)

[Resolução SG-86, de 13 de novembro de 2019 142](#_Toc126219283)

[Resolução SG-87, de 13 de novembro de 2019 143](#_Toc126219284)

[Resolução SG-88, de 13 de novembro de 2019 144](#_Toc126219285)

[Resolução SG-89, de 22 de novembro de 2019 145](#_Toc126219286)

[Resolução SG-90, de 22 de novembro de 2019 157](#_Toc126219287)

[Resolução SG-91, de 22 de novembro de 2019 158](#_Toc126219288)

[Resolução SG-92, de 22 de novembro de 2019 159](#_Toc126219289)

[Resolução SG-93, de 22 de novembro de 2019 160](#_Toc126219290)

[Resolução SG-94, de 22 de novembro de 2019 161](#_Toc126219291)

[Resolução Conjunta CC/SG/SFP-7,de 3-12-2019 162](#_Toc126219292)

[Resolução Conjunta CC/SG/SFP-8, de 3-12-2019 168](#_Toc126219293)

[Resolução Conjunta CC/SG/SFP-9, de 3-12-2019 173](#_Toc126219294)

[Resolução Conjunta CC/SG-2, de 4-12-2019 178](#_Toc126219295)

[Resolução Conjunta CC/SG-3, de 4-12-2019 182](#_Toc126219296)

[Resolução SG-95, de 29 de novembro de 2019 183](#_Toc126219297)

[Resolução SG-96, de 4 de dezembro de 2019 184](#_Toc126219298)

[Resolução [SG] de 6-12-2019 185](#_Toc126219299)

[Resolução Conjunta CC/SG/SFP-10, de 12-12-2019 186](#_Toc126219300)

[Resolução Conjunta CC/SG/SFP-11, de 12-12-2019 192](#_Toc126219301)

[Resolução Conjunta CC/SG/SFP-12, de 16-12-2019 194](#_Toc126219302)

[Resolução Conjunta CC/SG/SFP-13, de 16-12-2019 198](#_Toc126219303)

[Resolução Conjunta CC/SG/SFP-14, de 16-12-2019 199](#_Toc126219304)

[Resolução Conjunta CC/SG/SFP-15, de 16-12-2019 202](#_Toc126219305)

[Resolução Conjunta CC/SG/SFP-16, de 16-12-2019 203](#_Toc126219306)

[Resolução Conjunta CC/SG/SFP-17, de 16-12-2019 213](#_Toc126219307)

[Resolução SG-97, de 18-12-2019 [republicada] 232](#_Toc126219308)

[Resolução SG-98, de 18-12-2019 233](#_Toc126219309)

[Resolução SG-97, de 18 de dezembro de 2019 [republicação] 234](#_Toc126219310)

Resolução SG-1, de 15-1-2019 [REVOGADA]

Revogada pela [Resolução CC-4, de 1º-2-2023](https://governosp-my.sharepoint.com/personal/mconti_sp_gov_br/Documents/CDNTA/!%20Produtos/Resol_CC_SG_SGGE/Resol_CC_SG_SGGE_Completas_2020_a_2029/2023_Resol_CC_SG.docx#R_CC_004)

Dispõe sobre o procedimento a ser adotado para o parecer prévio do Comitê Gestor do Gasto Público, a que se refere o art. 2º do Dec. 64.065-2019

O Secretário de Governo, à vista do disposto no Dec. 64.065-2019, que institui o Comitê Gestor do Gasto Público, resolve:

**Artigo 1º** - O parecer prévio a que se referem os incs. IX, X e XI do art. 2º do Dec. 64.065-2019 serão solicitadas por meio eletrônico, mediante encaminhamento à Secretaria Executiva do Comitê Gestor do Gasto Público, no endereço cggp@sp.gov.br, dos formulários respectivos disponíveis no sítio eletrônico da Secretaria de Governo.

**Artigo 2º** - Caberá à Secretaria Executiva do Comitê Gestor do Gasto Público verificar o integral e adequado preenchimento dos formulários a que se refere o artigo 1º desta resolução e encaminhá-los à análise do membro responsável pela coordenação dos trabalhos do Comitê.

**Artigo 3º** - O coordenador distribuirá os pedidos de parecer prévio entre os membros do Comitê Gestor do Gasto Público, para relatoria e formulação de voto.

**Artigo 4º** - O relatório e o voto deverão ser apresentados ao coordenador do Comitê Gestor do Gasto Público no prazo de 5 dias, contado da data da distribuição do pedido de parecer prévio.

**Artigo 5º** - O Comitê Gestor do Gasto Público reunir-se-á semanalmente e deliberará os casos incluídos em pauta pelo seu coordenador.

§ 1º - As deliberações do Comitê serão tomadas por maioria simples, cabendo ao coordenador o voto de qualidade.

§ 2º - As ocorrências e deliberações serão registradas em ata pela Secretaria Executiva.

**Artigo 6º** - O Comitê Gestor do Gasto Público deverá submeter suas deliberações ao Secretário de Governo, por meio da Secretaria Executiva.

**Artigo 7º** - É facultado à Secretaria Executiva do Comitê Gestor ou ao seu membro relator solicitar, quando entender necessário, diligências e esclarecimentos diretamente ao órgão ou entidade responsável pela proposta de contratação, celebração de convênio ou autorização de aporte em exame.

**Artigo 8º** - O Comitê Gestor poderá convidar outros representantes de órgãos e entidades públicas, bem como da sociedade civil, além de pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir efetivamente para o exame da matéria submetida ao parecer prévio.

**Artigo 9º** - As deliberações do Comitê Gestor do Gasto Público, assim como as decisões do Secretário de Governo, serão encaminhadas à origem pela Secretaria Executiva, por meio eletrônico, com cópia, quando for o caso, à Corregedoria Geral da Administração e ao Departamento de Controle e Avaliação, da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

**Artigo 10** – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 16/01/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução [sg] de 15-1-2019

**Designando**, nos termos do parágrafo único do art. 1º do Dec. 64.065-2019, os abaixo indicados para comporem o Comitê Gestor do Gasto Público, na qualidade de representantes:

da Secretaria de Governo:

Marcos D’Avino Mitidieri, RG 46.005.918-X; Manuela Santos Nunes do Carmo, RG 32.719.470-4;

da Secretaria da Fazenda e Planejamento:

Conceição Aparecida Fileti, RG 11.760.945-6; Gustavo Carvalho Tapia Lira, RG 27.358.959-3;

da Casa Civil: Maria de Fátima Davi de Almeida, RG 16.496.213-X;

da Procuradoria Geral do Estado: Renata Santiago Pugliese, RG MG 12.742.550.

DOE, Seção I, 16/01/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-2, de 18 de janeiro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista do parecer nº 665-92, da Assessoria Jurídica do Governo, Resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio das Secretarias de Estado em deferimento ao contido no processo Fussp-1.886.027-2018, discriminados nos seguintes ofícios:

I – Secretaria da Administração Penitenciária: ofs: nº 1.993-18, processo FUSSP-1.464.339 de 2018; nº 5.854-18, processo FUSSP-1.470.000-18; nº 1.569-18, processo FUSSP-1.470.006-18; nº 2.124-18, processo FUSSP-1.470.016-18; nº 3.161-18, processo FUSSP-1.485.758-18; nº 8.744-18, processo FUSSP1.496.262-18; nº 2.698-18, processo FUSSP-1.599.052-18; nº 9.530-18, processo FUSSP-1.654.660-18; nº 9.531-18, processo FUSSP-1.655.093-18; nº 601-18, processo FUSSP-1.789.617-18;

II – Secretaria da Educação: Ofs. GTMEX-SEE: nº 34-18, processo FUSSP-1.464.310-18; nº 35 de 2018, processo FUSSP1.518.188-18; nº 36-18, processo FUSSP-1.518.192-18;

III – Secretaria de Agricultura e Abastecimento: Ofs: nº EDRT 80-18, processo FUSSP-1.178.384-18; nº Codeagro 28-18, processo FUSSP-1.469.919 de 2018; nº IP-DTD 89-18, processo FUSSP1.659.794-18; nº NS-CAPD-IB 14-18, processo FUSSP-1.789.611-18.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 19/01/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-3, de 29 de Janeiro de 2019

Dispõe sobre o procedimento a ser adotado para acompanhamento e avaliação, pelo Comitê Gestor do Gasto Público, das medidas previstas nos Decretos nº 64.066, nº 64.067 e nº 64.068, todos de 02 de janeiro de 2019

O Secretário de Governo, à vista do disposto no inciso XII do artigo 2° do Decreto nº 64.065, de 02 de janeiro de 2019, resolve:

**Artigo 1º** - Os relatórios de que tratam os Decretos nº 64.066, nº 64.067 e nº 64.068, todos de 02 de janeiro de 2019, serão encaminhados por meio eletrônico à Secretaria Executiva do Comitê Gestor do Gasto Público, no endereço cggp@sp.gov.br, e deverão estar acompanhados dos formulários respectivos disponíveis no sítio eletrônico da Secretaria de Governo.

**Artigo 2º** - Caberá à Secretaria Executiva do Comitê Gestor do Gasto Público verificar se os documentos a que alude o artigo 1º desta resolução contêm todas as informações exigidas, encaminhando-os à análise do membro responsável pela coordenação dos trabalhos do Comitê.

**Artigo 3**º - O coordenador distribuirá os relatórios e respectivos formulários entre os membros do Comitê Gestor do Gasto Público, para formulação de voto.

**Artigo 4º** - O voto deverá ser apresentado ao coordenador do Comitê Gestor do Gasto Público no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da distribuição.

**Artigo 5º** - O Comitê Gestor do Gasto Público reunir-se-á em dia e hora previamente designados e deliberará os casos incluídos em pauta pelo seu coordenador, emitindo recomendação, se o caso.

§ 1º - As deliberações do Comitê serão tomadas por maioria simples, cabendo ao coordenador o voto de qualidade.

§ 2º - As ocorrências e deliberações serão registradas em ata pela Secretaria Executiva.

**Artigo 6º** - O Comitê Gestor do Gasto Público deverá submeter as deliberações ao Secretário de Governo, por meio da Secretaria Executiva.

**Artigo 7º** - É facultado à Secretaria Executiva do Comitê Gestor ou ao seu membro relator solicitar, quando entender necessário, diligências e esclarecimentos diretamente ao órgão ou entidade responsável pelo encaminhamento dos documentos referidos no artigo 1º desta resolução.

**Artigo 8º** - O Comitê Gestor poderá convidar outros representantes de órgãos e entidades públicas, bem como da sociedade civil, além de pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir efetivamente para o exame da matéria submetida à análise.

**Artigo 9°** – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 30/01/2019, p. 1-3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Retificação do D.O. de 27-12-2018 [resolução sG-59, de 26-12-2018]

Na [Resolução SG-59, de 26-12-2018](https://governosp-my.sharepoint.com/personal/mconti_sp_gov_br/Documents/CDNTA/!%20Produtos/Resol_CC_SG_SGGE/Resol_CC_SG_SGGE_Completas_2010_a_2019/2018_Resol_CC_SG.doc#R_SG_059), no artigo 1º, inc. I,

leia-se como segue e não como constou:

I - Fussesp-1.885.893-2018, ... of. CPAM1-122-12-18, processo Fussesp-1.659.796-18; ...

DOE, Seção I, 31/01/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução [SG] de 19-2-2019

**Designando**, nos termos do parágrafo único do art. 1º do Dec. 64.065-2019, os abaixo indicados para comporem o Comitê Gestor do Gasto Público, como membros suplentes, na qualidade de representantes:

da Secretaria de Governo

Pablo Andres Fernandez Uhart, RG 18.757.296-3, como suplente de Marcos D’Avino Mitidieri;

Danila Micioni, RG 9.958.526-1, como suplente de Manuela Santos Nunes do Carmo;

da Secretaria da Fazenda e Planejamento Nelson Ferreira Simões, RG 9.049.670, como suplente de Gustavo Carvalho Tapia Lira;

Kelly Lopes Lemes, RG 27.814.061-0, como suplente de Conceição Aparecida Fileti;

da Casa Civil Renata Terume Oda, RG 28.134.882-0, como suplente de Maria de Fátima Davi de Almeida;

da Procuradoria Geral do Estado Patrícia de Oliveira Garcia Alves, RG 14.763.076-9, como suplente de Renata Santiago Pugliese.

DOE, Seção I, 20/02/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta CC/SG-1, de 28-2-2019

Dispõe sobre a relação nominal de cargos transferidos conforme do Decreto nº 64.059, de 01 de janeiro de 2019

O Secretário Chefe da Casa Civil e o Secretário de Governo, em conformidade com o disposto no artigo 6º incisos I e II do Decreto nº 64.059, de 01 de janeiro de 2019, resolvem expedir:

**Artigo 1º** - Relação Nominal dos cargos providos transferidos do Quadro da Casa Civil para o Quadro da Secretaria de Governo, de que trata o artigo 6º incisos I e II do Decreto 64.059, constantes dos Anexos I, que integram a presente Resolução.

**Artigo 2º** - Esta Resolução Conjunta entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2019.

ANEXO I

a que se refere o artigo 6º do Decreto 64.059 de 1º de janeiro de 2019, e artigo 1º da Resolução Conjunta CC/SG-1, de 28-2-2019

Cargos Providos

SECRETÁRIO EXECUTIVO EXTRAORDINÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DENOMINAÇÃO DA CLASSE** | **SUBQUADRO** | **NOME** | **RG** |
| Assessor Técnico III | SQC-I | Andrey Pereira Brito | 13.618.497 |
| Assessor Técnico II | SQC-I | Fernanda Borges Carrer | 5319443 SPTC-GO |
| Assessor Técnico I | SQC-I | Ingrid Nascimento de Aguiar Schlindwein | 53.903.895-7 |
| Assessor Técnico II | SQC-I | Layla Palis Pinheiro | 34.896.043-8 |
| Executivo Público | SQC-III | Alcineia Emmerick de Almeida | 13.998.428 |

a que se refere o artigo 6º do Decreto 64.059 de 1º

de janeiro de 2019, e artigo 1º da Resolução Conjunta CC/SG-1, de 28-2-2019

Cargos Providos

UNIDADE DE COMUNICAÇÃO

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DENOMINAÇÃO DA CLASSE** | **SUBQUADRO** | **NOME** | **RG** |
| Diretor I | SQC-I | Caroline Santos Queiroz | 42.548.413-0 |
| Assessor de Gabinete I | SQC-I | Daniela Rastelli Bononi | 32.900.876-6 |
| Chefe I | SQC-I | Isabel Zanini | 10.541.073-1 |
| Diretor I | SQC-I | João Moura Filho | 12.768.797-X |
| Assessor Técnico III | SQC-I | Joseane Gonçalves Silva | 32.109.045-7 |
| Diretor I | SQC-I | Juliana Gonçalves dos Santos | 34.566.540-5 |
| Assessor I | SQC-I | Laura Maria Marchesano Machado | 13.893.327-3 |
| Assessor Técnico III | SQC-I | Lilian Mesquita Marins | 15.734.750-3 |
| Diretor Técnico II | SQC-I | Marco Antonio Alves | 18.103.636-8 |
| Assessor Técnico I | SQC-I | Ocimar Moreira | 12.919.079-2 |
| Assessor Técnico Coordenador | SQC-I | Simone Silva de Fausto | 13.703.414-3 |
| Oficial Administrativo | SQC-III | Elizabeth de Andrade Vital Silva | 8.107.422-0 |
| Auxiliar de Serviços Gerais | SQC-III | Elsa de Assis Santana | 23.081.412-8 |
| Oficial Administrativo | SQC-III | Juliana Gonçalves dos Santos | 34.566.540-5 |
| Auxiliar de Serviços Gerais | SQF-II | Eliane Franco | 9.700.121 |
| Oficial Administrativo | SQF-II | João Moura Filho | 12.768.797-X |

DOE, Seção I, 01/03/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-4, de 28-2-2019

**Declarando confirmada**, conferida pelo § 4º do art. 8º da

LC 1080-2008 e alterações posteriores, no cargo de Executivo Público, Ref. 1, Grau A, da Escala de Vencimentos Nível Universitário, a que se refere o inc. III, do art. 12, da referida Lei Complementar, para o qual foi nomeada, em caráter efetivo, por decreto publicado no D.O. de 25-4-2008, a servidora abaixo indicada:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **NOME** | **RG** | **A PARTIR DE** |
| Andrea Monaco Janotti | 6.913.078-4 | 23-12-2018 |

Esta Resolução, surtirá efeito a partir do dia subsequente ao de conclusão do período de estágio probatório.

DOE, Seção I, 01/03/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-5, de 8-3-2019

**Concedendo**, conferida pelo art. 23, XVIII, alínea “b”, do Dec. 52.833-2008 e nos termos do art. 202, da Lei 10.261-68 a João Fabiano Martucci Lopes, RG 44.293.629-1, Oficial Administrativo, Ref. 1, Grau B, da EVNI, do SQC-III-QSG, a que se refere o art. 12, II, da LC 1080-2008 e alterações posteriores, 2 anos de licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares.

DOE, Seção I, 09/03/2019, p. 4

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta SG/SFP-1, de 13 de março de 2019

Estabelece normas complementares para aplicação do Decreto nº 64.069, de 2 de janeiro de 2019

Os Secretários de Governo e da Fazenda e Planejamento,

Considerando que o artigo 5º do Decreto nº 64.069, de 2 de janeiro de 2019, lhes confere competência para, mediante resolução conjunta, editar normas complementares para sua aplicação;

Considerando que tais normas devem explicitar as medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais previstas no mencionado decreto, resolvem:

**Artigo 1º** - Deverão ser considerados, no cômputo das despesas com pessoal previstas no inciso I do artigo 1º do Decreto nº 64.069, de 2 de janeiro de 2019, os seguintes valores:

I - despesas com salários, encargos e benefícios;

II - despesas com ressarcimento de pessoal cedido, mediante afastamento;

III - receitas de ressarcimento de pessoal cedido, mediante afastamento.

Parágrafo único – As despesas de pessoal deverão considerar a soma dos valores apurados na forma dos incisos I e II deste artigo, subtraído o valor apurado na forma do inciso III.

**Artigo 2º** - Cada Secretaria de Estado e entidade da Administração indireta, observado o disposto no artigo 6º do Decreto nº 64.069, de 2 de janeiro de 2019, deverá elaborar seu plano de redução de despesas para o exercício de 2019, de acordo com formulário disponível no sítio eletrônico da Secretaria de Governo.

§ 1º - Na apuração da redução de despesas, o cotejo do exercício de 2019 em face do exercício de 2018 considerará os respectivos anos por inteiro.

§ 2º - Na hipótese de o plano não contemplar as reduções percentuais fixadas no artigo 1º do Decreto nº 64.069, de 2 de janeiro de 2019, a Secretaria de Estado ou entidade da Administração indireta deverá apresentar a correspondente justificativa.

§ 3º - O plano de redução de despesas deverá ser revisto bimestralmente, a fim de garantir o atendimento aos percentuais indicados no artigo 1º do Decreto nº 64.069, de 2 de janeiro de 2019.

§ 4º - As entidades da Administração indireta de que trata este artigo deverão encaminhar seus respectivos planos às Secretarias de Estado de tutela até 8 de abril de 2019.

**Artigo 3º** - Aplica-se às empresas estatais não dependentes de capital fechado o disposto nos artigos 1º e 2º desta resolução conjunta.

**Artigo 4º** - O representante da Fazenda do Estado perante empresas estatais dependentes e não dependentes de capital fechado deverá tomar as providências necessárias para garantir a aplicação do disposto nesta resolução conjunta.

**Artigo 5º** - As Secretarias de Estado deverão encaminhar à Secretaria Executiva do Comitê Gestor do Gasto Público, por meio do endereço cggp@sp.gov.br:

I - os planos de redução de despesas, até 15 de abril de 2019;

II - a revisão dos planos de redução de despesas, até o décimo dia do mês subsequente ao término do bimestre.

**Artigo 6º** – As empresas de que trata esta resolução conjunta deverão encaminhar cópia do plano de redução de despesas e suas revisões ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC.

**Artigo 7º** - É facultado à Secretaria Executiva do Comitê Gestor do Gasto Público solicitar, quando entender necessário, diligências e esclarecimentos diretamente às Secretarias de Estado e às empresas estatais não dependentes de capital fechado.

**Artigo 8º** - Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação

DOE, Seção I, 14/03/2019, p. 3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-6, de 13 de março de 2019

Dispõe sobre a aplicação, às empresas estatais não dependentes de capital fechado, do disposto nos Decretos nº 64.066 e nº 64.067, ambos de 2 janeiro de 2019

O Secretário de Governo,

Considerando o disposto nos Decretos nº 64.066 e nº 64.067, ambos de 2 de janeiro de 2019, e o procedimento previsto, para a sua aplicação, na [Resolução SG-3, de 29 de janeiro de 2019](#R_SG_003),

Considerando a competência lhe conferida por tais decretos para a edição de normas complementares, resolve:

**Artigo 1º** - Aplica-se às empresas estatais não dependentes de capital fechado o disposto nos Decretos nº 64.066 e nº 64.067, ambos de 2 de janeiro de 2019, e na Resolução SG-3, de 29 de janeiro de 2019, devendo o representante da Fazenda do Estado perante tais entidades tomar as providências necessárias para garantir sua aplicação.

§ 1º - As empresas a que alude o “caput” deste artigo terão até 15 de abril de 2019 para encaminhar os relatórios consolidados de que tratam os Decretos nº 64.066, de 2 de janeiro de 2019, e nº 64.067, de 2 de janeiro de 2019.

§ 2º - Os relatórios deverão ser encaminhados à Secretaria de Estado de tutela, com cópia para a Secretaria Executiva do Comitê Gestor do Gasto Público, por meio do endereço cggp@sp.gov.br.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 14/03/2019, p. 3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-49, de 26-11-2018 [republicado]

**Promovendo**, nos termos do art. 28 da LC 1080-2008 e, à vista da homologação do Concurso de Promoção 2018, os servidores aprovados abaixo relacionados, ficando seus cargos/funções-atividades enquadrados na seguinte conformidade:

a partir de 1º-1-2016

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **NOME** | **RG** | **CARGO/FUNÇÃO-ATIVIDADE** | **REF** | **GRAU** |
| Alexandre Bordao da Silva | 24.839.875-1 | Oficial Operacional | 3 | B |
| Aline Fatima de Souza | 33.121.845-8 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Ana Rachel Borges | 23.591.735-7 | Oficial Administrativo | 3 | C |
| Andrea Delmiro Oliveira | 42.734.637-X | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Angela Martins Ortiz Castro | 27.976.208-2 | Oficial Administrativo | 3 | A |
| Angela Timoteo | 8.570.709-0 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Antonio dos Santos | 26.265.193-2 | Oficial Administrativo | 2 | B |
| Bruno Fortunato Pereira | 27.931.045-6 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Camila Brandi de Souza Bentes | 26.674.887-9 | Executivo Público | 3 | C |
| Cleide Regina da Costa | 42.091.372-5 | Oficial Administrativo | 2 | B |
| Cristhiano de Araujo Vieira | 32.496.331-2 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Dalete Rodrigues Dias | 24.974.166-0 | Oficial Administrativo | 3 | C |
| Daniel de Sousa Camacho | 28.954.333-2 | Executivo Público | 2 | C |
| Daniela Araujo Rafael | 27.784.828-3 | Oficial Administrativo | 2 | C |
| Daniela dos Santos Saiz | 28.549.918-X | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Debora Goncalves | 45.707.076-6 | Oficial Administrativo | 3 | C |
| Delvane Lucia da Costa | 20.536.878-5 | Oficial Administrativo | 2 | A |
| Eder Araujo Cavalcanti | 33.379.319-5 | Oficial Administrativo | 3 | C |
| Elaine Cristina Costa da Maia | 19.289.692-1 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Eliana Alves Pereira Rodrigues | 17.733.853-2 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Elisangela Patricia dos Santos | 27.064.396-5 | Oficial Administrativo | 2 | C |
| Elizabeth Trugillo | 25.579.631-6 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Geovane de Souza Silva | 46.860.133-8 | Oficial Administrativo | 2 | B |
| Gisele Aparecida Gomes | 21.862.465-7 | Oficial Administrativo | 3 | C |
| Jaime Yoshito Imai | 8.413.157-3 | Executivo Público | 2 | C |
| Jessica Ferraz Juliano | 33.322.679-3 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Jorge Leite Bittencourt | 8.064.886-9 | Executivo Público | 2 | B |
| Jose Carlos Teodoro Junior | 32.346.181-5 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Joylline Almeida Rodrigues de Moura | 42.588.807-1 | Oficial Administrativo | 2 | B |
| Juliana Almeida de Sousa | 35.323.604-4 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Leandro Prates de Souza | 29.629.863-3 | Oficial Administrativo | 3 | C |
| Ligia Mercia Faitarone | 12.957.393-0 | Oficial Administrativo | 2 | B |
| Lilian de Souza Pagano | 33.448.386-4 | Oficial Administrativo | 2 | B |
| Marcelo Teixeira da Silva | 26.254.533-0 | Oficial Administrativo | 3 | C |
| Maria Cristina Salvadeo de Sousa | 14.157.387-9 | Executivo Público | 3 | B |
| Maria Doris Simoes Fleury | 13.502.589-8 | Executivo Público | 3 | C |
| Odilon Bezerra dos Santos Neto | 19.185.527-3 | Oficial Administrativo | 2 | A |
| atricia GuerPra | 19.896.704-4 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Priscila Costa Rigon | 17.613.995-3 | Executivo Público | 2 | C |
| Regina Marcia Aparecida Santos | 17.177.861-3 | Oficial Administrativo | 2 | C |
| Ricardo da Silva Santos | 35.230.915-5 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Rita de Cassia Higa Do Nascimento | 34.482.424-X | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Rodrigo Fagundes Sardinha Benettão | 42.105.451-7 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Rosa Maria Rodrigues de Oliveira | 17.430.291-5 | Oficial Administrativo | 3 | C |
| Roseli da Silva Ometto | 13.931.403-9 | Oficial Administrativo | 3 | C |
| Sergio Nicolau Cury | 14.278.725 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Sergio Sasaki | 14.523.373-X | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Silvane Lapastina de Souza Dias | 10.478.302-3 | Oficial Administrativo | 3 | C |
| Thais Miremis Sanfelippo da Silva Amadio | 9.806.660-2 | Executivo Público | 2 | C |
| Valeria da Silva Ferreira Mendes | 45.468.096-X | Oficial Administrativo | 3 | C |

a partir de 1º-1-2018

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **NOME** | **RG** | **CARGO/FUNÇÃO-ATIVIDADE** | **REF** | **GRAU** |
| Adriana Lengenfelder Caputo | 19.671.382-1 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Alessandra Zorzetto Moreno | 23.933.082-1 | Executivo Público | 3 | B |
| Alexandre Bianchi Oliveira | 17.673.000-X | Executivo Público | 2 | B |
| Ana Claudia Duarte de Almeida | 27.828.379-2 | Oficial Administrativo | 2 | B |
| Andresa Cristina Oliver Barbosa | 34.036.539-0 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Antonio Gouveia de Sousa | 44.178.468-9 | Executivo Público | 3 | 3 B |
| Aryan Rocha da Silva | 47.436.780-0 | Oficial Administrativo | 2 | B |
| Aurea Maria Gil de Oliveira | 29.920.000-0 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Benedito Vanelli do Carmo Neto | 43.541.601-7 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Bruno de Oliveira Ferreira | 32.196.514-0 | Executivo Público | 3 | B |
| Bruno Favotto Canesin | 50.259.167-5 | Oficial Administrativo | 2 | B |
| Bruno Torres Chiappetta | 11.679.261-5 | Executivo Público | 3 | B |
| Carlos Eduardo Sampietri | 29.812.795-7 | Executivo Público | 3 | B |
| Cintya Takahaschi | 20.540.651-8 | Executivo Público | 3 | B |
| Claudia Araujo Marcolino | 29.584.438-3 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Daiane Cristina Souza Vicente | 40.148.986-3 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Danielli Pereti Mariano | 52.598.521-9 | Executivo Público | 3 | B |
| Diego de Souza Morais | 56.298.237-1 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Dimas Luis Martins | 33.859.756-6 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Douglas Oliveira Agra | 28.518.316-3 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Elaine Cristina Ferreira | 27.928.688-0 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Elcio Uzun | 22.380.407-1 | Oficial Administrativo | 2 | B |
| Elisangela Mendes Queiroz | 28.277.665-5 | Executivo Público | 3 | 3 B |
| Fabiane de Pieri Garcia | 33.032.306-4 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Glacy Pereira | 29.764.084-7 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Glaice Meire Machado | 40.150.973-4 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Ieda Pimenta Bernardes | 15.765.308-0 | Executivo Público | 3 | B |
| Vanessa Bruna de Souza Damas | 46.636.378-3 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Ieda Pimenta Bernardes | 15.765.308-0 | Executivo Público | 3 | B |
| Igor Blumer Marangone | 25.037.369-5 | Executivo Público | 3 | B |
| Ivana Marina Mathias | 17.423.735-2 | Executivo Público | 3 | B |
| Joao Daniel Borges | 32.273.089-2 | Executivo Público | 3 | B |
| Juliana Arangio Takayama | 32.110.699-4 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Julio Cesar de Paula | 7.830.157-0 | Executivo Público | 3 | B |
| Julio Couto Filho | 15.955.361-1 | Executivo Público | 3 | B |
| Leandro Teixeira Estrella | 43.745.641-9 | Executivo Público | 3 | B |
| Lenita Rodrigues Rocha | 25.488.023-X | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Luandreo Roberto Correa | 47.188.360-8 | Oficial Administrativo | 2 | B |
| Luiz Claudio D’Agostino | 15.489.861-2 | Executivo Público | 3 | B |
| Maira Oliveira Santos | 27.925.203-1 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Manuella Soares Ramalho | 30.370.237-0 | Executivo Público | 3 | B |
| Marcelo Banevicius | 26.610.641-9 | Executivo Público | 2 | B |
| Marcelo Conti | 17.713.210-3 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Marcelo Thadeu Quintanilha Martins | 8.675.043 | Executivo Público | 3 | B |
| Marcos Vilela da Costa | 35.001.619-7 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Maria Elisa Pereira | 7.407.919-0 | Executivo Público | 3 | B |
| Maria Jose Agostini Saksida | MG5.219.020 | Executivo Público | 3 | B |
| Marina Perito Berti | 43.981.215-X | Executivo Público | 2 | B |
| Patricia Aparecida Teixeira | 29.300.006-2 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Paula Regina Pinheiro Armando | 22.284.135-7 | Oficial Administrativo | 2 | C |
| Raquel Cristina Soares | 32.151.548-1 | Executivo Público | 2 | B |
| Reinaldo Acacio de Viveiros | 35.960.644-1 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Renato Vargas de Sousa | 44.014.129-1 | Oficial Administrativo | 2 | B |
| Rodrigo Cesar dos Santos Clemente | 35.036.413-8 | Oficial Administrativo | 2 | B |
| Rodrigo Otavio Garcia | 17.174.109-2 | Executivo Público | 2 | B |
| Rogerio Madeira de Moura Campos | 17.217.528-8 | Executivo Público | 3 | B |
| Rosicler Cardoso | 32.700.705-9 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Sandra Regina dos Santos Silva | 19.734.882-8 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Sergio Hideki Kanomata | 18.714.333-X | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Sheila Aparecida Rodrigues Soares | 28.363.739-0 | Executivo Público | 3 | B |
| Silmara da Silva Gonçalves | 18.614.795-8 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Silvia Nolf Ferreira Brandao | 33.449.198-8 | Executivo Público | 2 | B |
| Simone Gonzaga | 22.586.213-X | Oficial Administrativo | 3 | C |
| Stanley Placido da Rosa Silva | 41.460.600-0 | Executivo Público | 3 | B |
| Valkennedy da Silva Santos | 33.773.056-8 | Oficial Administrativo | 3 | B |
| Vanessa Monma | 33.314.674-8 | Executivo Público | 3 | B |
| Vania da Silva | 23.868.561-5 | Executivo Público | 3 | B |
| Waltair Jose dos Santos 25.975.801-2 Executivo Público 3 B | 25.975.801-2 | Executivo Público | 3 | B |
| Wellington Oliveira Teixeira | 34.096.653-1 | Executivo Público | 3 | B |

(Publicado novamente por ter saído com incorreções)

DOE, Seção I, 16/03/2019, p. 10

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta CC/SG/SFP-1, de 22-3-2019

Dispõe sobre a fixação das metas para os indicadores para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR da Secretaria da Segurança Pública no 2º semestre de 2018 e dá outras providências

O Secretário-Chefe da Casa Civil e os Secretários de Governo e da Fazenda e Planejamento, considerando o disposto no art. 6º

da LC 1.245-2014, e no art. 27 da [Resolução Conjunta CC/SG/SF/SPG-7, de 10-10-2018](https://governosp-my.sharepoint.com/personal/mconti_sp_gov_br/Documents/CDNTA/!%20Produtos/Resol_CC_SG_SGGE/Resol_CC_SG_SGGE_Completas_2010_a_2019/2018_Resol_CC_SG.doc#RC_CC_SG_SF_SPG_007), resolvem:

**Artigo 1º** – Para o 2º semestre do exercício de 2018, as metas dos indicadores a que se referem os incisos I a III do artigo 1º da Resolução Conjunta CC/SG/SF/SPG-7, de 10-10-2018, ficam fixadas nos termos do Anexo desta resolução conjunta.

**Artigo 2º** - Os indicadores a que se referem os incisos I a III do artigo 1º da Resolução Conjunta CC/SG/SF/SPG-7, de 10-10-2018, serão apurados e avaliados trimestralmente.

**Artigo 3º** - Na ocorrência de fatores supervenientes, tais como alterações na legislação, anistias, remissões e decisões governamentais, de caráter transitório ou não, que afetem a consecução das metas e independam da vontade dos servidores, as metas poderão ser revisadas pela Comissão de que trata o artigo 6º da Lei Complementar nº 1.245, de 27 de junho de 2014, mediante proposta justificada do Secretário da Segurança Pública.

**Artigo 4º** - Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2018.

ANEXO

a que se refere o artigo 1º da

Resolução Conjunta CC/SG/SFP-1, de 22-3-2019

Nota Técnica 02/2018 – FIXAÇÃO DE METAS PARA OS INDICADORES DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS – BR DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Período 2º semestre de 2018

1. Com base em proposta apresentada pelo Secretário da Segurança Pública, a Comissão Intersecretarial, atendendo ao disposto no artigo 6º da Lei Complementar nº 1.245, de 27 de junho de 2014, fixa as metas para os indicadores a serem apurados no 2º semestre de 2018.

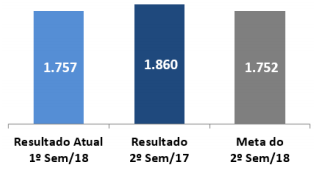
2. Esta nota técnica apresenta resumidamente as premissas para a definição da meta global do Estado, bem como a lógica do desdobramento desta meta para as unidades do policiamento territorial que o compõem.

3. A fonte para cálculo das metas, da mesma forma que para apuração dos resultados, são os dados consolidados pelo Sistema Estadual de Coleta de Estatísticas. Para o indicador de “Vítimas de Letalidade Violenta”, são somadas as vítimas de homicídios dolosos e latrocínios. O indicador de “Roubo e Furto de Veículos”, é composto pela soma das ocorrências nestas duas naturezas. O indicador de “Roubos outros” é composto pela soma das ocorrências nesta natureza, excluídos Cargas, Bancos e Veículos.

4. Para o indicador de “Vítimas de Letalidade Violenta”, a meta fixada para o Estado foi a de limitar as vítimas ao número máximo de 1.752 (um mil e setecentos e cinquenta e dois) no 2° semestre de 2018, sendo 852 (oitocentos e cinquenta e dois) para o 3º trimestre e 900 (novecentos) para o 4º trimestre.

5. Estas metas globais representam, para o 2°semestre de 2018, uma redução de 5,08% (cinco inteiros e oito décimos por cento) referente ao resultado obtido no mesmo período de 2017.

GRÁFICO 1: Indicador de “Vítimas de Letalidade Violenta” (Em Vítimas)



6. Nesta definição da meta global do Estado para o indicador de “Vítimas de Letalidade Violenta”, foram considerados:

- O comportamento histórico do indicador no Estado no ano de 2016 ao 1º semestre do ano de 2018, para análise estrutural, onde se definiu como referencial o 2º semestre do ano anterior, 2017;

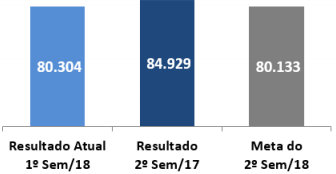
- O resultado atual do indicador no Estado, para análise conjuntural, teve como referencial os resultados de janeiro a abril de 2018 e as metas estabelecidas para maio e junho, o que resultou no “1º semestre de 2018 projetado”, como mostra o Gráfico 1 acima.

Esta forma de apuração foi escolhida dentre os resultados mais atuais disponíveis no momento de definição da meta.

7. Para o indicador de “Roubo e Furto de Veículos”, a meta fixada para o Estado foi a de limitar as ocorrências ao número máximo de 80.133 (oitenta mil e cento e trinta e três) no 2° semestre de 2018, sendo 39.895 (trinta e nove mil e oitocentos e noventa e cinco) para o 3º trimestre e 40.238 (quarenta mil e duzentos e trinta e oito) para o 4º trimestre.

8. Esta meta global representa, para o 2° semestre de 2018, uma redução de 5,65% (cinco inteiros e sessenta e cinco décimos por cento) em relação ao resultado obtido no mesmo período de 2017.

GRÁFICO 2: Indicador de “Roubo e Furto de Veículos” (Em Ocorrências)



9. Nesta definição da meta global do Estado para o indicador de “Roubo e Furto de Veículos”, foram considerados:

- O comportamento histórico do indicador no Estado no ano de 2016 ao 1º semestre do ano de 2018, para análise estrutural, onde se definiu como referencial o 2º semestre de 2017.

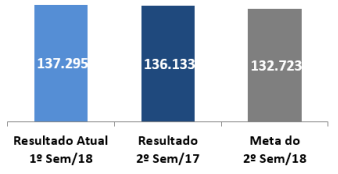
- O resultado atual do indicador no Estado, para análise conjuntural, teve como referencial os resultados de janeiro a abril de 2018 e as metas estabelecidas para maio e junho, o que resultou no “1º semestre de 2018 projetado”, como mostra o Gráfico 2 acima.

Esta forma de apuração foi escolhida dentre os resultados mais atuais disponíveis no momento de definição da meta.

10. Para o indicador “Roubos outros” a meta fixada para o Estado foi a de limitar as ocorrências ao número máximo de 132.723 (cento e trinta e dois mil e setecentos e vinte e três) no 2º semestre de 2018, sendo 68.356 (sessenta e oito mil e trezentos e cinquenta e seis) para o 3º trimestre e 64.367 (sessenta e quatro mil e trezentos e sessenta e sete) para o 4º trimestre.

11. Esta meta global representa, para o 2° semestre de 2018, uma redução de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) em relação ao mesmo período de 2017.

GRÁFICO 3: Indicador de “Roubo outros” (Em Ocorrências)



12. Nesta definição da meta global do Estado para o indicador de “Roubo outros”, foram considerados:

- O comportamento histórico do indicador no Estado no ano de 2015 ao 1º semestre do ano de 2018, para análise estrutural, onde se definiu como referencial o 2º semestre de 2017.

- O resultado atual do indicador no Estado, para análise conjuntural, teve como referencial os resultados de janeiro a abril de 2018 e as metas estabelecidas para maio e junho, o que resultou no “1º semestre de 2018 projetado”, como mostra o Gráfico 3 acima.

Esta forma de apuração foi escolhida dentre os resultados mais atuais disponíveis no momento de definição da meta.

13. Para o desdobramento destas metas globais do Estado fixadas para os indicadores de “Vítimas de Letalidade Violenta”, “Roubo e Furto de Veículos” e “Roubos Outros”, foram utilizados os seguintes critérios:

- “Vítimas de Letalidade Violenta”: adotando a mesma premissa da meta global do Estado, para todas as unidades do policiamento territorial (que são áreas correspondentes às Delegacias de Polícia), a meta do 2° semestre de 2018 é manter a tendência de queda no resultado global do Estado. Em alguns casos, foi aceita meta de manutenção ou aumento para Regional em relação ao histórico, levando em conta principalmente o histórico, a taxa de homicídios por 100 (cem) mil/habitantes e a taxa de redução nos últimos meses. Foram realizadas análises históricas de forma padronizada comparando em cada uma das unidades de policiamento territorial o resultado atual (janeiro a abril e as metas estabelecidas para maio e junho, contabilizando o resultado projetado do 1º semestre de 2018) em relação ao histórico correspondente do ano de 2017, identificando qual o desafio a ser estabelecido como meta do período para cada uma delas.

- Como os números absolutos são muito baixos, quando o resultado do Estado é desdobrado ao nível de AAC (Áreas de Atuação Compartilhada) e analisado mês a mês, a metodologia de definição das metas desse indicador leva em conta muito mais padrões de frequência (quantos homicídios e latrocínios ocorrem por mês/trimestre/semestre/ano no local) e análise qualitativa do histórico recente (se são crimes que podem ter desdobramentos ou não, por exemplo) do que padrões de concentração ou sazonalidade, que já não se verificam para o indicador em boa parte do território paulista.

- “Roubo e Furto de Veículos”: Adotando a mesma premissa da meta global do Estado, para todas as unidades do policiamento territorial (que são áreas correspondentes às Delegacias de Polícia), a meta do 2° semestre de 2018 para as 12 Regionais é reduzir

ou manter o resultado em relação ao 2° semestre de 2017, com possibilidade de manutenção de resultados em algumas AAC´s (Áreas de Atuação Compartilhada) onde o indicador apresentou aumento acentuado nos últimos meses. Foram realizadas análises históricas de forma padronizada comparando em cada uma das unidades do policiamento territorial o resultado atual (janeiro a abril e as metas estabelecidas para maio e junho, contabilizando o resultado projetado do 1º semestre de 2018) em relação ao histórico correspondente do ano de 2017, identificando qual o desafio a ser estabelecido como meta do período para cada uma delas.

- No nível de AAC (Área de Atuação Compartilhada), trabalhamos com três cenários básicos para este indicador: manutenção de resultados, quando a AAC já apresenta número de ocorrências ou taxa considerados baixos ou aceitáveis, e o histórico recente não permite vislumbrar reduções; piora de resultados, quando o histórico recente mostra que o indicador teve grande aumento ou então a área apresenta contínuas elevações do indicador nos últimos três ou quatro semestres; redução de resultados, quando a área apresenta dinâmica de queda do indicador nos últimos semestres e seus números absolutos e relativos indicam haver possibilidade de novas reduções.

- “Roubos Outros”: adotando a mesma premissa da meta global do Estado, para todas as unidades do policiamento territorial (que são áreas correspondentes às Delegacias de Polícia), a meta do 2° semestre de 2018 para as 12 Regionais é manter o resultado obtido nos últimos meses, com pequena redução em relação ao patamar histórico. AAC´s (Áreas de Atuação Compartilhada) e regionais com altas acentuadas do indicador no patamar atual (1º semestre de 2018 projetado) terão metas de aumento em relação ao 2° semestre de 2017. Foram realizadas análises históricas de forma padronizada comparando em cada uma das unidades do policiamento territorial o resultado atual (janeiro a abril e as metas estabelecidas para maio e junho, contabilizando o resultado projetado do 1º semestre de 2018) em relação ao histórico correspondente do ano de 2017, identificando qual o desafio a ser estabelecido como meta do período para cada uma delas.

- Como a queda deste indicador foi bastante acentuada no Estado inteiro, a partir do 2º semestre de 2017, para a definição das metas de “roubos outros” no 2º semestre de 2018 os resultados mais recentes tiveram um peso maior do que a série histórica, como forma de respeitar a tendência atual.

14. A partir da definição das metas nestas unidades policiais (em áreas correspondentes às Delegacias de Polícia) estas foram somadas para compor as metas das 104 (cento e quatro) Áreas de Atuação Compartilhada e das 12 (doze) Regionais do Estado (Capital, Metropolitana e Interiores de 1 a 10).

15. Os critérios acima expostos, bem como as metas propostas, foram validados junto aos representantes das polícias de cada uma das 12 (doze) Regionais, em 14 (quatorze) reuniões realizadas entre representantes da Secretaria da Segurança Pública e das Polícias Civil, Militar e Científica de todas as Regionais do Estado. Com a utilização das ferramentas de análise quantitativa do Infocrim 3.0, bem como das informações qualitativas trazidas pelos policiais das Regionais, objetivou-se adequar as metas propostas à realidade de cada unidade do policiamento territorial, desde que não resultasse em aumento da meta proposta para a sua respectiva Regional. Quando essa adequação resultava em aumento, sua confirmação dependeria de validação do Secretário da Segurança Pública, que analisou todas as propostas e seu impacto na meta global, ao final das reuniões de validação.

16. As unidades do policiamento territorial da Polícia Militar, Polícia Civil e também da Superintendência da Polícia Técnico-Científica, que compõem as Regionais e Áreas de Atuação Compartilhada estão dispostas na Resolução Conjunta CC/SG/SF/SPG-7 DE DEFINIÇÃO DE INDICADORES, de 10-10-2018, ANEXO II – Estrutura das AAC’s (Áreas de Atuação Compartilhada).

17. A vinculação das unidades especializadas com a estrutura territorial para que seus resultados sejam apurados está disposta na Resolução Conjunta CC/SG/SF/SPG-7 - DE DEFINIÇÃO DE INDICADORES, de 10-10-2018, ANEXO VI – Vinculação das Unidades Especializadas passíveis de receber Bonificação por Resultados – BR.

18. No Subanexo I, que é parte integrante desta resolução conjunta, tem-se as Metas do Indicador Vítimas de Letalidade Violenta para o 2º semestre de 2018, seguidos dos Subanexos “I-A” e “I-B”, onde se estabelecem as Metas para o 3º e 4º trimestres de 2018, respectivamente, para que seus resultados sejam apurados.

19. No Subanexo II, que é parte integrante desta resolução conjunta, têm-se as Metas do Indicador Roubo e Furto de Veículos para o 2º semestre de 2018, seguidos dos Subanexos “II-A” e “II-B”, onde se estabelecem as Metas para o 3º e 4º trimestres de 2018, respectivamente, para que seus resultados sejam apurados.

20. No Subanexo III, que é parte integrante desta resolução conjunta, tem-se as Metas do Indicador Roubos Outros para o 2º semestre de 2018, seguidos dos Subanexos “III-A” e “III-B”, onde se estabelecem as Metas para o 3º e 4º trimestres de 2018, respectivamente, para que seus resultados sejam apurados.

**SUBANEXOS**

DOE, Seção I, 16/03/2019, p. 13-49

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-7, de 22 de março de 2019

Institui Comissão de Avaliação de propostas de doação, sem encargos, de bens móveis, serviços e direitos em favor do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas

O Secretário de Governo, à vista do disposto na alínea “g” do inciso II e no item 2 da alínea “b”, do inciso VI, ambos do artigo 59 do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, resolve:

**Artigo 1º** - Fica instituída, junto à Coordenadoria de Administração, Comissão de Avaliação de propostas de doação, sem encargos, de bens móveis, serviços e direitos em favor do Estado de São Paulo.

**Artigo 2º** - A avaliação das propostas de doação submetidas à análise da Comissão considerará seguintes critérios:

I – utilidade dos bens, serviços ou direitos no exercício da função administrativa;

II – inexistência de óbice ao recebimento dos bens, serviços ou direitos, livres e desembaraçados;

III – adequação dos bens, serviços ou direitos às normas regulamentares vigentes, conforme padronização, observada a compatibilidade de especificações técnicas e, quando for o caso, as condições de manutenção e assistência técnica.

**Artigo 3º** - A Comissão de que trata o artigo 1º desta resolução será constituída pelos servidores da Secretaria de Governo a seguir indicados:

I – NELSON ESSAKI, RG 3.581.340-4;

II – LUIZ CESAR GIL DE OLIVEIRA, RG 5.036.929-5;

III – JULIANA UMEOKA HIDAKA, RG 27.874.623-8;

IV – FLÁVIA REGINA DE BARROS JERÔNIMO COUTINHO, RG 18.980.477.

Parágrafo único – Os membros da Comissão ora instituída serão substituídos, em suas ausências ou impedimentos, pelos servidores a seguir indicados:

1. SERGIO NICOLAU CURY, RG 14.278.725-5;

2. GIUSEPPINA ANGELA MARIA CIRINO DE SOUZA, RG 9.699.267-0.

**Artigo 4º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e terá validade de 12 meses a partir desta data.

DOE, Seção I, 16/03/2019, p. 49

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta CC/SG/SF/SPG-11, de 27-12-2018 [retificação]

Retificações do D.O. de 28-12-2018

No artigo 1º onde se lê: Artigo 1º – Para o exercício de 2017..., leia-se: Artigo 1º - Para o exercício de 2018...

No inciso I onde se lê: I – 5,53 (cinco inteiros e cinquenta e três centésimos)..., leia-se: I - 5,48 (cinco inteiros e quarenta e oito centésimos)...

No inciso II onde se lê: II – 3,13 (três inteiros e treze centésimos)..., leia-se: II - 3,41 (três inteiros e quarenta e um centésimos)...

No inciso III onde se lê: III – 2,46 (dois inteiros e quarenta e seis centésimos)..., leia-se: III - 2,53 (dois inteiros e cinquenta e três centésimos)...

DOE, Seção I, 28/03/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta CC/SG/SFP-2, de 1º-4-2019 [alterada]

Alterada pela [RESOLUÇÃO CONJUNTA SG/SFP-1, DE 28-1-2020](https://governosp-my.sharepoint.com/personal/mconti_sp_gov_br/Documents/CDNTA/!%20Produtos/Resol_CC_SG_SGGE/Resol_CC_SG_SGGE_Completas_2020_a_2029/2020_Resol_CC_SG.doc#RC_SG_SFP_001)

Altera a Resolução Conjunta CC/SG-5, de 13-9-2018 que dispõe sobre a fixação dos pesos, metas e linhas de base para os indicadores da São Paulo Previdência – SPPREV, tendo em vista o pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere a LC 1.079-2008, no exercício de 2018, e dá providências correlatas

O Secretário-Chefe da Casa Civil e os Secretários de Governo e da Fazenda e Planejamento, observado o disposto no art. 6º da LC 1.079-2008, e no art. 13 da [Resolução Conjunta CC/SG-4, de 13-9-2018](https://governosp-my.sharepoint.com/personal/mconti_sp_gov_br/Documents/CDNTA/!%20Produtos/Resol_CC_SG_SGGE/Resol_CC_SG_SGGE_Completas_2010_a_2019/2018_Resol_CC_SG.doc#RC_CC_SG_004), resolvem:

**Artigo 1º** - Passa a vigorar com a redação que segue o anexo a que se refere o art. 1º da [Resolução Conjunta CC/SG-5, de 13-9-2018](https://governosp-my.sharepoint.com/personal/mconti_sp_gov_br/Documents/CDNTA/!%20Produtos/Resol_CC_SG_SGGE/Resol_CC_SG_SGGE_Completas_2010_a_2019/2018_Resol_CC_SG.doc#RC_CC_SG_005), no que concerne ao indicador I5 - Quantidade de análises de processos de homologação de certidão de tempo de contribuição:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Indicador | Peso | Linha de Base | Meta |
| I5 – Quantidade de análises de processos de homologação de certidão de tempo de contribuição | 5% | 15.243 | 16.768 |

**Artigo 2º** - Permanecem inalterados os demais dispositivos da Resolução Conjunta CC/SG–5, de 13-9-2018

**Artigo 3º** - Esta Resolução Conjunta entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2018.

DOE, Seção I, 02/04/2019, p. 1  
Alteração: DOE, Seção I, 29/01/2020, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-8, de 2 de abril de 2019

Designa servidores para comporem o Colegiado do Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas da Secretaria de Governo

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 59, I, alínea “I”, item 1, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2019, resolve:

**Artigo 1º** - Designar os servidores abaixo relacionados para comporem o Colegiado do Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas desta Pasta, como segue:

I – na função de Coordenador: Sérgio Isamu Fujioka, RG 7.597.419-8 em substituição a Maércio José Ceregatti, RG 3.528.929, que fica dispensado;

II – na função de Supervisor de Equipe Técnica: Solange Moraes, RG 13.829.491-4 em substituição a Sérgio Isamu Fujioka, RG 7.597.419-8

**Artigo 2º** - Esta Resolução entra em vigor retroagindo seus efeitos a 12 de fevereiro de 2019.

DOE, Seção I, 03/04/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resoluções [sg] de 4-4-2019

**Designando**:

Pablo Andres Fernandez Uhart, RG 18.757.296-3, para responder pela Subsecretaria de Ações Estratégicas, de que trata o art. 3°, XII, do Dec. 61.036-2015, a partir de 5-2-2019;

Tarcila Reis Jordão, RG 7.692.213-86/BA, para responder pela Subsecretaria de Parcerias e Inovação, de que trata o art. 3º, XIII, do Dec. 61.036-2015, a partir de 5-2-2019.

DOE, Seção I, 05/04/2019, p. 3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução CC nº 1, de 8 de abril de 2019

Reestrutura a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA, e revoga a Resolução CC 02/2018, e alterações

O Secretário-Chefe da Casa Civil, no uso de suas atribuições e, em cumprimento ao disposto no artigo 11, §3º, do Decreto Estadual, nº 58.052, de 16 de maio de 2012,

RESOLVE:

**Artigo 1°** - Reestruturar a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA, que passa a ser composta pelos seguintes servidores, sob a coordenação do primeiro nomeado:

I – Ana Paula Lopes da Silva – Chefia de Gabinete;

II – Regiane Catania Laurenço – Chefia de Gabinete;

III – Camila Medeiros Grangeiro – Subsecretaria de Assuntos Parlamentares;

IV – Maria de Fátima Souza de Oliveira - Grupo de Relacionamento com a Sociedade;

V – William da Silva Costa – Assessoria Técnica;

VI – Carlos Augusto Costa Ricardo – Ouvidoria/SIC.

VII – Luiz Carlos de Carvalho Silva – Secretaria de Governo.

**Artigo 2º** - São atribuições da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA, aquelas previstas no artigo 12, do Decreto Estadual, nº 58.052, de 16/05/2012, além daquelas previstas nos Decretos nº 29.838, de 18/04/1989 e nº 48.897, de 27/08/2004.

**Artigo 3º** - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a [Resolução CC nº 02/2018, de 11/09/2018](https://governosp-my.sharepoint.com/personal/mconti_sp_gov_br/Documents/CDNTA/!%20Produtos/Resol_CC_SG_SGGE/Resol_CC_SG_SGGE_Completas_2010_a_2019/2018_Resol_CC_SG.doc#R_CC_002).

DOE, Seção I, 09/04/2019, p. 3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta CC/SG/SFP-3, 12-4-2019

Dispõe sobre o pagamento de adicional do valor da Bonificação por Resultados – BR, instituída pela LC 1.079-2008

O Secretário-Chefe da Casa Civil e os Secretários de Governo e da Fazenda e Planejamento, à vista do disposto no § 4º do art. 9º da LC 1.079-2008, resolvem:

**Artigo 1º** - Para o exercício de 2018, os servidores da Unidades Administrativas que obtiveram Índice de Cumprimento Agregado de Metas acima de 100% receberão um adicional referente ao excedente superado do valor da Bonificação por Resultados – BR, nos termos dos artigos 16, 17 e 20 da Resolução SF-116, de 9-11-2018, sendo os valores adicionais:

I - de 1,18% para a Coordenadoria de Compras Eletrônicas (CCE);

II - de 0,08% para a Coordenadoria de Administração Financeira (CAF);

III - de 1,20% para a Coordenadoria de Serviços e Tecnologia Compartilhados (CSTC).

**Artigo 2º** - Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 13/04/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-9, de 12-4-2019

**Concedendo**, conferida pelo art. 23, XVIII, alínea “b”, do Dec. 52.833-2008 e nos termos do art. 202, da Lei 10.261-68 a Daniel de Sousa Camacho, RG 28.954.333-2, Executivo Público, Ref. 2, Grau C, da EVNU, do SQC-III-QSG, a que se refere o art. 12, II, da LC 1080-2008 e alterações posteriores, 2 anos de licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares

DOE, Seção I, 13/04/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-10, de 12-4-2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da Assessoria e Consultoria Jurídica do Governo, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio das Secretarias de Estado que especifica, em deferimento ao contido no processo Fussp-365.635-2019, discriminados nos seguintes ofícios:

I – Secretaria da Administração Penitenciária: ofs: nº 1.102-18, processo FUSSP-457.440-18; nº 2.112-18, processo FUSSP827.609-18; nº 11.684-18, processo FUSSP-1.756.029-18; nº 11.736-18, processo FUSSP-1.795.356-18; nº 5.439-18, processo FUSSP-1.852.870-18; nº 5.763-18, processo FUSSP-1.852.994-18; nº 6.936-18, processo FUSSP-1.887.443-18; nº 1.534-18, processo FUSSP-1.901.217-18; nº 7.297-18, processo FUSSP1.901.389-18; nº 7.581-18, processo FUSSP-1.901.451-18; nº 763-18, processo FUSSP-1.901.575-18; nº 10.049-18, processo FUSSP-1.954.166-18; nº 10.048-18, processo FUSSP-1.954.231-18; nº 6.959-18, processo FUSSP-2.023.353-18; nº 4.142-18, processo FUSSP-2.050.110-18; nº 8.002-18, processo FUSSP24.854-19; nº 2.335-18, processo FUSSP-84.028-19; II – Secretaria de Agricultura e Abastecimento: ofs: nº 35-18, processo FUSSP-1.709.644-18; NFS-CA-DSMM nº 3-18, processo FUSSP-1.834.641-18; NFS-CA-DSMM nº 2 de 2018, processo FUSSP-1.834.640-18; EDR-NA nº 41-18, processo FUSSP1.900.344-18; EDR-DR nº 30-18, processo FUSSP-1.982.541 de 2018; nº 20-18, processo FUSSP-2.054.880-18.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

DOE, Seção I, 13/04/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-11, de 12-4-2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da Assessoria e Consultoria Jurídica do Governo, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio das Secretarias de Estado que especifica, em deferimento ao contido no processo Fussp-365.627-2019, discriminados nos seguintes ofícios:

I – Secretaria da Cultura e Economia Criativa: Ofs. CAP: nº 8-18, processo FUSSP-1.464.280-18; nº 13-18, processo FUSSP1.464.282-18; nº 1-19, processo FUSSP-70.508-19;

II – Secretaria da Educação: Ofs. GTMEX: nº 38-18, processo FUSSP-2.049.851-18; nº 39-18, processo FUSSP-2.129.689-18; nº 40-18, processo FUSSP-55.741-19;

III – Secretaria da Fazenda e Planejamento: Ofs: CAP nº 26-18, processo FUSSP-1.834.618-18; CRA-11 nº 26-18, processo FUSSP-1.900.369-18; CAP nº 29-18, processo FUSSP1.921.374-18; CRA-8-NSI nº 105-18, processo FUSSP-1.954.054-18; CAP nº 30-18, processo FUSSP-2.050.974-18; CAP nº 31-18, processo FUSSP-2.051.014-18; CAP nº 32-18, processo FUSSP2.051.072-18; CAP nº 33-18, processo FUSSP-84.560-19; IV – Secretaria de Governo: Of. NUPATRI nº 5-18, processo FUSSP-83.868-18;

V – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente: Of. CA-IBt nº 33-18, processo FUSSP-1.900.608-18; DA nº 11-18, processo FUSSP-2.049.564-18.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 13/04/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-12, de 12-4-2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da Assessoria e Consultoria Jurídica do Governo, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Saúde, em deferimento ao contido no processo Fussp-193.995-2019, discriminados nos seguintes ofícios: Ofs. GT-DEMEX-SS: nº 621-18, processo FUSSP-2.050.430-18; nº 651-18, processo FUSSP-2.050.493-18; nº 655-18, processo FUSSP-2.110.919-18; nº 656-18, processo FUSSP-2.111.557-18; nº 657-18, processo FUSSP-2.111.607-18; nº 658-18, processo FUSSP-2.111.671-18; nº 665-18, processo FUSSP-2.116.045-18; nº 666-18, processo FUSSP-2.116.312-18; nº 667-18, processo FUSSP-2.116.505-18; nº 668-18, processo FUSSP-2.116.689-18; nº 669-18, processo FUSSP-2.116.759-18; nº 670-18, processo FUSSP-2.116.818-18; nº 671-18, processo FUSSP-2.116.866-18; nº 672-18, processo FUSSP-2.116.917-18; nº 673-18, processo FUSSP-2.117.045-18; nº 689-18, processo FUSSP-55.754-19; nº 690-18, processo FUSSP-55.756-19; nº 691-18, processo FUSSP55.758-19; nº 692-18, processo FUSSP-55.759-19; nº 693-18, processo FUSSP-55.768-19; nº 698-18, processo FUSSP-55.775-9; nº 699-18, processo FUSSP-55.779-19; nº 5-19, processo FUSSP-112.922-19; nº 7-19, processo FUSSP-113.128-19; nº 1-19, processo FUSSP-113.326-19 e no processo Fussp-194.116-2019, discriminados nos seguintes ofícios: Ofs. GT-DEMEX-SS: nº 540-18, processo FUSSP-1.680.580-18; nº 539-18, processo FUSSP-1.680.629-18; nº 533-18, processo FUSSP-1.692.051-18; nº 532-18, processo FUSSP-1.692.198-18; nº 531-18, processo FUSSP-1.692.294-18; nº 530-18, processo FUSSP-1.692.373-18; nº 529-18, processo FUSSP-1.692.417-18; nº 528-18, processo FUSSP-1.692.680-18; nº 527-18, processo FUSSP-1.692.782-18; nº 545-18, processo FUSSP-1.693.650-18; nº 544-18, processo FUSSP-1.693.146-18; nº 563-18, processo FUSSP-1.866.649-18; nº 564-18, processo FUSSP-1.866.656-18; nº 569-18, processo FUSSP-1.866.679-18; nº 570-18, processo FUSSP-1.866.683-18; nº 571-18, processo FUSSP-1.866.693-18; nº 572-18, processo FUSSP-1.867.205-18; nº 573-18, processo FUSSP-1.867.211-18; nº 560-18, processo FUSSP-1.891.862-18; nº 558-18, processo FUSSP-1.892.141-18; nº 559-18, processo FUSSP-1.892.211-18; nº 556-18, processo FUSSP-1.892.373-18; nº 550-18, processo FUSSP-1.892.549-18; nº 549-18, processo FUSSP-1.892.594-18; nº 606-18, processo FUSSP-1.921.360-18; n° 607-18, processo FUSSP-1.921.364-18; nº 647-18, processo FUSSP-2.050.330-18.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

DOE, Seção I, 13/04/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-13, de 12-4-2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da Assessoria e Consultoria Jurídica do Governo, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Civil do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo Fussp-365.619-2019, discriminados nos seguintes ofícios: nº 26-18, processo FUSSP1.469.861-18; UGE nº 304-18, processo FUSSP-1.873.670-18; nº 1.997-18, processo FUSSP-1.866.620-18; nº 206-18, processo FUSSP-1.866.623-18; nº 339-18, processo FUSSP-1.927.464-18; nº 11-18, processo FUSSP-2.023.203-18; nº 1.454-18, processo FUSSP-2.049.513-18; nº 185-18, processo FUSSP-2.050.798-18; nº 29-18, processo FUSSP-2.050.906-18; nº 20-18, processo FUSSP-2.093.556-18; nº 1.793-18, processo FUSSP-2.111.002-18; nº 1.934-18, processo FUSSP-2.111.011-18; nº 43-18, processo FUSSP-2.129.018-18; nº 467-18, processo FUSSP-37.735-19.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 13/04/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-14, de 12-4-2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da Assessoria e Consultoria Jurídica do Governo, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo Fussp-365.624-2019, discriminados nos seguintes ofícios: nº 24BPMM-275-4-16, processo FUSSP-112.306-16; nº 33BPMM-92-40-18, processo FUSSP-487.860-18; nº 2BPAmb-13-304-18, processo FUSSP845.011-18; nº 10BPMI-174-40-40, processo FUSSP-1.470.166-18; nº CPAM1-122-12-18, processo FUSSP-1.659.796-18; nº 15ºBPMM-218-7.0.4-18, processo FUSSP-1.866.596-18; nº 15BPMM-134-54-18, processo FUSSP-1.866.613-18; nº 2BPAmb319-24-18, processo FUSSP-1.866.640-18; nº 42BPMI-51-40-18, processo FUSSP-1.887.582-18; nº 1BPMM-65-5.4-18, processo FUSSP-1.893.276-18; nº 3BPAmb-153-4.3-18, processo FUSSP1.893.390-18; nº CBM-68-404-18, processo FUSSP-1.893.564-18; nº 3ºBPAmb-147-4.3-18, processo FUSSP-1.893.764-18; nº 3ºBPAmb-148-4.3-18, processo FUSSP-1.893.764-18; nº 3ºBPAmb-149-4.3-18, processo FUSSP-1.899.764-18; nº 20BPMM-40-320-18, processo FUSSP-1.894.537-18; nº 39BPMM-335-4-18, processo FUSSP-1.894.715-18; nº CPAM9-124-43-18, processo FUSSP-1.899.352-18; nº 14GB-75-904-18, processo FUSSP-1.899.358-18; nº 1GB-150-803-18, processo FUSSP55.735-19; nº 31BPM-M-34-24-18, processo FUSSP-80.265-19; nº CODONT-59-50-18, processo FUSSP-83.157-19; nº CPAM12-53-401-18, processo FUSSP-84.706-19; nº 8ºGB–14-803-18, processo FUSSP-85.680-19; nº 31BPMM-1-4-19, processo FUSSP-113.547-19; nº 1BPMM-209-4-18, processo FUSSP166.129-19; nº CCB-5-200-19, processo FUSSP-166.136-19; nº 36ºBPM-I-275-40-18, processo FUSSP-166.146-19; nº APMBB1-14.4-19, processo FUSSP-166.165-19; nº 4BPMI-145-40-18, processo FUSSP-166.174-19; nº 19BPMI-87-40-18, processo FUSSP-166.320-19; nº 16BPMM-268-4-18, processo FUSSP168.426-19; nº 48BPMM-12-34-18, processo FUSSP-170.523-19 e no processo Fussp-365.632-2019, discriminados nos seguintes ofícios: nº CPAM3-96-41-18, processo FUSSP-1.901.621-18; nº DEC-86-14-18, processo FUSSP-2.050.882-18; nº 13BPMI-98-40-18, processo FUSSP-2.051.141-18; nº 17GB-12-940-18, processo FUSSP-2.051.417-18; nº CCB-95-430-18, processo FUSSP2.051.509-18; nº PMRG-40-13-18, processo FUSSP-2.051.572-18; nº 45BPMI-177-40-18, processo FUSSP-2.051.645-18; nº 2BPAmb-8-104-18, processo FUSSP-2.054.418-18; nº 33BPMM214-40-16, processo FUSSP-2.057.322-18; nº 8ºGB-48-100-18, processo FUSSP-2.057.456-18; nº 33BPMI-54-4-18, processo FUSSP-2.110.483-18; nº 13GB-58-903-18, processo FUSSP2.123.646-18; nº 49ºBPMM-2.787-4-18, processo FUSSP2.128.990-18; nº 1BPChq-75-4-18, processo FUSSP-2.129.060-18; nº 49ºBPMM-2.746-84-18, processo FUSSP-2.129.123-18; nº ESSd-39-14-18, processo FUSSP-2.129.418-18; nº 37BPMI228-40-18, processo FUSSP-2.129.463-18; nº 7GB-28-903-18, processo FUSSP-2.129.777-18.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 13/04/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-15, de 12-4-2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, do Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, e considerando que após avaliação da oportunidade e conveniência socioeconômica a presente medida, pelos fins sociais a que se destina, é a melhor forma de alienação, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Segurança Pública – Polícia Civil do Estado de São Paulo – Delegacia Seccional de Polícia “ Inv. Edemilson José Soares” de São José do Rio Preto, conforme ofícios S.Ad nº 32 e 33 ambos de 2018, datados em 24-9-2018, à Entidade Filantrópica Hospital Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, de São José do Rio Preto, em atendimento aos ofícios s/nº ambos datados em 25-9-2018, materiais relacionados a fl. 4 do FUSSP-1.495.755-2018 e materiais relacionados a fl. 6 do processo FUSSP-1.497.026-2018.

**Artigo 2º** - A doação de que trata esta resolução ficará revogada se os materiais a que se refere o artigo 1º não forem retirados dentro de 30 (trinta) dias.

**Artigo 3º** - O prazo para uso dos materiais é de 6 (seis) meses a partir da publicação desta resolução, quando a donatária poderá dispor deles sem quaisquer formalidades.

**Artigo 4º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

DOE, Seção I, 13/04/2019, p. 1-3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta CC/SG/SFP-4, de 2-5-2019

Dispõe sobre o pagamento de adicional do valor da Bonificação por Resultados – BR à Secretaria de Desenvolvimento Regional, instituída pela LC 1.079-2008

Os Secretários Executivos, Respondendo pelos Expedientes da Casa Civil e da Secretaria de Governo e o Secretário da Fazenda e Planejamento, que compõem a Comissão Intersecretarial, nos termos do disposto no art. 9º, §4º da LC 1.079-2008, de 17-12-2008, resolvem:

**Artigo 1º** - Para o exercício de 2018, os servidores pertencentes à unidade administrativa da Secretaria de Desenvolvimento Regional, receberão um adicional de 7,28%, referente ao valor excedente da Bonificação por Resultados-BR, tendo em vista a obtenção do resultado acima de 100% do Índice de Cumprimento Agregado de Metas - IACM.

**Artigo 2º** - Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 03/05/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta CC/SG/SFP-5, de 2-5-2019

Dispõe sobre o pagamento de adicional do valor da Bonificação por Resultados – BR à São Paulo Previdência-SPPREV, instituída pela LC 1.079-2008

Os Secretários Executivos, Respondendo pelos Expedientes da Casa Civil e da Secretaria de Governo e o Secretário da Fazenda e Planejamento, que compõem a Comissão Intersecretarial, nos termos do disposto no art. 9º, §4º da LC 1.079-2008, de 17-12-2008, resolvem:

**Artigo 1º** - Para o exercício de 2018, os servidores pertencentes à unidade administrativa da São Paulo Previdência – SPPREV, autarquia vinculada à Secretaria da Fazenda e Planejamento, receberão um adicional de 14,81%, referente ao valor excedente da Bonificação por Resultados-BR, tendo em vista a obtenção do resultado acima de 100% do Índice de Cumprimento Agregado de Metas - IACM.

**Artigo 2º** - Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 03/05/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Retificação do D.O. de 13-4-2019 [resolução SG-14, de 12-4-2019]

Na [resolução SG 14, de 12-4-2019](#R_SG_014), no artigo 1º, leia-se como segue e não como constou:

Artigo 1º - ... processo Fussp-365.624-2019, ...

3ºBPAmb-149-4.3-18, processo Fussp-1.893.764-18; ... e no processo Fussp-365.632-19, ... DEC-86-14-18, processo Fussp2.050.682-18; ...

DOE, Seção I, 03/05/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-16, de 3 de maio de 2019 [alterada]

Alterada pela [Resolução SG-52, de 13-9-2019](#R_SG_052)

Estabelece a obrigatoriedade de parecer prévio do Comitê Gestor do Gasto Público nas contratações de serviços, ou de fornecimento de equipamentos, de tecnologia da informação

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, no uso da atribuição conferida pelo artigo 7º do Decreto nº 64.065, de 2 de janeiro de 2019, Considerando que compete ao Comitê Gestor do Gasto Público proceder à revisão das diretrizes e políticas de contratação de serviços de tecnologia da informação, Considerando que ao Comitê Gestor do Gasto Público compete, ainda, emitir recomendações aos órgãos e entidades estaduais com vistas à otimização do gasto público, racionalização de despesas e aprimoramento da qualidade das contratações públicas, resolve:

**Artigo 1º** - A contratação, direta ou mediante procedimento licitatório, de serviços, ou de fornecimento de equipamentos, de tecnologia da informação pelos órgãos e entidades da Administração Pública deverá ser previamente submetida a parecer do Comitê Gestor do Gasto Público.

**Artigo 2º** - O parecer prévio a que se refere o artigo 1º desta resolução observará o procedimento previsto na Resolução SG-1, de 15 de janeiro de 2019, inclusive quanto ao encaminhamento do respectivo formulário disponível no sítio eletrônico da Secretaria de Governo.

**Artigo 3º** - As disposições desta resolução não se aplicam:

I - às universidades públicas estaduais;

II - às agências reguladoras;

III - às empresas estatais não dependentes;

IV - ao Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo - IPEM/SP;

V - à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP; e

VI - às Fundações Agências de Bacias Hidrográficas de que trata a Lei nº 10.020, de 3 de julho de 1998.

**Artigo 4º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 04/05/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-17, de 6-5-2019

**Concedendo**, pelo art. 23, XVIII, alínea “b”, do Dec. 52.833-2008 e nos termos do art. 202, da Lei 10.261-68 a Elaine Cristina Costa da Maia, RG 19.289.692-1, Oficial Administrativo, Ref. 3, Grau B, da EVNI, do SQC-III-QSG, a que se refere o art. 12, II, da LC 1080-2008 e alterações posteriores, 2 anos de licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares.

DOE, Seção I, 07/05/2019, p. 5

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-18, de 6-5-2019

**Negando**, pelo art. 23, XVIII, alínea “b”, do Dec. 52.833-2008 e nos termos do art. 202, da Lei 10.261-68, e à vista dos elementos de instrução dos autos, em especial a manifestação do Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito – Detran-SP, nego o pedido de concessão de 2 anos de licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares, formulado por Camila Garcia Vieira, RG 40.714.804-8, Oficial Administrativo, Ref. 1, Grau B, da EVNI, do SQC-III-QSG, a que se refere o art. 12, II, da LC 1080-2008 e alterações posteriores, em virtude do número limitado de Oficiais Administrativos na Ciretran de Cedral.

DOE, Seção I, 07/05/2019, p. 5

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-19, de 6-5-2019

**Negando**, pelo art. 23, XVIII, alínea “b”, do Dec. 52.833-2008 e nos termos do art. 202, da Lei 10.261-68, e à vista dos elementos de instrução dos autos, em especial a manifestação do Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito – Detran-SP, nego o pedido de concessão de 2 anos de licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares, formulado por Juliana Canelle dos Santos, RG 29.890.063-4, Oficial Administrativo, Ref. 1, Grau B, da EVNI, do SQC-III-QSG, a que se refere o art. 12, II, da LC 1080-2008 e alterações posteriores, em virtude do número limitado de Oficiais Administrativos na Ciretran de Casa Branca.

DOE, Seção I, 07/05/2019, p. 5

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Retificação do D.O. de 4-5-2019 [Resolução SG-16, de 3-5-2019]

Na [Resolução SG-16, de 3-5-2019](#R_SG_016), no inciso III, do artigo 3º, leia-se como segue e não como constou:

III - às empresas estatais não dependentes de capital aberto;

DOE, Seção I, 11/05/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta CC/SDR-1, de 14-5-2019

Dispõe sobre a relação nominal de cargos transferidos conforme Decreto nº 64.059-2019

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil e o Secretário de Desenvolvimento Regional, em conformidade com o disposto no art. 5º inc. II do Dec. 64.059-2019, resolvem:

**Artigo 1º** - Relação Nominal dos cargos transferidos do Quadro da Casa Civil para o Quadro da Secretaria de Desenvolvimento Regional, de que trata o art. 5º inc. II do Decreto nº 64.059 constantes do Anexo I, que integram a presente Resolução.

**Artigo 2º** - Esta Resolução Conjunta entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º-1-2019.

ANEXO I

**A que se refere o art. 5º inc. II do Dec. 64.059-2019, e art. 1º da Resolução Conjunta CC/SDR-1, de 14-5-2019.**

**Cargos Providos**

**Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DENOMINAÇÃO DA CLASSE** | **SUBQUADRO** | **NOME** | **RG** |
| ASSESSOR TÉCNICO II | SQC-I | ANGELA MARIA DA SILVA | 33.499.571-1 |
| DIRETOR I | SQC-I | ANTONIO MANOEL DA SILVA NETO | 45.497.158-8 |
| COORDENADOR | SQC-I | BRIGIDA SACRAMENTO CARVALHO DOS SANTOS | 5.600.705-X |
| ASSESSOR TÉCNICO DE COORDENADOR | SQC-I | ELIANA SOARES HADDAD FALQUE | 6.251.568-8 |
| ASSESSOR TÉCNICO III | SQC-I | ELIANE SACHO | 13.230.414-4 |
| ASSESSOR TÉCNICO II | SQC-I | CAREN TIE HIDANI DO NASCIMENTO | 33.669-173-7 |
| ASSESSOR TÉCNICO II | SQC-I | HILDA DO AMOR DIVINO | 7.811.617-X |
| ASSESSOR I | SQC-I | LAIS CAROLINE LOPES WILLENSHOFER | 39.088.893-X |
| ASSESSOR TÉCNICO V | SQC-I | MARGARETE APARECIDA MOYSES DA SILVA | 22.856.457-8 |
| ASSESSOR TÉCNICO V | SQC-I | MARIA DE FATIMA OLIVEIRA FALCÃO | 4.451.508-8 |
| ASSESSOR TÉCNICO IV | SQC-I | MARIA DAS DORES OLIVEIRA | 24.853.545-6 |
| ASSESSOR TÉCNICO IV | SQC-I | NEUZA CECILIA FERREIRA CABRAL | 17.017.013-5 |
| OFICIAL ADMINISTRATIVO | SQC-III | FERNANDA DOS SANTOS RODRIGUES | 19.688.077-4 |
| OFICIAL ADMINISTRATIVO | SQC-III | MATHEUS FAZOLARO GOMES | 34.598.350-6 |
| AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | SQF-II | FRANCISCA ALVES QUADRO | 22.999.139-7 |
| OFICIAL ADMINISTRATIVO | SQF-II | SONIA MARIA BELARDINUCCI | 8.005.599 |

ANEXO II

**A que se refere o art. 5º inc. II do Dec. 64.059-2019, e art. 1º da Resolução Conjunta CC/SDR-1, de 14-5-2019**

**Cargos Providos**

**Subsecretaria de Relacionamento com Municípios**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DENOMINAÇÃO DA CLASSE** | **SUBQUADRO** | **NOME** | **RG** |
| ASSESSOR TÉCNICO II | SQC-I | Claudia Carvalho da Silva | 24.172.985-3 |
| ASSESSOR I | SQC-I | Mariana Helena Domingos do Nascimento | 44.186.019-9 |
| ASSESSOR I | SQC-I | Monique dos Santos Festa | 48.232.179 |
| ASSESSOR I | SQC-I | Thales Belasco Ferreira da Silva | 44.239.960-1 |

DOE, Seção I, 15/05/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-20, de 10-5-2019

**Negando**, pelo art. 23, XVIII, alínea “b”, do Dec. 52.833-2008 e nos termos do art. 202, da Lei 10.261-68, e à vista do elementos de instrução dos autos, em especial a manifestação do Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito – Detran-SP, Nego o pedido de concessão de 2 anos de licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares, formulado por Roseli Pereira de Souza, RG 23.671.732-7, Oficial Administrativo, Ref. 1, Grau B, da EVNI, do SQC-III-QSG, a que se refere o art. 12, II, da LC 1080-2008 e alterações posteriores, em virtude do número limitado de Oficiais Administrativos na Ciretran de Registro.

DOE, Seção I, 17/05/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução [sg] do Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente, de 16-5-2019

**Designando**, nos termos do parágrafo único do art. 1º do Dec. 64.065-2019, o abaixo indicado para compor o Comitê Gestor do Gasto Público, na qualidade de representantes: da Secretaria de Governo: Marcelo Luis Salemme Lellis, RG 18.152.703-0, como membro titular e responsável pela coordenação dos trabalhos do aludido Comitê, em substituição a Marcos D’Avino Mitidieri.

DOE, Seção I, 17/05/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG/SS-1, de 28-5-2019

Dispõe sobre a alteração do artigo 3°, da Resolução Conjunta CC/SS-1, de 27 de agosto de 2009, e dá providências correlatas

Os Secretários de Estado de Governo e da Saúde, considerando:

O disposto nos artigos 31, 32 e 33, do Decreto nº 57.500, de 8-11-2011, c.c a [Resolução Conjunta CC/SS-1 de 27-8-2009](https://governosp-my.sharepoint.com/personal/mconti_sp_gov_br/Documents/CDNTA/!%20Produtos/Resol_CC_SG_SGGE/Resol_CC_SGGE_Completas_2000_a_2009/2009_Resol_CC.docx#RC_CC_SS_1), resolvem:

**Artigo 1º** - Fica alterado o artigo 3º, da Resolução Conjunta CC/SS-1, de 27 de agosto de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

“...

Artigo 3º - A Corregedoria Setorial Saúde será instalada na Rua Voluntários da Pátria, nº 596, 9 andar, Santana - São Paulo / Capital, sendo que caberá à Secretaria da Saúde providenciar toda a infraestrutura, incluindo mobiliário, equipamentos, computadores, telefones, insumos de escritório, materiais de consumo, refeições, cabeamento de lógica, manutenção de rede, manutenção de equipamentos de informática, licenças de *software*, reprografia, fornecimento de veículos para o transporte de Corregedores durante o desenvolvimento dos trabalhos de correição e a realização de diligências, e demais apoios administrativos necessários ao bom funcionamento da Corregedoria Setorial.

...”

**Artigo 2º** - Esta Resolução Conjunta entra em vigor na data de sua publicação

DOE, Seção I, 29/05/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-21, de 4-6-2019

Concedendo, conferida pelo art. 23, XVIII, alínea “b”, do Dec. 52.833-2008 e nos termos do art. 202, da Lei 10.261-68 a Marcio Aparecido Pereira, RG 12.715.103-5, Oficial Administrativo, Ref. 1, Grau C, da EVNI, do SQC-III-QSG, a que se refere o art. 12, II, da LC 1080-2008 e alterações posteriores, 2 anos de licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares.

DOE, Seção I, 05/06/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-22, de 7 de junho de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, Resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio das Secretarias de Estado, Procuradoria Geral do Estado e da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, em deferimento ao contido no processo Fussp1.213.429-2019, discriminados nos seguintes ofícios:

I – Casa Militar: of. CMil-25-731-19, processo FUSSP932.889-19;

II – Defensoria Pública do Estado de São Paulo: of. DLO-17-19, processo FUSSP-817.619-19;

III – Fundo Social de São Paulo: of. Patrimônio-1-19, processo FUSSP-1.013.089-19;

IV – Procuradoria Geral do Estado: of. G.PR-1-13-19, processo FUSSP-637.454-19, of. G.PR-1-21-19, processo FUSSP845.893-19; of. PA-8-19; processo FUSSP-889.695-19; of. 20-19, processo FUSSP-1.028.310-19;

V – Secretaria de Agricultura e Abastecimento: of. 21-19, processo FUSSP-989.868-19;

VI – Secretaria da Educação: ofs. GTMEX’s: of. 6-19, processo FUSSP-723.919-19; of. 10-19, processo Fussp-817.580-19;

of. 11-19, processo FUSSP-845.889-19, of. 13-19, processo FUSSP-944.775-19; of. 15-19, processo FUSSP-1.013.100-19;

of. 16-19, processo FUSSP-1.013.102-19; of. 17-19, processo FUSSP-1.110.327-19;

VII – Secretaria da Segurança Pública: of. DAGS 154-18, processo FUSSP-2.049.818-18;

VIII – Secretaria de Desenvolvimento Social: of. SEDS-D.A-11-19, processo FUSSP-681.394-19;

IX – Secretaria de Esportes: of. 1-17, processo FUSSP854.617-17; of. 16-17, processo FUSSP-1.158.368-17, of. 17-17, processo FUSSP 1.314.329-17;

X – Secretaria de Governo: ofs. NUPATRI: of. 1-19, processo FUSSP-681.378-19; of. 4-19, processo FUSSP-842.831-19;

XI – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente: of. C.A. 28-19, processo FUSSP-784.550-19.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 08/06/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-23, de 7 de junho de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, Resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio das Secretarias de Estado relacionadas abaixo, em deferimento ao contido no processo Fussp-1.213.481-2019, discriminados nos seguintes ofícios:

I – Secretaria da Administração Penitenciária: of. 213-19, processo FUSSP-100.914-19; of. 257-19, processo FUSSP152.632-19; of. 2.289-18, processo FUSSP-663.616-19; of. 1.246-19, processo FUSSP-721.338-19; of. 1.513-19, processo FUSSP-737.051-19; of. 1.047-19, processo FUSSP-783.655-19; of. 853-19, processo FUSSP-799.107-19; of. 841-19, processo FUSSP-817.525-19; of. 1.491-19, processo FUSSP-817.529-19; of. 1.315-19, processo FUSSP-817.549-19; of. 1.492-19, processo FUSSP-817.535-19; of. PFC-1.215-19, processo FUSSP-890.458-19; of. 453-19, processo FUSSP-944.779-19; of. 2.702-19, processo FUSSP-1.015.663-19; of. 2.089-19, processo FUSSP1.038.321-19; of. 1.629-19, processo FUSSP-1.073.067-19;

II – Secretaria de Agricultura e Abastecimento: of. EDRL-2-19, processo FUSSP-89.650-19; Núcleo de Suprimentos of. 3-19, processo FUSSP-151.964-19; Núcleo de Suprimentos of. 7-19, processo FUSSP-369.374-19; of. CAPD/ITAL-4-19, processo FUSSP-845.869-19; of. CAPD/ITAL-2-19, processo FUSSP-845.875-19; Núcleo de Suprimentos of. 14-19, processo FUSSP-888.484-19; of. EDR/GT-8-19, processo FUSSP-898.678-19; of.EDR/REGISTRO-12-2019, processo FUSSP-1.088.728-19.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 08/06/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-24, de 7 de junho de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, Resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Civil do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo Fussp-1.088.454-2019, discriminados nos seguintes ofícios: Dspa nº 789-18, processo FUSSP-1.233.515-18; nº 30-18, processo FUSSP-1.263.132-18; SECCDDA nº 17-19, processo FUSSP-365.667-19; SECCDDA nº 15-19, processo FUSSP-365.669-19; nº 3-19, processo FUSSP-365.673-19; nº 96-19, processo FUSSP369.252-19; nº 8-19, processo FUSSP-445.580-19; nº 9-19, processo FUSSP-445.584-19; nº 4-19, processo FUSSP-526.975-19; nº 46-19, processo FUSSP-554.480-19; nº 1-19, processo FUSSP-580.325-19; nº 43-19, processo FUSSP-580.468-19; nº 11-19, processo FUSSP592.387-19; nº 47-19, processo FUSSP-666.306-19; nº 100-19, processo FUSSP-681.396-19; nº 37-19, processo FUSSP-735.356-19; nº 51-19, processo FUSSP-752.532-19; nº UGE 2-19, processo FUSSP769.305-19; nº 14-19, processo FUSSP-784.859-19; nº 263-19, processo FUSSP-198.561-19; nº 11-19, processo FUSSP-817.541-19; nº 10-19, processo FUSSP-817.544-19; nº Dspa 391-19, processo FUSSP-817.552-19; nº Dspa 389-19, processo FUSSP-817.559-19; nº Dspa 388-19, processo FUSSP 817.561-19; nº Dspa 387-19, processo FUSSP-817.567-19; nº Dspa 386-19, processo FUSSP-817.569-19; nº Dspa 385-19, processo Fussp-817.571-19; nº Dspa 384-19, processo FUSSP-81.573-19; nº Dspa 383-19, processo FUSSP-817.576-19; nº 19-19, processo FUSSP-945.351-19; nº MAT-PAT 1-19, processo FUSSP-177.376-19; nº 73-19, processo FUSSP-199.590-19.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 08/06/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-25, de 7 de junho de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, Resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo Fussp-1.345.433-2019, discriminados nos seguintes ofícios: nº 24BPMM-20-4-18, processo FUSSP-527.798-18; nº 9ºBPMM64-4-19, processo FUSSP-784.347-19; nº 35BPMM-103-4-18, processo FUSSP-817.587-19; nº CIPM-10-120-19, processo FUSSP946.087-19; nº 7BPMM-117-4-19, processo FUSSP-1.110.317-19, nº 7BPMM-100-4-19, processo FUSSP-1.110.319-19; nº 3ºBPMI15-4-19, processo FUSSP-1.110.323-19; nº CMB-240-10-19, processo FUSSP-1.110.325-19; nº CPAmb-136-1.4.1-19, processo FUSSP-1.110.336-19; nº 19BPMM-62-4-19, processo FUSSP1.110.337-19; nº 31BPMI-58-40-19, processo FUSSP-1.110.518-19; nº 46BPMM-36-4-19, processo FUSSP-1.191.158-19; nº 46BPMM-37-4-19, processo FUSSP-1.191.209-19; nº CPAmb-154-1.4.1-19, processo FUSSP-1.199.566-19; nº 33BPMM-72-40-19, processo FUSSP-1.200.845-19; nº 28BPMM-66-4-19, processo FUSSP-1.269.819-19; nº 28BPMM-65-4-19, processo FUSSP1.269.822-19; nº 6BPMI-90-4-16, processo FUSSP-1.285.571-19; nº 35BPMM-51-4-19, processo FUSSP-1.270.707-19; nº 35BPMM50-4-19, processo FUSSP-1.270.715-19; nº 35BPMM-36-4-19, processo FUSSP-1.270.717-19; nº 35BPMM-54-4-19, processo FUSSP-1.270.724-19; nº 52BPMI-29-40-19, processo FUSSP1.290.941-19; nº 21BPMI–81-4-19, processo FUSSP-1.298.211-19; nº DP-59-518-19, processo FUSSP-1.323.796-19; nº 6BPMI-91-4-19, processo FUSSP-1.323.810-19.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 08/06/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-26, de 7 de junho de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, Resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo Fussp-595.041-2019, discriminados nos seguintes ofícios: nº 22BPMM-241-4-18, processo FUSSP-1.515.892-18; nº ESSgt-46-14-18, processo FUSSP-84.442-19; nº 43BPMI-11-4-19, processo FUSSP-222.345-19; nº CPAM1-9-12-19, processo FUSSP-222.451-19; nº CPI9-2-431-19, processo FUSSP-369.258-19, nº CPI4-11-40-19, processo FUSSP-365.647-19; nº 17BPMM-8-4-18, processo FUSSP365.650-19; nº 16GB-3-903-19, processo FUSSP-365.656-19; nº APMTJM-26-104-19, processo FUSSP-365.679-19; nº 32BPMM1-4.4-19, processo FUSSP-373.766-19; nº 33BPMM-15-40-19, processo FUSSP-375.126-19; nº 4BPRv-7-434-19, processo FUSSP375.717-19; nº 1ºBPAmb-2-304-19, processo FUSSP-376.412-19; nº 20BPMI-7-400-18, processo FUSSP-376.534-19; nº COPOM-3-40-19, processo FUSSP-445.520-19; nº 1ºBPAmb-26-104-19, processo FUSSP-473.935-19; nº DSACG-4-202-19, processo FUSSP473.940-19; nº 17BPMI-10-40-19, processo FUSSP-473.947-19; nº 32BPMM-3-24-19, processo FUSSP-473.950-19; nº CPI10-2-40-19, processo FUSSP-473.955-19; nº SECCOM-36-19, processo FUSSP-473.957-19; nº 48BPMM-38-4-19, processo FUSSP526.954-19; nº 1BPAmb-6-204-19, processo FUSSP-579.613-19; nº 1BPAmb–7-204-19, processo FUSSP-579.751-19; nº 1BPAmb8-204-19, processo FUSSP-579.895-19; nº 46BPM-M-60-4-19, processo FUSSP-580.166-19; no processo Fussp-1.088.401-19, discriminados nos seguintes ofícios: nº CMed-2-523-18, processo FUSSP-448.930-18; nº 30BPMI-9-40-19, processo FUSSP554.294-19; nº 1ºBPMI-39-400-19, processo FUSSP-67.279-19; nº 2BPChq-29-40-19, processo FUSSP-723.913-19; nº 3BPAmb16-4.3-19, processo FUSSP-737.054-19; nº 3BPAmb-18-4.3-19, processo FUSSP-737.057-19; nº CMB-181-40-19, processo FUSSP752.508-19; nº CPI5-23-41-19, processo FUSSP-752.524-19; nº 41BPMM-30-4-19, processo FUSSP-782.823-19; nº 3BPAmb-20-4.3-19, processo FUSSP-782.990-19; nº 3BPAmb-15-4.3-19, processo FUSSP-783.180-19; nº 3BPAmb-14-4.3-19, processo FUSSP783.272-19; nº 3BPAmb-21.4.3-19, processo FUSSP-817.511-19; nº 35BPMM-38-4-19, processo FUSSP-817.588-19; nº 35BPMM37-4-19, processo FUSSP-817.591-19; nº 35BPMM-35-4-19, processo FUSSP-817.594-19; nº 3BPAmb-25-4.3-19, processo FUSSP87.612-19; nº 14BPMI-61-41-19, processo FUSSP-817.614-19; nº 43BPMM-148-14-19, processo FUSSP-944.765-19; nº 15ºBPMM54-4.3-19, processo FUSSP-944.770-19; nº 53BPMI-48-40-19, processo FUSSP-944.778-19; nº CIPM-12-120-19, processo FUSSP945.482-19; nº 3BPAmb-14-4.3-19, processo FUSSP-946.244-19; nº 2ºBPTran-31-4-19, processo FUSSP-1.013.050-19; nº 33BPMM56-40-19, processo FUSSP-1.013.062-19; nº 33BPMM-10-40-19, processo FUSSP-1.013.069-19; nº 7GB-13-100-19, processo FUSSP-1.013.104-19; nº 22BPMM-1-7-19, processo FUSSP1.013.031-19; 46BPM-M-5-8.4-19, processo FUSSP-1.013.037-19; nº 33BPMM-13-40-19, processo FUSSP-1.013.041-19; nº CMM10-60.2-19; processo FUSSP-1.013.042-19; nº 48BPM-M-1-14-19, processo FUSSP-1.013.054-19; nº 22BPMM-1-54-19, processo FUSSP-1.013.068-19; nº 1ºBPAmb-16-604-19; processo FUSSP1.013.075-19; nº 9º BPMM-104-4-19, processo FUSSP-1.033.309-19; nº 13GB-2-903-19, processo FUSSP-219.169-19; e no processo FUSSP-1.088.746-19, discriminados nos seguintes ofícios: nº 1BPChq-60-4-18, processo FUSSP-2.129.060-18; nº CPA-M8-51—410-18, processo FUSSP-493.894-18; nº 18ºBPMI-18-40-18, processo FUSSP-257.908-19; nº 11BPMI-50-4-18, processo FUSSP552.063-19; nº 26BPMI-26-4-19, processo FUSSP-553.427-19; nº 26BPMI-27-4-19, processo FUSSP-553.704-19; nº EEF-22-14-19, processo FUSSP-553.784-19; nº 5BPMI-74-104-19, processo FUSSP-638.374-19; nº CTEL-23-115-19, processo FUSSP-637.130-19; nº 32BPMI-33-40-19, processo FUSSP-638.791-19; nº 21BPMI35-4-19, processo FUSSP-662.495-19; nº CPTran-13-140-19, processo FUSSP-681.361-19; nº 1BPAmb-448-704-18, processo FUSSP-687.092-19; nº 1BPAmb-449-704-18, processo FUSSP687.177-19; nº 1BPAmb-451-704-18, processo FUSSP-687.330-19; nº CPI1-95-400-19, processo FUSSP-723.927-19; nº 3BPAmb17-4.3-19, processo FUSSP-737.056-19; nº 1BPMM-28-4-19, processo FUSSP-817.578-19; nº 35BPMM-36-4-19, processo FUSSP817.598-19; nº 49BPMI-87-4-19, processo FUSSP-817.600-19; nº 49ºBPMM-27-4-19, processo FUSSP-817.606-19; nº 3BPRv-9-34-19, processo FUSSP-817-610-19; nº 12BPMM-79-4-19, processo FUSSP-817.625-19; nº 50BPMM-3-44-19, processo FUSSP831.115-19; nº 6BPMM-27-4-19, processo FUSSP-842.823-19; nº 9BPMI-43-40-19, processo FUSSP-842.835-19; nº CPM-27-14-19, processo FUSSP-842.943-19, nº CPC-6-11.4-19, processo FUSSP870.145-19; nº DF-36-404-19, processo FUSSP-889.705-19; nº 12ºGB-1-903-19, processo FUSSP-889-710-19, nº 7GB-17-903-19, processo FUSSP-889-714-19, nº 29BPMM-32-4-19, processo FUSSP-889.732-19; nº 39BPM-M-1-14-19; processo FUSSP889.735-19; nº CPAM2-47-14-19, processo FUSSP-1.038.431-19.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 08/06/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-27, de 7 de junho de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, do Fundo Social de São Paulo-FUSSP, para a Prefeitura do Município de Espírito Santo do Pinhal

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, e considerando que após avaliação da oportunidade e conveniência socioeconômica a presente medida, pelos fins sociais a que se destina, é a melhor forma de alienação, Resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Saúde- Hospital Pérola Byington - Centro de Referência da Saúde da Mulher, conforme ofícios GT-DEMEX-SS nº 653-2018, datado de 4-12-2018 e ofício nº 18-2018, datado de 21-11-2018, à Prefeitura do Município de Espírito Santo do Pinhal, em atendimento aos ofícios CG-56-2019, datado de 8-3-2019 e CG-70-2019, datado de 21-3-2019, materiais relacionados à fl. 4, itens de 1 ao 6 e de 8 ao 11, em deferimento ao contido no processo FUSSP-2.050.728-2018.

**Artigo 2º** - A doação de que trata esta resolução ficará revogada se os materiais a que se refere o artigo 1º não forem retirados dentro de 30 (trinta) dias.

**Artigo 3º** - O prazo para uso dos materiais é de 6 (seis) meses a partir da publicação desta resolução, quando a donatária poderá dispor deles sem quaisquer formalidades.

**Artigo 4º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 08/06/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-28, de 7 de junho de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, Resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Saúde, em deferimento ao contido no processo Fussp-1.339.642-2019, discriminados nos seguintes ofícios: GT-DEMEX-SS: nº 183-19, processo FUSSP-1.199.599-19; nº 160-19, processo FUSSP-1.199.606-19; nº 159-19, processo FUSSP-1.199.614-19; nº 161-19, processo FUSSP-1.199.619-19; nº 162-19, processo FUSSP-1.199.622-19; nº 163-19, processo FUSSP-1.199.624-19; nº 170-19, processo FUSSP-1.199.645-19; nº 171-19, processo FUSSP-1.199.648-19; nº 172-19, processo FUSSP-1.199.657-19; nº 173-19, processo FUSSP-1.199.660-19; nº 174-19, processo FUSSP-1.199.662-19; nº 175-19, processo FUSSP-1.199.666-19; nº 176-19, processo FUSSP-1.199.668-19; nº 213-19, processo FUSSP-1.269.826-19; nº 214-19, processo FUSSP-1.269.838-19; nº 215-19, processo FUSSP-1.269.842-19; nº 216-19, processo FUSSP-1.269.849-19; nº 217-19, processo FUSSP-1.269.856-19; nº 218-19, processo FUSSP-1.269.862-19; nº 224-19, processo FUSSP-1.269.882-19.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 08/06/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-29, de 7 de junho de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, Resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Saúde, em deferimento ao contido no processo Fussp-581.830-2019, discriminados nos seguintes ofícios: GT-DEMEX-SS: nº 620-18, processo FUSSP-205.038-18; nº 23-19, processo FUSSP202.099-19; nº 24-19, processo FUSSP-202.110-19; nº 25-19, processo FUSSP-202.114-19; nº 27-19, processo FUSSP-202.157-19; nº 12-19, processo FUSSP-218.687-19; nº 13-19, processo FUSSP-218.788-19; nº 14-19, processo FUSSP-218.801-19; nº 15-19, processo FUSSP-218.817-19; nº 16-19, processo FUSSP218.843-19; nº 31-19, processo FUSSP-365.693-19; nº 34-19, processo FUSSP-365.700-19; nº 36-19, processo FUSSP-365.702-19; nº 44-19, processo FUSSP-365.720-19; nº 46-19, processo FUSSP-365.721-19; nº 55-19, processo FUSSP-445.540-19; nº 69-19, processo FUSSP-443.429-19; nº 70-19, processo FUSSP443.441-19; nº 71-19, processo FUSSP-443.446-19; nº 75-19, processo FUSSP-445.527-19; nº 77-19, processo FUSSP-445.532-19; nº 54-19, processo FUSSP-445.535-19; nº 56-19, processo FUSSP445.545-19; nº 59-19, processo FUSSP-445.558-19; nº 60-19, processo FUSSP-445.562-19 e no processo Fussp-1.088.336-19, discriminados nos seguintes ofícios: GT-DEMEX-SS: nº 91-19, processo FUSSP-544.740-19; nº 92-19, processo FUSSP-544.744-19; nº 79-19, processo FUSSP-547.057-19; nº 82-19, processo FUSSP547.277-19; nº 83-19, processo FUSSP-547.409-19; nº 84-19, processo FUSSP-547.597-19; nº 85-19, processo FUSSP-547.653-19; nº 93-19, processo FUSSP-547.884-19; nº 94-19, processo FUSSP548.008-19; nº 99-19, processo FUSSP-548.288-19; nº 116-19, processo FUSSP-662.310-19; nº 118-19, processo FUSSP-759.745-19; nº 123-19, processo FUSSP-762.291-19; nº 124-19, processo FUSSP-762.421-19; nº 125-19, processo FUSSP-762.742-19; nº 126-19, processo FUSSP-762.827-19; nº 127-19, processo FUSSP763.311-19; nº 133-19, processo FUSSP-890.431-19; nº 134-19, processo FUSSP-890.438-19; nº 138-19, processo FUSSP-890.446-19; nº 139-19, processo FUSSP-890.450-19; nº 143-19, processo FUSSP-1.022.242-19; nº 144-19, processo FUSSP-1.022.248-19; nº 145-19, processo FUSSP-1.022.251-19; nº 146-19, processo FUSSP-1.022.258-19; n° 147-19, processo FUSSP-1.022.260-19; nº 148-19, processo FUSSP-1.022.264-19; nº 149-19, processo FUSSP-1.022.268-19.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 08/06/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Retificação do D.O. de 8-6-2019 [resolução SG-29, de 7 de junho de 2019]

Na [resolução SG-29, de 7 de junho de 2019](#R_SG_029), no artigo 1º, ...

no processo Fussp-581.830-2019, ... leia-se como segue e não como constou:

GT-DEMEX-SS: nº 620-18, processo FUSSP-2.050.382-18; ...

DOE, Seção I, 11/06/2019, p. 4

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução [sg] de 13-6-2019

**Designando**, com fundamento nos § § 3º e 4° do art. 5º do Dec. 61.981-2016, os a seguir indicados para comporem a comissão de análise de Manifestação de Interesse Social - MIS, na qualidade de representantes:

I - como membros fixos:

a) da Secretaria de Governo: Marcos D’Avino Mitidieri, RG 46.005.918-X, e Mayra de Oliveira Gramani, RG 50.059.588-4, respectivamente como titular e suplente;

b) da Secretaria de Desenvolvimento Regional: Ricardo Pinheiro Santana, RG 23.282.679-1, e Juliana Maria Ogawa, RG 26.729.274-0, respectivamente como titular e suplente;

c) da Secretaria da Fazenda e Planejamento: Fernando Janotti Moreira, RG 5.534.947, e Enio Marrano Lopes, RG 8.385.865-9, respectivamente como titular e suplente;

II - como membros eventuais, a depender do objeto da MIS:

a) da Secretaria da Administração Penitenciária: Cassio Martins Santos Silva, RG 7.225.323-X, e Inae Almeida de Mattos, RG 35.204.277-1, respectivamente como titular e suplente;

b) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento: Omar Cassim Neto, RG 13.129.999, e Maria Tereza Romanini Vendramini, RG 35.349.794-0, respectivamente como titular e suplente;

c) da Casa Civil, do Gabinete do Governador: Flávio Teixeira de Mello, RG 15.524.771-2, e Célio Soares de Souza, RG 14.198.316-4, respectivamente como titular e suplente;

d) Casa Militar e Defesa Civil: Hélio Antonio da Silva, RG 20.507.658-0, e Alex Gal Paiva, RG 28.082.603, respectivamente como titular e suplente;

e) da Secretaria da Cultura e Economia Criativa: Claudia Maria Mendes de Almeida Pedrozo, RG 11.878.359-6- IFP-RJ, e Frederico Maia Mascarenhas, RG 20.550.296-6- DETRAN-RJ, respectivamente como titular e suplente;

f) da Secretaria de Desenvolvimento Social: Márcia Ferrari Paiva Ribeiro, RG 12.310.539, e Camila Alexandrino Rocha, RG 42.259.002-2, respectivamente como titular e suplente;

g) da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Bruno Brusso de Queiroz, RG 34.791.402-0, e Samantha Jane Adaolisa Ogbonna, RG 30.009.618-5, respectivamente como titular e suplente;

h) da Secretaria da Educação: Manuela de Souza Pereira, RG 6.697.364 SDS-PE, e Daniela Helena Oliveira Godoy, RG 28.778.005-3, respectivamente como titular e suplente;

i) da Secretaria da Habitação: Fernanda Guardiano Rosa, RG 48.582.588-0, e André Rocha Kuramoto, RG 25.136.837-3, respectivamente como titular e suplente;

j) da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente: Rafaela Di Fonzo Oliveira, RG 29.448.963-0, e Márcia Cristina Yamamoto, RG 28.126.326-7, respectivamente como titular e suplente;

k) da Secretaria da Justiça e Cidadania: Graziela Fazzani Pavão, RG 28.461.283-2, e Rhayza Brunet Alves Souza, RG 42.835.883-4; respectivamente como titular e suplente;

l) da Secretaria de Logística e Transportes: Wladimir Gabriel Junior, RG 8.470.645-4, e Antônio Fernando Gimenez, RG 4.643.804, respectivamente como titular e suplente;

m) da Procuradoria Geral do Estado: Flávia Della Coletta Depiné, RG 20.421.152-9, e Alessandra Obara Soares da Silva, RG 30.228.361-4, respectivamente como titular e suplente;

n) da Secretaria da Saúde: Vanessa Rodrigues Affonso, RG 28.065.574-5, e Cicero Costa Viana Campanharo, RG 1.730.544 – ES, respectivamente como titular e suplente;

o) da Secretaria da Segurança Pública: Ana Lucia de Paula Cintra, RG 22.282.987-4, e Maria Julia Pivato de Oliveira, RG 16.407.992, respectivamente como titular e suplente;

p) da Secretaria de Turismo: Rodrigo Ramos dos Santos, RG 24.380.594-9, e Vanilson Fickert Graciose, RG 19.774.866, respectivamente como titular e suplente;

q) da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP: Maria Eugênia Bonomi Trindade, RG 11.115.407-8, e Gustavo Martins de Oliva, RG 27.142.939-2, respectivamente como titular e suplente;

r) da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP: Fernanda Góes de Oliveira Dahruj, RG 32.981.987-5, e Maria Odete de Matos Tavares, RG 12.147.054-4, respectivamente como titular e suplente;

s) da Caixa Beneficente da Polícia Militar de São Paulo - CBPM: Aguinaldo Nobre de Mello, RG 8.130.343-9, e Edison Ferreira Pinto, RG 13.189.707-X, respectivamente como titular e suplente;

t) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: Ana Rita Ancine, RG 24.154.673-4, e Aline Fernandes Costa Pereira, CPF 387.177.328-08, respectivamente como titular e suplente;

u) do Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo - IMESC: Francisca Henrique de Oliveira, RG 7.272.729-9, e Vera Lúcia Alves de Sant'Anna Martins, RG 6.020.276-2, respectivamente como titular e suplente;

v) do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo - IPEM-SP: Marcelo Hideki Nanya, RG 20.972.935-1, e Josué da Silva Gulli, RG 41.968.320-3, respectivamente como titular e suplente;

w) da São Paulo Previdência - SPPREV: José Roberto de Moraes, RG 4.619.010-7, e Reinaldo dos Santos Lima, RG 18.384.754-4, respectivamente como titular e suplente;

x) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP: José Celso Freire Junior, RG 11.563.980-9, e Jéssica Papp, RG 40.268.297-X, respectivamente como titular e suplente.

DOE, Seção I, 14/06/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-30, de 14-6-2019

Classifica funções de serviço público para fins de atribuição de gratificação “pro labore”

O Secretário de Governo, com fundamento na alínea “b”, inciso VI, do artigo 23, do Decreto nº 52.833, de 24 de março de 2008, resolve:

**Artigo 1º** - Para efeito de atribuição de gratificação “pro labore” de que trata o artigo 28 da Lei nº 10.168 de 10 de julho de 1968, ficam classificadas as funções de serviço público de Coordenador, destinadas às unidades da Secretaria de Governo, na seguinte conformidade:

I – Coordenação de Parcerias, da Subsecretaria de Parcerias e Inovação;

II - Coordenação de Serviços ao Cidadão; Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação; e Coordenadoria de Informações, todas da Subsecretaria de Ações Estratégicas.

**Artigo 2º** - Serão exigidos dos servidores indicados para exercer as funções de serviço público, de que trata o artigo 1º desta resolução, os requisitos mínimos de escolaridade e experiência profissional fixados no Anexo IV a que se refere o artigo 5º da Lei nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008, e alterações.

**Artigo 3º** - O valor do “pro labore” a ser pago aos servidores que desempenham ou venham a desempenhar as funções de serviço público de que trata esta resolução será fixado em ato específico.

**Artigo 4º** - As despesas decorrentes da execução desta resolução correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

**Artigo 5º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2019.

DOE, Seção I, 15/06/2019, p. 3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta CC/SDE - 1, de 26-6-2019

Dispõe sobre a designação dos membros da Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O Secretário-Chefe da Casa Civil e a Secretária de Desenvolvimento Econômico, Considerando o Decreto 63.792, de 09-11-2018, que cria a Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

Considerando o Decreto 64.148, de 19-03-2019, que reorganiza a Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, resolvem:

**Artigo 1º** - Para fins do disposto nos §§3º e 4º, do Decreto 64.148, de 19-03-2019, ficam designados os membros titulares e suplentes para compor a Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como segue:

I – da Secretaria de Administração Penitenciária: Paula Maria Goretti Pudles de Oliveira, RG. 5.328.811-7 (titular), e Mariana Noemi Pina de Branger, RG. 5.160.768-2 (suplente);

II - da Secretaria de Agricultura e Abastecimento: José Erialdo Pinheiro Filho, RG. 27.519 SSP/CE (titular), e Omar Cassim Neto, RG. 13.129.999-2 (suplente);

III - da Secretaria de Comunicação: Eduardo Pugnali Marcos, RG. 25.101.306-6 (titular), e Hélia Figueiredo de Araujo, RG. 33.675.183-7 (suplente);

IV – da Secretaria da Cultura e Economia Criativa: Claudia Maria Mendes de Almeida Pedrozo, RG. 11.878.359-6 (titular), e Christiano Lima Braga, RG. 3.159.067 (suplente);

V - da Secretaria de Desenvolvimento Regional: Eliana Soares Haddad Falque, RG. 6.251.568-8 (titular);

VI - da Secretaria de Desenvolvimento Social: Nayra Karan Moysés, RG. 12.178.318-2 (titular), e João Rafael Calvo da Silva, RG. 20.373.871-8 (suplente);

VII - da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Bruno Brusso de Queiroz, RG. 34.791.402-0 (titular), e Zora Ionara Oliveira Dourado, RG. 36.294.211-0 (suplente);

VIII – da Secretaria da Educação: Maria Elisa Almeida Brandt, RG. 19.233.583-2 (titular), e Andrea Fernandes de Freitas, RG. 16.296.352-X (suplente);

IX - da Secretaria de Esportes: Rafael Parra Castilho, RG. 17.005.149-3 (titular), e Alain Lindomar Alfonso Molinas, RG. 17.430.152-2 (suplente);

X - da Secretaria de Fazenda e Planejamento: Cassiana Montesião de Sousa, RG. 32.053.014-0 (titular), e Eduarda Lazari Maia, RG. 62.994.322-9 (suplente);

XI - da Secretaria de Governo: Pablo Andres Fernandez Uhart, RG. 18.757.296-3 (titular), e Manuela Santos Nunes do Carmo, RG. 32.719.470-4 (suplente);

XII - da Secretaria da Habitação: Flávio Augusto Ayres Amary, RG. 19.178.068-6 (titular), e Cassiano Quevedo Rosas de Ávila, RG. 28.064.718-9 (suplente);

XIII - da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente: Eduardo Trani, RG 5.906.933-8 (titular), Glaucio Attorre Penna, RG. 23.955.560-0 (titular), Gil Kuchembuck Scatena, RG. 28.993.296-8 (suplente), Jussara de Lima Carvalho, RG. 8.667.560-6 (suplente), Fábio Toreta, RG. 25.793.790-0 (titular), Bianca Amaral Mazzuchelli, RG. 28.306.547-3 (suplente), Patrícia Faga Iglecias Lemos, RG. 17.748.415-9 (titular);

XIV - da Secretaria da Justiça e Cidadania: Lucimara Nunes de Paula, RG. 22.927.687-2 (titular), e Haroldo Jun Tani, RG. 29.800.329-6 (suplente);

XV – da Secretaria de Logística e Transporte: Jorge Farah Elias, RG. 39.158.299-9 (titular), e Wladimir Gabriel Junior, RG. 8.470.645-4 (suplente);

XVI - da Secretaria de Relações Internacionais: Affonso Emílio de Alencastro Massot, RF. 838.375.8 (titular), e Andrey Pereira Pinto, RG. 13.618.497 MG (suplente);

XVII - da Secretaria da Saúde: Eduardo Alex Barbin Barbosa RG. 21.750.999-X (titular), e Sylmara Berger Del Zotto, RG. 13.836.434-5 (suplente);

XVIII - da Secretaria de Segurança Pública: Ana Claudia Carvalho Vigliar, RG. 14.130.028-0 (titular), e Cel PM Álvaro Batista Camilo, RG. 9.649.716-6 (suplente);

XIX - da Secretaria de Transportes Metropolitanos: Maíra Maciel Leite, RG. 29.423.347-7 (titular), e Saulo Pereira Vieira, RG. 11.518.630-X (suplente);

XX - da Secretaria de Turismo: Marcelo Lima Costa, RG. 2.826.416/RJ (titular), e Guilherme de Miranda Clementino, RG. 2.547.793-SSP/DF (suplente);

XXI – da Casa Militar e Defesa Civil: Cap PM Cintia Pereira Torres Oliveira, RG. 33.797.151-1 (titular), e 1º Ten PM Felipe Carmelo Torres Zaupa, RG. 34.297.839-1 (suplente);

XXII - da Procuradoria Geral do Estado: Daniel Smolentzov, RG. 27.415.618-0 (titular), e Anna Carolina Seni Peito Macedo Casagrande, RG. 39.649.584-9 (suplente).

XXIII – do Fundo Social de São Paulo - FUSSP: Marcus Vinicius Barão Rocha, RG. 21.227.043-3 SSP/RJ (titular), e Andressa Lopes Capriglione, RG. 8.104.329-9 SSP/PR (suplente);

XXIV- Rede Brasil do Pacto Global: Carlo Linkevieius Pereira, RG. 17.494.859-1 (titular), e Bárbara Dunin, RG. 59.672.726-4 (suplente);

XXV - Instituto Ethos: Caio Luiz Carneiro Magri, RG. 6.856.682-7 SSP/SP (titular), e Marina Ferro, RG. 28.006.436-6 (suplente);

XXVI - Fundação Abrinq: Maitê Fernandez Gauto, RG. 26.465.962-4 SSP/SP (titular), e Ricardo Batista dos Santos, RG. 44.770.204-X (suplente);

XXVII - Fabio José Feldmann, RG. 4.140.585-7 SSP/SP (titular);

XXVIII - Associação Brasileira dos Profissionais pelo Desenvolvimento Sustentável – ABRAPS: Mariana C.M. Spignardi, RG. 26.117.867-2 SSP/SP (titular), e Vivian Aparecida Blaso Souza Soares Cesar, RG. 879.202-4 SSP/MG (suplente);

XXIX - Instituto Cidades Sustentáveis: Jorge Luiz Numa Abrahão, RG. 9.569.024-2 SSP/SP (titular), e Zuleica da Costa Goulart, RG. 36.408.399-2 SSP/SP (suplente);

XXX – Agenda Pública: Sergio Rodrigo Andrade, RG. 54.247.459-1 (titular), e Sara Fraústo Belém de Oliveira, RG. 2009020570-1 (suplente);

XXXVI- Instituto Humanitas 360: Patrícia Rieper Leandrini Villela Marino, RG. 19.649.700-0 (titular), e Magnólia Costa Santos, RG. 5.320.041-X (suplente);

XXXII - Sebrae-SP: Thaís Leal Piffer, RG. 11.901.291 SSP/MG (titular), e Gláucio Lima Franca, RG. 21.974.702 SSP/MG (suplente).

**Artigo 2º** - Fica criado o Grupo de Apoio Institucional, com a seguinte composição: Ana Paula Fava, RG. 8.883.488-8, Deborah Ewelyn Araujo, RG. 2.867.386-DF, Karina Sayuri Sataka Bugarin, RG. 2.642.358, Sandra Di Croce Patricio, RG. 9.370.208-5, Tadeu Luciano Seco Saravalli, RG. 2.189.606-PA.

**Artigo 3º** - A publicação desta resolução conjunta não impede oportuna designação de novos membros, nos termos do §4º do artigo 3º do Decreto 64.148, de 19-03-2019.

**Artigo 4º** - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

DOE, Seção I, 27/06/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-31, de 10 de julho de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio das Secretarias de Estado e da Procuradoria Geral do Estado, em deferimento ao contido no processo Fussp-588.708-2019, discriminados nos seguintes ofícios:

I – Secretaria da Segurança Pública: DAGS nº 14-19, processo FUSSP-473.941-19;

II – Procuradoria Geral do Estado: GPF-A nº 3-19, processo FUSSP-365.682-19; G.PR-1 nº 9-19, processo FUSSP-377.635-19, G.PR-1 nº 8-19, processo FUSSP-377.641-19;

III – Secretaria da Administração Penitenciária: nº 17-19, processo FUSSP-301.486-19; nº 447-19, processo FUSSP365.676-19; nº 481-19, processo FUSSP-375.510-19; nº 845-19, processo FUSSP-473.960-19;

IV – Secretaria de Agricultura e Abastecimento: Núcleo de Suprimentos nº 8-19, processo FUSSP-365.335-19; EDR-REGISTRO nº 26-18; processo FUSSP-628.337-18;

V – Secretaria da Cultura e Economia Criativa: CAP nº 3-19, processo FUSSP-374.082-19;

VI – Secretaria da Educação: GTMEX nº 4-19, processo FUSSP-374.257-19;

VII – Secretaria da Fazenda: N.P. nº 1-19, processo FUSSP201.899-19; N.P. nº 2-19, processo FUSSP-384.000-19;

VIII – Secretaria de Desenvolvimento Econômico: SDE NP nº 1-19, processo FUSSP-373.124-19;

IX - Secretaria de Esportes: nº 2-19, processo FUSSP375.241-19; nº 3-19, processo FUSSP-375.413-19;

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 11/07/2019, p. 3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-32, de 12 de julho de 2019

Constitui Grupo de Trabalho para avaliar e propor os termos e condições da incorporação da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo - IMESP pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, autorizada pela Lei nº 17.056, de 5 de junho de 2019

O Secretário de Governo, no uso da atribuição conferida pela alínea “g” do inciso II do artigo 59 do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, e considerando a promulgação da Lei nº 17.056, de 5 de junho de 2019, que autoriza o Poder Executivo a adotar providências relacionadas à extinção e incorporação das empresas que especifica e dá providências correlatas, resolve:

**Artigo 1º** - Fica constituído, junto ao Gabinete do Secretário de Governo, Grupo de Trabalho incumbido de avaliar e propor os termos e condições da incorporação da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo - IMESP pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, autorizada pela Lei nº 17.056, de 5 de junho de 2019.

**Artigo 2º** - O Grupo de Trabalho será integrado por membros representantes da:

I - Secretaria de Governo, que coordenará os trabalhos;

II - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP;

III - Imprensa Oficial do Estado de São Paulo – IMESP.

Parágrafo único - Os membros do Grupo de Trabalho serão designados pelo Secretário Executivo de Governo.

**Artigo 3º** - O Grupo de Trabalho poderá convidar para participar de suas reuniões pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

**Artigo 4º** - O Grupo de Trabalho deverá apresentar:

I – relatório preliminar no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua instalação e funcionamento, contendo o plano de trabalho;

II – relatórios periódicos, a partir da apresentação do relatório preliminar;

III – relatório final, na conclusão de seus trabalhos.

**Artigo 5º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 13/07/2019, p. 3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-33, de 22 de julho de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, do Fundo Social de São Paulo-FUSSP, para a Organização Comunitária Santo Antônio Maria de Claret de Ribeirão Preto

O Secretário Executivo, Respondendo Pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no art. 60, II, do Dec. 61.036-2015, e considerando que após avaliação da oportunidade e conveniência socioeconômica a presente medida, pelos fins sociais a que se destina, é a melhor forma de alienação, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria de Desenvolvimento Social- Coordenadoria de Ação Social-Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social de Ribeirão Preto, conforme ofício Administrativo nº 8-2019, datado de 22-5-2019, à Organização Comunitária Santo Antônio Maria de Claret, em atendimento ao ofício 12-2019, datado de 29-5-2019, materiais relacionados à fl. 4, item 1 , em deferimento ao contido nos processos FUSSP-831.175 e 1.560.791 ambos de 2019.

**Artigo 2º** - A doação de que trata esta resolução ficará revogada se os materiais a que se refere o artigo 1º não forem retirados dentro de 30 (trinta) dias.

**Artigo 3º** - O prazo para uso dos materiais é de 6(seis) meses a partir da publicação desta resolução, quando a donatária poderá dispor deles sem quaisquer formalidades.

**Artigo 4º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

DOE, Seção I, 23/07/2019, p. 4

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-34, de 30 de julho de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Civil do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo Fussp-1.911.570-2019, discriminados nos seguintes ofícios: nº 3-19, processo FUSSP-889.688-19; nº 2019-3, processo FUSSP-889.721-19; nº 2019-1, processo FUSSP-1.889.728-19; nº 227-19, processo FUSSP-955.088-19; nº 645-19, processo FUSSP-1.033.305-19; nº 228-19, processo FUSSP-1.038.370-19; nº 91-19, processo FUSSP-1.110.316-19; nº 44-19, processo FUSSP-1.110.339-19; nº 2019-5, processo FUSSP-1.191.322-19; nº 2019-7, processo FUSSP-1.191.328-19; nº 301-19, processo FUSSP-1.191.479-19; nº 230-19, processo FUSSP-1.199.553-19; nº 15-19, processo FUSSP-1.207.399-19; nº 3-19, processo FUSSP-1.207.403-19; nº 189-19, processo FUSSP-1.322.123-19 e no processo FUSSP-1.911.572-19, discriminados nos seguintes ofícios: nº 23-19, processo FUSSP-1.345.684-19; nº 81-19, processo FUSSP-1.345.705-19; nº 375-19, processo FUSSP-1.384.836-19; nº 79-19, processo FUSSP-1.397.559-19; nº 18-19, processo FUSSP-1.407.610-19; nº 8-19, processo FUSSP-1.411.662-19; EPML Norte nº 81-19, processo FUSSP-1.484.098-19; nº 2019-9, processo FUSSP-1.508.307-19; nº 127-19, processo FUSSP-1.511.485-19; nº 13-19, processo FUSSP-1.527.549-19; nº 5-19, processo FUSSP-1.760.523-19; nº 85-19, processo FUSSP-1.811.620-19; nº 948-19, processo FUSSP-1.812.676-19; nº 1.290-19, processo FUSSP-1.814.464-19; nº 939-19, processo FUSSP-1.818.620-19; nº 22-19, processo FUSSP-1.818.848-19.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 31/07/2019, p. 3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-35, de 30 de julho de 2019 [retificada]

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo Fussp-1.820.178-2019, discriminados nos seguintes ofícios: nº 20ºGB-2-903-19, processo FUSSP-1.199.536-19; nº 44BPMI-42-40-19, processo FUSSP-1.199.548-19; nº 33BPMM-60-40-19, processo FUSSP1.200.834-19; nº DF-91-404-19, processo FUSSP-1.269.809-19; nº 52BPMI-28-40-19, processo FUSSP-1.290.870-19, nº PM6-019-19, processo FUSSP-1.291.001-19; nº GBMar-7-804/19, processo FUSSP-1.298.200-19; nº 37ºBPMM-68-4-19, processo FUSSP-1.298.207-19; nº 3BPAmb-88-4.3-19, processo FUSSP1.298.219-19; nº 7BPMI-46-40-19, processo FUSSP-1.345.698-19; nº 7BPMI-44-40-19, processo FUSSP-1.345.702-19; nº 37BPMM-27-3.4-19, processo FUSSP-1.346.779-19; nº 6BPMI106-4-19, processo FUSSP-1.384.849-19; nº 14GB-30-904-19,processo FUSSP-1.384.855-19; nº 36BPM-I-97-40-19, processo FUSSP-1.411.652-19;nº46ºBPM-M-8-8.4-19,processo FUSSP1.411.660-19; nº 2BPAEP-89-40-19, processo FUSSP-1.412.562-19; nº 21BPMM-76-114-18,processo FUSSP-1.456.474-19; nº CMB-297-20-19, processo FUSSP-1.456.480-19; nº 41BPM-I-48-400-2019, processo FUSSP-1.456.485-19; nº CPAM3-9-32-19, processo FUSSP-1.467.474-19; nº 40BPMM-103-4-19, processo FUSSP-1.483.432-19; nº 1BPRv-16-4-19,processo FUSSP1.507.411-19; nº 1BPRv-17-4-19,processo FUSSP-1.507.544-19; nº CIPM-13-200-19,processo FUSSP-1.634.768-19 e no processo Fussp-1.820.188-2019, discriminados nos seguintes ofícios: nº 8ºBPMI-140-4-19, processo FUSSP-1.680.849-19; nº CPAM6-171-42-18, processo FUSSP-1.684.850-19; nº CPAM6-168-42-18,processo FUSSP-1.689.984-19; nº CPAM6-167-42-18, processo FUSSP-1.691.402-19; nº CPAM6-165-42-18, processo FUSSP-1.692.967-19; nº CPAM6-199-42-19, processo FUSSP1.693.106-19; nº CPI5-9-33-19, processo FUSSP-1.693.408-19; nº CPAM6-172-42-18, processo FUSSP-1.693.571-19; nº CPAM6-174-42-18, processo FUSSP-1.693.730-19; nº CPAM6-173-42-18, processo FUSSP-1.696.786-19; nº CPAM6-166-42-18, processo FUSSP-1.698.552-19; nº CPAM6-175-42-18, processo FUSSP-1.707.266-19; nº CPAM6-176-42-18, processo FUSSP1.707.350-19; nº 1BPAmb-4-404-19, processo FUSSP-1.708.456-19; nº GBMar-6-804-19, processo FUSSP-1.708.515-19; nº36 BPM-M-1-404-19, processo FUSSP-1.710.611-19; nº CPAM5-126-400-19, processo FUSSP-1.710.675-19; nº CPI10-16-40-19, processo FUSSP-1.713.535-19; nº 16BPMI-97-40-2019, processo FUSSP-1.715.320-19; nº 17GB-9-940-19, processo FUSSP1.724.541-19; nº 17GB-7-940-19,processo FUSSP-1.724.606-19; nº GBMar-8-804-19, processo FUSSP-1.724.770-19; nº 17GB8-940-19,processo FUSSP-1.726.448-19; nº 48BPM-M-4-14-19,processo FUSSP-1.726.526-19.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 31/07/2019, p. 3  
Retificação: DOE, Seção I, 16/08/2019, p. 3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-36, de 30 de julho de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, do Fundo Social de São Paulo-FUSSP, para a Entidade Filantrópica Hospital Dr. Adolfo Bezerra de Menezes de São José do Rio Preto

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, e con siderando que após avaliação da oportunidade e conveniência socioeconômica a presente medida, pelos fins sociais a que se destina, é a melhor forma de alienação, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Segurança Pública – Polícia Civil do Estado de São Paulo – Delegacia Seccional de Polícia “ Inv. Edemilson José Soares” de São José do Rio Preto, conforme ofícios S.Ad nº 19, datado de 12-6-19 e nº 20, datado de 13-6-2019, à Entidade Filantrópica Hospital Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, de São José do Rio Preto, em atendimento aos ofícios s/nº datado de 13-6-19 e nº 108, datado de 14-6-2019, materiais relacionados as fls. 5 e 6 do FUSSP-1.665.712-19 e materiais relacionados a fl. 5 do processo FUSSP-1.665.988-19.

**Artigo 2º** - A doação de que trata esta resolução ficará revogada se os materiais a que se refere o artigo 1º não forem retirados dentro de 30 (trinta) dias.

**Artigo 3º** - O prazo para uso dos materiais é de 6 (seis) meses a partir da publicação desta resolução, quando a donatária poderá dispor deles sem quaisquer formalidades.

**Artigo 4º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 31/07/2019, p. 3-4

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-37, de 30 de julho de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Saúde, em deferimento ao contido no processo Fussp-1.911.562-2019, discriminados nos seguintes ofícios: GT-DEMEX-SS: nº 272-19, processo FUSSP-1.526.758-19; nº 274-19, processo FUSSP-1.526.772-19; nº 267-19, processo FUSSP-1.526.747-19; nº 282-19, processo FUSSP-1.526.878-19; nº 281-19, processo FUSSP-1.526.915-19; 251-19, processo FUSSP-1.527.432-19; nº 250-19, processo FUSSP-1.527.451-19; nº 301-19, processo FUSSP-1.797.744-19; nº 300-19, processo FUSSP-1.797.879-19; nº 299-19, processo FUSSP-1.798.153-19; nº 298-19, processo FUSSP-1.801.443-19; nº 295-19, processo FUSSP-1.802.829-19; nº 294-19, processo FUSSP-1.802.986-19; nº 292-19, processo FUSSP-1.805.743-19; nº 291-19, processo FUSSP-1.805.792-19; nº 288-19, processo FUSSP-1.806.034-19; nº 286-19, processo FUSSP-1.806.718-19.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

DOE, Seção I, 31/07/2019, p. 4

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-38, de 7 de agosto de 2019

Dispõe sobre o cronograma de implantação do Programa SP Sem Papel

Chefe de Gabinete, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, e à vista do disposto no § 1º do artigo 1º do Decreto nº 64.355, de 31 de julho de 2019, resolve:

**Artigo 1º** - Para o fim de que trata o § 1º do artigo 1º do Decreto nº 64.355, de 31 de julho de 2019, fica aprovado o cronograma de datas de implantação do ambiente digital de gestão documental, na conformidade do Anexo que faz parte integrante desta resolução.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de agosto de 2019.

ANEXO

a que se refere o artigo 1º da resolução SG-38, de 7 de agosto de 2019

|  |  |
| --- | --- |
| **SECRETARIA** | **DATA** |
| Gabinete do Governador | 5/8/2019 |
| Secretaria de Governo |
| PRODESP |
| Secretaria da Educação | 8/8/2019 |
| Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE |
| Secretaria Especial de Relações Internacionais |

DOE, Seção I, 08/08/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução [SG] do Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente, de 9-8-2019

**Designando**, nos termos do parágrafo único do art. 2º da Resolução SG-32, de 12-7-2019, os a seguir indicados para comporem o Grupo de Trabalho constituído para avaliar e propor os termos e condições da incorporação da Imprensa Oficial do Estado S.A. – IMESP pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – Prodesp, autorizada pela Lei 17.056-2019, na qualidade de representantes:

I – da Secretaria de Governo: Amauri Gavião Almeida Marques da Silva, RG 23.889.330-3, que será o coordenador dos trabalhos, e Pablo Andres Fernandez Uhart, RG 18.757.296-3;

II - da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp: Maria de Fátima Alves Ferreira, RG 11.766.712-2, e Euvanda Gonçalves de Morais, RG 19.202.356-1;

III – da Imprensa Oficial do Estado S.A. - IMESP: Fuad Miguel Pacha Neto, RG 44.049.106-X, e Ceres Alves Prates, RG 236905/ES.

DOE, Seção I, 14/08/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-39, de 15 de agosto de 2019

**Negando**, conferida pelo art. 23, inc. XVIII, alínea “b”, do Dec. 52.833-2008 e nos termos do art. 202, da Lei 10.261-68, e à vista dos elementos de instrução dos autos, em especial a manifestação do Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito – Detran-SP, nego o pedido de concessão de 2 anos de licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares, formulado por Sandra Maria Soares Silva, RG 29.531.835-1, Oficial Administrativo, Ref. 1, Grau B, da EVNI, do SQC-III-QSG, a que se refere o art. 12, II, da LC 1080-2008 e alterações posteriores, em virtude do número limitado de Oficiais Administrativos na Ciretran de Botucatu.

DOE, Seção I, 16/08/2019, p. 3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Retificação do D.O. de 31-7-2019 [resolução SG-35, de 30-7-2019]

Na [resolução SG-35, de 30-7-2019](#R_SG_035), no artigo 1º, leia-se como segue e não como constou:

... no processo Fussp-1.820.178-2019, ... nº 33BPMM-64-40-19, processo FUSSP-1.200.834-19;...

DOE, Seção I, 16/08/2019, p. 3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-40, de 16 de agosto de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV, e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio das Secretarias de Estado, em deferimento ao contido no processo Fussp-1.950.053-2019, discriminados nos seguintes ofícios:

I – Secretaria da Administração Penitenciária: nº 455-19, processo FUSSP-1.207.390-19; nº 1601-19, processo FUSSP1.262.844-19; nº 3.043-19, processo FUSSP-1.270.904-19; nº 170-19, processo FUSSP-1.292.640-19; nº 75-19, processo FUSSP1.297.424-19; PTREM nº 915-19, processo FUSSP-1.397.645-19; CRSC nº 104-19, processo FUSSP-1.411.659-19; nº 2.279-19, processo FUSSP-1.534.887-19; CPP nº 833-19, processo FUSSP1.550.983-19; nº 605-19, processo FUSSP-1.607.233-19; nº 4.282-19, processo FUSSP-1.636.209-19; nº 3.166-19, processo FUSSP-1.681.600-19; nº 3.320-19, processo FUSSP-1.726.731-19; nº 2.743-19, processo FUSSP-1.818.323-19;

II – Secretaria de Agricultura e Abastecimento: nº 33-19, processo FUSSP-1.329.613-19; nº 36-19, processo FUSSP-1.330.455-19; NFS/CA/DSMM nº 2-19, processo FUSSP-1.384.888-19; NFS/CA/DSMM nº 3-19, processo FUSSP-1.384.894-19;

III - Secretaria da Cultura e Economia Criativa: CAP nº 5-19, processo FUSSP-1.345.691-19; CAP nº 7-19, processo FUSSP1.880.359-19;

IV - Secretaria da Educação: GTMEX nº 19-19, processo FUSSP-1.708.639-19; GTMEX nº 21-19, processo FUSSP1.813.401-19; GTMEX nº 22-19, processo FUSSP-1.880.346-19;

V – Secretaria da Fazenda e Planejamento: CRA-NSI nº 7-19, processo FUSSP-1.208.994-19; CRA nº 74-19, processo FUSSP-1.500.395-19; NSI nº 2-19, processo FUSSP-1.751.059-19; NSI nº 3-19, processo FUSSP1.751.302-19; NSI nº 4-19, processo FUSSP-1.751.424-19.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 17/08/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-41, de 16 de agosto de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Civil do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo Fussp2.073.359-2019, discriminados nos seguintes ofícios: nº 134-19, processo FUSSP-1.201.414-19; EPC/SBC nº 122-19, processo FUSSP-1.384.871-19; nº 1-19, processo FUSSP-1.430.335-19; nº 39-19, processo FUSSP-1.581.194-19; nº 84-2019, processo FUSSP-1.636.405-19; nº 56-2019, processo FUSSP-1.707.666-19; nº 22-19, processo FUSSP-1.710.468-19; nº 9-19, processo FUSSP-1.710.515-19; nº 80-19, processo FUSSP-1.710.842-19; nº 21-19, processo FUSSP-1.715.168-19; nº 16-19, processo FUSSP-1.912.960-19; nº 45-19, processo FUSSP-1.912.979-19; nº 586-19, processo FUSSP-1.961.018-19; nº 951-19, processo FUSSP-1.968.819-19; nº 950-19, processo FUSSP-1.968.953-19; nº 949-19, processo FUSSP-1.969.038-19; nº 948-2019, processo FUSSP-1.969.123-19.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 17/08/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-42, de 16 de agosto de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo Fussp-2.075.912-2019, discriminados nos seguintes ofícios:

nº 5ºBPM/M-021-24-19, processo FUSSP-1.038.313-19; nº 1BPAmb-3-404-19, processo FUSSP-1.819.996-19; nº 3BPAmb114-4.3-19, processo FUSSP-1.821.208-19; nº 3BPAmb-115-4.3-19, processo FUSSP-1.821.335-19; nº 28BPMM-109-4-19, processo FUSSP-1.822.154-19, nº GBMar-1-804-19, processo FUSSP-1.880.353-19; nº 40BPMM-148-4-19, processo FUSSP1.880.356-19; nº 5GB-7-803-19, processo FUSSP-1.880.363-19; nº 19BPMM-35-204-19, processo FUSSP-1.880.364-19; nº APMAL-262-1.0-19, processo FUSSP-1.880.369-19; nº 19BPMM30-304-19, processo FUSSP-1.880.379-19; nº CMB-397-20-19, processo FUSSP-1.880.391-19; nº 2BPAmb-162-24-19, processo FUSSP-1.918.334-19; nº 22ºBPMI-129-40-19, processo FUSSP1.918.544-19; nº 38BPMI-18-4-19, processo FUSSP-1.918.771-19; nº 38BPMI-13-4-19, processo FUSSP-1.918.990-19; nº 33BPMM-130-40-19, processo FUSSP-1.919.307-19; nº 2GB42-803-19, processo FUSSP-1.956.836-19; nº CCB-17-540-19, processo FUSSP-1.956.847-19.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 17/08/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-43, de 16 de agosto de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Saúde, em deferimento ao contido no processo Fussp-2.074.167-2019, discriminados nos seguintes ofícios: GT-DEMEX-SS: nº 319-19, processo FUSSP-1.974.952-19; nº 320-2019, processo FUSSP-1.974.959-19; nº 321-19, processo FUSSP-1.974.961-19; nº 322-19, processo FUSSP-1.974.966-19; nº 323-19, processo FUSSP-1.974.970-19; nº 324-19, processo FUSSP-1.974.972-19; nº 328-19, processo FUSSP-1.974.992-19; nº 338-19, processo FUSSP-1.974.995-19; nº 349-19, processo FUSSP-1.974.997-19; nº 350-19, processo FUSSP-1.975.005-19; nº 351-19, processo FUSSP-1.975.009-19; nº 352-19, processo FUSSP-1.975.014-19; nº 353-19, processo FUSSP-1.975.021-19; nº 354-19, processo FUSSP-1.975.026-19; nº 355-19, processo FUSSP-1.975.032-19; nº 359-19, processo FUSSP-1.975.057-19; nº 363-19, processo FUSSP-1.975.074-19; nº 364-19, processo FUSSP-1.975.078-19.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 17/08/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-44, de 16 de agosto de 2019

Dispõe sobre o cronograma de implantação do Programa SP Sem Papel

O Secretário de Governo, e à vista do disposto no § 1º do artigo 1º do Decreto nº 64.355, de 31 de julho de 2019, resolve:

**Artigo 1º** - Para o fim de que trata o § 1º do artigo 1º do Decreto nº 64.355, de 31 de julho de 2019, fica aprovado o cronograma de datas de implantação do ambiente digital de gestão documental, na conformidade do Anexo que faz parte integrante desta resolução.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de agosto de 2019.

ANEXO

a que se refere o artigo 1º da

Resolução SG-44, de 16 de agosto de 2019

|  |  |
| --- | --- |
| **SECRETARIA** | **DATA** |
| Secretaria de Desenvolvimento Regional | 15-8-2019 |
| Casa Civil |
| Secretaria da Fazenda e Planejamento | 22-8-2019 |
| Secretaria da Saúde | 29-8-2019 |

DOE, Seção I, 17/08/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta CC/SG/SFP-6, de 19-8-2019

Dispõe sobre procedimentos, tramitação e prazo para a apresentação das propostas de indicadores, critérios de apuração e avaliação, linhas de base e metas, visando o pagamento da Bonificação por Resultados - BR aos servidores a que se referem as LCs 1.078-2008, 1.079-2008, 1.086-2009, 1.104-2010, 1.121-2010 e 1.245-2014

O Secretário-Chefe da Casa Civil e os Secretários de Governo e da Fazenda e Planejamento, observadas suas responsabilidades derivadas das LC 1.078-2008, 1.079-2008, 1.086-2009, 1.104-2010, 1.121-2010 e 1.245-2014, resolvem:

**Artigo 1º** - As propostas de Bonificação por Resultados, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2019, deverão ser autuadas e registradas no órgão e entidade interessados, processadas em expedientes exclusivos para essa finalidade, e encaminhadas à Secretaria da Fazenda e Planejamento, por intermédio do Departamento de Desenvolvimento Institucional, da Coordenadoria de Gestão, até o dia 30-9-2019.

Parágrafo único - As propostas de que trata o “caput” deste artigo serão submetidas à Comissão Intersecretarial, após análise e manifestação do Departamento de Desenvolvimento Institucional, da Coordenadoria de Gestão, a quem cabe prestar suporte e apoio técnico aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e às instâncias decisórias no tocante à Bonificação por Resultados, conforme estabelecido no Dec. 64.152-2019, que tratou da reorganização da Secretaria de Fazenda e Planejamento.

**Artigo 2º** – As propostas, contendo, num único processo, os indicadores, seus critérios de apuração e avaliação, metas e linhas de base, deverão contemplar, no mínimo, as seguintes informações:

I – Descrição dos indicadores, justificativa de sua importância estratégica para a organização, detalhamento da metodologia proposta para apuração, incluindo fórmulas de cálculo, unidades de medida, padrão de desempenho esperado a médio prazo, setor responsável pelo indicador na organização, peso do indicador na cesta de indicadores, período de apuração, fonte dos dados, considerações sobre recomendações anteriores emitidas pelas instâncias técnica e decisória da política de BR, e pesquisas ou outras informações complementares úteis à compreensão e avaliação do indicador.

II – Justificativa e detalhamento da metodologia utilizada para a determinação dos valores de meta e linha de base, e série histórica de desempenho dos últimos 4 anos, no mínimo, quando houver, e pesquisas ou outras informações complementares úteis à compreensão e avaliação das metas e linhas de base propostas.

III – Quantidade de servidores aptos a receber a bonificação e número dos que a receberam no ano anterior.

IV - Valor total pago a título de Bonificação por Resultados no ano anterior e previsão do gasto esperado com a BR de 2019.

V – Apresentação das minutas de resolução conjunta, a que define os indicadores, seus critérios de apuração e avaliação, bem como a que fixa as metas, linhas de base e os respectivos pesos no Índice Agregado de Cumprimento de Metas.

**Artigo 3º** - As autarquias deverão elaborar propostas de indicadores e metas próprias, as quais serão submetidas à apreciação da Comissão Intersecretarial por intermédio do dirigente da Pasta a que estiverem vinculadas, observando-se o prazo estabelecido no artigo 1º desta resolução conjunta.

**Artigo 4º** - As propostas de Bonificação por Resultados, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2020, também deverão ser elaboradas nos termos da presente resolução, devendo ser autuadas e registradas no órgão e entidade interessados, processadas em expedientes exclusivos para essa finalidade, e encaminhadas à Secretaria de Fazenda e Planejamento, por intermédio do Departamento de Desenvolvimento Institucional, da Coordenadoria de Gestão, até o dia 30-4-2020.

**Artigo 5º** - Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 20/08/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-45, de 22 de agosto de 2019

Estabelece normas relativas ao Programa SP Sem Papel no âmbito da Secretaria de Governo

O Secretário de Governo,

Considerando a implantação do Programa SP Sem Papel, conforme [Resolução SG-38, de 7 de agosto de 2019](#R_SG_038), que atendeu ao disposto no § 1º do artigo 1º do Decreto n° 64.355, de 31 de julho de 2019,

Considerando a racionalização, otimização, gestão documental eficiente, segurança, transparência, economicidade e a sustentabilidade ambiental abrangidas pelo Programa, resolve:

**Artigo 1º** - A produção, gestão, tramitação, armazenamento, preservação, segurança e acesso a documentos e informações arquivísticas de novos documentos, na Secretaria de Governo e no Fundo Social de São Paulo, deverão ser feitos exclusivamente no ambiente oficial de gestão documental do Estado de São Paulo (https://www.spsempapel.sp.gov.br/), doravante denominado Ambiente Oficial, observadas as disposições do artigo 11 do Decreto nº 64.355, de 31 de julho de 2019, e atendidos os requisitos previstos nesta resolução.

§ 1º - Os processos, expedientes e documentos autuados fisicamente e cadastrados em sistemas de controle referencial, antes da implantação do Programa de que trata esta resolução, tramitarão em papel até a sua eliminação, conforme prazos previstos nas Tabelas de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado.

§ 2° - Os documentos recebidos e protocolados fisicamente serão digitalizados e capturados para autuação e tramitação no Ambiente Oficial e, salvo manifestação em contrário do remetente, a resposta será fornecida pela mesma forma.

§ 3º - A abertura e a tramitação de processo, expediente ou documento, em meio físico, somente serão permitidas nas situações em que:

1. houver indisponibilidade temporária do Ambiente Oficial e, simultaneamente, comprometimento de prazos legais ou administrativos;

2. a matéria apresentar caráter de urgência ou emergência, devidamente declaradas pela autoridade competente, para justificar autuação e cadastramento no sistema SPdoc.

§ 4º - Nos casos do § 3º deste artigo, o registro no Ambiente Oficial deverá ser realizado imediatamente após seu reestabelecimento, tendo ou não ocorrido a conclusão da tramitação.

§ 5º - Os processos, expedientes e documentos recebidos fisicamente, mesmo que tramitados por intermédio do Ambiente Oficial, permanecerão arquivados no Departamento de Gestão da Documentação Técnica e Administrativa – DGDTA, da Coordenadoria de Administração, até a data de sua eliminação, conforme prazos previstos nas Tabelas de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo, respeitadas as orientações gerais emanadas pela Unidade do Arquivo Público do Estado.

**Artigo 2º** - A tramitação de documentos entre a Secretaria de Governo e demais órgãos do Poder Executivo Estadual se dará gradativamente por meio digital, até 31 de dezembro de 2019, conforme cronogramas de implantação do Ambiente Oficial publicados com observância do disposto no § 1º do artigo 1º do Decreto n° 64.355, de 31 de julho de 2019.

§ 1º - Os processos, expedientes e documentos dos órgãos a que se refere o “caput” deste artigo, somente serão recebidos fisicamente quando:

1. não tenham a data de implantação prevista em resolução da Secretaria de Governo;

2. a autuação tenha se dado nos termos do § 3º do artigo 1º desta resolução;

3. o sistema informatizado ainda não tinha sido objeto da adequação a que se refere o artigo 2º das Disposições Transitórias do Decreto n° 64.355, de 31 de julho de 2019.

§ 2º - Os processos, expedientes e documentos recebidos na forma do § 1º deste artigo poderão ser digitalizados e capturados para autuação e tramitação no Ambiente Oficial, no âmbito da Secretaria de Governo, visando à celeridade de sua tramitação, formando o processo híbrido a que se refere o inciso XVIII do artigo 2º do Decreto n° 64.355, de 31 de julho de 2019.

§ 3º - Ocorrendo a tramitação na forma prevista no § 2º deste artigo, o processo, expediente ou documento recepcionado fisicamente será restituído à origem, instruído com cópia dos documentos digitais produzidos e tramitados no âmbito da Secretaria de Governo.

§ 4º - Havendo possibilidade de prosseguimento da tramitação de processo, expediente ou documento, por intermédio de comunicação oficial entre servidores públicos da Secretaria de Governo e demais órgãos ou entidades, públicas ou privadas, esta se dará preferencialmente por intermédio de *e-mail* oficial, a ser capturado e incorporado ao Ambiente Oficial.

**Artigo 3º** - É obrigatória, a todos os servidores públicos das áreas administrativas, a certificação no curso de Educação à Distância - EAD do ambiente de treinamento do Programa SP Sem Papel, disponibilizado no https://treinamentos.spsempapel.sp.gov.br.

**Artigo 4º** - O Departamento de Gestão da Documentação Técnica e Administrativa – DGDTA exercerá a função de Administrador do Programa SP Sem Papel, no âmbito da Secretaria de Governo, cabendo-lhe a inclusão e exclusão de usuários no Ambiente Oficial.

§ 1º - O Departamento de Recursos Humanos, da Coordenadoria de Administração, será responsável por solicitar a inclusão e exclusão de usuários no Ambiente Oficial, devendo fornecer, ao Administrador do Programa SP Sem Papel, nome completo, CPF e *e-mail* oficial do usuário.

§ 2º - O Superior imediato poderá solicitar a exclusão de servidor público do Ambiente Oficial, por meio de ato motivado.

**Artigo 5º** - A Plataforma Tecnológica do Ambiente Oficial e os serviços atrelados à sua manutenção serão de responsabilidade da Secretaria de Governo, cabendo aos demais órgãos e entidades do Estado prover a armazenagem, junto à Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, dos documentos nela inseridos.

**Artigo 6º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 23/08/2019, p. 4

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução [sg] de 22-8-2019

**Designando**, com fundamento nos §§ 3º e 4° do art. 5º do Dec. 61.981-2016, os a seguir indicados para comporem a comissão de análise de Manifestação de Interesse Social - MIS, como membros eventuais, a depender do objeto da MIS, na qualidade de representantes:

a) da Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Thiago Rodrigues Liporaci, RG 43.508.627-3, e Eva Carolina Mesquita Pellaes Pereira, RG 27.467.126-8, respectivamente como titular e suplente;

b) da Secretaria de Esportes: Sueli Aparecida Maraschin, RG 6.245.475-4, e Helder Burle dos Santos, RG 33.370.030-2, respectivamente como titular e suplente.

DOE, Seção I, 23/08/2019, p. 4

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução [cc] do Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente, de 26-8-2019

**Cessando**, a partir de 18-6-2019, os efeitos da resolução publicada em 27-2-2016, que designou Eletra Vittoria Iulia Augusta Busato, RG 3.364.738, para responder pelo Expediente do Grupo de Relacionamento com a Sociedade, desta Pasta.

DOE, Seção I, 27/08/2019, p. 5

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta SG/SE-1, de 26-8-2019

Altera o artigo 4º da Resolução Conjunta CC/SE-1, de 27-8-2009, que dispõe sobre a instalação de Corregedoria Setorial, da Corregedoria Geral da Administração, junto à Secretaria da Educação e dá providências correlatas

Os Secretários de Governo e da Educação, com fundamento nos arts 31 a 33 do Dec. 57.500-2011, alterado pelo Dec.61.175-2015, resolvem:

**Artigo 1º**- O artigo 4º da [Resolução Conjunta CC/SE-1, de 27-8-2009](https://governosp-my.sharepoint.com/personal/mconti_sp_gov_br/Documents/CDNTA/!%20Produtos/Resol_CC_SG_SGGE/Resol_CC_SGGE_Completas_2000_a_2009/2009_Resol_CC.docx#RC_CC_SE_1), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 4º - A Corregedoria Setorial Educação será instalada na Rua Voluntários da Pátria, 596, 9º andar, Santana – São Paulo/Capital, cabendo à Secretaria da Educação providenciar toda a infraestrutura, incluindo mobiliário, equipamentos, computadores, telefones, insumos de escritório, materiais de consumo, refeições, cabeamento de lógica, manutenção de rede, manutenção de equipamentos de informática, licenças de *software*, reprografia, fornecimento de veículos para o transporte de Corregedores durante o desenvolvimento dos trabalhos de correição e a realização de diligências, e demais apoios administrativos necessários ao bom funcionamento da Corregedoria Setorial da Educação.”. (NR)

**Artigo 2º**- Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 28/08/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-46, de 29 de agosto de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV, e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio das Secretarias de Estado, Procuradoria Geral do Estado, Defensoria Pública do Estado de São Paulo e Casa Militar, em deferimento ao contido no processo Fussp-2.287.146-2019, discriminados nos seguintes ofícios:

I – Fundo Social de São Paulo: of. Patrimônio-4-19, processo FUSSP-1.445.090-19;

II – Procuradoria Geral do Estado: of. DSA/CE-7-19, processo FUSSP-1.384.868-19; of. DSA-11-19, processo FUSSP-1.813.154-19; of. G.PR-1-28-19, processo FUSSP-1.814.620-19; of. 30-19, processo FUSSP-2.014.444-19;

III – Casa Militar: of. CMil-36-731-19, processo FUSSP1.505.283-19;

IV – Defensoria Pública do Estado de São Paulo: of. DLO24-19, processo FUSSP-1.191.465-19; of. DLO-22-19, processo FUSSP-1.199.543-19;

V – Secretaria da Administração Penitenciária: of. 3.266-19, processo FUSSP-1.910.330-19; of. 8.001-19, processo FUSSP1.918.396-19; of. 2.780-19, processo FUSSP-1.919.198-19; of. 1.315-19, processo FUSSP-2.181.201-19; of. 2.292-19, processo FUSSP-2.181.674-19;

VI – Secretaria de Agricultura e Abastecimento: of. NFS/CA/DSMM-4-19, processo FUSSP-1.384.902-19; of. GTMEX-1-19, processo Fussp-1.512.329-19; of. 33-19, processo FUSSP1.943.382-19; of. 28-19, processo FUSSP-2.045.579-19;

VII – Secretaria da Segurança Pública: of. DAGS 61-19, processo FUSSP-1.535.464-19;

VIII – Secretaria de Governo: ofs. NUPATRI: of. 6-19, processo FUSSP-1.819.760-19; of. 9-19, processo FUSSP-2.014.934-19; of. 10-19, processo FUSSP-2.211.734-19;

IX – Secretaria da Fazenda e Planejamento: of. CAPM-9-19, processo FUSSP-1.446.335-19;

X – Secretaria de Desenvolvimento Social: of. 42-18, processo FUSSP-448.754-18.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 30/08/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-47, de 29 de agosto de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV, e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo Fussp-2.271.322-2019, discriminados nos seguintes ofícios: nº CPAM6-170-42-18, processo FUSSP-1.684.937-19; nº CPAM6-169-42-18, processo FUSSP-1.689.889-19; nº CPI4-76-40-19, processo FUSSP-1.972.355-19; nº 51BPMM-217-4-19, processo FUSSP-2.013.805-19; nº CorregPM-10-221-19, processo FUSSP2.013.981-19, nº CAvPM-40-909-19, processo FUSSP-2.014.665-19; nº CPAmb-252-1.4.1-19, processo FUSSP-2.022.054-19; nº 26BPMI-97-4-de 2019, processo FUSSP-2.036.564-19; nº 26BPMI-86-4-19, processo FUSSP-2.036.615-19; nº 26BPMI117-4-19, processo FUSSP-2.164.642-19; nº 1ºBPMI-161-400-19, processo FUSSP-2.164.891-19; nº 19BPMM-34-204-19, processo FUSSP-2.067.743-19; nº CMM-35-60.1-18, processo FUSSP-2.067.747-19; nº 54ºBPMI-67-40-19, processo FUSSP2.168.176-19; nº DL-18-14.4-19, processo FUSSP-2.168.182-19; nº CPAM11-53-41-19, processo FUSSP-2.168.189-19; nº 51BPMM-227-4-19, processo FUSSP-2.168.191-19; nº CPI9-73-430-19, processo FUSSP-2.168.196-19; nº 47BPMI-204-4-19, processo FUSSP-2.180.721-19; nº 47BPMI-238-4-19, processo FUSSP-2.180.807-19; nº CPAM2-123-14-19, processo FUSSP-2.182.043-19; nº 22BPMM-201-4-19, processo FUSSP-2.182.299-19; nº CPAM11-52-41-19, processo FUSSP2.182.418-19.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 30/08/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-48, de 29 de agosto de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV, e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Saúde, em deferimento ao contido no processo Fussp-2.269.537-2019, discriminados nos seguintes ofícios: GT-DEMEX-SS: nº 378-19, processo FUSSP-2.022.060-19; nº 377-19, processo FUSSP-2.022.064-19; nº 374-19, processo FUSSP-2.022.076-19; nº 373-19, processo FUSSP-2.022.080-19; nº 372-19, processo FUSSP-2.022.083-19; nº 371-19, processo FUSSP-2.022.088-19; nº 380-19, processo FUSSP-2.172.575-19; nº 381-19, processo FUSSP-2.172.584-19; nº 382-19, processo FUSSP-2.172.589-19; nº 395-19, processo FUSSP-2.172.593-19; nº 418-19, processo FUSSP-2.172.605-19; nº 419-19, processo FUSSP-2.172.609-19; nº 424-19, processo FUSSP-2.172.615-19; nº 425-19, processo FUSSP-2.172.622-19; nº 427-19, processo FUSSP-2.172.631-19; nº 428-19, processo FUSSP-2.172.639-19; nº 429-19, processo FUSSP-2.172.641-19.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 30/08/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta SG/SIMA/SDE/CC-1, de 30-8-2019

Institui o R-GOV – Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos nas dependências do Palácio dos Bandeirantes e dá providências correlatas

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente, da Secretaria de Governo, os Secretários de Infraestrutura e Meio Ambiente e de Desenvolvimento Econômico, e o Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente, da Casa Civil,

Considerando a finalidade de desenvolver ações e projetos sociais visando ao resgate da dignidade humana e à melhoria da qualidade de vida pelo Fundo Social de São Paulo - FUSSP;

Considerando a LF 12.305-2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

Considerando a Lei 12.300-2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos;

Considerando a articulação do Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2020-2023 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas;

Considerando o Dec. 64.148-2019, que reorganiza a Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, resolvem

**Artigo 1º** – Fica instituído o R-GOV – Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos nas dependências do Palácio dos Bandeirantes, com os seguintes objetivos:

I – objetivos gerais: apresentar as diretrizes de gestão e de gerenciamento dos resíduos sólidos e da implementação de ações que visam à não geração, redução e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados nas dependências do Palácio dos Bandeirantes;

II – objetivos específicos:

a) reduzir a geração de resíduos;

b) reaproveitar materiais gerados;

c) promover melhor segregação dos resíduos gerados, com o apoio de servidores e funcionários;

d) contribuir com a reciclagem dos resíduos;

e) reduzir os impactos ambientais gerados pela destinação inadequada dos resíduos reutilizáveis e recicláveis.

**Artigo 2º** – A Secretaria de Governo será o órgão responsável pela implementação do R-GOV nas dependências do Palácio dos Bandeirantes, observada orientação técnica da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente.

**Artigo 3º** – A Casa Civil, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e o Fundo Social de São Paulo – FUSSP, da Secretaria de Governo, serão os órgãos responsáveis pela articulação do R-GOV com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas.

**Artigo 4º** – Poderá ser constituído grupo de trabalho com a finalidade de apoiar a implementação do R-GOV e de propor outras medidas que eventualmente se fizerem necessárias, de acordo com a orientação técnica da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e articuladas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas.

**Artigo 5º** – Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 30/08/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-49, de 13-9-2019

Dispõe sobre o cronograma de implantação do Programa SP Sem Papel

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, e à vista do disposto no § 1º do art. 1º do Dec. 64.355-2019, resolve:

**Artigo 1º** - Para o fim de que trata o § 1º do art. 1º do Dec. 64.355-2019, fica aprovado o cronograma de datas de implantação do ambiente digital de gestão documental, na conformidade do Anexo que faz parte integrante desta resolução.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

a que se refere o art. 1º da Resolução SG-49, de 13-9-2019

|  |  |
| --- | --- |
| **SECRETARIA** | **DATA** |
| Secretaria dos Transportes Metropolitanos | 16-9-2019 |
| Casa Militar e Defesa Civil | 30-9-2019 |
| Secretaria de Agricultura e Abastecimento |
| Procuradoria Geral do Estado |

DOE, Seção I, 14/09/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-50, de 13-9-2019

**Concedendo**, pelo art. 23, XVIII, alínea “b”, do Dec. 52.833-2008 e nos termos do art. 202, da Lei 10.261-68, e à vista dos elementos de instrução dos autos, em especial a manifestação do Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito – Detran-SP, a Patricia Soares de Santana, RG 30.666.592-X, Oficial Administrativo, Ref. 1, Grau B, da EVNI, do SQC-III-QSG, a que se refere o art. 12, II, da LC 1080-2008 e alterações posteriores, 2 anos de licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares.

DOE, Seção I, 14/09/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-51, de 13-9-2019

**Negando**, pelo art. 23, XVIII, alínea “b”, do Dec. 52.833-2008 e nos termos do art. 202, da Lei 10.261-68, e à vista do elementos de instrução dos autos, em especial a manifestação do Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito – Detran-SP, nego o pedido de concessão de 2 anos de licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares, formulado por Ruchele Adelina Vechiato Neves, RG 43.773.247-2, Oficial Administrativo, Ref. 3, Grau B, da EVNI, do SQC-III-QSG, a que se refere o art. 12, II, da LC 1080-2008 e alterações posteriores, em virtude do número limitado de Oficiais Administrativos na Ciretran de Bebedouro.

DOE, Seção I, 14/09/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-52, de 13-9-2019

Altera a Resolução SG-16, de 3-5-2019, que estabelece a obrigatoriedade de parecer prévio do Comitê Gestor do Gasto Público nas contratações de serviços, ou de fornecimento de equipamentos, de tecnologia da informação

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, no uso da atribuição conferida pelo art. 7° do Dec. 64.065-2019, Considerando que compete ao Comitê Gestor do Gasto Público proceder à revisão das diretrizes e políticas de contratação de serviços de tecnologia da informação,

Considerando que ao Comitê Gestor do Gasto Público compete, ainda, emitir recomendações aos órgãos e entidades estaduais com vistas à otimização do gasto público, racionalização de despesas e aprimoramento da qualidade das contratações públicas, resolve:

**Artigo 1º** - O artigo 1º da [Resolução SG-16, de 3-5-2019](#R_SG_016), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 1º - A contratação, direta ou mediante procedimento licitatório, de serviços ou de fornecimento de equipamentos de tecnologia da informação, pelos órgãos e entidades da Administração Pública, com montante igual ou superior a R$ 50.000,00, deverá ser previamente submetida a parecer do Comitê Gestor do Gasto Público.

Parágrafo único – O disposto no “caput” deste artigo não se aplica a solicitações que se refiram a aquisições e locações dos seguintes itens:

1. equipamentos para inspeção corporal;

2. equipamentos de saúde;

3. transceptores;

4. sistema de radiocomunicação;

5. serviços e equipamentos de telefonia fixa e móvel;

6. serviços de manutenção e conserto de câmeras e fechaduras eletrônicas;

7. materiais de consumo ou insumos para equipamentos de informática.”.(NR)

**Artigo 2°** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 14/09/2019, p. 3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-53, de 18 de setembro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV, e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio das Secretarias de Estado e da Procuradoria Geral do Estado, em deferimento ao contido no processo Fussp-2.481.568-2019, discriminados nos seguintes ofícios:

I – Secretaria da Educação: nº DA-8-19, processo FUSSP2.360.240-19;

II – Procuradoria Geral do Estado: nº 112-19, processo FUSSP-1.813.792-19;

III – Secretaria da Administração Penitenciária: nº 3.527-19, processo Fussp-2.339.862-19; nº 2.579-19, processo Fussp2.339.880-19;

IV – Secretaria da Fazenda e Planejamento: CRA/ABCD nº 10-19, processo Fussp-1.397.302-19; N.P. nº 8-19, processo Fussp-2.181.302-19;

V – Secretaria da Habitação: DAC nº 3-19, processo Fussp2.277.840-19;

VI – Secretaria de Desenvolvimento Regional: Ofs. CAPM: nº 19-19, processo Fussp-2.361.321-19; nº 20-19, processo Fussp2.361.293-19; nº 22-19, processo Fussp-2.373.032-19;

VII – Secretaria de Governo: nº 6-19, processo Fussp19.195-06;

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 19/09/2019, p. 4

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-54, de 18 de setembro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV, e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Civil do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo Fussp-2.482.669-2019, discriminados nos seguintes ofícios: nº 16-18, processo FUSSP-1.927.538-18; nº 101-19, processo FUSSP-1.984.343-19; nº 14-19, processo FUSSP-2.013.656-19; nº 126-19, processo FUSSP-2.014.136-19; nº 174-19, processo FUSSP-2.036.001-19; nº 208-19, processo FUSSP-2.134.523-19; nº 851-19, processo FUSSP-2.181.829-19; nº 55-19, processo FUSSP-2.339.871-19; nº 1.309-19, processo FUSSP-2.339.897-19; nº 39-19, processo FUSSP-2.361.305-19.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 19/09/2019, p. 4

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-55, de 18 de setembro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV, e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo Fussp-2.476.055-2019, discriminados nos seguintes ofícios: nº 10GB-12-903-19, processo FUSSP-2.206.253-19; nº CPI5-58-41-19, processo FUSSP-2.257.497-19; nº 29BPMM-4-34-19, processo FUSSP-2.267.348-19; nº 29BPMM-60-4-19, processo FUSSP-2.267.352-19; nº DTIC-94-115-19, processo FUSSP2.257.506-19; nº 24BPMI-76-14-19, processo FUSSP-2.288.950-19; nº CPI3-87-43-19, processo FUSSP-2.288.953-19; nº DPCDH70-14-19, processo FUSSP-2.339.838-19; nº DPCDH-69-14-19, processo FUSSP-2.339.840-19; nº DPCDH-68-14-19, processo FUSSP-2.339.844-19; nº 4BPChq-116-4-19, processo FUSSP2.339.849-19; nº GBMar-9-804-19, processo FUSSP-2.339.876-19; nº CPAM6-273-42-19, processo FUSSP-2.339.883-19; nº CPAM6-272-42-19, processo FUSSP-2.339.887-19 e no processo Fussp-2.481.675-2019, discriminados nos seguintes ofícios: nº 2ºBPTran-82-4-19, processo FUSSP-2.339.889-19; nº 30BPMI56-40-19, processo FUSSP-2.339.892-19; nº 46BPMM-10-10.4-19, processo FUSSP-2.346.386-19; nº DSACG-8-201-19, processo FUSSP-2.354.136-19; nº DSACG-35-201-19, processo FUSSP2.355.740-19; nº 45BPMI-95-40-19, processo FUSSP-2.357.254-19; nº 28BPMM-163-4-19, processo FUSSP-2.361.355-19; nº 28BPMM-161-4-19, processo FUSSP-2.361.366-19; nº 28BPMM158-4-19, processo FUSSP-2.361.381-19; nº 28BPMM-164-4-19, processo FUSSP-2.361.398-19; nº CPChq-36-4.3-19, processo FUSSP-2.361.433-19; nº 14BPMI-123-41-19, processo FUSSP2.373.016-19; nº ESSgt-34-14-19, processo FUSSP-2.373.021-19.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 19/09/2019, p. 4

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-56, de 18 de setembro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV, e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Saúde, em deferimento ao contido no processo Fussp-2.475.493-2019, discriminados nos seguintes ofícios: GT-DEMEX-SS: nº 434-19, processo FUSSP-2.277.850-19; 435-19, processo FUSSP-2.277.863-19; nº 436-19, processo FUSSP2.277.866-19; nº 437-19, processo FUSSP-2.277.890-19; nº 438-19, processo FUSSP-2.277.895-19; nº 439-19, processo FUSSP-2.277.903-19; nº 440-19, processo FUSSP-2.277.910-19; nº 442-19, processo FUSSP-2.277.917-19; nº 443-19, processo FUSSP-2.277.920-19; nº 448-19, processo FUSSP-2.277.930-19; nº 449-19, processo FUSSP-2.277.935-19; nº 450-19, processo FUSSP-2.277.942-19; nº 480-19, processo FUSSP-2.338.200-19; nº 456-19, processo FUSSP-2.339.800-19; nº 464-19, processo FUSSP-2.339.809-19; nº 465-19, processo FUSSP-2.339.811-19; nº 468-19, processo FUSSP-2.339.820-19; nº 469-19, processo FUSSP-2.339.826-19; nº 470-19, processo FUSSP-2.339.830-19; nº 472-19, processo FUSSP-2.339.831-19; nº 484-19, processo FUSSP-2.356.342-19; nº 485-19, processo FUSSP-2.356.346-19.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 19/09/2019, p. 4-5

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-57, de 30-9-2019

Aprova o “Manual de orientação para uso do ambiente digital de gestão documental do Programa SP Sem Papel”, define procedimentos e dá providências correlatas

O Secretário de Governo, com fundamento no art. 23 do Dec. 64.355-2019, e considerando que cabe à Unidade do Arquivo Público do Estado auxiliar e orientar os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual na implantação, execução e manutenção do Programa SP Sem Papel, resolve:

**Artigo 1º** - Fica aprovado o “Manual de orientação para uso do ambiente digital de gestão documental do Programa SP Sem Papel”, elaborado pela Unidade do Arquivo Público do Estado, órgão central do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP, nos termos do Anexo que faz parte integrante desta resolução.

§ 1º – O Manual a que se refere o “caput” deste artigo ficará disponível no sítio eletrônico da Unidade do Arquivo Público do Estado, no endereço www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/ResolucaoSG\_Manual\_SPSemPapel.pdf.

§ 2º - Cabe à Unidade do Arquivo Público do Estado rever e atualizar, a qualquer tempo, por meio de portaria do Coordenador, o “Manual de orientação para uso do ambiente digital de gestão documental do Programa SP Sem Papel”.

§ 3º - Cabe às Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA dos órgãos e entidades da Administração Pública estadual monitorar a observância das orientações emanadas do órgão central do SAESP pelos usuários do ambiente digital de gestão documental.

**Artigo 2º** - Os órgãos e entidades da Administração Pública devem definir procedimentos internos para a plena execução do Dec. 64.355-2019, a partir da data de sua implantação.

**Artigo 3º** - Os órgãos centrais adiantes relacionados devem promover orientação normativa aos seus respectivos órgãos setoriais e subsetoriais com relação à padronização de modelos e à produção de documentos digitais nas suas específicas áreas de atuação, visando à efetiva implantação do Programa SP Sem Papel, a saber:

I - Unidade de Comunicação, da Secretaria de Governo:

órgão central do Sistema de Comunicação do Governo do Estado de São Paulo - SICOM;

II - Coordenadoria de Recursos Humanos do Estado - CRHE, da Secretaria da Fazenda e Planejamento: órgão central do Sistema de Administração de Pessoal;

III - Departamento de Finanças do Estado - DFE, da Coordenadoria da Administração Financeira - CAF, da Secretaria da Fazenda e Planejamento: órgão central do Sistema de Administração Financeira;

IV - Coordenadoria de Planejamento e Orçamento - CPO, da Secretaria da Fazenda e Planejamento: órgão central do Sistema de Administração Orçamentária;

V - Departamento Central de Transportes Internos, da Coordenadoria de Gestão, da Secretaria da Fazenda e Planejamento:

órgão central normativo do Sistema de Administração dos Transportes Internos Motorizados – SATIM;

VI - Contadoria Geral do Estado - CGE, da Coordenadoria da Administração Financeira - CAF, da Secretaria da Fazenda e Planejamento: órgão central do Sistema de Gestão do Patrimônio Mobiliário e de Estoques do Estado;

VII - Unidade do Arquivo Público do Estado, da Secretaria de Governo: órgão central do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP;

VIII - Conselho do Patrimônio Imobiliário, da Secretaria de Governo: órgão central do Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário do Estado - SGPI.

**Artigo 4º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

a que se refere o artigo 1º da Resolução SG-57, de 30-9-2019

“Manual de orientação para uso do ambiente digital de gestão documental do Programa SP Sem Papel”.

Sumário

1. PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS

2. AGENTES DA PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS

3. MODELOS DE DOCUMENTOS DIGITAIS

4. PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS HÍBRIDOS

5. RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS PRODUZIDOS EM PAPEL

6. DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

7. RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS ENVIADOS POR CORREIO ELETRÔNICO

8. CAPTURA DE DOCUMENTOS

9. EDIÇÃO DE DOCUMENTOS

10. AUTUAÇÃO DE PROCESSOS

11. PRODUÇÃO DE VIAS DE DOCUMENTOS AVULSOS

12. TRAMITAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA UNIDADE INTERNA NÃO INTEGRADA AO AMBIENTE DIGITAL DE GESTÃO DOCUMENTAL

13. ENVIO DE DOCUMENTOS PARA ÓRGÃO EXTERNO AO AMBIENTE DIGITAL DE GESTÃO DOCUMENTAL

14. CANCELAMENTO DE DOCUMENTOS PRODUZIDOS DIGITALMENTE

15. CANCELAMENTO DE DOCUMENTOS CAPTURADOS

16. DESENTRANHAMENTO DE DOCUMENTOS

17. INCORPORAÇÃO DE DOCUMENTOS

18. CONSULTA DE DOCUMENTOS

19. PEDIDO DE VISTA DE DOCUMENTOS

20. ENCERRAMENTO E ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS

21. DESARQUIVAMENTO E REATIVAÇÃO DE DOCUMENTOS

22. TABELA COMPARATIVA ENTRE O AMBIENTE FÍSICO E O AMBIENTE DIGITAL DE GESTÃO DOCUMENTAL

23. GLOSSÁRIO DE ESPÉCIES DOCUMENTAIS

24. Referências

1. PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS

O Programa SP Sem Papel visa à produção, gestão, tramitação, armazenamento, preservação, segurança e acesso a documentos e informações arquivísticas em ambiente digital de gestão documental.

A produção de documentos digitais imprime maior eficácia e celeridade aos processos administrativos, além de contribuir para a economicidade dos recursos públicos e para a sustentabilidade ambiental.

No ambiente digital de gestão documental (“Documentos Digitais”), os documentos são produzidos em conformidade com os Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo, o que permite que eles sejam classificados no ato de sua criação, com a consequente identificação de seus prazos de guarda e de sua destinação final.

O Decreto nº 64.355, de 31 de julho de 2019, garante a validade jurídica e administrativa dos documentos nato-digitais assinados eletronicamente no ambiente digital de gestão documental (“Documentos Digitais”), por meio de certificação digital, emitida no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP – Brasil, ou por meio de identificação de nome de usuário e senha.

A utilização do ambiente digital de gestão documental (“Documentos Digitais”) deve ser orientada, no âmbito dos órgãos e entidades estaduais, pelas áreas de tecnologias da informação e pelas Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso – CADAs. De acordo com o Decreto nº 64.355, de 31 de julho de 2019, artigo 16 cabe às CADAs: I – a gestão de documentos digitais; II – o acompanhamento da implantação, da execução e da manutenção do ambiente digital de gestão documental; III – a modelagem de documentos digitais.

2. AGENTES DA PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS

Para melhor compreensão do processo de produção de um documento nato-digital no ambiente digital de gestão documental (“Documentos Digitais”), é necessário, primeiramente, conhecer os agentes que nele atuam:

Clique [aqui](http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20191001&Caderno=DOE-I&NumeroPagina=3) para ter acesso à ìntegra no DOE

DOE, Seção I, 01/10/2019, p. 1-3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-58, de 4 de outubro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, do Fundo Social de São Paulo-FUSSP, para a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itapuí

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, e considerando que após avaliação da oportunidade e conveniência socioeconômica a presente medida, pelos fins sociais a que se destina, é a melhor forma de alienação, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Educação – Diretoria de Ensino da Região de Jaú, conforme ofício GT-MEX nº 25, datado de 2-9-2019, à APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itapuí, em atendimento ao ofício nº 113, datado de 23-7-2019, materiais relacionados às fls. 3/12, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019-00204.

**Artigo 2º** - A doação de que trata esta resolução ficará revogada se os materiais a que se refere o artigo 1º não forem retirados dentro de 30 (trinta) dias.

**Artigo 3º** - O prazo para uso dos materiais é de 6(seis) meses a partir da publicação desta resolução, quando a donatária poderá dispor deles sem quaisquer formalidades.

**Artigo 4º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 09/10/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-59, de 7 de outubro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, do Fundo Social de São Paulo-FUSSP, para a APM-Associação de Pais e Mestres da Etec Antonio Devisate

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, e considerando que após avaliação da oportunidade e conveniência socioeconômica a presente medida, pelos fins sociais a que se destina, é a melhor forma de alienação, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Procuradoria Geral do Estado – Procuradoria Regional de Marilia, conforme ofício G.PR.11 nº 79, datado de 21-8-2019, a APM-Associação de Pais e Mestres da Etec Antonio Devisate em Marília, em atendimento ao ofício LE nº 2, datado de 20-8-2019, materiais relacionados às fls. 3/9, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019-00320.

**Artigo 2º** - A doação de que trata esta resolução ficará revogada se os materiais a que se refere o artigo 1º não forem retirados dentro de 30 (trinta) dias.

**Artigo 3º** - O prazo para uso dos materiais é de 6 (seis) meses a partir da publicação desta resolução, quando a donatária poderá dispor deles sem quaisquer formalidades.

**Artigo 4º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua Publicação.

DOE, Seção I, 09/10/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-60, de 7 de outubro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, do Fundo Social de São Paulo-FUSSP, para o Instituto Comboniano de São Judas Tadeu

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, e considerando que após avaliação da oportunidade e conveniência socioeconômica a presente medida, pelos fins sociais a que se destina, é a melhor forma de alienação, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Procuradoria Geral do Estado – Regional de São José do Rio Preto, conforme ofícios PR.8-G nºs 215 e 216, datados de 6-9-2019, ao Instituto Comboniano de São Judas Tadeu, com sede em São José do Rio Preto, em atendimento ao ofício nº 1, datado de 2-9-2019, materiais relacionados às fls. 5/7, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019-00188.

**Artigo 2º** - A doação de que trata esta resolução ficará revogada se os materiais a que se refere o artigo 1º não forem retirados dentro de 30 (trinta) dias.

**Artigo 3º** - O prazo para uso dos materiais é de 6 (seis) meses a partir da publicação desta resolução, quando a donatária poderá dispor deles sem quaisquer formalidades.

**Artigo 4º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 09/10/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-61, de 8 de outubro de 2019

Dispõe sobre a transferência dos sistemas de informação geoespaciais da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano - EMPLASA para o Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC e dá providências correlatas

O Secretário de Governo, considerando o disposto na Lei nº 17.056, de 5 de junho de 2019, e com fundamento no artigo 18 e no artigo único da disposição transitória do Decreto nº 64.311, de 1º de julho de 2019, resolve:

**Artigo 1º** - Ficam transferidos, para o Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC, os seguintes sistemas da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. – EMPLASA:

I - Sistema de Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado de São Paulo (IDE-SP);

II - Sistema de Informações Metropolitanas (SIM);

III - Sistema de Unidades de Informações Territorializadas – UITGEO;

IV - Sistema EMPLASAGEO;

V - demais sistemas que contenham informações geoespaciais, inclusive aqueles em fase de desenvolvimento e respectivos bancos de dados.

**Artigo 2º** - A EMPLASA disponibilizará ao IGC, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação desta resolução, toda a documentação e informação necessárias à efetivação da transferência a que se refere o “caput” do artigo 1º, incluindo:

I - cópias de contratos;

II - registros;

III - senhas de acesso a banco de dados e máquinas virtuais.

**Artigo 3º** - A EMPLASA colaborará com o IGC até a efetiva conclusão da migração dos sistemas a que se refere o artigo 1º desta resolução.

**Artigo 4º** - Os sistemas mencionados no artigo 1º desta resolução deverão permanecer em perfeito funcionamento no ambiente de tecnologia da informação - TI da EMPLASA, sem qualquer tipo de alteração em suas características e funcionalidades, até que estejam plenamente operacionais no ambiente de TI do IGC.

**Artigo 5º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 09/10/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-62, de 8 de outubro de 2019

Dispõe sobre a transferência para o Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC dos produtos cartográficos disponibilizados pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A – EMPLASA e dá providências correlatas

O Secretário de Governo, considerando o disposto na Lei nº 17.056, de 5 de junho de 2019, e com fundamento no artigo 18 e no artigo único da disposição transitória do Decreto nº 64.311, de 1º de julho de 2019, resolve:

**Artigo 1º** - Ficam transferidos, para o Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC, os produtos cartográficos disponibilizados pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. – EMPLASA, inclusive no Sistema de Compartilhamento de Dados – SCD.

**Artigo 2º** - O atendimento ao público realizado pela Gerência de Cartografia da EMPLASA, na Rua Boa Vista nº 150/162, 2º andar, Município de São Paulo, passará a ser realizado pelo IGC, no mesmo local, a partir da transferência a que se refere o artigo 1º desta resolução.

**Artigo 3º** - A EMPLASA informará em seu sítio eletrônico e no Sistema SCD os novos canais de atendimento ao público do IGC, a partir da publicação desta resolução, indicando os seguintes itens:

I – sítio eletrônico do IGC: www.igc.sp.gov.br;

II – sítio eletrônico do Geoportal IGC:

http://geoportal.igc.sp.gov.br:8080/GeoPortalIGC/Internet/;

III – endereço eletrônico para atendimento: igcvendas@sp.gov.br;

IV - telefones para atendimento: (11) 3293 6070 e 3293 6071;

V - horário de atendimento: conforme disposto no artigo 4º desta resolução.

**Artigo 4º** - O setor de atendimento ao público do IGC funcionará de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, exceto feriados e pontos facultativos.

**Artigo 5º** - Fica aprovada a Tabela de Preços anexa, referente à venda de produtos e serviços do IGC, que constituirá receita do Fundo Especial de Despesa – Gabinete do Secretário.

**Artigo 6º** - Os preços dos produtos e serviços poderão ser revistos anualmente, de modo a refletir os respectivos custos de produção e fornecimento, respeitados os valores praticados no mercado.

**Artigo 7º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 7 de outubro de 2019, ficando revogada a Resolução CC-4, de 23 de maio de 2017.

ANEXO

a que se refere o artigo 5º da

RESOLUÇÃO SG-62, de 8 de outubro de 2019

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **Valores por unidade** |
| 1 | Mapas e Cartas Impressas | R$ 50,00 |
| 1.1 | Mapa índice dos projetos de mapeamento | R$ 50,00 |
| 1.2 | Carta Topográfica do Sistema Cartográfico do Estado de São Paulo - SCE/SP | R$ 50,00 |
| 1.3 | Mapa municipal | R$ 50,00 |
| 1.4 | Divisão Municipal do Estado de São Paulo | R$ 40,00 |
| 1.5 | Rede Hidrográfica do Estado de São Paulo | R$ 30,00 |
| 1.6 | Carta de Utilização da Terra | R$ 30,00 |
| 1.7 | Carta Pedológica | R$ 30,00 |
| 1.8 | Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos | R$ 40,00 |
| 1.9 | Regiões Administrativas do Estado de São Paulo - geral | R$ 40,00 |
| 1.10 | Regiões Administrativas do Estado de São Paulo - individualizadas | R$ 30,00 |
| 1.11 | Regiões Metropolitanas - individualizadas | R$ 30,00 |
| 1.12 | Mapas Temáticos Diversos | R$ 50,00 |
| 1.13 | Outros mapas e cartas do acervo | R$ 50,00 |
| **2** | **Mapas e Cartas Digitais** | **Valores por unidade** |
| 2.1 | Mapa índice dos projetos de mapeamento | R$ 50,00 |
| 2.2 | Carta Topográfica do Sistema Cartográfico do Estado de São Paulo não georreferenciada | R$ 50,00 |
| 2.3 | Carta Topográfica do Sistema Cartográfico do Estado de São Paulo georreferenciada | R$ 80,00 |
| 2.4 | Mapa municipa | R$ 50,00 |
| 2.5 | Mapas Temáticos Diversos | R$ 50,00 |
| 2.6 | Outros mapas e cartas do acervo | R$ 50,00 |
| 2.7 | Ortofotos RGB 2010/2011 - Folha no recorte 1:25.000 | R$ 2.440,00 |
| 2.8 | Ortofotos Infravermelho 2010/2011 - Folha no recorte 1:25.000 | R$ 2.440,00 |
| 2.9 | Modelo Digital de Superfície ou Terreno - Folha no recorte 1:25.000 | R$ 2.440,00 |
| **3** | **IMPRESSÃO** | **Valores por página** |
| 3.1 | Papel comum |  |
| 3.1.1 | em tamanho A4 | R$ 10,00 |
| 3.1.2 | em tamanho A3 | R$ 20,00 |
| 3.1.3 | em tamanho A2 | R$ 30,00 |
| 3.1.4 | em tamanho A1 | R$ 40,00 |
| 3.1.5 | em tamanho A0 | R$ 50,00 |
| 3.2 | Papel fotográfico |  |
| 3.2.1 | em tamanho A4 | R$ 50,00 |
| 3.2.2 | em tamanho A3 | R$ 100,00 |
| **4** | **Digitalização de documentos cartográficos** | **Valores por página** |
| 4.1 | Com resolução óptica de captura de até 600 dpi | R$ 215,00 |
| **5** | **Publicações impressas** | **Valores por unidade** |
| 5.1 | Atlas SP em temas | R$ 40,00 |
| 5.2 | Expressão regional | R$ 20,00 |
| 5.3 | Imagens do Território Paulista | R$ 50,00 |
| 5.4 | Viagem pela Cartografia do Estado de São Paulo | R$ 80,00 |
| **6** | **Serviços técnicos** | **Valores por unidade** |
| 6.1 | Taxa de abertura de Expediente Técnico | R$ 100,00 |
| 6.2 | Serviço Técnico de Gabinete (módulo de 2 horas) | R$ 215,00 |
| 6.3 | Serviços Técnicos de Campo: |  |
| 6.3.1 | Taxa de vistoria | R$ 320,00 |
| 6.3.2 | Serviço Técnico de Campo (módulo de 2 horas) | R$ 215,00 |
|  |  |  |
| 7 | Taxa de envio |  |
| 7.1 | Envio de documentação | R$ 30,00 |

Para entidades oficiais federais, estaduais, municipais e estudantes em geral será concedido desconto de 20% (vinte por cento) sobre os preços dos produtos.

DOE, Seção I, 09/10/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-63, de 9-10-2019

**Concedendo**, conferida pelo art. 23, XVIII, alínea “b”, do Dec. 52.833-2008 e nos termos do art. 202, da Lei 10.261-68 a Leonardo de Serqueira Mauro, RG 27.838.520-5, Oficial Administrativo, Ref. 1, Grau B, da EVNI, do SQC-III-QSG, a que se refere o art. 12, II, da LC 1080-2008 e alterações posteriores, 2 anos de licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares.

DOE, Seção I, 10/10/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução [sg] de 11-10-2019

**Designando**:

com fundamento no art. 2º da Resolução 18, de 15-4-2016, e no art. único das Disposições Transitórias do Dec. 61.635-2015, com a redação dada pelo Dec. 63.148-2018, os a seguir indicados para integrarem, como membros,a Comissão de Transporte Coletivo,para um mandato complementar correspondente ao biênio 2018/2019, com término em 20-4-2020:

I - na qualidade de Secretários da Comissão: Renato Sichinel Saliba, RG 794.041/MS, como titular, em substituição a Gustavo Lopes Lima, RG 49.553.533-3, e David José Oliveira da Silva, RG 7.022.079/PE, como suplente; Lucas Froes Megale, RG 8.879.659/MG, como suplente, em substituição a André Isper Rodrigues Barnabé, RG 47.871.103-7;

II - na qualidade de representantesda Artesp: Paulo Roberto Marufuji, RG 6.846.185-9, como suplente,em substituição a Laércio Renê Eggerath Barreto, RG 3.942.600-2; Meire de Andrade Neves, RG 27.313.088-2, como titular, em substituição a Ana Carolina Morais Ramos, RG 35.668.744-2;

III - na qualidade de representantes do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado de São Paulo e do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros por Fretamento do Estado de São Paulo: Regina Rocha de Souza Pinto, RG 18.827.772-9, como titular, em substituição a Joana D´Arc Fonseca Mezette, RG 41.327.445-7, e Milton Zanca, RG 19.946.736-5, como suplente.

DOE, Seção I, 12/10/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-64, de 10 de outubro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV, e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Civil do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019-00415, discriminados nos seguintes ofícios: nº DELPOL DE ITANHAEM-146-19, processo SG-PRC-2019-00093, nº 23-19, processo SG-PRC-2019-00088; nº 219-19, processo SG-PRC-2019-00163; nº 69 de 2019, processo SG-PRC-2019-00208; nº 38-19, processo SG-PRC-2019-00211; nº 70-19, processo SG-PRC-2019-00277.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 18/10/2019, p. 4

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-65, de 10 de outubro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV, e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Civil do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019-00418, discriminados nos seguintes ofícios: nº 530-19, processo SG-PRC-2019-00286, nº 287-19, processo SG-PRC-2019-00259; nº 32 de 2019, processo SG-PRC-2019-00386; nº 31-19, processo SG-PRC-2019-00387; nº 30-19, processo SG-PRC-2019-00388; nº 29-19, processo SG-PRC-2019-00389.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 18/10/2019, p. 4

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-66, de 10 de outubro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV, e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019-00414, discriminados nos seguintes ofícios: nº 27BPM/M-207-40-19, processo SG-PRC-2019-00284; nº 1BPChq-110-4-19, processo SG-PRC-2019-00300; nº 1BPTran-16-34-19, processo SG-PRC-2019-00346; nº 51BPMM285-4-19, processo SG-PRC-2019-00348; nº 51BPMM-297-4-19, processo SG-PRC-2019-00349; nº 51BPMM-296-4-19, processo SG-PRC-2019-00350; nº APMTJ-238-54-19, processo SG-PRC-2019-00352; nº 3BPAmb-148-4.3-19, processo SG-PRC-2019-00353; nº 7BPMI-98-40-19, processo SG-PRC-2019-00354; nº 7BPMI-97-40-19, processo SG-PRC-2019-00355; nº 16BPMM-23-44-19, processo SG-PRC-2019-00356; nº APMBB-19-14.4-19, processo SG-PRC-2019-00357; nº 44BPMI-83-40 de 2019, processo SG-PRC-2019-00397; nº 44BPMI-86-40-19, processo SG-PRC-2019-00398; nº 2BPAmb-240-24-19, processo SG-PRC-2019-00407.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 18/10/2019, p. 4

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-67, de 10 de outubro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV, e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019-00396, discriminados nos seguintes ofícios: nº DEC-41-14-19, processo SG-PRC-2019-00156; nº 13BPMI-111-40-19, processo SG-PRC-2019-00215; nº 49BPMM241-4-19, processo SG-PRC-2019-00216; nº 32BPMM-465-74-19, processo SG-PRC-2019-00220; nº 22BPMM-39-7-19, processo SG-PRC-2019-00224; nº 46ºBPM/M-12-20.4 de 2019, processo SG-PRC-2019-00225; nº CCB-12-912-19, processo SG-PRC-2019-00227; nº CAJ-1206-404-19, processo SG-PRC-2019-00232; nº 14BPMM-56-340-19, processo SG-PRC-2019-00234; nº APMSSP-154-40-19, processo SG-PRC-2019-00235; nº 44BPMM-125-104-19, processo SG-PRC-2019-00238; nº 44BPMM-126-104-19, processo SG-PRC-2019-00240; nº GBMar-11-804-19, processo SG-PRC-2019-00276; nº 51BPMM-288-4-19, processo SG-PRC-2019-00279; nº 51BPMM-287-4-19, processo SG-PRC-2019-00280.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 18/10/2019, p. 4

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-68, de 10 de outubro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV, e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019-00395, discriminados nos seguintes ofícios: nº 49ºBPMM-37-10.4-19, processo SG-PRC-2019-00179; nº 42BPMI-72-40-19, processo SG-PRC-2019-00176; nº PM4-28-19, processo SG-PRC-2019-00180; nº 16BPMI-148-40-19, processo SG-PRC-2019-00182; nº 21BPMM-194-104-19, processo SG-PRC-2019-00189; nº APMSJC-29-201-19, processo SG-PRC-2019-00209; nº 18BPMM-202-40 de 2019, processo SG-PRC-2019-00210; nº 7BPMM-280-4-19, processo SG-PRC-2019-00212.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 18/10/2019, p. 4

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-69, de 10 de outubro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV, e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019-00377, discriminados nos seguintes ofícios: nº 41BPMM-173-4-19, processo SG-PRC-2019-00099; nº 32BPMI199-40-19, processo SG-PRC-2019-00101; nº 20BPMI-182-500-19, processo SG-PRC-2019-00106; nº CPAM10-238-42.4-19, processo SG-PRC-2019-00108; nº 4BPMM-249-4-19, processo SG-PRC-2019-00110.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 18/10/2019, p. 4

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-70, de 17 de outubro de 2019

Dispõe sobre o cronograma de implantação do Programa SP Sem Papel

O Secretário de Governo, e à vista do disposto no § 1º do artigo 1º do Decreto nº 64.355, de 31 de julho de 2019, resolve:

**Artigo 1º** - Para o fim de que trata o § 1º do artigo 1º do Decreto nº 64.355, de 31 de julho de 2019, fica aprovado o cronograma de datas de implantação do ambiente digital de gestão documental, na conformidade do Anexo que faz parte integrante desta resolução.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos, em relação às Secretarias da Habitação e de Esportes, a 14 de outubro de 2019.

ANEXO

a que se refere o artigo 1º da

Resolução SG-70, de 17 de outubro de 2019

|  |  |
| --- | --- |
| **SECRETARIA** | **DATA** |
| Secretaria da Habitação | 14/10/2019 |
| Secretaria de Esportes |
| Secretaria de Desenvolvimento Social | 21/10/2019 |
| Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência | 29/10/2019 |
| Secretaria de Logística e Transportes |
| Secretaria de Desenvolvimento Econômico | 4/11/2019 |

DOE, Seção I, 18/10/2019, p. 4

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-71 de 23 de outubro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV, e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019-00378, discriminados nos seguintes ofícios: nº 4BPMM-237-4-19, processo SG-PRC-2019-00111; nº 4BPMM241-4-19, processo SG-PRC-2019-00112; nº 4BPMM-243-4-19, processo SG-PRC-2019-00135; nº 4BPMM-246-4-19, processo SG-PRC-2019-00122; nº 4BPMM-242-4-19, processo SG--PRC-2019-00123.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 24/10/2019, p. 3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-72 de 23 de outubro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV, e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019, da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019-00381, discriminados nos seguintes ofícios: nº 4BPMM-238-4-19, processo SG-PRC-2019-00124; nº 4BPMM248-4-19, processo SG-PRC-2019-00125; nº 10BPMI-143-40-19, processo SG-PRC-2019-00151; nº 39BPM/M-186-4-19, processo SG-PRC-2019-00157; nº CODONT-62-50-19, processo SG-PRC-2019-00159.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 24/10/2019, p. 3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-73, de 24 de outubro de 2019

Dispõe sobre a reclassificação de cargo

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, nos termos do art. 23, VI, alínea “a”, do Dec. 52.833-2008, reclassifica o cargo abaixo mencionado, a que se refere a LC 1080-2008 e alterações posteriores, da Unidade do Arquivo Público do Estado, previstos no art. 3º, do Dec. 54.276-2009, como segue:

Diretor Técnico II: Eliana Martinelli Avagliano, RG 25.602.997-0;

Do: Centro de Coordenação dos Protocolos Estaduais, do Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo, da Unidade do Arquivo Público do Estado; Para: Centro de Arquivo Administrativo, do Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo, da Unidade do Arquivo Público do Estado.

DOE, Seção I, 25/10/2019, p. 3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-74, de 25 de outubro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, do Fundo Social de São Paulo-FUSSP, para a Prefeitura Municipal de Lins

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, e considerando que após avaliação da oportunidade e conveniência socioeconômica a presente medida, pelos fins sociais a que se destina, é a melhor forma de alienação, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Segurança Pública – Polícia Civil do Estado de São Paulo - Delegacia Seccional de Polícia de Lins “Dr. Aldesiro Cahn Coqueiro Netto” de Lins, conforme ofício nº 2, datado de 3-2-2017, a Prefeitura Municipal de Lins, em atendimento ao ofício GAB/PREF nº 607, datado de 18-9-2019, materiais relacionados às fls. 4/10, em deferimento ao contido no processo FUSSESP-105.574/2017.

**Artigo 2º** - A doação de que trata esta resolução ficará revogada se os materiais a que se refere o artigo 1º não forem retirados dentro de 30 (trinta) dias.

**Artigo 3º** - O prazo para uso dos materiais é de 6 (seis) meses a partir da publicação desta resolução, quando a donatária poderá dispor deles sem quaisquer formalidades.

**Artigo 4º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 26/10/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-75, de 25 de outubro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV, e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019 da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Saúde, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019-00709, discriminado no seguinte ofício: GT-DEMEX-SS: nº 653-18, processo fussp-2.050.728-18.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 26/10/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-76, de 25 de outubro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019 da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Civil do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019-00692, discriminados nos seguintes ofícios: nº 967-19, processo FUSSP1.819.587-19.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 26/10/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-77, de 25 de outubro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV, e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019 da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019-00713, discriminado no seguinte ofício: nº 11BPMM115-4-19, processo FUSSP-2.182.114-19.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 26/10/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-78, de 25 de outubro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, do Fundo Social de São Paulo-FUSSP, para a Prefeitura Municipal de Itaberá

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, e considerando que após avaliação da oportunidade e conveniência socioeconômica a presente medida, pelos fins sociais a que se destina, é a melhor forma de alienação, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Educação – Diretoria de Ensino Região de Itararé, conforme ofício GTMEX nº 31, datado de 4-10-2019, a Prefeitura Municipal de Itaberá, em atendimento ao ofício nº 60, datado de 19-9-2019, materiais relacionados às fls. 6/9, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019-00475.

**Artigo 2º** - A doação de que trata esta resolução ficará revogada se os materiais a que se refere o artigo 1º não forem retirados dentro de 30 (trinta) dias.

**Artigo 3º** - O prazo para uso dos materiais é de 6 (seis) meses a partir da publicação desta resolução, quando a donatária poderá dispor deles sem quaisquer formalidades.

**Artigo 4º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 26/10/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-79, de 25 de outubro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019 da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019/00757, discriminados nos seguintes ofícios: NFS/CA/DSMM: nº 7-19, processo SG-PRC-2019-00295; nº 11 de 2019, processo SG-PRC-2019-00296; nº 13-19, processo SG-PRC-2019-00298; nº 9-19, processo SG-PRC-2019-00301; nº 15-19, processo SG-PRC-2019-00302.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 26/10/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-80, de 25 de outubro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019 da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019/00764, discriminados nos seguintes ofícios: NFS/CA/DSMM: nº 16-19, processo SG-PRC-2019-00361; nº 18 de 2019, processo SG-PRC-2019-00362; nº 17-19, processo SG-PRC-2019-00363.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 26/10/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-81, de 25 de outubro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019 da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Administração Penitenciária, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019/00752, discriminados nos seguintes ofícios: nº 139-19, processo SG-PRC-2019-00364; nº 154-19, processo SG-PRC-2019-00369; nº 5.218-19, processo SG-PRC-2019-00368; nº 7.545-19, processo SG-PRC-2019-00469; nº 3.614 de 2019, processo SG-PRC-2019-00665; nº 1.501-19, processo SG-PRC-2019-00726.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 26/10/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-82, de 25 de outubro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019 da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Administração Penitenciária, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019/00751, discriminados nos seguintes ofícios: nº 3.326-19, processo SG-PRC-2019-00105; nº 3.427-19, processo SG-PRC-2019-00107; nº 3.612-19, processo SG-PRC-2019-00136; EAP nº 759-19, processo SG-PRC-2019-00231; nº 2.500-19, processo SG-PRC-2019-00233; nº 6.726-19, processo SG-PRC-2019-00359.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 26/10/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-83, de 25 de outubro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019 da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Administração Penitenciária, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019/00693, discriminado no seguinte ofício: nº 3.529 de 2019, processo FUSSP-2.339.858-19.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 26/10/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-84, de 31 de outubro de 2019

Autoriza o Fundo Social de São Paulo - FUSSP a representar o Estado na celebração de convênios com Municípios paulistas, selecionados nos termos da Portaria FUSSP/GP nº 11, de 26 de agosto de 2019, visando à implantação de cursos no âmbito do Programa Escola de Qualificação Profissional, sem transferência de recursos materiais ou financeiros, e dá providências correlatas

O Secretário de Governo, com fundamento nos artigos 1º, § 2º, e 14, do Decreto nº 59.215, de 21 de maio de 2013, resolve:

**Artigo 1º** - Fica o Fundo Social de São Paulo - FUSSP autorizado a representar o Estado na celebração de convênios com Municípios paulistas, selecionados conforme a Portaria FUSSP/GP nº 11, de 26 de agosto de 2019, visando à implantação de cursos no âmbito do Programa Escola de Qualificação Profissional, instituído pelo Decreto nº 57.314, de 8 de setembro de 2011.

Parágrafo único – Os convênios de que trata o “caput” deste artigo não envolverão a transferência de recursos materiais ou financeiros por parte do Estado.

**Artigo 2º** - A instrução dos processos referentes a cada convênio deverá atender ao disposto no Decreto nº 52.479, de 14 de dezembro de 2007, e no Decreto nº 59.215, de 21 de maio de 2013.

**Artigo 3º** - Os instrumentos de convênio de que trata esta resolução deverão observar a minuta-padrão anexa.

**Artigo 4º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**ANEXO**

**a que se refere o artigo 3º da Resolução SG-84, de 31 de outubro de 2019**

Termo de Convênio que celebram o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Governo, e esta pelo Fundo Social de São Paulo - FUSSP,\_\_\_\_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_\_\_\_ o Município de \_\_\_\_\_\_\_\_, com a interveniência do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” CEETEPS, tendo por objeto a implantação do Programa Escola de Qualificação Profissional Convênio FUSSP nº \_\_\_\_\_\_\_\_/

Em \_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_ de 20 \_\_, o Estado de São Paulo, por intermédio da SECRETARIA DE GOVERNO, e esta pelo FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO - FUSSP, com sede na rua Ministro Godói, nº 180, Parque "Dr. Fernando Costa", Perdizes, Município de São Paulo, (“FUSSP”), autorizado pela Resolução SG- \_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_ de de 2019, neste ato representado por seu Presidente , e o MUNICÍPIO de \_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o n° \_\_\_\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_\_\_\_, n° \_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representado por seu Prefeito \_\_\_\_\_\_\_\_, (“MUNICÍPIO”), resolvem celebrar o presente convênio, com a interveniência do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (“CEETEPS”), por sua Diretora Superintendente , que se regerá pelas disposições da Lei federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei n° 6.544, de 20 de novembro de 1989, no que couber, do Decreto nº 59.215, de 21 de maio de 2013, e demais normas regulamentares incidentes na espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do Objeto

Constitui objeto deste convênio a implantação e execução do Programa Escola de Qualificação Profissional, de acordo com o Plano de Trabalho constante de fls. dos autos do Processo FUSSP n° \_\_\_\_\_\_\_\_, que integra o presente instrumento como Anexo I.

§ 1º - O Plano de Trabalho a que se refere o "caput" desta cláusula poderá ser modificado, para melhor adequação técnica, mediante prévia autorização do Presidente do FUSSP, fundada em manifestação justificada do MUNICÍPIO, desde que não implique alteração do objeto do convênio ou transferência de recursos financeiros ou materiais estaduais.

§ 2º -As modificações do Plano de Trabalho deverão ser formalizadas mediante termo de aditamento.

CLÁUSULA SEGUNDA

Do Valor e dos Recursos Financeiros

O presente convênio não envolverá a transferência de recursos financeiros ou materiais entre os partícipes, arcando, cada qual, com as despesas decorrentes da execução deste ajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA

Das Obrigações dos Partícipes

Os partícipes terão as seguintes obrigações:

I - o FUSSP:

a) supervisionar e fiscalizar a execução do objeto deste convênio;

b) assegurar, por meio do CEETEPS, nos termos do

Convênio nº 001/2019, firmado com o FUSSP em 22 de julho

de 2019, a disponibilização de monitor, material didático,

camisetas e insumos necessários à execução do objeto deste

ajuste;

c) acompanhar e avaliar, por meio de seu Departamento

de Relacionamento com Fundos Sociais Municipais e Entidades

Sociais, a regularidade e efetividade da execução do objeto

deste convênio, exarando parecer acerca do assunto;

II - o MUNICÍPIO:

a) cumprir com seus deveres e obrigações para a implementação do objeto referido na Cláusula Primeira, de acordo com o Plano de Trabalho;

b) arcar com os ônus trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e quaisquer outros decorrentes da execução do ajuste, isentando o FUSSP de qualquer responsabilidade;

c) responsabilizar-se pela guarda dos equipamentos e pela conservação e manutenção do local de execução do objeto deste convênio;

d) indicar o responsável pelo acompanhamento do objeto deste convênio, no prazo de \_\_\_\_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_\_\_\_) dias da assinatura do respectivo instrumento;

e) apresentar o relatório das atividades desenvolvidas, contendo informações sobre a execução do objeto deste convênio e o efetivo alcance das metas e objetivos, na forma da Cláusula Quarta deste instrumento;

f) preencher toda a documentação prevista no Plano de Trabalho, conforme formulários disponíveis no sítio eletrônico www.fussp.sp.gov.br;

g) apresentar relatório de monitoramento em 3(três), 6 (seis) e 12 (doze) meses após a conclusão do curso, conforme formulário, observada a alínea “f” deste inciso;

h) realizar a inscrição dos alunos de acordo com a quantidade de vagas disponibilizadas; e

i) responsabilizar-se pela limpeza e zeladoria do local de execução do objeto deste convênio.

CLÁUSULA QUARTA

Da Prestação de Contas

O MUNICÍPIO deverá submeter prestação de contas da execução do objeto do convênio, ao FUSSP, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do término do(s) curso(s) previstos no Plano de Trabalho, sem prejuízo do cumprimento de suas obrigações junto ao Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo único - No âmbito da prestação de contas, o MUNICÍPIO elaborará e apresentará o relatório das atividades desenvolvidas, a fim de demonstrar o efetivo alcance das metas e objetivos estabelecidos no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA

Do Prazo de Vigência

O prazo de vigência do presente convênio é de \_\_\_\_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_\_\_\_)meses, contados da assinatura do presente instrumento.

Parágrafo único - Eventuais prorrogações do prazo a que alude o “caput” dependerão de prévia aprovação do FUSSP, sendo formalizadas mediante termo de aditamento.

CLÁUSULA SEXTA

Da Denúncia e da Rescisão

Este convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, e será rescindido na hipótese de descumprimento de suas cláusulas ou infração legal.

§ 1º - A denúncia ou rescisão do ajuste obriga o MUNICÍPIO à restituição integral dos recursos materiais colocados sob sua guarda pelo CEETEPS para execução do objeto do convênio, ou, na impossibilidade de devolução do bem, da quantia correspondente em dinheiro.

§ 2º -O FUSSP, ouvido o órgão jurídico, avaliará, ante o caso concreto, a caracterização de inexecução parcial do ajuste e a possibilidade de restituição parcial, pelo MUNICÍPIO, dos recursos materiais a que se refere o § 1º desta cláusula.

CLÁUSULA SÉTIMA

Da Ação Promocional

Em qualquer ação promocional, relacionada com o objeto do presente convênio, deverá ser, obrigatoriamente, consignada a participação do Estado de São Paulo, pelo FUSSP, vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do artigo 37 da Constituição Federal.

CLÁUSULA OITAVA

Do Foro

Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relativas à execução do presente ajuste, não resolvidas na esfera administrativa, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

São Paulo, \_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019

FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO FUSSP MUNICÍPIO

Interveniente-Anuente:

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA “PAULA

SOUZA” CEETEPS

Testemunhas

1.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ 2.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome: Nome:

R.G.: R.G.:

CPF: CPF:

DOE, Seção I, 01/11/2019, p. 3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta SFP-SG-1, de 7-11-2019

Indicação de representantes de que trata o art. 21 do Dec. 64.546-2019, que estabelece normas relativas ao encerramento da execução orçamentária e financeira do exercício

Os Secretários da Fazenda e Planejamento e de Governo, resolvem:

**Artigo 1º** - Ficam indicados os seguintes representantes para, conjuntamente, adotarem as providências com vistas ao cumprimento do disposto no § 3º do art. 9º, no § 1º do art. 10 e no art. 11 do Dec. 64.546-2019, bem como decidir sobre casos especiais:

I - Secretaria da Fazenda e Planejamento: Gustavo Carvalho Tapia Lira, RG 27.358.959-3;

II - Secretaria de Governo: Marcelo Luis Salemme Lellis, RG 18.152.703-0;

**Artigo 2º** - Os contatos com os representantes indicados no art. 1º deverão ser efetuados por meio do endereço eletrônico decretoencerramento2019@sp.gov.br.

**Artigo 3º** - Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 08/11/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

~~Resolução Conjunta SG/SFP-2, de 7-11-2019~~ [republicada]

~~Institui o Sistema de Fluxo de Autorização de Concurso Público e Processo Seletivo Simplificado – Sisaut, no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Estado e nas Empresas e Fundações, cujo capital o Estado tenha participação majoritária~~

~~O Secretário de Governo e o Secretário da Fazenda e Planejamento, considerando a necessidade de agilizar e controlar a tramitação de processos de autorização para abertura de concursos públicos e processos seletivos simplificados, bem como o aproveitamento de remanescentes de concursos públicos e processos seletivos com prazo de validade em vigor, resolvem:~~

**~~Artigo 1º~~** ~~- Instituir, no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Estado e nas Empresas e Fundações em cujo capital o Estado tenha participação majoritária, o Sistema de Fluxo de Autorização de Concurso Público e Processo Seletivo Simplificado – Sisaut, voltado à gerência do fluxo de trabalho.~~

**~~Artigo 2º~~** ~~- O sistema ora instituído visa tornar mais eficiente a gestão e o controle dos provimentos e contratações de servidores e empregados públicos, relacionando a necessidade de pessoal com as disponibilidades financeiras e orçamentárias da administração estadual, como também subsidiar as decisões do Chefe do Executivo em procedimentos a que se refere o art. 1º desta resolução conjunta.~~

**~~Artigo 3º~~** ~~- Os Subsecretários de Planejamento, Orçamento e Finanças e de Gestão da Secretaria da Secretaria da Fazenda e Planejamento, editarão normas conjuntas visando à aplicação desta resolução conjunta e seu cronograma de implantação.~~

**~~Artigo 4º~~** ~~- A partir da publicação desta resolução conjunta não serão mais aceitos processos/expedientes físicos, sendo obrigatória sua inclusão e tramite digitalmente no Sisaut.~~

~~Parágrafo único – O disposto neste artigo não se aplica aos atuais processos/expedientes físicos que estejam em qualquer fase de tramitação, devendo prosseguir em seu curso normal até sua conclusão.~~

**~~Artigo 5º~~** ~~- Esta resolução conjunta não se aplica às universidades públicas estaduais.~~

**~~Artigo 6º~~** ~~- Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação.~~

DOE, Seção I, 08/11/2019, p. 1  
Republicação: DOE, Seção I, 09/11/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta SG/SFP-2, de 7-11-2019 [republicação] [revogação parcial]

Revogada parcialmente pela Resolução Conjunta SG/SFP-1, de 28-1-2020

Institui o Sistema de Fluxo de Autorização de Concurso Público e Processo Seletivo Simplificado – Sisaut, no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Estado e nas Empresas e Fundações, cujo capital o Estado tenha participação majoritária

O Secretário de Governo e o Secretário da Fazenda e Planejamento, considerando a necessidade de agilizar e controlar a tramitação de processos de autorização para abertura de concursos públicos e processos seletivos simplificados, bem como o aproveitamento de remanescentes de concursos públicos e processos seletivos com prazo de validade em vigor, resolvem:

**Artigo 1º** - Instituir, no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Estado e nas Empresas e Fundações em cujo capital o Estado tenha participação majoritária, o Sistema de Fluxo de Autorização de Concurso Público e Processo Seletivo Simplificado – Sisaut, voltado à gerência do fluxo de trabalho.

**Artigo 2º** - O sistema ora instituído visa tornar mais eficiente a gestão e o controle dos provimentos e contratações de servidores e empregados públicos, relacionando a necessidade de pessoal com as disponibilidades financeiras e orçamentárias da administração estadual, como também subsidiar as decisões do Chefe do Executivo em procedimentos a que se refere o art. 1º desta resolução conjunta.

**Artigo 3º** - Os Subsecretários de Planejamento, Orçamento e Finanças e de Gestão da Secretaria da Secretaria da Fazenda e Planejamento, editarão normas conjuntas visando à aplicação desta resolução conjunta e seu cronograma de implantação.

**Artigo 4º** - A partir da publicação desta resolução conjunta não serão mais aceitos processos/expedientes físicos, sendo obrigatória sua inclusão e tramite digitalmente no Sisaut.

~~Parágrafo único – O disposto neste artigo não se aplica aos atuais processos/expedientes físicos que estejam em qualquer fase de tramitação, devendo prosseguir em seu curso normal até sua conclusão.~~

**Artigo 5º** - Esta resolução conjunta não se aplica às universidades públicas estaduais e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp.

**Artigo 6º** - Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

(Publicado novamente por ter saído com incorreções)

DOE, Seção I, 09/11/2019, p. 1  
Ret.: DOE, Seção I, 29/01/2020, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-85, de 13 de novembro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019 da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Saúde, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019-00873, discriminados nos seguintes ofícios: GT-DEMEX-SS: nº 498-19, SG-PRC-2019-00568; nº 508-19, SG-PRC-2019-00569; nº 507 de 2019, SG-PRC-2019-00571; nº 509-19, SG-PRC-2019-00572; nº 515-19, SG-PRC-2019-00604; nº 528-19, SG-PRC-2019-00796; n° 527-19, SG-PRC-2019-00801; nº 526-19, SG-PRC-2019-00805; nº 525-19, SG-PRC-2019-00806.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 14/11/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-86, de 13 de novembro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019 da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Civil do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019-00874, discriminados nos seguintes ofícios: nº 258-19, processo SG-PRC-2019-00430; nº 76-19, processo SG-PRC-2019-00432; nº 224 de 2019, processo SG-PRC-2019-00509; nº 105-19, processo SG-PRC-2019-00605; nº 224-19, processo SG-PRC-2019-00600; nº 166-19, processo SG-PRC-2019-00733.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 14/11/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-87, de 13 de novembro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019 da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Civil do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019-00875, discriminados nos seguintes ofícios: nº 133-19, processo SG-PRC-2019-00734; nº 877-19, processo SG-PRC-2019-00706; nº 289 de 2019, processo SG-PRC-2019-00315; nº 287-19, processo SG-PRC-2019-00314; nº 458-19, processo SG-PRC-2019-00846.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 14/11/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-88, de 13 de novembro de 2019

Dispõe sobre o cronograma de implantação do Programa SP Sem Papel

O Secretário de Governo, e à vista do disposto no § 1º do artigo 1º do Decreto nº 64.355, de 31 de julho de 2019, resolve:

**Artigo 1º** - Para o fim de que trata o § 1º do artigo 1º do Decreto nº 64.355, de 31 de julho de 2019, fica aprovado o cronograma de datas de implantação do ambiente digital de gestão documental, na conformidade do Anexo que faz parte integrante desta resolução.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

a que se refere o artigo 1º da

Resolução SG-88, de 13 de novembro de 2019

|  |  |
| --- | --- |
| **SECRETARIA** | **DATA** |
| Secretaria da Segurança Pública | 18/11/2019 |
| Secretaria de Cultura e Economia Criativa | 25/11/2019 |
| Secretaria da Administração Penitenciária | 02/12/2019 |
| Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente |
| Secretaria da Justiça e Cidadania |
| Secretaria de Turismo |

DOE, Seção I, 14/11/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-89, de 22 de novembro de 2019

Estabelece procedimentos e disciplina as condições para a realização de estágio curricular destinado a estudantes de cursos regulares de nível superior na Unidade do Arquivo Público do Estado, da Secretaria de Governo, e dá providências correlatas

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, em especial do disposto no Dec. 61.036-2015,

Considerando o disposto na Lei federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008;

Considerando a necessidade de disciplinar o estágio curricular, independente de sua modalidade, sem concessão de bolsas, destinado aos estudantes de cursos regulares de nível superior; e

Considerando que a padronização dos procedimentos a serem adotados pelas áreas técnicas e de recursos humanos da Unidade do Arquivo Público do Estado, concernentes ao ingresso de estudantes para estágio curricular, constituirá fator de celeridade e eficácia dos processos junto ao APESP, resolve:

**Artigo 1º** - A realização de estágio curricular, nas dependências da Unidade do Arquivo Público do Estado, da Secretaria de Governo, é possível a estudantes de nível superior, independentemente de sua modalidade, regularmente matriculados em Instituições de Ensino Públicas ou Privadas, e deverá observar os procedimentos de que trata esta resolução.

**Artigo 2º** - O estágio curricular não será remunerado e não implicará o estabelecimento de vínculo empregatício de qualquer natureza entre a Secretaria de Governo e a Unidade do Arquivo Público do Estado e suas unidades com os estagiários e/ou professores/preceptores indicados pela Instituição de Ensino requerente.

**Artigo 3º** - As unidades da Unidade do Arquivo Público do Estado que realizam ou vierem a realizar estágio curricular deverão se adequar aos procedimentos estabelecidos nesta resolução, observado o disposto na Lei federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, ou outra que venha a alterá-la ou substituí-la.

**Artigo 4º** - Os procedimentos de que trata esta resolução serão acompanhados pelo Núcleo de Apoio Administrativo da Secretaria de Governo e por representantes da Unidade do Arquivo Público do Estado, com caráter deliberativo, consultivo e normalizador para gerenciar os estágios curriculares.

**Artigo 5º** - A Direção da Unidade do Arquivo Público do Estado será responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação dos estágios curriculares.

**Artigo 6º** - À Unidade do Arquivo Público do Estado, por meio do Núcleo de Apoio Técnico ao Coordenador, caberá estabelecer os critérios de participação das Instituições de Ensino.

**Artigo 7º** - As unidades da Unidade do Arquivo Público do Estado interessadas em implementar o estágio curricular deverão:

I - realizar o levantamento e o mapeamento que conterá, além dos aspectos técnico-metodológicos:

a) o número de vagas oferecidas em relação à capacidade instalada por área (infraestrutura e número de profissionais);

b) as áreas e locais de estágios;

c) período de recebimento das demandas das Instituições;

II - tornar pública essas informações às Instituições de Ensino interessadas por meio do sítio eletrônico e/ou publicação no Diário Oficial do Estado, com antecedência mínima de 90 dias ao início do estágio;

III - coordenar, acompanhar e avaliar, em articulação com as demais áreas técnicas, a execução dos estágios.

**Artigo 8º** - O atendimento às solicitações de estágio pelas unidades da Unidade do Arquivo Público do Estado deverá, necessariamente, obedecer à seguinte ordem de preferência:

I - Instituições de Ensino Públicas;

II - Instituições de Ensino Privadas Filantrópicas e/ou sem fins lucrativos;

III - Instituições de Ensino Privadas não Filantrópicas.

**Artigo 9º** - As Instituições de Ensino interessadas na parceria com a Unidade do Arquivo Público do Estado para utilização do campo de estágio deverão elaborar o Plano de Estágio, que será analisado e aprovado pelas áreas técnicas e pelo Coordenador da Unidade do Arquivo Público do Estado.

**Artigo 10** - Após a aprovação do Plano de Estágio pelas autoridades competentes da Unidade do Arquivo Público do Estado, os dirigentes da unidade poderão celebrar, com as Instituições de Ensino envolvidas, Acordo de Cooperação ou Convênio, conforme a natureza jurídica da Instituição, e Termo de Compromisso, nos moldes dos Anexos I, II e III desta resolução, para realização do estágio curricular.

**Artigo 11** - A Instituição de Ensino deverá apresentar os seguintes documentos:

I - estatuto social devidamente registrado;

II - regulamento do curso;

III - aprovação do curso pelo Ministério da Educação;

IV - ata da assembleia que elegeu a última diretoria;

V - comprovação da existência de seguro de vida e acidentes pessoais para os estagiários da instituição;

VI - comprovante de inscrição e de situação cadastral relativa ao CNPJ.

§ 1º - As Instituições de Ensino deverão estar com os documentos regularizados e dentro do prazo de validade para a celebração do Acordo de Cooperação ou do Convênio, conforme a natureza jurídica da Instituição, e do Termo de Compromisso.

§ 2º - Os documentos referidos nesse artigo deverão ser encaminhados ao Núcleo de Apoio Técnico ao Coordenador do Arquivo, e permanecerão junto da unidade concedente de estágio, para consulta e acompanhamento.

**Artigo 12** - Poderá haver denúncia do Acordo de Cooperação ou do Convênio, e do Termo de Compromisso, a qualquer tempo, por interesse de qualquer um dos partícipes, desde que essa intenção tenha sido comunicada com antecedência de 45 (quarenta e cinco) dias do início do estágio.

**Artigo 13** - O estágio, como ato educativo curricular supervisionado, deverá ter acompanhamento de um Supervisor do Arquivo Público do Estado e possuir um Professor Orientador da Instituição de Ensino, que será o responsável pelo estudante, podendo ou não acompanhar a prática, dependendo da natureza do estágio.

Parágrafo único - Ambos profissionais mencionados neste artigo deverão ser graduados na respectiva área em que prestarão a supervisão e/ou orientação.

**Artigo 14** - Os servidores da Unidade do Arquivo Público do Estado não poderão assumir o papel de Professor Orientador da Instituição de Ensino, ainda que fora de seu horário regular de trabalho na Unidade do Arquivo Público do Estado, caso tenham esse outro vínculo de trabalho.

Parágrafo único – Referida acumulação, vedada no “caput” deste artigo, se exercida, será considerada infração disciplinar de natureza grave.

**Artigo 15** - A jornada de atividade em estágio será definida, respeitado os limites estabelecidos pela lei federal de regência, de comum acordo entre a Instituição de Ensino, a Unidade Concedente e o estudante ou seu representante legal, devendo constar do Termo de Compromisso de Estágio, que constitui Anexo III desta resolução.

§ 1º - O Termo de Compromisso de Estágio deverá ser emitido em 3 (três) vias e após a assinatura do responsável pela Instituição de Ensino e do estudante deverá ser encaminhado para a Unidade do Arquivo Público do Estado, em 3 (três) dias úteis antes da data do início do estágio, para assinatura da unidade concedente.

§ 2º - As despesas decorrentes do seguro contra acidentes pessoais são de responsabilidade da Instituição de Ensino, consoante o disposto no parágrafo único do artigo 9º da Lei federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

§ 3º - Os estudantes das Instituições de Ensino deverão obedecer as normas de segurança estabelecidas pela unidade concedente, apresentando-se, nos locais de estágio, adequadamente trajados e portando crachás fornecidos pela Instituição de Ensino e pela Unidade do Arquivo Público do Estado, de forma que sejam facilmente identificados.

**Artigo 16** – O Núcleo de Apoio Técnico ao Coordenador da Unidade do Arquivo Público do Estado adotará as medidas necessárias à efetiva implantação dos procedimentos decorrentes desta resolução.

**Artigo 17** – Os casos não previstos nesta resolução deverão ser enviados ao Núcleo de Apoio Técnico ao Coordenador da Unidade do Arquivo Público do Estado, que os encaminhará às autoridades competentes para decisão.

**Artigo 18** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**ANEXO I**

**a que se refere o artigo 10 da**

**Resolução SG-89, de 22 de novembro de 2019**

ACORDO DE COOPERAÇÃO nº

Acordo de Cooperação que entre si celebram o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Governo, e esta pela Unidade do Arquivo Público do Estado, e a (OSC/Instituição de Ensino), para a realização de estágio obrigatório, sem concessão de bolsa, com fundamento na Lei federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e no Decreto nº 52.756, de 27 de fevereiro de 2008

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Governo, e esta pela Unidade do Arquivo Público do Estado, com sede na\_\_\_\_\_\_\_\_\_ representado por \_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_e CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_, doravante designado ESTADO, e a (Organização da Sociedade Civil - Instituição de Ensino), com sede na\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representada por seu \_\_\_\_\_\_\_\_\_(cargo do dirigente/procurador), \_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome completo do dirigente/procurador), portador do RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_e CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_, doravante denominada OSC, com fundamento no disposto na Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e no Decreto nº 61.981, de 20 de maio de 2016, resolvem firmar o presente Acordo de Cooperação, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do Objeto

O presente Acordo de Cooperação tem por objeto a realização, no âmbito da Unidade do Arquivo Público do Estado, da Secretaria de Governo, de estágio curricular obrigatório, sem concessão de bolsa, destinado a alunos regularmente matriculados na OSC, que comprovem frequência efetiva em curso superior, visando obter experiência prática na respectiva linha de formação.

§ 1º - A execução do objeto do Acordo de Cooperação dar-se-á consoante o Plano de Trabalho constante do Anexo, parte integrante deste instrumento.

§ 2º - O número de vagas de estagiário a serem ofertadas com base neste Acordo de Cooperação dependerá da capacidade operacional da Unidade do Arquivo Público do Estado, bem assim de prévio entendimento entre este e a OSC, nos termos do Plano de Trabalho de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º - As modificações que se fizerem necessárias no Plano de Trabalho, observada a manutenção do objeto da avença e respeitada a legislação vigente, serão formalizadas mediante termo aditivo ao presente instrumento, subscrito pelo Secretário/Coordenador do Arquivo Público do Estado e pelo representante da OSC.

CLÁUSULA SEGUNDA

Do Estágio

A realização de estágio obrigatório junto à Unidade do Arquivo Público do Estado dar-se-á nos moldes da Lei federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, não implicando vínculo de natureza empregatícia ou estatutária entre o ESTADO e o estagiário, vedada a extensão a este de direitos assegurados aos servidores públicos.

§ 1º - Para o fim de que trata esta cláusula, o ESTADO, representado pelo \_\_\_\_\_\_\_\_\_, e o estagiário celebrarão, observada a interveniência obrigatória da OSC, termo de compromisso contendo, dentre outras, cláusula de responsabilidade e confidencialidade atinente à matéria das cláusulas sétimas e nona deste Acordo de Cooperação, e de indicação das condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade de formação escolar do estudante, e o horário escolar.

§ 2º - Ao estagiário não será concedida bolsa ou qualquer outra forma de contraprestação por sua jornada de atividade.

§ 3º - A jornada a que alude o § 2º deverá compatibilizar-se com o horário escolar do estagiário, bem assim com o horário de expediente da Unidade do Arquivo Público do Estado, de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho, devendo constar do termo de compromisso, e se realizará nas dependências dos órgãos da Unidade do Arquivo Público do Estado ou nos locais onde este desenvolva suas atividades.

§ 4º - Se a OSC adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso.

§ 5º - É assegurado ao estagiário, quando o estágio apresentar duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares do estagiário.

§ 6º - Os dias de recesso de que trata o § 5º serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

§ 7º - Cessando a matrícula, inclusive em virtude de trancamento, ou a frequência do estagiário na OSC, deverá esta comunicar tal circunstância à Unidade do Arquivo Público do Estado, no prazo de 10 (dez) dias contado do fato, para a adoção de providências visando a rescisão do termo de compromisso.

§ 8º - O ESTADO, por intermédio da Unidade do Arquivo Público, poderá a qualquer tempo proceder ao desligamento do estagiário, mediante rescisão do termo de compromisso e comunicação do fato à OSC.

§ 9º - A duração do estágio na Unidade do Arquivo Público do Estado não poderá exceder a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

CLÁUSULA TERCEIRA

Do Regime Disciplinar

Ao estagiário aplicar-se-á, no que couber, o regime disciplinar dos servidores públicos da Administração direta e autárquica.

CLÁUSULA QUARTA

Das Obrigações dos Partícipes

Para a execução do objeto deste Acordo de Cooperação, constituirão obrigações dos partícipes, a par das constantes das demais cláusulas deste instrumento e da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e legislação e regulamentação aplicáveis à espécie:

I – do ESTADO, por meio da Unidade do Arquivo Público do Estado:

a) celebrar o termo de compromisso a que se refere o § 1º da cláusula segunda;

b) exercer coordenação adequada, visando atender as necessidades do estágio;

c) designar servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvido no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

d) proporcionar aos estagiários experiência prática em sua linha de formação;

e) oferecer aos estagiários instalações e demais condições materiais adequadas ao desempenho das atividades de aprendizagem previstas no Plano de Trabalho;

f) alocar os estagiários segundo as necessidades da Unidade do Arquivo Público do Estado, definidas no Plano de Trabalho;

g) fixar a escala de horário da jornada de atividade, nos termos dos §§ 3º ao 6º da cláusula segunda deste instrumento, e exercer o controle de frequência;

h) aceitar em suas dependências, na qualidade de supervisores acadêmicos, docentes designados pela OSC para fins de orientação e avaliação do estágio, nos termos definidos no Plano de Trabalho;

i) comunicar à OSC, por intermédio dos supervisores acadêmicos, qualquer irregularidade no andamento do estágio;

j) por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

k) manter, à disposição da fiscalização, documentos que comprovem a relação de estágio;

l) enviar à OSC, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário;

II – da OSC:

a) celebrar o termo de compromisso a que se refere o § 1º da cláusula segunda;

b) solicitar à Unidade do Arquivo Público do Estado, por meio de formulário próprio, as inscrições para estágio, incluindo a definição do número de vagas e das áreas, com antecedência mínima de \_\_\_\_\_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_\_\_\_\_) dias antes de seu início;

c) realizar pré-seleção, para o fim de que trata a alínea “b”, entre os alunos que atendam aos requisitos indicados no “caput” da cláusula primeira deste instrumento, encaminhando-os à Unidade do Arquivo Público do Estado para entrevista, munidos de carta de apresentação e curriculum vitae;

d) proceder à supervisão acadêmica, nos termos da alínea “h”, do inciso I, desta cláusula, indicando professor orientador da área a ser desenvolvida no estágio, como supervisor acadêmico e responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

e) reunir-se, sempre que necessário, com representantes da Unidade do Arquivo Público do Estado para análise de assuntos atinentes ao estágio;

f) proceder, tempestivamente, a comunicação de que trata o § 7º da cláusula segunda deste instrumento;

g) exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

h) comunicar à Unidade do Arquivo Público do Estado, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas;

i) contratar, para cada estagiário, o seguro contra acidentes pessoais de que trata o parágrafo único do artigo 9º da Lei federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

CLÁUSULA QUINTA

Dos Recursos

O presente Acordo de Cooperação não envolve a transferência de recursos financeiros ou materiais entre os partícipes.

CLÁUSULA SEXTA

Da Vigência

O presente Acordo de Cooperação vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos (poderá ser fixado prazo inferior que a Pasta entenda adequado), contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA

Do Sigilo das Informações

A OSC e os estagiários manterão sigilo sobre os assuntos da repartição, especialmente informações constantes ou decorrentes dos projetos, ou geradas por intermédio deste acordo, vedada sua distribuição ou divulgação por qualquer meio magnético, eletrônico, escrito, mecanográfico ou outro.

CLÁUSULA OITAVA

Da Propriedade dos Projetos

Os projetos existentes ou desenvolvidos na Unidade do Arquivo Público do Estado constituem propriedade exclusiva do ESTADO, ficando vedados, a todos quantos os acessarem, sua reprodução, cópia, empréstimo, doação, cessão, transferência, permuta, fornecimento, aluguel ou alienação.

CLÁUSULA NONA

Da Divulgação

A divulgação das informações a que alude a cláusula sétima deste instrumento exigirá prévia e expressa autorização por parte do Secretário/Coordenador do Arquivo Público do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA

Do Controle e da FiscalizaçãoPara fins de apoio, controle e fiscalização da execução do presente ajuste, a Unidade do Arquivo Público do Estado e a OSC indicarão seus representantes, na seguinte conformidade:

I – 1 (um) representante da Secretaria de Governo;

II – 1 (um) representante da Unidade do Arquivo Público do Estado;

III – 1 (um) representante da OSC.

(OBS. – poderão ser incluídos mais representantes da Pasta e da Unidade do Arquivo Público, se for o caso)

Parágrafo único – Os representantes de que trata esta cláusula avaliarão, anualmente, as condições de realização do estágio e os resultados obtidos, expedindo manifestação fundamentada sobre o desempenho de cada estagiário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Da Denúncia e da Rescisão

O presente Acordo de Cooperação poderá ser denunciado a qualquer tempo, por desinteresse unilateral ou consensual, mediante comunicação escrita com antecedência de 45 (quarenta e cinco) dias, e será rescindido por descumprimento das obrigações assumidas ou infração legal.

Parágrafo único – O encerramento deste Acordo de Cooperação por denúncia, rescisão ou decurso do prazo de que trata a cláusula sexta implicará a automática rescisão dos termos de compromisso em vigor, objeto do § 1º da cláusula segunda deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Do Foro

Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para a solução de controvérsias oriundas da execução deste Acordo de Cooperação, que não puderem ser dirimidas administrativamente.

Estando, assim, os partícipes de acordo, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas para que produza todos os efeitos legais.

São Paulo, \_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_de 2019

UNIDADE DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO (OSC)

Testemunhas:

1.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ 2.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome: Nome:

R.G.: R.G.:

CPF: CPF:

ANEXO II

a que se refere o artigo 10 da

Resolução SG-89, de 22 de novembro de 2019

CONVÊNIO Nº

Convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Governo, e esta pela Unidade do Arquivo Público do Estado, e (Instituição de Ensino), para a realização de estágio obrigatório, sem concessão de bolsa, com fundamento na Lei federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e no Decreto nº 52.756, de 27 de fevereiro de 2008

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Governo, e esta pela Unidade do Arquivo Público do Estado, com sede na \_\_\_\_\_\_\_\_\_, representado por, \_\_\_\_\_\_\_\_\_portador do RG \_\_\_\_\_\_\_\_\_e CPF \_\_\_\_\_\_\_\_\_, doravante designado ESTADO, e (Instituição de Ensino), regida por (Estatuto/lei), com sede na \_\_\_\_\_\_\_\_\_(endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representada por seu \_\_\_\_\_\_\_\_\_(cargo do dirigente/procurador), \_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome completo do dirigente/procurador), portador do RG \_\_\_\_\_\_\_\_\_e CPF \_\_\_\_\_\_\_\_\_, doravante denominada INSTITUIÇÃO DE ENSINO, resolvem firmar o presente CONVÊNIO, nos termos da Lei federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e do Decreto nº 52.756, de 27 de fevereiro de 2008, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do Objeto

O presente Convênio tem por objeto a realização, no âmbito da Unidade do Arquivo Público do Estado, da Secretaria de Governo, de estágio curricular obrigatório, sem concessão de bolsa, destinado a alunos regularmente matriculados na INSTITUIÇÃO DE ENSINO, que comprovem frequência efetiva em curso superior, visando obter experiência prática na respectiva linha de formação.

§ 1º - A execução do objeto do convênio dar-se-á consoante o Plano de Trabalho constante do Anexo, parte integrante deste instrumento.

§ 2º - O número de vagas de estagiário a serem ofertadas com base neste convênio dependerá da capacidade operacional da Unidade do Arquivo Público do Estado, bem assim de prévio entendimento entre este e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Plano de Trabalho de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º - As modificações que se fizerem necessárias no Plano de Trabalho, observada a manutenção do objeto da avença, serão formalizadas mediante termo aditivo ao presente instrumento, subscrito pelo Secretário/Coordenador do Arquivo Público e pelo representante da INSTITUIÇÃO DE ENSINO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Do Estágio

A realização de estágio obrigatório junto à Unidade do Arquivo Público do Estado dar-se-á nos moldes da Lei federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, não implicando vínculo de natureza empregatícia ou estatutária entre o ESTADO e o estagiário, vedada a extensão a este de direitos assegurados aos servidores públicos.

§ 1º - Para o fim de que trata esta cláusula, o ESTADO, representado pelo , e o estagiário celebrarão, observada a interveniência obrigatória da INSTITUIÇÃO DE ENSINO, termo de compromisso contendo, dentre outras, cláusula de responsabilidade e confidencialidade atinente à matéria das cláusulas sétimas e nona deste convênio, e de indicação das condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade de formação escolar do estudante, e o horário escolar.

§ 2º - Ao estagiário não será concedida bolsa ou qualquer outra forma de contraprestação por sua jornada de atividade.

§ 3º - A jornada a que alude o § 2º deverá compatibilizar-se com o horário escolar do estagiário, bem assim com o horário de expediente da Unidade do Arquivo Público do Estado, de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho, devendo constar do termo de compromisso, e se realizará nas dependências dos órgãos da Unidade do Arquivo Público do Estado ou nos locais onde este desenvolva suas atividades.

§ 4º - Se a INSTITUIÇÃO DE ENSINO adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso.

§ 5º - É assegurado ao estagiário, quando o estágio apresentar duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares do estagiário.

§ 6º - Os dias de recesso de que trata o § 5º serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

§ 7º - Cessando a matrícula, inclusive em virtude de trancamento, ou a frequência do estagiário na INSTITUIÇÃO DE ENSINO, deverá esta comunicar tal circunstância à Unidade do Arquivo Público do Estado, no prazo de 10 (dez) dias contado do fato, para a adoção de providências visando à rescisão do termo de compromisso.

§ 8º - O ESTADO, por intermédio da Unidade do Arquivo Público do Estado, poderá a qualquer tempo proceder ao desligamento do estagiário, mediante rescisão do termo de compromisso e comunicação do fato à INSTITUIÇÃO DE ENSINO.

§ 9º - A duração do estágio na Unidade do Arquivo Público do Estado não poderá exceder a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.CLÁUSULA TERCEIRA

Do Regime Disciplinar

Ao estagiário aplicar-se-á, no que couber, o regime disciplinar dos servidores públicos da Administração direta e autárquica.

CLÁUSULA QUARTA

Das Obrigações dos Partícipes Para a execução do objeto deste Convênio, constituirão obrigações dos partícipes, a par das constantes das demais cláusulas deste instrumento:

I – do ESTADO, por meio da Unidade do Arquivo Público do Estado:

a) celebrar o termo de compromisso a que se refere o § 1º da cláusula segunda;

b) exercer coordenação adequada, visando atender as necessidades do estágio;

c) designar servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvido no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

d) proporcionar aos estagiários experiência prática em sua linha de formação;

e) oferecer aos estagiários instalações e demais condições materiais adequadas ao desempenho das atividades de aprendizagem previstas no plano de trabalho;

f) alocar os estagiários segundo as necessidades da Unidade do Arquivo Público do Estado, definidas no Plano de Trabalho;

g) fixar a escala de horário da jornada de atividade, nos termos dos §§ 3º ao 6º da cláusula segunda deste instrumento, e exercer o controle de frequência;

h) aceitar em suas dependências, na qualidade de supervisores acadêmicos, docentes designados pela INSTITUIÇÃO DE ENSINO para fins de orientação e avaliação do estágio, nos termos definidos no Plano de Trabalho;

i) comunicar à INSTITUIÇÃO DE ENSINO, por intermédio dos supervisores acadêmicos, qualquer irregularidade no andamento do estágio;

j) por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

k) manter, à disposição da fiscalização, documentos que comprovem a relação de estágio;

l) enviar à INSTITUIÇÃO DE ENSINO, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário;

II – da INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

a) celebrar o termo de compromisso a que se refere o § 1º da cláusula segunda;

b) solicitar à Unidade do Arquivo Público do Estado, por meio de formulário próprio, as inscrições para estágio, incluindo a definição do número de vagas e das áreas, com antecedência mínima de \_\_\_\_\_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_\_\_\_\_) dias antes de seu início;

c) realizar pré-seleção, para o fim de que trata a alínea “b”, entre os alunos que atendam aos requisitos indicados no “caput” da cláusula primeira deste instrumento, encaminhando-os à Unidade do Arquivo Público do Estado para entrevista, munidos de carta de apresentação e curriculum vitae;

d) proceder à supervisão acadêmica, nos termos da alínea “h”, do inciso I, desta cláusula, indicando professor orientador da área a ser desenvolvida no estágio, como supervisor acadêmico e responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

e) reunir-se, sempre que necessário, com representantes da Unidade do Arquivo Público do Estado, para análise de assuntos atinentes ao estágio;

f) proceder, tempestivamente, à comunicação de que trata o § 7º da cláusula segunda deste instrumento;

g) exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

h) comunicar à Unidade do Arquivo Público do Estado, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas;

i) contratar, para cada estagiário, o seguro contra acidentes pessoais de que trata o parágrafo único do artigo 9º da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

CLÁUSULA QUINTA

Dos Recursos

O presente Convênio não envolve a transferência de recursos financeiros ou materiais entre os partícipes.

CLÁUSULA SEXTA

Da Vigência

O presente Convênio vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos (poderá ser fixado prazo inferior que a Pasta entenda adequado), contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA

Do Sigilo das Informações

A INSTITUIÇÃO DE ENSINO e os estagiários manterão sigilo sobre os assuntos da repartição, especialmente informações constantes ou decorrentes dos projetos, ou geradas por intermédio deste Convênio, vedada sua distribuição ou divulgação por qualquer meio magnético, eletrônico, escrito, mecanográfico ou outro.

CLÁUSULA OITAVA

Da Propriedade dos Projetos

Os projetos existentes ou desenvolvidos na Unidade do Arquivo Público do Estado constituem propriedade exclusiva do ESTADO, ficando vedados, a todos quantos os acessarem, sua reprodução, cópia, empréstimo, doação, cessão, transferência, permuta, fornecimento, aluguel ou alienação.

CLÁUSULA NONA

Da Divulgação

A divulgação das informações a que alude a cláusula sétima deste instrumento exigirá prévia e expressa autorização por parte do Secretário/Coordenador do Arquivo Público do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA

Do Controle e da Fiscalização

Para fins de apoio, controle e fiscalização da execução do presente ajuste, a Unidade do Arquivo Público do Estado e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO indicarão seus representantes, na seguinte conformidade:

I – 1 (um) representante da Secretaria de Governo;

II – 1 (um) representante da Unidade do Arquivo Público do Estado;

III – 1 (um) representante da INSTITUIÇÃO DE ENSINO.

(OBS. – poderão ser incluídos mais representantes da Pasta e da Unidade do Arquivo Público, se for o caso)

Parágrafo único – Os representantes de que trata esta cláusula avaliarão, anualmente, as condições de realização do estágio e os resultados obtidos, expedindo manifestação fundamentada sobre o desempenho de cada estagiário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Da Denúncia e da Rescisão

O presente Convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, por desinteresse unilateral ou consensual, mediante comunicação escrita com antecedência de 45 (quarenta e cinco) dias, e será rescindido por descumprimento das obrigações assumidas ou infração legal.

Parágrafo único – O encerramento deste Convênio por denúncia, rescisão ou decurso do prazo de que trata a cláusula sexta implicará a automática rescisão dos termos de compromisso em vigor, objeto do § 1º da cláusula segunda deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Do Foro

Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para a solução de controvérsias oriundas da execução deste Convênio, que não puderem ser dirimidas administrativamente.

Estando, assim, os partícipes de acordo, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas para que produza todos os efeitos legais.

São Paulo, \_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_de 2019

UNIDADE DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Testemunhas:

1.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ 2.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome: Nome:

R.G.: R.G.:

CPF: CPF:

ANEXO III

a que se refere o artigo 10 da

Resolução SG-89, de 22 de novembro de 2019

TERMO DE COMPROMISSO

Termo de Compromisso que celebram o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Governo, e esta pela Unidade do Arquivo Público do Estado, o(a) (Instituição de Ensino) e o(a) estudante, para a realização de estágio obrigatório, sem concessão de bolsa, com fundamento na Lei federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e no Decreto nº 52.756, de 27 de fevereiro de 2008

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Governo, e esta pela Unidade do Arquivo Público do Estado, com sede na \_\_\_\_\_\_\_\_\_, representado por \_\_\_\_\_\_\_\_\_, doravante designado ESTADO, o(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_(Instituição de Ensino), com sede na \_\_\_\_\_\_\_\_\_(endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_e CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_, doravante denominada INSTITUIÇÃO DE ENSINO, e seu estudante \_\_\_\_\_\_\_\_\_, regularmente matriculado(a) no ano do Curso de , portador(a) do RG, residente e domiciliado(a) na rua, no Município de, Estado de, doravante denominado(a) ESTAGIÁRIO, celebram o presente TERMO DE COMPROMISSO, que será regido pelas disposições da Lei federal nº 11.788/2008 e do Decreto nº 52.756/2008, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do Objeto

A Unidade do Arquivo Público do Estado, da Secretaria de Governo, compromete-se a conceder ao ESTAGIÁRIO oportunidade de realizar nas dependências de qualquer um de seus órgãos, ou nos locais onde desenvolva suas atividades, estágio obrigatório, sem concessão de bolsa, com a finalidade de receber treinamento específico, como prática dos ensinamentos teóricos que recebe na INSTITUIÇÃO DE ENSINO, visando obter experiência na respectiva linha de formação.

CLÁUSULA SEGUNDA

Do Estágio

A realização de estágio obrigatório junto à Unidade do Arquivo Público do Estado dar-se-á nos moldes da Lei federal nº 11.788/2008, não implicando vínculo de natureza empregatícia ou estatutária entre o ESTADO e ESTAGIÁRIO, vedada a extensão a este de direitos assegurados aos servidores públicos.

§ 1º - Ao ESTAGIÁRIO não será concedida bolsa ou qualquer outra forma de contraprestação por sua jornada de atividade.

§ 2º - A jornada a que alude o parágrafo anterior deverá compatibilizar-se com o horário escolar do ESTAGIÁRIO, bem assim com o horário de expediente da Unidade do Arquivo Público do Estado, de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho.

§ 3º - Se a INSTITUIÇÃO DE ENSINO adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida à metade.

§ 4º - É assegurado ao ESTAGIÁRIO, quando o estágio apresentar duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares do ESTAGIÁRIO.

§ 5º - Os dias de recesso de que trata o parágrafo anterior serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

§ 6º - Cessando a matrícula, inclusive em virtude de trancamento, ou a frequência do ESTAGIÁRIO na INSTITUIÇÃO DE ENSINO, deverá esta comunicar tal circunstância à Unidade do Arquivo Público do Estado, no prazo de 10 (dez) dias contado do fato, para a adoção de providências visando à rescisão deste termo de compromisso.

§ 7º - O ESTADO, por intermédio da Unidade do Arquivo Público do Estado, poderá a qualquer tempo proceder ao desligamento do ESTAGIÁRIO, mediante rescisão deste termo de compromisso e comunicação do fato à INSTITUIÇÃO DE ENSINO.

§ 8º - A duração do estágio na Unidade do Arquivo Público do Estado não poderá exceder a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

CLÁUSULA TERCEIRA

Das Obrigações dos Partícipes

Constituem obrigações dos partícipes:

I – do ESTAGIÁRIO:

a) cumprir o estágio, de acordo com o estabelecido na cláusula quarta, em jornada compatível com o seu horário escolar;

b) cumprir fielmente o plano de estágio, comunicando ao Supervisor acadêmico do estágio, se for o caso, e em tempo hábil, a sua impossibilidade de desenvolvê-lo, quanto aos aspectos técnicos relacionados ao estágio, bem assim quanto aos horários e duração, fixados no presente termo de compromisso;

c) responsabilizar-se pelas perdas e danos que causar em consequência da inobservância das normas internas da Unidade do Arquivo Público do Estado e/ou constantes do presente termo;

d) apresentar periodicamente, na forma e nos prazos exigidos pela INSTITUIÇÃO DE ENSINO, relatório das atividades desenvolvidas durante o estágio;

e) comunicar a Unidade do Arquivo Público do Estado, com a antecedência necessária, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas, para fins de redução de sua jornada de trabalho;

II – do ESTADO, por meio da Unidade do Arquivo Público do Estado:

a) exercer coordenação adequada, visando a atender às necessidades do estágio;

b) designar servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar o ESTAGIÁRIO;

c) proporcionar ao ESTAGIÁRIO experiência prática em sua linha de formação;

d) oferecer ao ESTAGIÁRIO instalações e demais condições materiais adequadas ao desempenho das atividades de aprendizagem previstas no Plano de Trabalho;

e) alocar o ESTAGIÁRIO segundo as necessidades da Unidade do Arquivo Público do Estado, definidas no Plano de Trabalho;

f) exercer o controle de frequência;

g) aceitar em suas dependências, na qualidade de supervisores acadêmicos, docentes designados pela INSTITUIÇÃO

DE ENSINO para fins de orientação e avaliação do estágio, nos termos definidos no plano de trabalho;

h) comunicar à INSTITUIÇÃO DE ENSINO, por intermédio dos supervisores acadêmicos, qualquer irregularidade no andamento do estágio;

i) por ocasião do desligamento do ESTAGIÁRIO, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

j) manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

k) enviar à INSTITUIÇÃO DE ENSINO, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao ESTAGIÁRIO;

III – da INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

a) proceder à supervisão acadêmica, nos termos da alínea “g”, do inciso II, desta cláusula, indicando professor orientador da área a ser desenvolvida no estágio, como supervisor acadêmico e responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do ESTAGIÁRIO;

b) reunir-se, sempre que necessário, com representantes da Unidade do Arquivo Público do Estado para análise de assuntos atinentes ao estágio;

c) proceder, tempestivamente, à comunicação de que trata o § 7º da cláusula segunda deste instrumento;

d) exigir do ESTAGIÁRIO a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

e) comunicar à Unidade do Arquivo Público do Estado, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas;

f) contratar, para cada ESTAGIÁRIO, o seguro contra acidentes pessoais de que trata o parágrafo único do artigo 9º da Lei federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

CLÁUSULA QUARTA

Horário do Estágio

O estágio de que cuida a cláusula primeira será realizado no período de \_\_\_\_\_\_\_\_\_a, e será desenvolvido no horário das \_\_\_\_\_\_\_\_\_às \_\_\_\_\_\_\_\_\_horas, devendo o ESTAGIÁRIO realizar\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_) horas semanais junto ao \_\_\_\_\_\_\_\_\_, da Unidade do Arquivo Público do Estado.

Parágrafo único – Qualquer mudança em relação ao horário do estágio deverá resultar de prévio entendimento entre a Unidade do Arquivo Público do Estado e o ESTAGIÁRIO, ficando ressalvada a possibilidade de o estágio realizar atividades internas e/ou externas.

CLÁUSULA QUINTA

Da Rescisão

O presente termo de compromisso poderá ser rescindido a qualquer tempo, com o consequente cancelamento do estágio, pela Unidade do Arquivo Público do Estado ou pelo ESTAGIÁRIO, mediante uma simples comunicação por escrito de um partícipe aos outros, a ser feita com 5 (cinco) dias de antecedência, no mínimo.

CLÁUSULA SEXTA

Do Regime Disciplinar

Ao ESTAGIÁRIO aplicar-se-á, no que couber, o regime disciplinar dos servidores públicos da Administração direta e autárquica.

CLÁUSULA SÉTIMA

Vinculação do Termo de Compromisso

O presente Termo de Compromisso está vinculado ao \_\_\_\_\_\_\_\_\_(Convênio ou Acordo de Cooperação) nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_, de que cuida o Processo nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_, celebrado em \_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_de entre de Estado São Paulo e a (Instituição de Ensino).

CLÁUSULA OITAVA

Do Seguro

Durante o período de estágio, a INSTITUIÇÃO DE ENSINO proporcionará ao ESTAGIÁRIO cobertura de seguro contra acidentes pessoais através da apólice nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_da companhia de seguros \_\_\_\_\_\_\_\_\_, de acordo com o estabelecido no \_\_\_\_\_\_\_\_\_(Convênio ou Acordo de Cooperação) nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_, de que cuida o Processo nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_.

CLÁUSULA NONA

Do Sigilo das Informações

A INSTITUIÇÃO DE ENSINO e os estagiários manterão sigilo sobre os assuntos da repartição, especialmente informações constantes ou decorrentes dos projetos, ou geradas por intermédio deste Termo de Compromisso, vedada sua distribuição ou divulgação por qualquer meio magnético, eletrônico, escrito, mecanográfico ou outro.

CLÁUSULA DÉCIMA

Propriedade do Banco de Dados

Os projetos existentes ou desenvolvidos na Unidade do Arquivo Público do Estado constituem propriedade exclusiva do ESTADO, ficando vedados, a todos quantos os acessarem, sua reprodução, cópia, empréstimo, doação, cessão, transferência, permuta, fornecimento, aluguel ou alienação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Do Foro

Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para a solução de controvérsias oriundas da execução deste convênio, que não puderem ser dirimidas administrativamente.

Por estarem assim de pleno acordo, os partícipes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

São Paulo, \_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_de 2019

UNIDADE DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO ESTAGIÁRIO

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Testemunhas:

1.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ 2.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome: Nome:

R.G.: R.G.:

CPF: CPF:

DOE, Seção I, 23/11/2019, p. 4-5

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-90, de 22 de novembro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019 da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria de Governo, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019-00966, discriminados nos seguintes ofícios: of. NUPATRI nº 11-19, processo SG-PRC-2019-00186; of. nº 8-19, processo SG-PRC-2019-00195; of. nº 9-19, processo SG-PRC-2019-00196; of. NUPATRI nº 2-19, processo SG-PRC-2019-00701; of. NUPATRI nº 8-19, processo SG-PRC-2019-00719; of. NUPATRI nº 12-19, processo SG-PRC-2019-00722; of. Patr. n° 6-19, processo SG-PRC-2019-00885.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 26/11/2019, p. 5

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-91, de 22 de novembro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019 da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Saúde, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019-00961, discriminados nos seguintes ofícios: GT-DEMEX-SS: nº 541-19, processo SG-PRC-2019-00797; nº 542-19, processo SG-PRC-2019-00798; nº 517-19, processo SG-PRC-2019-00799; nº 518-2019, processo SG-PRC-2019-00800; nº 540-19, processo SG-PRC-2019-00802; nº 531-19, processo SG-PRC-2019-00803; n° 529-19, processo SG-PRC-2019-00807.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 27/11/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-92, de 22 de novembro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019 da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Saúde, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019-00962, discriminados nos seguintes ofícios: GT-DEMEX-SS: nº 495-19, processo SG-PRC-2019-00324; nº 519-19, processo SG-PRC-2019-00816; nº 539-19, processo SG-PRC-2019-00817; nº 530 de 2019, processo SG-PRC-2019-00918; nº 544-19, processo SG-PRC-2019-00926; nº 543-19, processo SG-PRC-2019-00927.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 27/11/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-93, de 22 de novembro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019 da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio das Secretarias de Estado e da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019-00963, discriminados nos seguintes ofícios:

I – Defensoria Pública do Estado de São Paulo: Of. DLO nº 43-18, processo SG-PRC-2019-00403;

II – Fundo Social de São Paulo: Of. Patrimônio nº 5-19, processo SG-PRC-2019-00131;

III – Secretaria de Desenvolvimento Social: Of. DRADS ARA nº 110-19, processo SG-PRC-2019-00705;

IV – Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência: nº 9-19, processo SG-PRC-2019-00351;

V – Secretaria dos Transportes Metropolitanos: Of. DA nº 6-19, processo SG-PRC-2019-00181.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 27/11/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-94, de 22 de novembro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019 da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio das Secretarias de Estado e da Procuradoria Geral do Estado, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019-00965, discriminados nos seguintes ofícios:

I – Procuradoria Geral do Estado: Ofs. PR/10: nº 403-19, processo SG-PRC-2019-00316; nº 404-2019, processo SG-PRC-2019-00317;

II – Secretaria da Administração Penitenciária: nº 4.736-19, processo SG-PRC-2019-00836; nº 4.956-19, processo SG-PRC-2019-00902;

III – Secretaria da Educação: Ofs. GTMEX: nº 23-19, processo SG-PRC-2019-00155; nº 30-2019, processo SG-PRC-2019-00405; nº 32-19, processo SG-PRC-2019-00845;

IV – Secretaria de Desenvolvimento Regional: Ofs. CAPM: nº 25-19, processo SG-PRC-2019-00237; nº 28-19, processo SG-PRC-2019-00672; nº 30-19, processo SG-PRC-2019-00723; nº 29-19, processo SG-PRC-2019-00725; nº 31-19, processo SG-PRC-2019-00794.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 27/11/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta CC/SG/SFP-7,de 3-12-2019

Dispõe sobre a definição, e os critérios de apuração e avaliação, dos indicadores globais da Secretaria da Segurança Pública, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere a LC 1.245-2014, no exercício de 2019

O Secretário Executivo, Respondendo Pelo Expediente da Casa Civil e os Secretários de Governo e da Fazenda e Planejamento, considerando o disposto no art. 6º da LC 1.245-2014, resolvem:

CAPÍTULO I

Dos Indicadores e de seus Critérios de Apuração e Avaliação

**Artigo 1º** - Ficam definidos os seguintes indicadores globais da Secretaria da Segurança Pública, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados a seus servidores policiais, nos termos da Lei Complementar nº 1.245, de 27 de junho de 2014, no exercício de 2019:

I – Vítimas de Letalidade Violenta (I1);

II – Roubo e Furto de Veículos (I2);

III – Roubos outros (I3).

**Artigo 2º** - O Indicador Vítimas de Letalidade Violenta – I1 será calculado pela soma das vítimas de Homicídio Doloso e das vítimas de Latrocínio, na seguinte forma:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| I1 = Resultado -1 |  |  |
| --------------------- | = índice de cumprimento de metas |  |
| Meta |  |  |

§ 1º - O Resultado é o valor realizado pela área no período analisado e a Meta o valor a ser alcançado.

§ 2º - O indicador de que trata o “caput” deste artigo terá como fonte de dados as estatísticas mensais de “Vítimas de Homicídio” e “Vítimas de Latrocínio” do Sistema Estadual de Coleta de Estatísticas da Secretaria da Segurança Pública.

**Artigo 3º** - O Indicador Roubo e Furto de Veículos – I2 será calculado pela soma das ocorrências de Roubos de Veículos e das ocorrências de Furto de Veículos, na seguinte forma:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| I2 = Resultado -1 |  |  |
| --------------------- | = índice de cumprimento de metas |  |
| Meta |  |  |

§ 1º - O Resultado é o valor realizado pela área no período analisado e a Meta o valor a ser alcançado.

§ 2º - O indicador de que trata o “caput” deste artigo terá como fonte de dados as estatísticas mensais de “Roubo de Veículos” e “Furto de Veículos” do Sistema Estadual de Coleta de Estatísticas da Secretaria da Segurança Pública.

**Artigo 4º** - O Indicador Roubos outros – I3 será calculado pela soma das ocorrências de Roubos exceto os casos de Cargas, Bancos e Veículos, na seguinte forma:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| I3 = Resultado -1 |  |  |
| --------------------- | = índice de cumprimento de metas |  |
| Meta |  |  |

§ 1º - O Resultado é o valor realizado pela área no período analisado e a Meta o valor a ser alcançado.

§ 2º - O indicador de que trata o “caput” deste artigo terá como fonte de dados as estatísticas mensais de “Roubos Outros”, do Sistema Estadual de Coleta de Estatísticas da Secretaria da Segurança Pública.

§ 3º - Nas estatísticas de “Roubos Outros” estão computados os crimes de “Roubo de Cargas” e “Roubo a Bancos”, que também são publicados separadamente. No cálculo do resultado, estes dois últimos indicadores devem ser subtraídos do primeiro.

**Artigo 5º** - As metas para estes indicadores deverão ser observadas pelas Áreas e pelo Estado.

CAPÍTULO II

Das Modalidades da Bonificação por Resultados – BR

**Artigo 6º** - A Bonificação por Resultados - BR será paga mediante o cumprimento das regras previstas nesta resolução conjunta em duas modalidades:

I - Bônus Padrão: bônus a ser pago aos policiais lotados em unidades territoriais ou especializadas diretamente ligadas aos resultados das estruturas territoriais, em combinação com o resultado consolidado obtido pelo Estado.

II - Bônus Adicional: bônus a ser pago aos policiais lotados em unidades territoriais pertencentes às até 10 (dez) Áreas de Atuação Compartilhada – AACs que obtenham os melhores resultados, em combinação com o resultado consolidado obtido pelo Estado.

III – Bônus Autônomo – bônus a ser pago aos policiais lotados em unidades territoriais ou especializadas diretamente ligadas aos resultados das estruturas territoriais das Companhias Militares, independente do resultado consolidado obtido pelo Estado.

CAPÍTULO III

Do Direito à Percepção da Bonificação por Resultados – BR

**Artigo 7º** - A Bonificação por Resultados - BR será paga mediante o cumprimento das regras previstas nesta resolução conjunta aos:

I - policiais civis lotados nos Distritos Policiais, nas Delegacias Seccionais, nos Departamentos de Polícia Judiciária de todo o Estado, inclusive os com função administrativa;

II - policiais militares lotados nas Companhias, nos Batalhões, nos Comandos de Policiamento de Área (onde houver) e nos Comandos de Policiamento de todo o Estado, inclusive os com função administrativa;

III - policiais subordinados à Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC) lotados nas equipes e núcleos do Instituto de Criminalística e nas equipes e núcleos do Instituto Médico Legal, inclusive os com função administrativa.

Parágrafo único - O Bônus Padrão – BP será pago também aos policiais lotados nas unidades especializadas constantes do Anexo I que faz parte integrante desta resolução conjunta.

CAPÍTULO IV

Da Apuração e Avaliação dos Resultados

**Artigo 8º** - A Secretaria da Segurança Pública enviará Nota Técnica à Comissão de que trata o artigo 6º da Lei Complementar nº 1.245, de 27 de junho de 2014, por intermédio do Departamento de Desenvolvimento Institucional, contendo uma avaliação do cumprimento das metas e as respectivas justificativas para o desempenho do período.

§ 1º - O pagamento da Bonificação por Resultados somente poderá ser efetuado após a aprovação da Nota Técnica de Apuração dos Resultados pela Comissão de que trata o “caput” deste artigo, com apoio técnico do Departamento de Desenvolvimento Institucional para a validação dos cálculos, nos termos do Decreto nº 56.125, de 23 de agosto de 2010.

§ 2º - Cabe à Comissão a que se refere o artigo 6º da Lei Complementar nº 1.245, de 27 de junho de 2014, a apuração dos índices de cumprimento das metas dos indicadores globais, de acordo com os critérios estabelecidos nesta resolução conjunta.

§ 3º - Para fins de apuração do cumprimento das metas dos indicadores definidos nesta resolução conjunta, as variáveis, informações, parâmetros e etapas dos cálculos dos desempenhos obtidos deverão ser discriminados na Nota Técnica a que se refere o "caput" deste artigo.

§ 4º - Ao final do período de avaliação, o Secretário da Segurança Pública fará publicar a Nota Técnica de Apuração dos Resultados, contendo a memória de cálculo dos indicadores e o valor do Índice Consolidado de Cumprimento de Metas - ICCM, nos termos desta resolução conjunta.

§ 5º - O disposto no “caput” e §§ 1º a 3º deste artigo aplica-se às ocasiões em que houver desdobramento de metas em subperíodos inferiores ao período de avaliação, devendo o Secretário da Segurança Pública publicar Nota Técnica de Apuração dos Resultados, contendo a memória de cálculo dos indicadores e seus respectivos Índices de Cumprimento de Metas – ICs.

**Artigo 9º** - As metas de todos os indicadores respeitarão o ano calendário e, no caso do pagamento do Bônus Padrão, do Bônus Adicional e do Bônus Autônomo será levado em conta o resultado acumulado no período de avaliação, que será trimestral no ano de 2019.

**Artigo 10** - A apuração e avaliação das metas terão por parâmetro os limites territoriais previstos para as Áreas de Atuação Compartilhada – AACs, que são as áreas geográficas do Estado correspondentes à circunscrição de um Batalhão de Polícia Militar, uma ou mais Delegacias Seccionais de Polícia Judiciária e uma ou mais equipes do Instituto de Criminalística e do Instituto Médico Legal.

Parágrafo único - A relação das Áreas de Atuação Compartilhada – AACs e respectivas unidades passíveis de recebimento da Bonificação por Resultados em 2019 está disponível no Anexo II que faz parte integrante desta resolução conjunta.

**Artigo 11** - A Regional corresponde à circunscrição territorial sob responsabilidade de um Departamento de Polícia Judiciária em conjunto com um Comando de Policiamento da Polícia Militar do Estado, com um Núcleo do Instituto de Criminalística e com um Núcleo do Instituto Médico Legal, formada por duas ou mais AACs, sendo que seus resultados são calculados conforme disposto no § 3º do artigo 15 desta resolução conjunta.

Parágrafo único – As Áreas de Atuação Compartilhada – AACs e as Unidades Policiais que compõem cada Regional estão indicadas no Anexo III que faz parte integrante desta resolução conjunta.

**Artigo 12** - O cumprimento das metas será verificado através de 3 (três) índices, especificados abaixo:

I - satisfatório – ocorre quando o resultado consolidado do período avaliado for igual ou inferior à meta estabelecida;

II - parcialmente satisfatório – ocorre quando o resultado consolidado for superior em até 3% (três por cento) da meta estabelecida;

III - insatisfatório – ocorre quando o resultado consolidado do período avaliado for superior em mais de 3% (três por cento) à meta estabelecida.

**Artigo 13** - Os dados utilizados para o cálculo dos resultados das metas serão colhidos do Sistema Estadual de Coleta de Estatísticas da Secretaria da Segurança Pública.

**Artigo 14** - Para a Polícia Técnico-Científica, serão adotados os seguintes critérios de avaliação de cumprimento de metas:

I - o desempenho dos Núcleos de Criminalística e de Medicina Legal da Capital e Região Metropolitana será mensurado pelo somatório dos resultados das Áreas de Atuação Compartilhada – AACs de unidades que atuam nas regiões Capital e Metropolitana;

II - os Núcleos de Criminalística e de Medicina Legal do Interior terão seus desempenhos associados às equipes locais. Desta forma, além de direito ao Bônus Padrão - BP, estes núcleos do interior têm direito ao Bônus Adicional - BA, caso a equipe a qual está vinculado cumpra os requisitos deste tipo de bônus.

CAPÍTULO V

Das Regras Específicas para Cálculo do Bônus Padrão

**Artigo 15** - O índice consolidado de cumprimento de metas para cálculo do Bônus Padrão será definido em função dos resultados obtidos pelo Estado e pela Área de Atuação Compartilhada – AAC nos indicadores apontados no artigo 1º, conforme o Anexo IV que faz parte integrante desta resolução conjunta.

§ 1º - Resultados não previstos no Anexo IV não terão direito a recebimento de bônus.

§ 2º - Para as unidades especializadas com vínculo no Estado, o índice consolidado de cumprimento de metas segue o disposto no Anexo V que faz parte integrante desta resolução conjunta.

§ 3º - As Regionais definidas no artigo 11 desta resolução conjunta têm seu desempenho mensurado pela somatória dos resultados das suas Áreas de Atuação Compartilhada - AAC.

§ 4º - As Regionais, Áreas de Atuação Compartilhada - AACs, Companhias Militares e Distritos de Polícia Judiciária terão índices considerados “parcialmente satisfatórios” caso o resultado consolidado dos indicadores apresentem a seguinte situação:

a) Indicador de “Letalidade Violenta”: até 1 (uma) ocorrência acima da meta estabelecida, para metas até 33;

b) Indicador de “Roubo e Furto de Veículos”: até 2 (duas) ocorrências acima da meta estabelecida, para metas até 33;

c) Indicador de “Roubos outros”: até 2 (duas) ocorrências acima da meta estabelecida, para metas até 33.

**Artigo 16** - Os policiais lotados nos Comandos de Policiamento de Área (CPAs), Delegacias Seccionais de Polícia Judiciária ou em equipes de Criminalística ou Medicina Legal que atuam em mais de uma Área de Área de Atuação Compartilhada – AAC, terão seu desempenho vinculado à somatória das metas das respectivas AACs sob sua responsabilidade ou circunscrição.

Parágrafo único – Caso alguma das AACs vinculadas às referidas unidades receba bônus adicional, ele será estendido aos CPAs, Seccionais e equipes de Criminalística ou Medicina Legal.

**Artigo 17** - As unidades especializadas passíveis de receber o Bônus Padrão - BP terão seus desempenhos vinculados conforme descrição apresentada no Anexo VI que faz parte integrante desta resolução conjunta.

**Artigo 18** – As delegacias que trabalham de forma agrupada, em Centrais de Polícia Judiciária ou organizações similares, com equipes conjuntas atuando em toda circunscrição resultante do agrupamento, terão seu desempenho vinculado à somatória das metas das respectivas delegacias sob sua responsabilidade.

CAPÍTULO VI

Das Regras Específicas para Cálculo do Bônus Adicional

**Artigo 19** - O Bônus Adicional será pago aos policiais das até 10 (dez) Áreas de Atuação Compartilhada com os melhores resultados do Estado, que tenham atingido as metas em todos os indicadores que estejam sendo acompanhados e que possuam as melhores pontuações conforme o seguinte cálculo:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Indicadores estratégicos** | **Resultados do trimestre** | | **Peso** | **Base** | **Pontos** |
| Vítimas de letalidade violenta | Desvio absoluto | % de desvio | 3 | 60 | Multiplicação dos 4 fatores |
| Roubos outros | Desvio absoluto | % de desvio | 2 | 1 | Multiplicação dos 4 fatores |
| Roubo e furto de veículo | Desvio absoluto | % de desvio | 1 | 1,5 | Multiplicação dos 4 fatores |
| Pontuação final | | | | | Somatória dos pontos |

Considerando:

I - Desvio Absoluto: número de ocorrências (para Roubo e Furto de Veículos), número de ocorrências (para Roubo outros) e de vítimas (para Vítimas de Letalidade Violenta) a menos do que o previsto pela meta estabelecida;

II - Percentual de Desvio: calculado em função da fórmula [1 - (Valor Realizado/Meta)] \* 100;

III - Peso: indica a importância dada pelo Estado de São Paulo a cada um dos Indicadores Criminais Estratégicos;

IV - Base: fator de correção que parametriza a diferença entre o número de registros existentes em cada um dos indicadores, colocando-os em uma mesma base para que possam ser somados de forma correta.

Parágrafo único - Caso haja empate na pontuação do “ranking”, o critério de desempate será a pontuação adquirida no indicador “Vítimas de Letalidade Violenta” seguido da pontuação adquirida no indicador estratégico “Roubos outros” e, por fim, da pontuação adquirida no indicador estratégico “Roubo e Furto de Veículos”.

**Artigo 20** - O Bônus Adicional – BA será pago caso o Estado apresente resultados satisfatórios em todos os indicadores ou resultados satisfatórios em 2 (dois) dos indicadores que compõem o cálculo do bônus e resultado parcialmente satisfatório no indicador restante, sendo que cada cenário corresponderá a um percentual do valor total do bônus a ser pago, conforme disposto no Anexo VII que faz parte integrante desta resolução conjunta.

**Artigo 21** - Terão direito ao Bônus Adicional – BA somente os policiais que tenham participado do processo para cumprimento das metas em tempo superior a 75% (setenta e cinco por cento) dos dias do respectivo período de apuração.

**Artigo 22** – Quando da apuração do Bônus Adicional de que trata este capítulo, necessariamente uma das 10 (dez) posições do “ranking”, e o consequente pagamento do Bônus Adicional, será ocupada pela AAC com melhor resultado dentre as que se enquadrarem, cumulativamente, nas regras abaixo:

I – tenha como meta até 10 (dez) para o indicador estratégico “Vítimas de Letalidade Violenta”;

II – tenha como meta até 130 (cento e trinta) para o indicador estratégico “Roubos e Furto de Veículos”;

III – tenha como meta até 200 (duzentas) para o indicador estratégico “Roubos outros”.

§ 1º – para o “rankeamento” das AACs que atendam aos requisitos deste artigo será aplicado o disposto no artigo 19.

§ 2º - após o cálculo da pontuação das AACs regulamentadas neste artigo, para fins de “rankeamento”, a AAC com melhor desempenho será inserida no “ranking”, ficando, no mínimo, em 10º lugar.

CAPÍTULO VII

Das Regras Específicas para Cálculo do Bônus Autônomo

**Artigo 23** - As Companhias Militares, os Distritos de Polícia Judiciária, as Áreas de Atuação Compartilhada – AACs e as Regionais responsáveis por uma determinada área geográfica do Estado que alcançarem as metas estabelecidas para os três indicadores listados no artigo 1º desta resolução conjunta, independente do resultado consolidado obtido pelo Estado, terão índice consolidado de cumprimento de metas de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 1º - A regra prevista no “caput” deste artigo não é cumulativa com as regras dos Bônus Padrão e Adicional.

§ 2º - O Bônus Autônomo só se aplica para as equipes do Instituto de Criminalística, do Instituto Médico Legal e para as Unidades Especializadas nas hipóteses de resultados obtidos pelas AACs e Regionais.

**Artigo 24** – O Bônus Autônomo, quando devido, abrange todas as unidades das polícias civil, militar e científica, territoriais e especializadas, da área beneficiada, independente dos seus resultados específicos.

Parágrafo único - Caso a unidade faça jus ao Bônus Autônomo e ao Bônus Padrão, prevalecerá o de maior valor.

CAPÍTULO VIII

Dos Redutores do Valor da Bonificação por Resultados – BR

**Artigo 25** - O valor total da proposta de Bonificação por Resultados – BR poderá ser reduzido em função dos resultados do indicador “Mortes Decorrentes de Intervenção Policial” do Estado, das Regionais (Capital, Metropolitana e Interiores de 1 a 10) e das Áreas de Atuação Compartilhada, sendo tal redução cumulativa, conforme as seguintes regras:

I - se o resultado de “Mortes Decorrentes de Intervenção Policial” do Estado for maior do que o resultado do mesmo período no ano anterior, a totalidade do bônus será reduzida em 10% (dez por cento) para todas as Áreas de Atuação Compartilhada – AACs e Regionais;

II - se o resultado de “Mortes Decorrentes de Intervenção Policial” da Regional ou da AAC for maior do que o resultado do mesmo período no ano anterior, a totalidade do bônus será reduzida cumulativamente em mais 10% (dez por cento).

§ 1º - Ficará a critério do Secretário da Segurança Pública optar pela aplicação das regras estabelecidas neste artigo.

§ 2º - O percentual máximo de redução para o resultado de “Mortes Decorrentes de Intervenção Policial” deverá ser de 20% (vinte por cento), sendo 10% (dez por cento) em razão do Estado e 10% (dez por cento) em razão, ou da Regional, ou da AAC.

§ 3º - Em caso de bonificação de Companhias PM e Distritos Policiais, será considerado o resultado de “Mortes Decorrentes de Intervenção Policial” da respectiva AAC.

§ 4º - Os dados utilizados para o cálculo de “Mortes Decorrentes de Intervenção Policial” serão colhidos do Sistema Estadual de Coleta de Estatísticas.

**Artigo 26** - O valor total da Bonificação por Resultados – BR também será reduzido cumulativamente em 10% (dez por cento) para todo o Estado, caso o número de vítimas de latrocínios supere o volume do mesmo período do ano anterior.

CAPÍTULO VIII

Disposições Finais

**Artigo 27** – As metas, linhas de base e peso dos indicadores serão definidos em resolução conjunta de metas, devendo-se, para tanto, observar os critérios de apuração e avaliação dos indicadores estabelecidos nesta resolução conjunta.

**Artigo 28** - Durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, seu pagamento seguirá o disposto nesta resolução conjunta, respeitando os termos da Lei Complementar nº 1.245, de 27 de junho de 2014.

**Artigo 29** - Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2019.

**Observação da biblioteca:**

**Os anexos desta Resolução são volumosos. Por isso, inserimos um *link* direto para o Diário Oficial Eletrônico. Para acessar, clique** [**aqui**](http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20191204&Caderno=DOE-I&NumeroPagina=4)**.**

DOE, Seção I, 04/12/2019, p. 4-15

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta CC/SG/SFP-8, de 3-12-2019

Dispõe sobre a fixação das metas para os indicadores da Bonificação por Resultados – BR da Secretaria da Segurança Pública no 1º semestre de 2019 e dá outras providências

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil e os Secretários de Governo e da Fazenda e Planejamento, considerando o disposto no art. 6º da LC 1.245-2014, e no art. 27 da [Resolução Conjunta CC/SG/SFP-7, de 3-12-2019](#RC_CC_SG_SFP_007), resolvem:

**Artigo 1º** – Para o 1º semestre do exercício de 2019, as metas dos indicadores a que se referem os incisos I a III do artigo 1º da Resolução Conjunta CC/SG/SFP-7, de 3-12-2019, ficam fixadas nos termos do Anexo desta Resolução Conjunta.

**Artigo 2º** - Os indicadores a que se referem os incisos I a III do artigo 1º da Resolução Conjunta CC/SG/SFP-7, de 3-12-2019, serão apurados e avaliados trimestralmente.

**Artigo 3º** - Na ocorrência de fatores supervenientes, tais como alterações na legislação, anistias, remissões e decisões governamentais, de caráter transitório ou não, que afetem a consecução das metas e independam da vontade dos servidores, as metas poderão ser revisadas pela Comissão de que trata o artigo 6º da Lei Complementar nº 1.245, de 27 de junho de 2014, mediante proposta justificada do Secretário da Segurança Pública.

**Artigo 4º** - Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2019.

ANEXO

a que se refere o artigo 1º da Resolução Conjunta CC/SG/SFP-8, de 3-12-2019

Nota Técnica 01/2019 – FIXAÇÃO DE METAS PARA OS INDICADORES DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS – BR DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Período 1º semestre de 2019

1. Com base em proposta apresentada pelo Secretário da Segurança Pública, a Comissão Intersecretarial, atendendo ao disposto no artigo 6º da Lei Complementar nº 1.245, de 27 de junho de 2014, fixa as metas para os indicadores a serem apurados no 1º semestre de 2019.

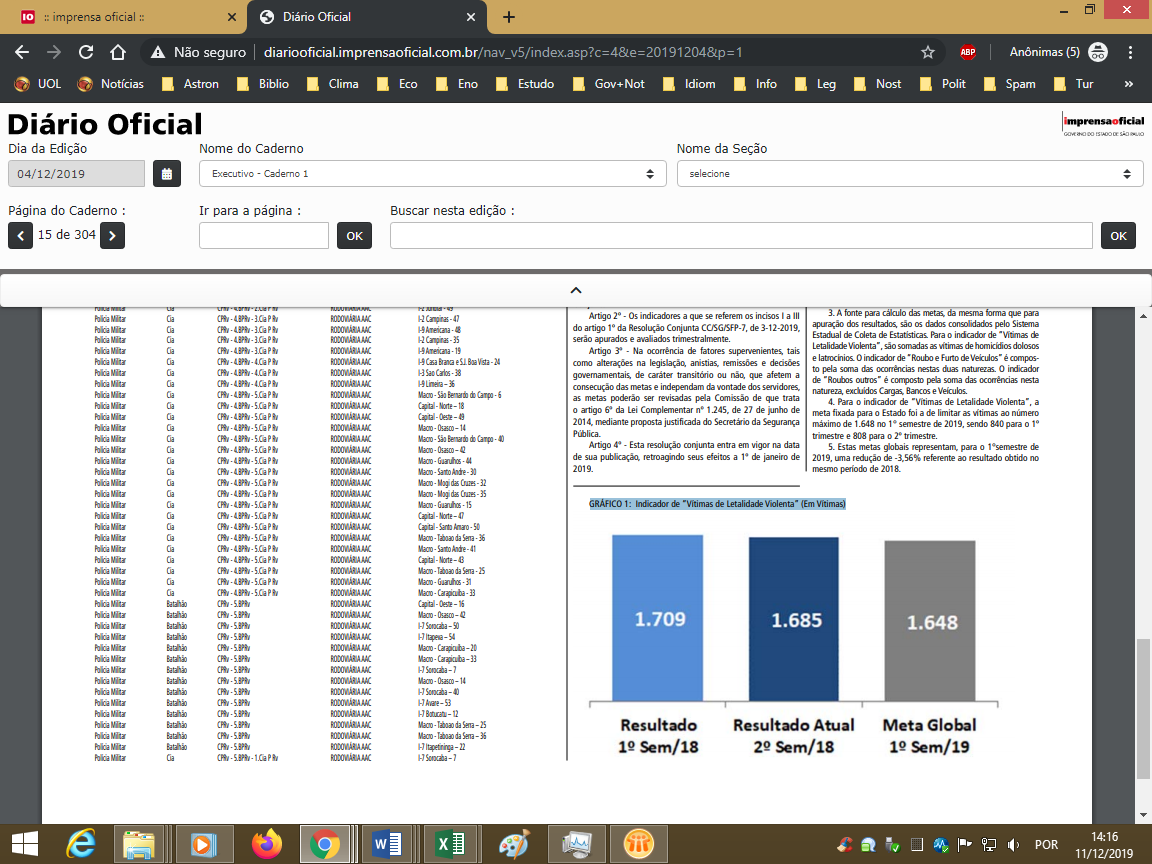
2. Esta nota técnica apresenta resumidamente as premissas para a definição da meta global do Estado, bem como a lógica do desdobramento desta meta para as unidades do policiamento territorial que o compõem.

3. A fonte para cálculo das metas, da mesma forma que para apuração dos resultados, são os dados consolidados pelo Sistema Estadual de Coleta de Estatísticas. Para o indicador de “Vítimas de Letalidade Violenta”, são somadas as vítimas de homicídios dolosos e latrocínios. O indicador de “Roubo e Furto de Veículos” é composto pela soma das ocorrências nestas duas naturezas. O indicador de “Roubos outros” é composto pela soma das ocorrências nesta natureza, excluídos Cargas, Bancos e Veículos.

4. Para o indicador de “Vítimas de Letalidade Violenta”, a meta fixada para o Estado foi a de limitar as vítimas ao número máximo de 1.648 no 1° semestre de 2019, sendo 840 para o 1º trimestre e 808 para o 2º trimestre.

5. Estas metas globais representam, para o 1°semestre de 2019, uma redução de -3,56% referente ao resultado obtido no mesmo período de 2018.

GRÁFICO 1: Indicador de “Vítimas de Letalidade Violenta” (Em Vítimas)



6. Nesta definição da meta global do Estado para o indicador de “Vítimas de Letalidade Violenta”, foram considerados: - O comportamento histórico do indicador no Estado de 2017 a 2018, para análise estrutural, onde se definiu como referencial o 1º semestre do ano anterior, 2018;

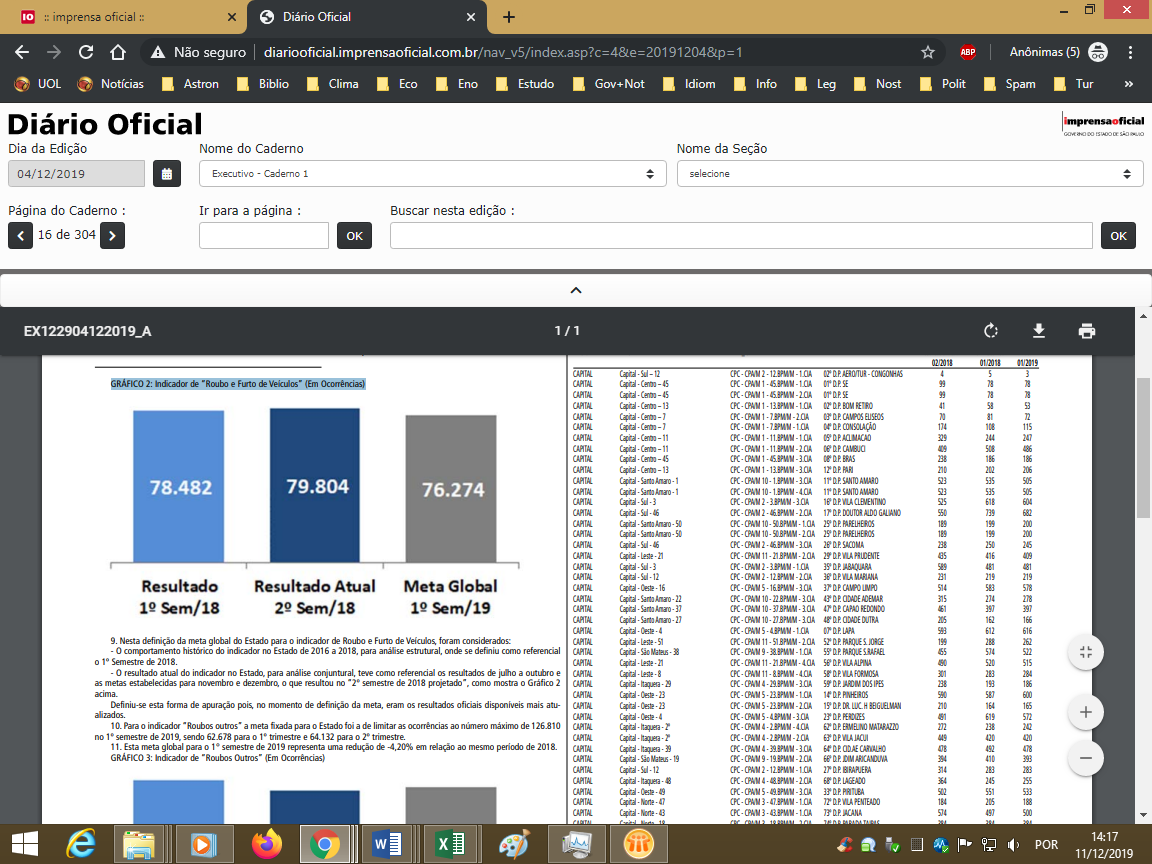
- O resultado atual do indicador no Estado, para análise conjuntural, teve como referencial os resultados de julho a outubro de 2018 e as metas estabelecidas para novembro e dezembro, o que resultou no “2º semestre de 2018 projetado”, como mostra o Gráfico 1 acima.

Definiu-se esta forma de apuração pois, no momento de definição da meta de cada semestre, eram os resultados oficiais disponíveis mais atualizados.

7. Para o indicador de “Roubo e Furto de Veículos”, a meta fixada para o Estado foi a de limitar as ocorrências ao número máximo de 76.274 no 1° semestre de 2019, sendo 37.862 para o 1º trimestre e 38.412 para o 2º trimestre.

8. Esta meta global para o 1° semestre de 2019 representa uma queda de -2,81% em relação ao resultado obtido no mesmo período de 2018.

GRÁFICO 2: Indicador de “Roubo e Furto de Veículos” (Em Ocorrências)



9. Nesta definição da meta global do Estado para o indicador de Roubo e Furto de Veículos, foram considerados:

- O comportamento histórico do indicador no Estado de 2016 a 2018, para análise estrutural, onde se definiu como referencial o 1º Semestre de 2018.

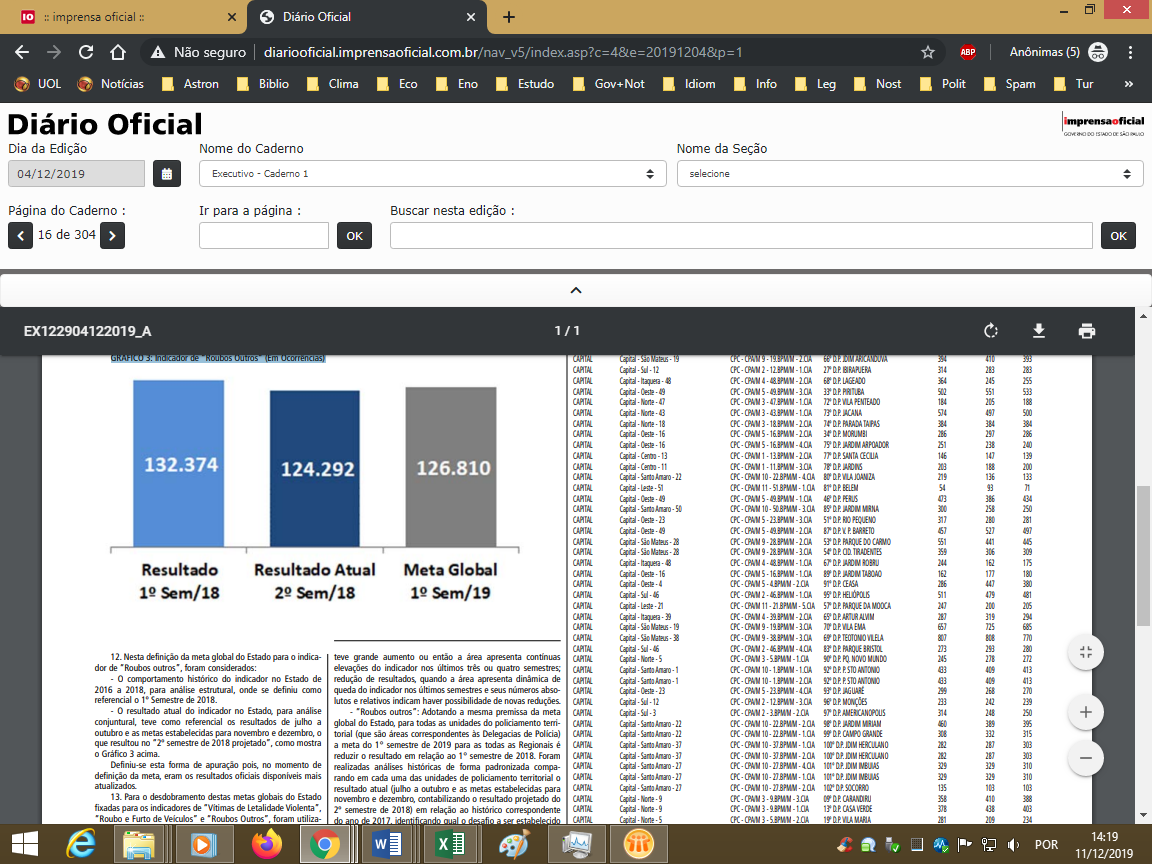
- O resultado atual do indicador no Estado, para análise conjuntural, teve como referencial os resultados de julho a outubro e as metas estabelecidas para novembro e dezembro, o que resultou no “2º semestre de 2018 projetado”, como mostra o Gráfico 2 acima.

Definiu-se esta forma de apuração pois, no momento de definição da meta, eram os resultados oficiais disponíveis mais atualizados.

10. Para o indicador “Roubos outros” a meta fixada para o Estado foi a de limitar as ocorrências ao número máximo de 126.810 no 1º semestre de 2019, sendo 62.678 para o 1º trimestre e 64.132 para o 2º trimestre.

11. Esta meta global para o 1° semestre de 2019 representa uma redução de -4,20% em relação ao mesmo período de 2018.

GRÁFICO 3: Indicador de “Roubos Outros” (Em Ocorrências)



12. Nesta definição da meta global do Estado para o indicador de “Roubos outros”, foram considerados:

- O comportamento histórico do indicador no Estado de 2016 a 2018, para análise estrutural, onde se definiu como referencial o 1º Semestre de 2018.

- O resultado atual do indicador no Estado, para análise conjuntural, teve como referencial os resultados de julho a outubro e as metas estabelecidas para novembro e dezembro, o que resultou no “2º semestre de 2018 projetado”, como mostra o Gráfico 3 acima.

Definiu-se esta forma de apuração pois, no momento de definição da meta, eram os resultados oficiais disponíveis mais atualizados.

13. Para o desdobramento destas metas globais do Estado fixadas para os indicadores de “Vítimas de Letalidade Violenta”, “Roubo e Furto de Veículos” e “Roubos Outros”, foram utilizados os seguintes critérios: - “Vítimas de Letalidade Violenta”: Adotando a mesma premissa da meta global do Estado, para todas as unidades do policiamento territorial (que são áreas correspondentes às Delegacias de Polícia), a meta do 1° semestre de 2019 tem como objetivo manter a tendência de queda no resultado global do Estado. Em alguns casos, foi aceita meta de manutenção ou aumento para Regional em relação ao histórico, levando em conta principalmente o histórico, a taxa de homicídios por 100 mil/habitantes e a taxa de redução nos últimos meses. Foram realizadas análises históricas de forma padronizada comparando em cada uma das unidades de policiamento territorial o resultado atual (julho a outubro e as metas estabelecidas para novembro e dezembro, contabilizando o resultado projetado do 2º semestre de 2018) em relação ao histórico correspondente do ano de 2017, identificando qual o desafio a ser estabelecido como meta do período para cada uma delas.

- Como os números absolutos são muito baixos, quando o resultado do Estado é desdobrado ao nível de AAC (Área de Atuação Compartilhada) e analisado mês a mês, a metodologia de definição das metas desse indicador leva em conta muito mais padrões de frequência (quantos homicídios e latrocínios ocorrem por mês/trimestre/semestre/ano no local) e análise qualitativa do histórico recente (se são crimes que podem ter desdobramentos ou não, por exemplo) do que padrões de concentração ou sazonalidade, que já não se verificam para o indicador em boa parte do território paulista.

- “Roubo e Furto de Veículos”: Adotando a mesma premissa da meta global do Estado, para todas as unidades do policiamento territorial (que são áreas correspondentes às Delegacias de Polícia), a meta do 1° semestre de 2019 para as 11 das 12 Regionais é reduzir o resultado em relação ao 1° semestre de 2018 (apenas a Regional 10, Araçatuba, teve meta de manutenção dos resultados). Foram realizadas análises históricas de forma padronizada comparando em cada uma das unidades de policiamento territorial o resultado atual (julho a outubro e as metas estabelecidas para novembro e dezembro, contabilizando o resultado projetado do 2º semestre de 2018) em relação ao histórico correspondente do ano de 2017, identificando qual o desafio a ser estabelecido como meta do período para cada uma delas.

- No nível de AAC (Área de Atuação Compartilhada), trabalhamos com três cenários básicos para este indicador: manutenção de resultados, quando a AAC já apresenta número de ocorrências ou taxa considerados baixos ou aceitáveis, e o histórico recente não permite vislumbrar reduções; piora de resultados, quando o histórico recente mostra que o indicador teve grande aumento ou então a área apresenta contínuas elevações do indicador nos últimos três ou quatro semestres;

redução de resultados, quando a área apresenta dinâmica de queda do indicador nos últimos semestres e seus números absolutos e relativos indicam haver possibilidade de novas reduções.

- “Roubos outros”: Adotando a mesma premissa da meta global do Estado, para todas as unidades do policiamento territorial (que são áreas correspondentes às Delegacias de Polícia) a meta do 1° semestre de 2019 para as todas as Regionais é reduzir o resultado em relação ao 1° semestre de 2018. Foram realizadas análises históricas de forma padronizada comparando em cada uma das unidades de policiamento territorial o resultado atual (julho a outubro e as metas estabelecidas para novembro e dezembro, contabilizando o resultado projetado do 2º semestre de 2018) em relação ao histórico correspondente do ano de 2017, identificando qual o desafio a ser estabelecido como meta do período para cada uma delas.

- No nível de AAC (Área de Atuação Compartilhada), trabalhamos com três cenários básicos para este indicador: manutenção de resultados, quando a AAC já apresenta número de ocorrências ou taxa considerados baixos ou aceitáveis, e o histórico recente não permite vislumbrar reduções; piora de resultados, quando o histórico recente mostra que o indicador teve grande aumento ou então a área apresenta contínuas elevações do indicador nos últimos três ou quatro semestres; redução de resultados, quando a área apresenta dinâmica de queda do indicador nos últimos semestres e seus números absolutos e relativos indicam haver possibilidade de novas reduções.

14. A partir da definição das metas nestas unidades policiais (em áreas correspondentes às Delegacias de Polícia) estas foram somadas para compor as metas das 104 Áreas de Atuação Compartilhada e das 12 Regionais do Estado (Capital, Metropolitana e Interiores de 1 a 10).

15. Os critérios acima expostos, bem como as metas propostas, foram validados junto aos representantes das polícias de cada uma das 12 Regionais. Com a utilização das ferramentas de análise quantitativa do Infocrim 3.0, bem como das informações qualitativas trazidas pelos policiais das Regionais, objetivou-se adequar as metas propostas à realidade de cada unidade do policiamento territorial, desde que não resultasse em aumento da meta proposta para a sua respectiva Regional. Quando essa adequação resultava em aumento, sua confirmação dependeria de validação do Secretário, que analisou todas as propostas e seu impacto na meta global, ao final das reuniões de validação.

16. As unidades do policiamento territorial da Polícia Militar, Polícia Civil e também da Superintendência da Polícia Técnico-Científica, que compõem as Regionais e Áreas de Atuação Compartilhada estão dispostas na RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG/SFP-7, DE DEFINIÇÃO DE INDICADORES, de 3-12-2019, ANEXO II – Estrutura das AAC’s (Áreas de Atuação Compartilhada).

17. A vinculação das unidades especializadas com a estrutura territorial para que seus resultados sejam apurados está disposta na RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG/SFP-7, DE DEFINIÇÃO DE INDICADORES, de 3-12-2019, ANEXO VI – Vinculação das Unidades Especializadas passíveis de receber Bonificação por Resultados – BR.

18. No Subanexo I, que é parte integrante desta resolução conjunta, tem-se as Metas do Indicador “Vítimas de Letalidade Violenta” para o 1º semestre de 2019, seguidos dos subanexos “I-A” e “I-B”, onde se estabelecem as Metas para o 1º e 2º trimestres de 2019, respectivamente, para que seus resultados sejam apurados.

19. No Subanexo II, que é parte integrante desta resolução conjunta, tem-se as Metas do Indicador “Roubo e Furto de Veículos” para o 1º semestre de 2019, seguidos dos subanexos “II-A” e “II-B”, onde se estabelecem as Metas para o 1º e 2º trimestres de 2019, respectivamente, para que seus resultados sejam apurados.

20. No Subanexo III, que é parte integrante desta resolução conjunta, tem-se as Metas do Indicador “Roubos outros” para o 1º semestre de 2019, seguidos dos subanexos “III-A” e “III-B”, onde se estabelecem as Metas para o 1º e 2º trimestres de 2019, respectivamente, para que seus resultados sejam apurados.

**Observação da biblioteca:**

**Os subanexos desta Resolução são volumosos. Por isso, inserimos um *link* direto para o Diário Oficial Eletrônico. Para acessar, clique** [**aqui**](http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20191204&Caderno=DOE-I&NumeroPagina=16)**.**

DOE, Seção I, 04/12/2019, p. 15-50

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta CC/SG/SFP-9, de 3-12-2019

Dispõe sobre a fixação das metas para os indicadores da Bonificação por Resultados – BR da Secretaria da Segurança Pública no 2º semestre de 2019 e dá outras providências

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil e os Secretários de Governo e da Fazenda e Planejamento, considerando o disposto no art. 6º da LC 1.245-2014, e no art. 27 da [Resolução Conjunta CC/SG/SFP-7, de 3-12-2019](#RC_CC_SG_SFP_007), resolvem:

**Artigo 1º** – Para o 2º semestre do exercício de 2019, as metas dos indicadores a que se referem os incisos I a III do artigo 1º da Resolução Conjunta CC/SG/SFP-7, de 3-12-2019, ficam fixadas nos termos do Anexo desta Resolução Conjunta.

**Artigo 2º** - Os indicadores a que se referem os incisos I a III do artigo 1º da Resolução Conjunta CC/SG/SFP-7, de 3-12-2019, serão apurados e avaliados trimestralmente.

**Artigo 3º**- Na ocorrência de fatores supervenientes, tais como alterações na legislação, anistias, remissões e decisões governamentais, de caráter transitório ou não, que afetem a consecução das metas e independam da vontade dos servidores, as metas poderão ser revisadas pela Comissão de que trata o artigo 6º da Lei Complementar nº 1.245, de 27 de junho de 2014, mediante proposta justificada do Secretário da Segurança Pública.

**Artigo 4º** - Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2019.

ANEXO

a que se refere o artigo 1º da Resolução Conjunta CC/SG/SFP-9, de 3-12-2019

Nota Técnica 2-2019 – FIXAÇÃO DE METAS PARA OS INDICADORES DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS – BR DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Período 2º semestre de 2019

1. Com base em proposta apresentada pelo Secretário da Segurança Pública, a Comissão Intersecretarial, atendendo ao disposto no artigo 6º da Lei Complementar nº 1.245, de 27 de junho de 2014, fixa as metas para os indicadores a serem apurados no 2º semestre de 2019.

2. Esta nota técnica apresenta resumidamente as premissas para a definição da meta global do Estado, bem como a lógica do desdobramento desta meta para as unidades do policiamento territorial que o compõem.

3. A fonte para cálculo das metas, da mesma forma que para apuração dos resultados, são os dados consolidados pelo Sistema Estadual de Coleta de Estatísticas. Para o indicador de “Vítimas de Letalidade Violenta”, são somadas as vítimas de homicídios dolosos e latrocínios. O indicador de “Roubo e Furto de Veículos” é composto pela soma das ocorrências nestas duas naturezas. O indicador de “Roubos outros” é composto pela soma das ocorrências nesta natureza, excluídos Cargas, Bancos e Veículos.

4. Para o indicador de “Vítimas de Letalidade Violenta” a meta fixada para o Estado foi a de limitar as vítimas ao número máximo de 1.627 no 2° semestre de 2019, sendo 774 para o 3º trimestre e 853 para o 4º trimestre.

5. Estas metas globais representam, para o 2°semestre de 2019, uma redução de -2,87% referente ao resultado obtido no mesmo período de 2018.

GRÁFICO 1: Indicador de “Vítimas de Letalidade Violenta” (Em Vítimas)



6. Nesta definição da meta global do Estado para o indicador de “Vítimas de Letalidade Violenta”, foram considerados:

- O comportamento histórico do indicador no Estado em 2018, para análise estrutural, onde se definiu como referencial o 2º semestre do ano anterior, 2018;

- O resultado atual do indicador no Estado, para análise conjuntural, teve como referencial os resultados de janeiro a abril de 2019 e as metas estabelecidas para maio e junho, o que resultou no “1º semestre de 2019 projetado”, como mostra o Gráfico 1 acima.

Definiu-se esta forma de apuração pois, no momento de definição da meta de cada semestre, eram os resultados oficiais disponíveis mais atualizados.

7. Para o indicador de “Roubo e Furto de Veículos”, a meta fixada para o Estado foi a de limitar as ocorrências ao número máximo de 74.468 no 2° semestre de 2019, sendo 36.620 para o 3º trimestre e 37.848 para o 4º trimestre.

8. Esta meta global para o 2° semestre de 2019 representa uma queda de -6,72% em relação ao resultado obtido no mesmo período de 2018.

GRÁFICO 2: Indicador de “Roubo e Furto de Veículos” (Em Ocorrências)



9. Nesta definição da meta global do Estado para o indicador de Roubo e Furto de Veículos, foram considerados:

- O comportamento histórico do indicador no Estado de 2017 a 2019, para análise estrutural, onde se definiu como referencial o 2º Semestre de 2018.

- O resultado atual do indicador no Estado, para análise conjuntural, teve como referencial os resultados de janeiro a abril e as metas estabelecidas para maio e junho, o que resultou no “1º semestre de 2019 projetado”, como mostra o Gráfico 2 acima.

Definiu-se esta forma de apuração pois, no momento de definição da meta, eram os resultados oficiais disponíveis mais atualizados.

10. Para o indicador “Roubos outros” a meta fixada para o Estado foi a de limitar as ocorrências ao número máximo de 119.606 no 2º semestre de 2019, sendo 59.271 para o 3º trimestre e 60.335 para o 4º trimestre.

11. Esta meta global para o 2° semestre de 2019 representa uma redução de -1,92% em relação ao mesmo período de 2018.

GRÁFICO 3: Indicador de “Roubos Outros” (Em Ocorrências)



12. Nesta definição da meta global do Estado para o indicador de “Roubos outros”, foram considerados:

- O comportamento histórico do indicador no Estado de 2016 a 2019, para análise estrutural, onde se definiu como referencial o 2º Semestre de 2018.

- O resultado atual do indicador no Estado, para análise conjuntural, teve como referencial os resultados de janeiro a abril e as metas estabelecidas para maio e junho, o que resultou no “1º semestre de 2019 projetado”, como mostra o Gráfico 3 acima.

Definiu-se esta forma de apuração pois, no momento de definição da meta, eram os resultados oficiais disponíveis mais atualizados.

13. Para o desdobramento destas metas globais do Estado fixadas para os indicadores de “Vítimas de Letalidade Violenta”, “Roubo e Furto de Veículos” e “Roubos Outros”, foram utilizados os seguintes critérios:

- “Vítimas de Letalidade Violenta”: Adotando a mesma premissa da meta global do Estado, para todas as unidades do policiamento territorial (que são áreas correspondentes às Delegacias de Polícia), a meta do 2° semestre de 2019 tem como objetivo manter a tendência de queda no resultado global do Estado. Em alguns casos, foi aceita meta de manutenção ou aumento para Regional em relação ao histórico, levando em conta principalmente o histórico, a taxa de homicídios por 100 mil/habitantes e a taxa de redução nos últimos meses. Foram realizadas análises históricas de forma padronizada comparando em cada uma das unidades de policiamento territorial o resultado atual (janeiro a abril e as metas estabelecidas para maio e junho, contabilizando o resultado projetado do 1º semestre de 2019) em relação ao histórico correspondente do ano de 2018, identificando qual o desafio a ser estabelecido como meta do período para cada uma delas.

- Como os números absolutos são muito baixos, quando o resultado do Estado é desdobrado ao nível de AAC (Área de Atuação Compartilhada) e analisado mês a mês, a metodologia de definição das metas des¬se indicador leva em conta muito mais padrões de frequência (quantos homicídios e latrocínios ocorrem por mês/trimestre/semestre/ano no local) e análise qualitativa do histórico recente (se são crimes que podem ter desdobramentos ou não, por exemplo) do que padrões de con¬centração ou sazonalidade, que já não se verificam para o indicador em boa parte do território paulista.

- “Roubo e Furto de Veículos”: Adotando a mesma premissa da meta global do Estado, para todas as unidades do policiamento territorial (que são áreas correspondentes às Delegacias de Polícia), a meta do 2° semestre de 2019 para as todas as Regionais é reduzir o resultado em relação ao 2° semestre de 2018. Foram realizadas análises históricas de forma padronizada comparando em cada uma das unidades de policiamento territorial o resultado atual (janeiro a abril e as metas esta¬belecidas para maio e junho, contabilizando o resultado projetado do 1º semestre de 2019) em relação ao histórico correspondente do ano de 2017, identificando qual o desafio a ser estabelecido como meta do período para cada uma delas.

- No nível de AAC (Área de Atuação Compartilhada), trabalhamos com três cenários básicos para este indicador: manutenção de resultados, quando a AAC já apresenta número de ocorrências ou taxa considerados baixos ou aceitáveis, e o histórico recente não permite vislumbrar reduções; piora de resultados, quando o histórico recente mostra que o indicador teve grande aumento ou então a área apresenta contínuas elevações do indicador nos últimos três ou quatro semestres; redução de resultados, quando a área apresenta dinâmica de queda do indicador nos últimos semestres e seus números absolutos e relativos indicam haver possibilidade de novas reduções.

- “Roubos outros”: Adotando a mesma premissa da meta global do Estado, para todas as unidades do policiamento territorial (que são áreas correspondentes às Delegacias de Polícia) a meta do 2° semestre de 2019 para as 11 das 12 Regionais é reduzir o resultado em relação ao 2° semestre de 2018 (apenas a Regional 10, Araçatuba, teve meta de manutenção dos resultados). Foram realizadas análises históricas de forma padronizada comparando em cada uma das unidades de policiamento territorial o resultado atual (janeiro a abril e as metas estabelecidas para maio e junho, contabilizando o resultado projetado do 1º semestre de 2019) em relação ao histórico correspondente do ano de 2016, identificando qual o desa¬fio a ser estabelecido como meta do período para cada uma delas.

- No nível de AAC (Área de Atuação Compartilhada), trabalhamos com três cenários básicos para este indicador: manutenção de resultados, quando a AAC já apresenta número de ocorrências ou taxa considerados baixos ou aceitáveis, e o histórico recente não permite vislumbrar reduções; piora de resultados, quando o histórico recente mostra que o indicador teve grande aumento ou então a área apresenta contínuas elevações do indicador nos últimos três ou quatro semestres; redução de resultados, quando a área apresenta dinâmica de queda do indicador nos últimos semestres e seus números absolutos e relativos indicam haver possibilidade de novas reduções.

14. A partir da definição das metas nestas unidades policiais (em áreas correspondentes às Delegacias de Polícia) estas foram somadas para compor as metas das 104 Áreas de Atuação Compartilhada e das 12 Regionais do Estado (Capital, Metropolitana e Interiores de 1 a 10).

15. Os critérios acima expostos, bem como as metas propostas, foram validados junto aos representantes das polícias de cada uma das 12 Regionais. Com a utilização das ferramentas de análise quantitativa do Infocrim 3.0, bem como das informações qualitativas trazidas pelos policiais das Regionais, objetivou-se adequar as metas propostas à realidade de cada unidade do policiamento territorial, desde que não resultasse em aumento da meta proposta para a sua respectiva Regional. Quando essa adequação resultava em aumento, sua confirmação dependeria de validação do Secretário, que analisou todas as propostas e seu impacto na meta global, ao final das reuniões de validação.

16. As unidades do policiamento territorial da Polícia Militar, Polícia Civil e também da Superintendência da Polícia Técnico-Científica, que compõem as Regionais e Áreas de Atuação Compartilhada estão dispostas na RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG/SFP-7, DE DEFINIÇÃO DE INDICADORES, DE 3-12-2019, ANEXO II – Estrutura das AAC’s (Áreas de Atuação Compartilhada).

17. A vinculação das unidades especializadas com a estrutura territorial para que seus resultados sejam apurados está disposta na RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG/SFP-7, DE DEFINIÇÃO DE INDICADORES, DE 3-12-2019, ANEXO VI – Vinculação das Unidades Especializadas passíveis de receber Bonificação por Resultados – BR.

18. No subanexo I, que é parte integrante desta resolução conjunta, tem-se as Metas do Indicador “Vítimas de Letalidade Violenta” para o 2º semestre de 2019, seguidos dos subanexos “I-A” e “I-B”, onde se estabelecem as Metas para o 3º e 4º trimestres de 2019, respectivamente, para que seus resultados sejam apurados.

19. No subanexo II, que é parte integrante desta resolução conjunta, tem-se as Metas do Indicador “Roubo e Furto de Veículos” para o 2º semestre de 2019, seguidos dos subanexos “II-A” e “II-B”, onde se es¬tabelecem as Metas para o 3º e 4º trimestres de 2019, respectivamente, para que seus resultados sejam apurados.

20. No subanexo III, que é parte integrante desta resolução conjunta, tem-se as Metas do Indicador “Roubos outros” para o 2º semestre de 2019, seguidos dos subanexos “III-A” e “III-B”, onde se estabelecem as Metas para o 3º e 4º trimestres de 2019, respectivamente, para que seus resultados sejam apurados.

**Observação da biblioteca:**

**Os subanexos desta Resolução são volumosos. Por isso, inserimos um *link* direto para o Diário Oficial Eletrônico. Para acessar, clique** [**aqui**](http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20191204&Caderno=DOE-I&NumeroPagina=51)**.**

DOE, Seção I, 04/12/2019, p. 51-86

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta CC/SG-2, de 4-12-2019

Dispõe sobre a definição e os critérios de apuração e avaliação dos indicadores globais da Secretaria da Fazenda e Planejamento para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere a LC 1.079-2008, no exercício de 2019

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil e o Secretário de Governo, à vista do disposto no art. 6º da LC 1.079-2008, resolvem:

CAPÍTULO I

Dos Indicadores e de seus Critérios de Apuração e Avaliação

**Artigo 1º** - Ficam definidos os seguintes indicadores globais da Secretaria da Fazenda e Planejamento para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR, nos termos da Lei Complementar nº 1.079, de 17 de dezembro de 2008:

I – Receita Tributária (I1);

II – Receita Não-Tributária (I2);

III – Índice de Eficiência da Bolsa Eletrônica de Compras (I3);

IV – Índice de Transparência Fiscal (I4);

V – Cumprimento do Limite Financeiro (I5);

VI – Resultado Orçamentário (I6).

**Artigo 2º** – O indicador Receita Tributária (I1) corresponde à soma das seguintes parcelas:

I - arrecadação, em valores correntes, do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS (AR ICMS);

II - arrecadação, em valores correntes, do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (AR IPVA);

III - arrecadação, em valores correntes, do Imposto sobre Transações “Causa Mortis” e Doações de Quaisquer Bens e Direitos - ITCMD (AR ITCMD).

§ 1º – A arrecadação dos tributos referidos neste artigo corresponde aos valores das respectivas receitas no SIGEO - Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária, exceto aqueles decorrentes de programas de parcelamentos especiais, e incluindo recolhimentos em atraso provenientes da recuperação da dívida ativa.

§ 2º - As informações referentes à receita tributária serão obtidas a partir de consulta no SIGEO, com defasagem mínima de 30 (trinta) dias contados do término do período de avaliação.

§ 3º – Para fins de pagamento do valor da Bonificação por Resultados – BR, a apuração dos resultados do indicador a que se refere o “caput” deste artigo deverá estar acompanhada da descrição dos procedimentos e dos valores das parcelas utilizadas no cálculo dos resultados.

**Artigo 3º** – O Indicador “Receita Não-Tributária” (I2) corresponderá à soma das receitas orçamentárias, excluídas:

I – as receitas tributárias, seus parcelamentos especiais, os respectivos adicionais e acréscimos legais e a dívida ativa decorrente de impostos;

II - as receitas intraorçamentárias; e

III - as receitas decorrentes de operações de crédito.

Parágrafo único – Aplicam-se ao indicador a que se refere o “caput” deste artigo as disposições dos parágrafos segundo e terceiro do artigo 2º desta resolução conjunta.

**Artigo 4º** – O Indicador “Eficiência da Bolsa Eletrônica de Compras – BEC/SP” (I3) é a razão entre o total de itens de bens e serviços efetivamente negociados e o total de itens de bens e serviços lançados na BEC/SP, no exercício avaliado.

Parágrafo único – Para fins de pagamento do valor da Bonificação por Resultados – BR, o resultado da apuração e avaliação do indicador referido no “caput” deste artigo deverá estar acompanhado de evidências retiradas do sistema i-BEC.

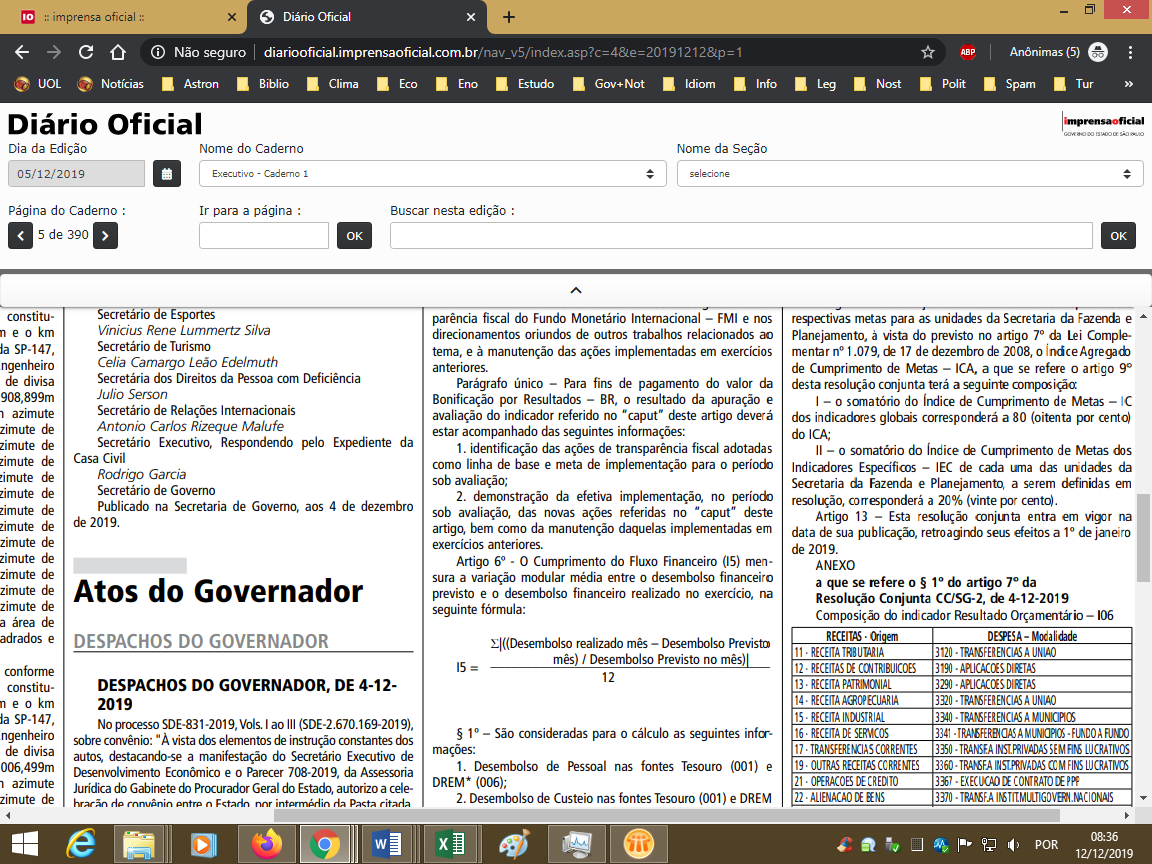
**Artigo 5º** – O Indicador “Transparência Fiscal” (I4) corresponderá ao número total de ações implementadas, baseadas no relatório sobre a observância de normas e códigos de transparência fiscal do Fundo Monetário Internacional – FMI e nos direcionamentos oriundos de outros trabalhos relacionados ao tema, e à manutenção das ações implementadas em exercícios anteriores.

Parágrafo único – Para fins de pagamento do valor da Bonificação por Resultados – BR, o resultado da apuração e avaliação do indicador referido no “caput” deste artigo deverá estar acompanhado das seguintes informações:

1. identificação das ações de transparência fiscal adotadas como linha de base e meta de implementação para o período sob avaliação;

2. demonstração da efetiva implementação, no período sob avaliação, das novas ações referidas no “caput” deste artigo, bem como da manutenção daquelas implementadas em exercícios anteriores.

**Artigo 6º** - O Cumprimento do Fluxo Financeiro (I5) mensura a variação modular média entre o desembolso financeiro previsto e o desembolso financeiro realizado no exercício, na seguinte fórmula:



§ 1º – São consideradas para o cálculo as seguintes informações:

1. Desembolso de Pessoal nas fontes Tesouro (001) e DREM\* (006);

2. Desembolso de Custeio nas fontes Tesouro (001) e DREM (006);

3. Desembolso de Investimento nas fontes Tesouro (001) e DREM (006).

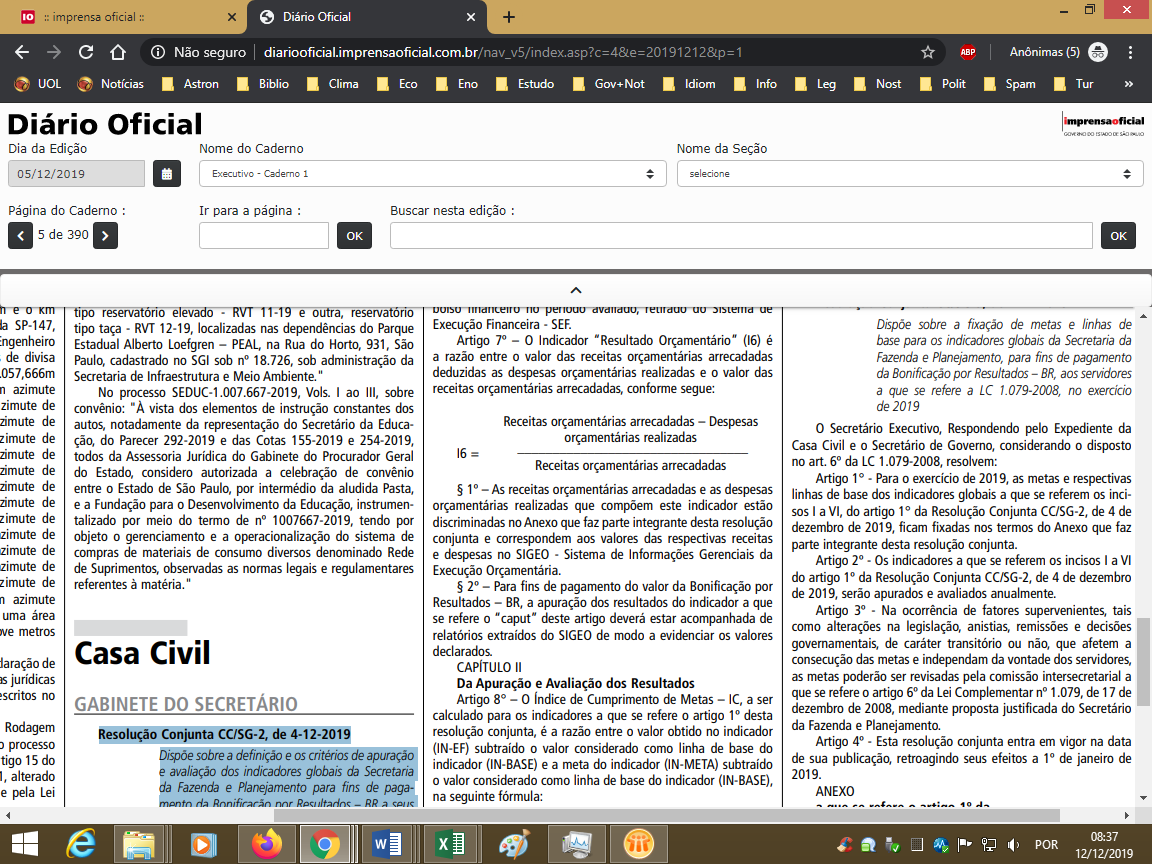
\*DREM – Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios

§ 2º – Para fins de pagamento do valor da Bonificação por Resultados – BR, o resultado da apuração e avaliação do indicador referido no “caput” deste artigo deverá estar acompanhado das seguintes informações:

1. demonstração mensal dos valores previstos de desembolso financeiro no período avaliado;

2. demonstração mensal dos valores realizados do desembolso financeiro no período avaliado, retirado do Sistema de Execução Financeira - SEF.

**Artigo 7º** – O Indicador “Resultado Orçamentário” (I6) é a razão entre o valor das receitas orçamentárias arrecadadas deduzidas as despesas orçamentárias realizadas e o valor das receitas orçamentárias arrecadadas, conforme segue:



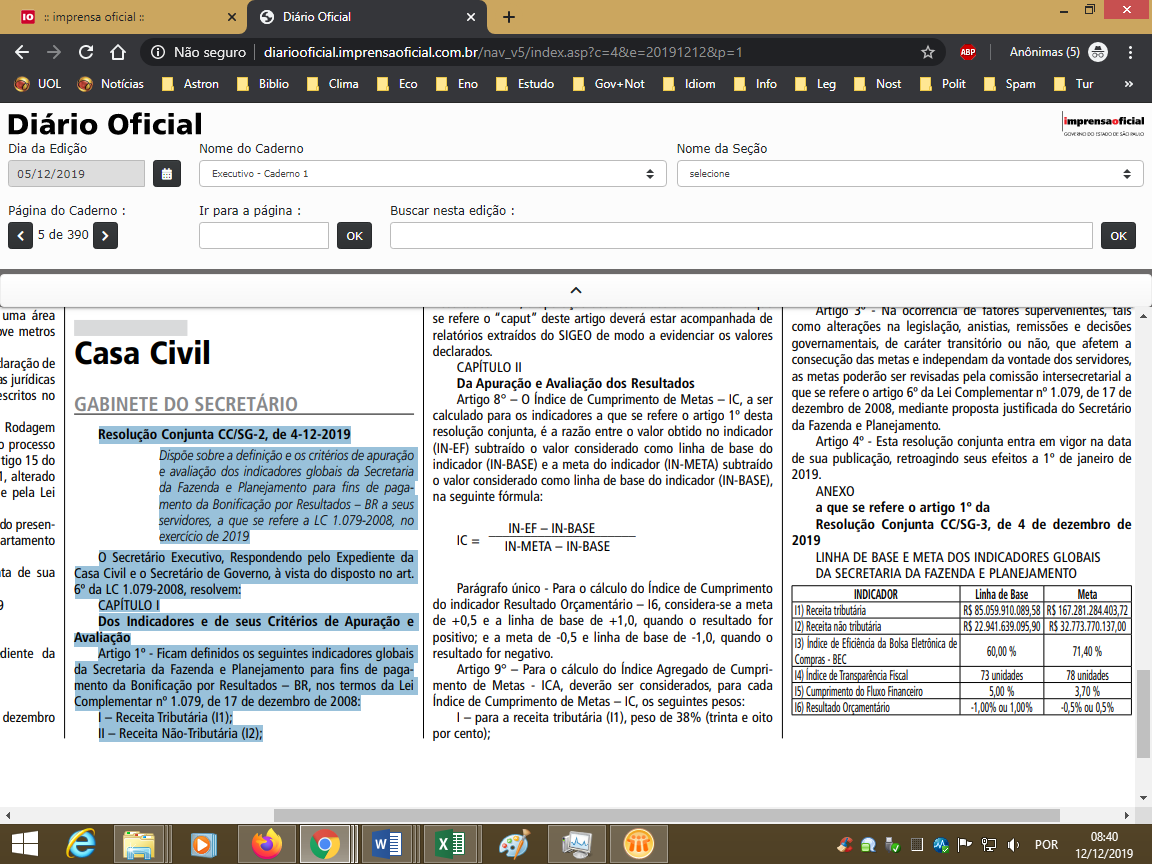
§ 1º – As receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias realizadas que compõem este indicador estão discriminadas no Anexo que faz parte integrante desta resolução conjunta e correspondem aos valores das respectivas receitas e despesas no SIGEO - Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária.

§ 2º – Para fins de pagamento do valor da Bonificação por Resultados – BR, a apuração dos resultados do indicador a que se refere o “caput” deste artigo deverá estar acompanhada de relatórios extraídos do SIGEO de modo a evidenciar os valores declarados.

CAPÍTULO II

Da Apuração e Avaliação dos Resultados

**Artigo 8°** – O Índice de Cumprimento de Metas – IC, a ser calculado para os indicadores a que se refere o artigo 1º desta resolução conjunta, é a razão entre o valor obtido no indicador (IN-EF) subtraído o valor considerado como linha de base do indicador (IN-BASE) e a meta do indicador (IN-META) subtraído o valor considerado como linha de base do indicador (IN-BASE), na seguinte fórmula:



Parágrafo único - Para o cálculo do Índice de Cumprimento do indicador Resultado Orçamentário – I6, considera-se a meta de +0,5 e a linha de base de +1,0, quando o resultado for positivo; e a meta de -0,5 e linha de base de -1,0, quando o resultado for negativo.

**Artigo 9°** – Para o cálculo do Índice Agregado de Cumprimento de Metas - ICA, deverão ser considerados, para cada Índice de Cumprimento de Metas – IC, os seguintes pesos:

I – para a receita tributária (I1), peso de 38% (trinta e oito por cento);

II – para a receita não tributária (I2), peso de 19% (dezenove por cento);

III – para o índice de eficiência da BEC (I3), peso de 12% (doze por cento);

IV – para o índice de transparência fiscal (I4), peso de 12% (doze por cento);

V – para o índice de cumprimento do fluxo financeiro (I5), peso de 12% (doze por cento);

VI – para o Resultado Orçamentário (I6), peso de 7% (sete por cento).

§ 1º – para efeito da ponderação de que trata o “caput” deste artigo, o valor de cada Índice de Cumprimento de Metas – IC, será:

1. igual a 1 (um), quando as metas forem cumpridas integralmente;

2. nunca inferior a 0 (zero);

3. considerado até o limite de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), em caso de superação das metas.

**Artigo 10** – A Secretaria da Fazenda e Planejamento enviará Nota de Apuração à Comissão Intersecretarial, composta pelo Secretário-Chefe da Casa Civil e Secretário de Governo, por intermédio do Departamento de Desenvolvimento Institucional, contendo avaliação do cumprimento das metas e as respectivas justificativas para o desempenho do período.

§ 1º – O pagamento da Bonificação por Resultados somente poderá ser efetuado após a aprovação da Nota de Apuração dos Resultados emitida pela Comissão de que trata o “caput” deste artigo, com apoio técnico do Departamento de Desenvolvimento Institucional para a validação dos cálculos, nos termos da alínea “b” do inciso VI do artigo 93 do Decreto nº 64.152, de 22 de março de 2019.

§ 2º – Para fins de apuração do cumprimento das metas dos indicadores definidos nesta resolução conjunta, as variáveis, informações, parâmetros e etapas dos cálculos dos desempenhos obtidos deverão ser discriminados na Nota de Apuração a que se refere o “caput” deste artigo.

§ 3º – Ao final do período de avaliação, o Secretário da Fazenda e Planejamento fará publicar a Nota de Apuração dos Resultados, contendo a memória de cálculo dos indicadores e o valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas – ICA, nos termos desta resolução conjunta.

CAPÍTULO III

Disposições Finais

**Artigo 11** – As metas e linhas de base dos indicadores, bem como sua periodicidade de apuração, serão definidas em resolução conjunta de metas, devendo-se, para tanto, observar os critérios de apuração e avaliação dos indicadores estabelecidos nesta resolução conjunta.

**Artigo 12** – Caso sejam definidos indicadores específicos e respectivas metas para as unidades da Secretaria da Fazenda e Planejamento, à vista do previsto no artigo 7º da Lei Complementar nº 1.079, de 17 de dezembro de 2008, o Índice Agregado de Cumprimento de Metas – ICA, a que se refere o artigo 9° desta resolução conjunta terá a seguinte composição:

I – o somatório do Índice de Cumprimento de Metas – IC dos indicadores globais corresponderá a 80 (oitenta por cento) do ICA;

II – o somatório do Índice de Cumprimento de Metas dos Indicadores Específicos – IEC de cada uma das unidades da Secretaria da Fazenda e Planejamento, a serem definidas em resolução, corresponderá a 20% (vinte por cento).

**Artigo 13** – Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2019.

ANEXO

a que se refere o § 1º do artigo 7º da

Resolução Conjunta CC/SG-2, de 4-12-2019

Composição do indicador Resultado Orçamentário – I06

|  |  |
| --- | --- |
| **RECEITAS - Origem** | **DESPESA – Modalidade** |
| 11 - RECEITA TRIBUTARIA | 3120 - TRANSFERENCIAS A UNIAO |
| 12 - RECEITAS DE CONTRIBUICOES | 3190 - APLICACOES DIRETAS |
| 13 - RECEITA PATRIMONIAL | 3290 - APLICACOES DIRETAS |
| 14 - RECEITA AGROPECUARIA | 3320 - TRANSFERENCIAS A UNIAO |
| 15 - RECEITA INDUSTRIAL | 3340 - TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS |
| 16 - RECEITA DE SERVICOS | 3341 - TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS - FUNDO A FUNDO |
| 17 - TRANSFERENCIAS CORRENTES | 3350 - TRANSF.A INST.PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS |
| 19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 3360 - TRANSF.A INST.PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS |
| 21 - OPERACOES DE CREDITO | 3367 - EXECUCAO DE CONTRATO DE PPP |
| 22 - ALIENACAO DE BENS | 3370 - TRANSF.A INSTIT.MULTIGOVERN.NACIONAIS |
| 23 - AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS | 3380 - TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR |
| 24 - TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 3390 - APLICACOES DIRETAS |
| 25 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 4420 - TRANSFERENCIAS A UNIAO |
|  | 4440 - TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS |
|  | 4450 - TRANSF.A INSTIT.PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS |
|  | 4490 - APLICACOES DIRETAS |
|  | 4567 - EXECUCAO DE CONTRATO DE PPP |
|  | 4590 - APLICACOES DIRETAS |
|  | 4690 - APLICACOES DIRETAS |
|  | 9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA |

DOE, Seção I, 05/12/2019, p. 5

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta CC/SG-3, de 4-12-2019

Dispõe sobre a fixação de metas e linhas de base para os indicadores globais da Secretaria da Fazenda e Planejamento, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR, aos servidores a que se refere a LC 1.079-2008, no exercício de 2019

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil e o Secretário de Governo, considerando o disposto no art. 6º da LC 1.079-2008, resolvem:

**Artigo 1°** - Para o exercício de 2019, as metas e respectivas linhas de base dos indicadores globais a que se referem os incisos I a VI, do artigo 1° da [Resolução Conjunta CC/SG-2, de 4 de dezembro de 2019](#RC_CC_SG_002), ficam fixadas nos termos do Anexo que faz parte integrante desta resolução conjunta.

**Artigo 2º** - Os indicadores a que se referem os incisos I a VI do artigo 1º da Resolução Conjunta CC/SG-2, de 4 de dezembro de 2019, serão apurados e avaliados anualmente.

**Artigo 3º** - Na ocorrência de fatores supervenientes, tais como alterações na legislação, anistias, remissões e decisões governamentais, de caráter transitório ou não, que afetem a consecução das metas e independam da vontade dos servidores, as metas poderão ser revisadas pela comissão intersecretarial a que se refere o artigo 6º da Lei Complementar nº 1.079, de 17 de dezembro de 2008, mediante proposta justificada do Secretário da Fazenda e Planejamento.

**Artigo 4º** - Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2019.

ANEXO

a que se refere o artigo 1º da

Resolução Conjunta CC/SG-3, de 4 de dezembro de 2019

LINHA DE BASE E META DOS INDICADORES GLOBAIS DA SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **INDICADOR** | **Linha de base** | **Meta** |
| I1) Receita tributária | R$ 85.059.910.089,58 | R$ 167.281.284.403,72 |
| I2) Receita não tributária | R$ 22.941.639.095,90 | R$ 32.773.770.137,00 |
| I3) Índice de Eficiência da Bolsa Eletrônica de Compras - BEC | 60,00 % | 71,40 % |
| I4) Índice de Transparência Fiscal | 73 unidades | 78 unidades |
| I5) Cumprimento do Fluxo Financeiro | 5,00 % | 3,70 % |
| I6) Resultado Orçamentário | -1,00% ou 1,00% | -0,5% ou 0,5% |

DOE, Seção I, 05/12/2019, p. 5

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-95, de 29 de novembro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV, e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019 da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Civil do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019-01187, discriminados nos seguintes ofícios: nº 2019-014, processo SG-PRC-2019-01007; nº 34-19, processo SG-PRC-2019-01129; nº 89 de 2019, processo SG-PRC-2019-01132.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 05/12/2019, p. 6

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-96, de 4 de dezembro de 2019

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 60, inciso II, do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, nos termos dos artigos 4º, inciso IV, e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e CJ/SG nº 55-2019 da AJG/PGE, resolve:

**Artigo 1º** - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Civil do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo SG-PRC-2019-01191, discriminados nos seguintes ofícios: nº 187-19, processo SG-PRC-2019-00941; nº 37-19, processo SG-PRC-2019-00970; nº 42 de 2019, processo SG-PRC-2019-00971; nº 90-19, processo SG-PRC-2019-00978; nº 176-19, processo SG-PRC-2019-00982; nº 222-19, processo SG-PRC-2019-01004; nº 2019-016, processo SG-PRC-2019-01006; nº 179-19, processo SG-PRC-2019-01047; nº 312-19, processo SG-PRC-2019-01065; nº 81-19, processo SG-PRC-2019-01095.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 06/12/2019, p. 3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução [SG] de 6-12-2019

**Designando**, com fundamento nos arts. 7º, I, e 8º do Dec. 64.601-2019, os a seguir indicados para integrarem, como membros, o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – Coetic, para um mandato de 2 anos, na qualidade de representantes:

- da Secretaria de Governo, da Subsecretaria de Serviços ao Cidadão, Tecnologia e Inovação: Andra Robert de Carvalho Campos, RG 26.250.295-1, como membro titular e Presidente do aludido colegiado, e Maria Cristina Lopes Victorino, RG 9.099.245-3, como suplente;

- da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação–COORTIC: José Valter da Silva Júnior, RG 23.854.858-2, como membro titular e responsável pela Secretaria Executiva, e Dolores Maria dos Santos, RG 5.980.886-X, como suplente;

- da Secretaria da Fazenda e Planejamento: Milton Luiz de Melo Santos, RG 58.325.876-1, e Luiz Fernando Milan Muniz Cavalheiro, RG 32.139.649-2, respectivamente como titular e suplente;

- da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo–Prodesp: Carlos André de Maria de Arruda, RG 23.217.043-5, e Ernesto Mascellani Neto, RG 24.919.000-X, respectivamente como titular e suplente;

- da Imprensa Oficial do Estado S.A.–Imesp: Nourival Pantano Junior, RG 25.564.681-1, e Fuad Miguel Pacha Neto, RG 44.049.106-X, respectivamente como titular e suplente.

DOE, Seção I, 07/12/2019, p. 4

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta CC/SG/SFP-10, de 12-12-2019

Dispõe sobre a definição, e os critérios de apuração e avaliação, dos indicadores da São Paulo Previdência - SPPREV, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere a LC 1.079-2008, no exercício de 2019

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil, e os Secretários de Governo e da Fazenda e Planejamento, considerando o disposto no art. 6º da LC 1.079-2008, resolvem:

CAPÍTULO I

Dos Indicadores e de seus Critérios de Apuração e Avaliação

**Artigo 1º** - Ficam definidos os seguintes indicadores globais da São Paulo Previdência - SPPREV, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados a seus servidores, nos termos da Lei Complementar nº 1.079, de 17 de dezembro de 2008, no exercício de 2019:

I – créditos decorrentes de benefícios extintos (I1);

II – percentual de requerimentos de compensação previdenciária enviados ao INSS dos benefícios de aposentadoria concedidos pela SPPREV no exercício de 2014 (I2);

III – percentual de protocolos do fluxo de revisão de aposentadoria finalizados no exercício de 2019 (I3);

IV – quantidade de protocolos de aposentadoria concedidos no exercício de 2019 (I4);

V – percentual de protocolos de pensão por morte civil dos fluxos de habilitação, inclusão e reinclusão solicitados no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019 concedidos em até 19 dias (I5);

VI – quantidade de protocolos do fluxo de revisão do benefício de pensão por morte civil finalizados no exercício de 2019 (I6);

VII - percentual de protocolos de pensão por morte militar dos fluxos de habilitação, inclusão e reinclusão solicitados no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019, concedidos em até 19 dias (I7);

VIII – percentual de apuração de existência de saldo decorrente de extinção de benefício de inatividade militar dos exercícios de 2017 e 2018 (I8);

IX – Tempo médio de permanência na unidade (I9).

**Artigo 2º** - O indicador créditos decorrentes de benefícios extintos – I1 corresponderá aos valores lançados em sistema, com geração de boleto, desconto em folha de pagamento ou estorno via instituição financeira para arrecadação de créditos oriundos de pagamento de benefícios previdenciários realizados após a cessação do direito do beneficiário que geraram um saldo credor para a autarquia. Os valores lançados no sistema para geração de boletos ou desconto em folha de pagamento são aqueles que resultaram do esforço da autarquia em identificar o crédito existente em razão dos benefícios extintos, o responsável pelo pagamento do valor à autarquia, realizar o cálculo do cré dito, e firmar uma Confissão de Dívida no qual o responsável se compromete a quitar o débito existente com a SPPREV.

§ 1º - Os valores estornados via instituição financeira são aqueles que obedeceram ao procedimento previsto na Medida Provisória 871/2019.

§ 2º - Para o cálculo do valor dos créditos decorrentes de benefícios extintos a que se refere o “caput” deste artigo, deverão ser considerados benefícios extintos a partir de janeiro de 2014 até dezembro de 2019 que geraram um crédito para autarquia resultando em Confissão de Dívida com guias emitidas ou com desconto em folha de pagamento, cuja data de emissão ocorra durante o exercício de 2019 ou ainda por meio de estorno via instituição financeira, na seguinte fórmula:

I1 = Ʃ valor\_guias\_TCD\_benef\_ext + rubrica\_desconto\_folha + estorno bancário

Onde:

valor\_guias\_TCD\_benef\_ext = valor dos boletos gerados no sistema Arrecada com data de emissão no período de apuração, decorrentes de Confissão de Dívida relativo a créditos de benefícios extintos.

rubrica\_desconto\_folha= valor dos descontos realizados em folha de pagamento, no período de apuração, decorrentes de Confissão de Dívida relativo a créditos de benefícios extintos.

estorno bancário = valor restituído por meio de instituição financeira de acordo com o procedimento previsto na MP 871/2019.

§ 3º - O indicador de que trata o “caput” deste artigo terácomo fonte de dados os sistemas: Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV e Arrecada.

**Artigo 3º** - O Indicador percentual de requerimentos de compensação previdenciária enviados ao INSS dos benefícios de aposentadoria concedidos pela SPPREV no exercício de 2014 – I2 corresponderá ao percentual de requerimentos enviados ao INSS dos benefícios de aposentadoria que foram concedidos pela SPPREV durante o exercício de 2014 que estejam com a documentação exigida para realização da compensação previdenciária em termos.

§ 1º - Serão analisados todos os benefícios de aposentadoria concedidos pela São Paulo Previdência durante o exercício de 2014, separando-se aqueles que são passíveis de compensação previdenciária, ou seja, que possuem algum tempo de contribuição ao INSS registrado. A partir de então, dentre estes benefícios passíveis de compensação serão considerados para fins do indicador aqueles que são de fato compensáveis, ou seja, que estão com a documentação em ordem exigida pela legislação para a realização da compensação previdenciária com o INSS.

§ 2º - Identificados os casos que possuem a documentação em termos para realização da compensação previdenciária com o INSS, será apurado o percentual de requerimentos relativos a este universo que a São Paulo Previdência encaminhou ao sistema do INSS para a realização da compensação previdenciária durante o exercício de 2019, na seguinte forma:

I 2 = (R / P – N – E)) x 100

Onde:

R = requerimentos de compensação previdenciária enviados ao INSS.

P = benefícios de aposentadoria passíveis de compensação previdenciária.

N = benefícios de aposentadoria não compensáveis.

E = benefícios de aposentadoria passíveis de compensação previdenciária pendentes de cumprimento de exigência.

§ 3º - O indicador de que trata o “caput” deste artigo terá como fonte de dados o Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV.

**Artigo 4º** - O indicador percentual de protocolos do fluxo de revisão de aposentadoria finalizados no exercício de 2019 (I3) corresponderá ao percentual de protocolos do fluxo de revisão do benefício de aposentadoria finalizados durante o exercício de 2019.

§ 1º - Para apuração dos resultados do indicador I3 de que trata o “caput” deste artigo serão consideradas as revisões de aposentadoria calculadas pela regra da paridade e pela regra da média (Lei 10.887/2004). Não são considerados os protocolos oriundos de demandas judiciais.

§ 2º - O indicador percentual de protocolos do fluxo de revisão de aposentadoria finalizados no exercício de 2019 (I3) terá seu resultado apurado na seguinte forma:

I3 = B/A, onde:

A = total de protocolos do fluxo de revisão de aposentadoria pendentes em 31/12/2018.

B = total de protocolos do fluxo de revisão de aposentadoria finalizados na data de apuração.

§ 3º - O indicador de que trata o “caput” deste artigo terá como fonte de dados o Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV.

**Artigo 5º** - O indicador quantidade de protocolos de aposentadoria concedidos no exercício de 2019 (I4) corresponderá a quantidade de protocolos de benefícios de aposentadoria que tenham sido incluídos em folha de pagamento durante o exercício de 2019.

§ 1º - Para apuração do resultado do indicador I4 de que trata o caput deste artigo são considerados os protocolos de aposentadoria voluntária, invalidez, compulsória, com forma de cálculo paridade e não paridade (lei 10.887/2004), protocolos do fluxo de aposentadoria por valor estimado, incluídos em folha de pagamento durante o exercício de 2019. Não são considerados protocolos oriundos de demandas judiciais.

§ 2º - O resultado do indicador de I4 de que trata o caput deste artigo será calculado na seguinte forma:

I4 = A, onde:

A= total de protocolos de benefício de aposentadoria incluídos em folha de pagamento durante o exercício de 2019.

§ 3º - O indicador de que trata o “caput” deste artigo terá como fonte de dados o Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV.

**Artigo 6º** - O indicador percentual de protocolos de pensão por morte civil dos fluxos de habilitação, inclusão e reinclusão solicitados no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019 concedidos em até 19 dias (I5) corresponderá ao percentual dos protocolos de pensão por morte civil dos fluxos de habilitação, inclusão e reinclusão solicitados entre 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019 que tenham sido concedidos no prazo de até 19 dias durante o exercício de 2019.

§ 1º - Para apuração dos resultados do indicador I5 de que trata o “caput” deste artigo serão considerados os protocolos de benefícios de pensão por morte civil dos fluxos de habilitação, inclusão e reinclusão e solicitados no período mencionado no “caput” deste artigo que tenham sido incluídos em folha de pagamento durante o exercício de 2019. Não são considerados protocolos oriundos de demandas judiciais; protocolos que estejam na perícia médica e consultoria jurídica. Não são considerados os protocolos que estejam aguardando cumprimento de exigência pelo interessado.

§ 2º - O resultado do indicador de I5 de que trata o “caput” deste artigo será calculado na seguinte forma:

I5 = Total concedidos até 19 dias\_pensão\_ civil\_ / Total solicitados\_pensão\_ civil\_ \* 100

Onde:

Total concedidos até 19 dias \_pensão\_civil\_ = quantidade de protocolos do benefício de pensão por morte civil dos fluxos de habilitação, inclusão e reinclusão solicitados no período de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2019, e concedidos em até 19 dias no período de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2019.

Total solicitados\_pensão \_civil\_ = quantidade de protocolos do benefício de pensão por morte dos fluxos de habilitação, inclusão e reinclusão solicitados no período de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2019.

§ 3º - O indicador de que trata o “caput” deste artigo terá como fonte de dados o Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV.

**Artigo 7º** - O indicador quantidade de protocolos do fluxo de revisão do benefício de pensão por morte civil finalizados no exercício de 2019 (I6) corresponderá aos protocolos que tratam da revisão do benefício de pensão por morte civil pendentes de solução que forem finalizados no exercício de 2019.

§ 1º - Para apuração dos resultados do indicador I6 de que trata o “caput” deste artigo serão considerados os protocolos do fluxo de revisão do benefícios de pensão por morte civil que foram finalizados no exercício de 2019. Não são considerados protocolos oriundos de demandas judiciais; protocolos que estejam na perícia médica e consultoria jurídica. Não são considerados os protocolos que estejam aguardando cumprimento de exigência pelo interessado.

§ 2º - O resultado do indicador I6 de que trata o “caput” deste artigo será calculado da seguinte forma:

I6 = A

Onde:

A = total de protocolos do fluxo de revisão de pensão por morte civil solucionados no exercício de 2019.

§ 3º - O indicador de que trata o “caput” deste artigo terá como fonte de dados o Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV.

**Artigo 8º** - O indicador percentual de protocolos de pensão por morte militar dos fluxos de habilitação, inclusão e reinclusão solicitados no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019 concedidos em até 19 dias (I7) corresponderá ao percentual de benefícios de pensão por morte militar dos fluxos de habilitação, inclusão e reinclusão, solicitados no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019 que tenham sido concedidos no prazo de até 19 dias durante o exercício de 2019.

§ 1º - Para apuração dos resultados do indicador I7 de que trata o “caput” deste artigo serão considerados os protocolos de benefícios de pensão por morte militar dos fluxos de habilitação, inclusão e reinclusão, solicitados no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019 e incluídos em folha de pagamento durante o exercício de 2019. Não são considerados protocolos oriundos de demandas judiciais; protocolos que estejam na perícia médica e consultoria jurídica. Não são considerados os protocolos que estejam aguardando cumprimento de exigência pelo interessado.

§ 2º - O resultado do indicador I8 de que trata o “caput” deste artigo será calculado da seguinte forma:

I7 = Total concedidos até 19 dias\_pensão\_militar / Total solicitados\_pensão \_militar \* 100

Onde:

Total concedidos até 19 dias\_pensão\_militar = quantidade de protocolos do benefício de pensão por morte militar dos fluxos de habilitação, inclusão e reinclusão solicitados no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019 e concedidos em até 19 dias no período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

Total solicitados\_pensão\_militar = quantidade de protocolos do benefício de pensão por morte militar dos fluxos de habilitação, inclusão e reinclusão solicitados no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019.

§ 3º - O indicador de que trata o “caput” deste artigo terá como fonte de dados o Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV.

**Artigo 9º** - O indicador percentual de apuração de existência de saldo decorrente de extinção de benefício de inatividade militar dos exercícios de 2017 e 2018 – I8 corresponderá ao percentual de apurações de saldos credores, devedores e zerados relativos a benefícios de inatividade militar extintos nos exercícios de 2017 e 2018 cujos passamentos de inativos militares extraídos do Sisobi e carregados no SIGEPREV – Sistema de Gestão Previdenciária tenham data de óbito ocorrido no período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2018.

§ 1º - Para apuração dos resultados do indicador I8 de que trata o “caput” deste artigo serão considerados os benefícios de inatividade militar extintos no período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2018 pendentes de apuração de existência de saldo no início do exercício de 2019.

§ 2º - O resultado do indicador de I8 de que trata o “caput” deste artigo será calculado da seguinte forma:

Saldos Apurados Ref. 2017 e 2018

I 9 = --------------------------------------------------- \*100,

Total de Estoque Ref. 2017 e 2018

Onde:

Saldos Apurados Ref 2017 e 2018 = quantidade de apurações da existência de saldo credor / devedor / zerado decorrentes da extinção de benefícios de inatividade militar cuja data de óbito tenha ocorrido nos exercícios de 2017 e 2018, realizadas em 2019;

Total de Estoque Ref 2017 e 2018 = quantidade de processos pendentes de apurações da existência de saldo credor / devedor / zerado decorrentes da extinção de benefícios de inatividade militar cuja data de óbito tenha ocorrido nos exercícios de 2017 e 2018.

§ 3º - O indicador de que trata o “caput” deste artigo terá como fonte de dados o Sistema de Gestão Previdenciária, SPDoc, Sicorp e Sisobi.

**Artigo 10** - O indicador tempo de permanência na unidade – I9 corresponderá ao tempo médio que o beneficiário permanece na sede da autarquia para atendimento presencial e será medido considerando como marco inicial a retirada da senha para atendimento e marco final o encerramento do atendimento presencial realizado pelo atendente.

§ 1º - Para apuração dos resultados do indicador I10 de que trata o “caput” deste artigo serão considerados os atendimentos presenciais realizados na sede da autarquia no período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

§ 2º - O resultado do indicador I9 de que trata o “caput” deste artigo será calculado da seguinte forma:

I9 = tempo médio de espera para início de atendimento + tempo de deslocamento para mesa de atendimento + tempo médio de atendimento ao cliente,

Onde:

tempo médio de espera para início de atendimento = tempo médio desde que o cidadão passa por triagem inicial de identificação do assunto o qual busca atendimento, recebe a senha, até o momento em que a senha é chamada no painel.

tempo médio de deslocamento para mesa de atendimento = tempo médio que o cidadão leva para chegar a mesa do atendente desde o momento que a sua senha é chamada no painel.

tempo médio de atendimento ao cliente = tempo médio que o cidadão permanece com o atendente até o encerramento do atendimento.

§ 3º - O indicador de que trata o “caput” deste artigo terá como fonte de dados o Sistema de Gestão de Atendimento - SGA

CAPÍTULO II

Da Apuração e Avaliação dos Resultados

**Artigo 11** - As metas serão fixadas para o período de 1 (um) ano, correspondente ao exercício financeiro.

**Artigo 12** - Na ocorrência de fatores supervenientes, tais como alterações na legislação, e decisões governamentais que afetem a consecução das metas e independam da vontade dos servidores da São Paulo Previdência - SPPREV, as metas poderão ser revisadas pela Comissão Intersecretarial a que se refere o artigo 6º da Lei Complementar nº 1.079, de 17 de dezembro de 2008, mediante proposta justificada do Diretor Presidente da Autarquia, encaminhada por intermédio do Secretário da Fazenda.

**Artigo 13** - O Índice de Cumprimento de Metas – IC a ser calculado para cada indicador é a razão entre o valor apurado subtraído do valor considerado como linha de base do indicador e o valor da meta subtraído do valor considerado como linha de base do indicador, na seguinte fórmula:

IC = (Valor Apurado – Linha de Base) / (Meta – Linha de Base)

§ 1º - O valor do Índice de Cumprimento de Metas - IC será:

1. igual a 1 (um), quando as metas forem cumpridas integralmente;

2. nunca inferior a 0 (zero);

3. considerado até o limite de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), em caso de superação das metas.

**Artigo 14** – O Índice Agregado de Cumprimento de Metas – IACM será calculado a partir da soma ponderada dos Índices de Cumprimento de Metas – IC, devendo-se, para tanto, observar os pesos a serem fixados para cada indicador, em resolução conjunta de metas.

**Artigo 15** – A São Paulo Previdência - SPPREV enviará Nota Técnica à Comissão de que trata o artigo 6º da Lei Complementar nº 1.079, de 17 de dezembro de 2008, por intermédio do Departamento de Desenvolvimento Institucional da Secretaria da Fazenda e Planejamento, contendo uma avaliação do cumprimento das metas e as respectivas justificativas para o desempenho do período.

§ 1º - O pagamento da Bonificação por Resultados somente poderá ser efetuado após a aprovação da Nota Técnica de Apuração dos Resultados pela Comissão de que trata o “caput” deste artigo, com apoio técnico do Departamento de Desenvolvimento Institucional para a validação dos cálculos, nos termos do Decreto nº 56.125, de 23 de agosto de 2010, alterado pelo Decreto nº 62.598, de 29 de maio de 2017, e pelo Decreto nº 64.152, de 22 de março de 2019, que tratou da reorganização da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

§ 2º - Cabe à Comissão a que se refere o artigo 7º da Lei Complementar nº 1.079, de 17 de dezembro de 2008, a apuração dos índices de cumprimento das metas dos indicadores globais de acordo com os critérios estabelecidos nesta resolução conjunta.

§ 3º - Para fins de apuração do cumprimento das metas dos indicadores definidos nesta resolução conjunta, as variáveis, informações, parâmetros e etapas dos cálculos dos desempenhos obtidos deverão ser discriminados na Nota Técnica a que se refere o “caput” deste artigo.

§ 4º - Ao final do período de avaliação, o Diretor Presidente da São Paulo Previdência - SPPREV fará publicar a Nota Técnica de Apuração dos Resultados, contendo a memória de cálculo dos indicadores e o valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas - IACM, nos termos desta resolução conjunta.

CAPÍTULO III

Disposições Finais

**Artigo 16** – As metas, linhas de base e peso dos indicadores serão definidos em resolução conjunta de metas, devendo-se, para tanto, observar os critérios de apuração e avaliação dos indicadores estabelecidos nesta resolução conjunta.

**Artigo 17** - Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2019.

DOE, Seção I, 13/12/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta CC/SG/SFP-11, de 12-12-2019

Dispõe sobre a fixação dos pesos, metas e linhas de base para os indicadores da São Paulo Previdência - SPPREV e dá outras providências, tendo em vista o pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere a LC 1.079-2008, no exercício de 2019

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil, e os Secretários de Governo e da Fazenda e Planejamento, considerando o disposto no art. 6º da LC 1.079-2008, e nos arts. 14 e 16 da [Resolução Conjunta CC/SG/SFP-10, de 12-12-2019](#RC_CC_SG_SFP_010), resolvem:

**Artigo 1º** – Para o exercício de 2019, as metas e respectivas linhas de base e pesos dos indicadores a que se referem os incisos I a IX do art.1º da Resolução Conjunta CC/SG/SFP-10, de 12-12-2019, ficam fixadas nos termos do Anexo que faz parte integrante desta resolução conjunta.

**Artigo 2º** - Os indicadores a que se referem os incs. I a IX do art. 1º da Resolução Conjunta CC/SG/SFP-10, de 12-12-2019, serão apurados e avaliados anualmente.

**Artigo 3º** - Na ocorrência de fatores supervenientes, tais como alterações na legislação, anistias, remissões e decisões governamentais, de caráter transitório ou não, que afetem a consecução das metas e independem da vontade dos servidores, as metas poderão ser revisadas pela Comissão de que trata o art. 6º da LC 1.079-2008, mediante proposta justificada do Diretor-Presidente da Autarquia.

**Artigo 4º** - Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º-1-2019.

ANEXO

a que se refere o artigo 1º da

Resolução Conjunta CC/SG/SFP-11, de 12-12-2019

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **INDICADOR** | **Peso** | **Linha de base** | **Meta** |
| I1 - Créditos decorrentes de benefícios extintos | 10% | R$ 3.940.456,15 | R$ 4.753.820,20 |
| I2 - Percentual de requerimentos de compensação previdenciária enviados ao INSS dos benefícios de aposentadoria concedidos pela SPPREV no exercício de 2014 | 10% | 49,45% | 100% |
| I3 - Percentual de protocolos do fluxo de revisão de aposentadoria finalizados no exercício de 2019 | 10% | 53,76% | 95% |
| I4 - Quantidade de protocolos do benefício de aposentadoria concedidos no exercício de 2019 | 10% | 18.076 | 19.000 |
| I5 - Percentual de protocolos de pensão por morte civil dos fluxos de habilitação, inclusão e reinclusão solicitados no período de 1º-1-2018 a 10%31-12-2019 concedidos em até 19 dias | 10% | 77,18% | 80,00% |
| I6 - Quantidade de protocolos do fluxo de revisão do benefício de pensão por morte civil finalizados no exercício de 2019 | 10% | 1.090 | 1.145 |
| I7 - Percentual de protocolos de pensão por morte militar dos fluxos de habilitação, inclusão e reinclusão solicitados no período de 1º-1-2018 a 31-12-2019 concedidos em até 19 dias | 15% | 81,74% | 90,26% |
| I8 - Percentual de apuração de existência de saldo decorrente de extinção de benefício de inatividade militar dos exercícios de 2017 e 2018 | 15% | 30,39% | 100% |
| I9 - Tempo médio de permanência na unidade | 10% | 00:33:22 | 00:32:22 |

DOE, Seção I, 13/12/2019, p. 3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta CC/SG/SFP-12, de 16-12-2019

Dispõe sobre a definição dos indicadores globais da Secretaria da Educação, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC 1.078-2008, seus critérios de apuração e avaliação

O Secretário-Executivo, Respondendo pelo Expediente da

Casa Civil, e os Secretários de Governo e da Fazenda e Planejamento, considerando o disposto no artigo 6° da LC 1.078-2008,

resolvem:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

**Artigo 1°** - Ficam definidos os seguintes indicadores globais da Secretaria da Educação, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC 1.078-2008:

I – Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) do 1º ao 5º ano do ensino fundamental da rede estadual de ensino;

II – Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) da 6º ao 9º ano do ensino fundamental da rede estadual de ensino;

III – Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) do ensino médio da rede estadual de ensino.

Parágrafo único - Os indicadores a que se refere este artigo serão apurados e avaliados anualmente.

**Artigo 2°** - Para fins desta resolução conjunta, entende-se como nível de ensino os seguintes ciclos:

I – 1º ao 5º ano do ensino fundamental;

II – 6º ao 9º ano do ensino fundamental;

III – 1ª a 3ª série do ensino médio.

CAPÍTULO II

Da Apuração dos Indicadores e Fixação das Metas

SEÇÃO I

Da Apuração dos Indicadores

**Artigo 3°** - O IDESP para cada nível de ensino, conforme os incisos do artigo 1º desta resolução conjunta, será calculado como a média simples do IDESP obtido nas disciplinas de língua portuguesa e matemática no (a) último ano/série do nível correspondente, na seguinte forma:

IDESP nível = (IDESP PORT + IDESP MAT)/2

§ 1º - Os elementos da fórmula a que se refere este artigo têm os seguintes significados:

1. IDESP nível: Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo calculado no nível de ensino correspondente (avaliado);

2. IDESP PORT: Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo obtido na disciplina de língua portuguesa;

3. IDESP MAT: Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo obtido na disciplina de matemática.

**Artigo 4°** - O IDESP para cada disciplina, ou língua portuguesa ou matemática, é o produto do indicador de desempenho escolar (ID) pelo indicador de fluxo escolar (IF), ambos do nível de ensino correspondente, multiplicado por 10 (dez), na seguinte forma:

IDESP disciplina = ID disciplina X IF X 10

§ 1º - Os elementos da fórmula a que se refere este artigo têm os seguintes significados:

1. IDESP disciplina: Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo obtido na disciplina ou de língua portuguesa ou de matemática;

2. ID disciplina: indicador de desempenho escolar obtido na disciplina ou de língua portuguesa ou de matemática;

3. IF: indicador de fluxo escolar.

**Artigo 5°** - O indicador de desempenho escolar (ID) para cada disciplina, língua portuguesa ou matemática, é determinado a partir da defasagem de aprendizagem (DEF) da escola no nível de ensino correspondente, sendo calculado da seguinte forma:

ID disciplina = 1 – (DEF/3)

§ 1º - Para o cálculo da defasagem (DEF), os alunos avaliados pelo Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) foram classificados de acordo com seus resultados, para cada disciplina e cada ano/série correspondente, em quatro níveis de desempenho: Abaixo do Básico (AB), Básico (B), Adequado (AD) e Avançado (A).

§ 2º - A interpretação pedagógica de cada nível de desempenho, bem como o intervalo das proficiências utilizado para o enquadramento em cada um desses níveis, para cada ano/série e disciplina, estão definidos no Anexo desta resolução conjunta.

§ 3º - Para cada nível de desempenho, atribuir-se-á um valor de acordo com a tabela a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| **Nível Proficiência** | **Valor** |
| Abaixo do Básico – AB | 3 |
| Básico – B | 2 |
| Adequado – AD | 1 |
| Avançado – A | 0 |

§ 4º - A defasagem (DEF) é calculada como o somatório dos produtos dos valores atribuídos a cada nível de desempenho pelos respectivos percentuais de alunos em cada um desses níveis, para cada nível de ensino e disciplina correspondente, na seguinte forma:

DEF = [(3 X PAB) + (2 X PB) + (1 X PAD) + (0 X PA)]

§ 5º - Para fins de cálculo, os elementos da fórmula a que se refere o § 4º deste artigo têm os seguintes significados:

1. DEF: indicador de defasagem;

2. PAB: percentual de alunos classificados no nível de desempenho Abaixo do Básico (AB);

3. PB: percentual de alunos classificados no nível de desempenho Básico (B);

4. PAD: percentual de alunos classificados no nível de desempenho Adequado (AD);

5. PA: percentual de alunos classificados no nível de desempenho Avançado (A).

**Artigo 6°** - O indicador de fluxo escolar (IF) corresponde à taxa de aprovação de cada nível de ensino, na seguinte forma:



§ 1º - Para fins de cálculo, os elementos da fórmula a que se refere o “caput” deste artigo têm os seguintes significados:

1. Ai: total de alunos aprovados na série “i”;

2. Ti: total de alunos matriculados na série “i”;

3. S: número de anos/séries de cada nível de ensino.

§ 2º - Para obtenção dos dados a que se refere este artigo toma-se por base a data de encerramento da digitação do rendimento escolar individualizado no Sistema de Cadastro de Alunos, conforme definida em Resolução.

**Artigo 7º** – Para o cálculo dos indicadores globais a que se refere o artigo 1º desta resolução conjunta, o IDESP deve ser calculado por nível de ensino e por unidade escolar.

SEÇÃO II

Da Fixação das Metas

**Artigo 8º** - As metas serão fixadas para o período de 1 (um) ano, que corresponde ao período de avaliação, e por meio de nova resolução conjunta até o mês de abril de cada novo período de avaliação.

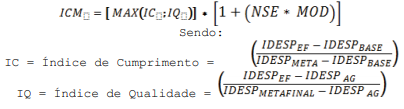
Parágrafo único – As metas de longo prazo para o IDESP estão definidas conforme parágrafo único do artigo 4º da Resolução SEE - 74, de 6 de novembro de 2008.

**Artigo 9º** - As metas poderão ser revisadas a qualquer momento a fim de incorporar alterações na legislação, mudanças curriculares, decisões governamentais e outros fatores supervenientes, de caráter transitório ou não, que afetem a consecução das mesmas.

CAPÍTULO III

Do Índice de Cumprimento de Metas

**Artigo 10** - O Índice de Cumprimento de Metas (ICM) a ser calculado será dado pela seguinte fórmula:



Onde:

. IDESPEF é o valor obtido no período de avaliação;

. IDESPBASE é o valor considerado como linha de base;

. IDESPMETA é a meta fixada para o período de avaliação;

. IDESPAG: é o resultado agregado do indicador global para o período de avaliação;

. IDESPMETAFINAL: valor do IDESP tomado como meta final a ser alcançado em 2030, conforme parágrafo único do artigo 8º desta resolução conjunta;

. INSE: Índice de Nível Socioeconômico, definido para cada unidade escolar;

.MOD: Modulador, percentual a ser aplicado como multiplicador sobre o valor do INSE.

§ 1º - Para efeito do cálculo do Índice de Cumprimento de Metas (ICM), será, sempre, tomado por base o valor máximo entre o IC e o IQ, portanto, entre os dois, o maior.

§ 2º - Para efeito do cálculo do Índice de Cumprimento (IC), deverão ser considerados os valores do período de avaliação anterior como linha de base para os indicadores globais do período de avaliação.

§ 3º - O valor do Índice de Nível Socioeconômico (INSE) varia de 0(zero) a 10(dez), sendo 10(dez) a escola com o nível socioeconômico mais baixo e 0(zero) a escola com nível mais alto.

§ 4º - Para efeito do cálculo do Índice de Cumprimento de Metas (ICM), o valor percentual atribuído para o MOD (modulador) 0,10 ou 10%(dez por cento).

§ 5º - O valor do Índice de Cumprimento de Metas (ICM) será:

1. Nunca inferior a 0 (zero);

2. Considerado até o limite de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos).

§ 6º - Quando ambos, os valores do IC e do IQ, forem iguais a zero o valor atribuído ao ICM será 0(nulo).

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

**Artigo 11** - Cabe à Comissão a que se refere o artigo 6º da Lei Complementar nº 1.078, de 17 de dezembro de 2008, a validação do índice de cumprimento das metas dos indicadores específicos e globais.

**Artigo 12** - A Secretaria da Educação enviará relatórios anuais à Comissão a que se refere o artigo 6º da Lei Complementar nº 1.078, de 17 de dezembro de 2008, contendo uma avaliação do cumprimento das metas e as respectivas justificativas para o desempenho do período.

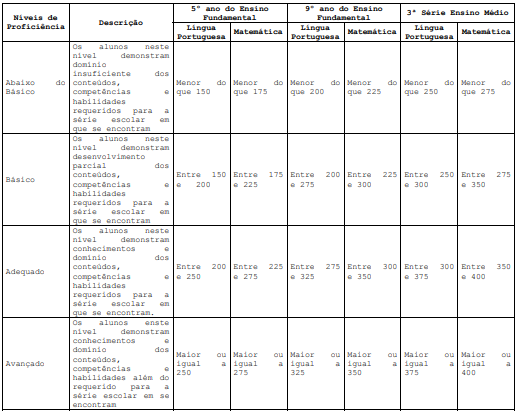
**Artigo 13** - Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2019.

ANEXO

a que se refere o § 2º do artigo 5º da

Resolução Conjunta CC/SG/SFP-12, de 16-12-2019

Descrição nos níveis de desempenho e valores de referência na escala do SARESP



DOE, Seção I, 17/12/2019, p. 1-3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta CC/SG/SFP-13, de 16-12-2019

Dispõe sobre a fixação das metas para os indicadores globais da Secretaria da Educação, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR, instituída pela LC 1.078-2008, para o exercício de 2019

O Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil, e os Secretários de Governo e da Fazenda e Planejamento, considerando o disposto no art. 6º da LC 1.078-2008, e no art. 8º da [Resolução Conjunta CC/SG/SFP-12, de 16-12-2019](#RC_CC_SG_SFP_012), resolvem:

**Artigo 1º** – Para o exercício de 2019, as metas para os indicadores globais da Secretaria da Educação, a que se refere o art. 1º da Resolução Conjunta CC/SG/SFP-12, de 16-12-2019, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR, instituída pela LC 1.078-2008, ficam fixadas em:

I – 5,69 (cinco inteiros e sessenta e nove centésimos) para o índice de desenvolvimento da educação do Estado de São Paulo (IDESP) do 1º ao 5º ano do ensino fundamental da rede estadual de ensino;

II – 3,59 (três inteiros e cinquenta e nove centésimos) para o índice de desenvolvimento da educação do Estado de São Paulo (IDESP) do 6º ao 9º ano do ensino fundamental da rede estadual de ensino;

III – 2,69 (dois inteiros e sessenta e nove centésimos) para o índice de desenvolvimento da educação do Estado de São Paulo (IDESP) do ensino médio da rede estadual de ensino.

**Artigo 2º** – Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2019.

DOE, Seção I, 17/12/2019, p. 3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta CC/SG/SFP-14, de 16-12-2019

Dispõe sobre a definição, e os critérios de apuração e avaliação, dos indicadores do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere à LC 1.121-2010, no exercício de 2019

O Secretário-Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil, e os Secretários de Governo e da Fazenda e Planejamento, considerando o disposto no art. 6º da LC 1.121-2010, resolvem:

CAPÍTULO I

Dos Indicadores e de seus Critérios de Apuração e Avaliação

**Artigo 1º** - Ficam definidos os seguintes indicadores globais do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados a seus servidores, nos termos da Lei Complementar nº 1.121, de 30 de junho de 2010, no exercício de 2019:

I - indicador de Execução Física de Obras Rodoviárias – I1;

II - indicador de Obras Concluídas – I2;

III- indicador de Segurança Rodoviária – I3;

IV - indicador de Implementação de Gestão Documental – I4;

V - indicador de Instrução e Julgamento de Processos de Recursos Administrativos-I5;

VI - indicador de Cadastro e Julgamento de Processos de Penalidade de Advertência por Escrito – I6;

VII - indicador de Trafegabilidade – I7.

**Artigo 2º** - O indicador de Execução Física de Obras Rodoviárias – I1 será definido pela proporção entre a Extensão de Obra executada em km e a Extensão de Obra Prevista em km, na seguinte forma:

I1= OEx/OP

Sendo: OEx = Extensão de Obra executada

OP = Extensão de Obra Prevista

Parágrafo único – Os elementos da fórmula a que se refere o “caput” deste artigo apresentarão como fonte o Sistema de Monitoramento de Programa e Ações do PPA – SIMPPA da Secretaria da Fazenda e Planejamento, tendo como unidade responsável pelo seu cálculo a Diretoria de Planejamento.

**Artigo 3º** - O Indicador de Obras Concluídas – I2 será definido pela proporção entre o Número de Obras Concluídas em km e o Número de Obras Previstas em km, na seguinte forma:

I2= Nº OC/Nº OP

Sendo:

Nº Oc = Nº de Obras Concluídas no ano

Nº Op = Nº de Obras previstas para o ano

Parágrafo único – Os elementos da fórmula a que se refere o “caput” deste artigo apresentarão como fonte os contratos e convênios em andamento no DER, acompanhados pela Diretoria de Planejamento, (Sistema de Contratos da PRODESP), tendo como unidade responsável pelo seu cálculo a Diretoria de Planejamento.

**Artigo 4º** - O indicador de Segurança Rodoviária – I3 será definido pela proporção entre o Somatória de Acidentes da Malha Rodoviária (km) e a Extensão da Malha Rodoviária (km) sob responsabilidade do DER, na seguinte forma:

I3 = AMR / EMR

Sendo: AMR= Ʃ Acidentes da Malha Rodoviária (km) do DER

EMR = Extensão da Malha Rodoviária (km) do DER

Parágrafo único – Os elementos da fórmula a que se refere o “caput” deste artigo apresentarão como fonte o Banco de dados de Acidentes do DER e Polícia Militar Rodoviária do Estado de São Paulo – PMRv, tendo como unidade responsável pelo seu cálculo a Diretoria de Operações através da Coordenadoria de Operação e Segurança Rodoviária.

**Artigo 5º** - O indicador de Implementação de Gestão Documental via SPDOC – I4 será definido pela somatória de documentos cadastrados no Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações –SPDOC.

Parágrafo único – Os elementos da fórmula a que se refere o “caput” deste artigo apresentarão como fonte o Sistema de Numeração de Processos e Documentos –SNPD e Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações –SPDOC, tendo como unidade responsável pela sua apuração a Coordenadoria de Avaliação de Documentos e Acesso-CADA.

**Artigo 6º**- O indicador de Instrução e Julgamento de Processos de Recursos Administrativos – I5 será definido pela proporção entre o Tempo de instrução e julgamento em dias corridos e a quantidade de processos, na seguinte forma:

I5 = TIJ / P

Sendo: TIJ = Tempo de Instrução e Julgamento (dias corridos)

P = Quantidade de Processos

Parágrafo único – Os elementos da fórmula a que se refere o “caput” deste artigo apresentarão como fonte relatório extraído do Sistema *Business Intelligence* – BI, tendo como unidade responsável pelo seu cálculo a Área de Gestão de Multas e Recursos.

**Artigo 7º** - O indicador de Cadastro e Julgamento de Processos de Penalidade de Advertência por Escrito – I6 será definido pela proporção entre o Tempo de Análise em dias corridos e a quantidade de processos, na seguinte forma:

I6= TCJ/P

Sendo:

TCJ – Tempo de Cadastro e Julgamento

P – Quantidade de Processos

Parágrafo único – Os elementos da fórmula a que se refere o “caput” deste artigo apresentarão como fonte, relatório extraído do Sistema “*Business Intelligence* – BI”, tendo como unidade responsável pelo seu cálculo a Assessoria de Multas e Recursos.

**Artigo 8º** - O indicador de Trafegabilidade – I7 mensura a atuação do Departamento de Estradas de Rodagem tendo em vista a redução da interrupção de rodovias sob sua jurisdição exclusiva, sendo calculado com base na seguinte fórmula:

§ 1º - Os elementos da fórmula a que se refere o “caput” deste artigo têm os seguintes significados:

Sendo:

Ʃ TtI – Somatória do Tempo Total de Interrupções em dias VDMti– Volume Diário Médio dos trechos interrompidos Ʃ kmti – Somatória das Extensões dos trechos interrompidos (km)

TTP – Número de Dias no Período

VDMm – Volume Diário Médio da Malha administrada pelo DER

EM – Extensão Total da Malha DER

§ 2º - Os elementos da fórmula a que se refere o “caput” deste artigo serão levantados pela Diretoria de Planejamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

CAPÍTULO II

Da Apuração e Avaliação dos Resultados

**Artigo 9º** - O Índice de Cumprimento de Metas – IC, a ser calculado para cada indicador é a razão entre o valor apurado subtraído do valor considerado como linha de base do indicador e o valor da meta subtraído do valor considerado como linha de base do indicador, na seguinte fórmula:

IC = (Valor Apurado – Linha de Base)/(Meta – Linha de Base)

Paragrafo único - O valor do Índice de Cumprimento de Metas - IC será:

1. igual a 1 (um), quando as metas forem cumpridas integralmente;

2. nunca inferior a 0 (zero);

3. considerado até o limite de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), em caso de superação das metas.

**Artigo 10** – O Índice Agregado de Cumprimento de Metas – IACM será calculado a partir da soma ponderada dos Índices de Cumprimento de Metas – IC, devendo-se, para tanto, observar os pesos a serem fixados para cada indicador, se houver, em resolução conjunta de metas.

**Artigo 11** – O Departamento de Estradas de Rodagem - DER enviará Nota Técnica à Comissão de que trata o artigo 6º da Lei Complementar nº 1.121, de 30 de junho de 2010, por intermédio do Departamento de Desenvolvimento Institucional - DDI, contendo uma avaliação do cumprimento das metas e as respectivas justificativas para o desempenho do período.

Parágrafo único - Ao final do período de avaliação, o Superintendente do DER fará publicar a Nota Técnica de Apuração dos Resultados, contendo a memória de cálculo dos indicadores e o valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas - IACM, nos termos desta resolução conjunta.

CAPÍTULO III

Disposições Finais

**Artigo 12** – As metas, linhas de base e peso dos indicadores, bem como sua periodicidade de apuração, serão definidos em resolução conjunta de metas, devendo-se, para tanto, observar os critérios de apuração e avaliação dos indicadores estabelecidos nesta resolução conjunta.

**Artigo 13** - Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2019.

DOE, Seção I, 17/12/2019, p. 3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta CC/SG/SFP-15, de 16-12-2019

Dispõe sobre a fixação dos pesos, metas e linhas de base para os indicadores do Departamento de Estradas de Rodagem - DER e dá outras providências, tendo em vista o pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere à LC 1.121-2010, no exercício de 2019

O Secretário-Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil, e os Secretários de Governo e da Fazenda e Planejamento, considerando o disposto no art. 6º da LC 1.121-2010, e no art. 10 da [Resolução Conjunta CC/SG/SFP-14, de 16-12-2019](#RC_CC_SG_SFP_014), resolvem:

**Artigo 1º** – Para o exercício de 2019, as metas e respectivas linhas de base e pesos dos indicadores a que se referem os incisos I a VII do art. 1º da Resolução Conjunta CC/SG/SFP-14, de 16-12-2019, ficam fixadas nos termos do Anexo desta resolução conjunta.

**Artigo 2º** - Os indicadores a que se referem os incs. I a VII do art. 1º da Resolução Conjunta CC/SG/SFP-14, de 16-12-2019, serão apurados e avaliados anualmente.

**Artigo 3º** - Na ocorrência de fatores supervenientes, tais como alterações na legislação, anistias, remissões e decisões governamentais, de caráter transitório ou não, que afetem a consecução das metas e independem da vontade dos servidores, as metas poderão ser revisadas pela Comissão de que trata o art. 6º da LC 1.121-2010, mediante proposta justificada do Superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem – DER.

**Artigo 4º** - Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1° de janeiro de 2019.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Indicador** | **Resultado anterior** | **Linha de Base** | **Meta** | **Peso** |
| Indicador de Execução Física de Obras Rodoviárias – I1 | 118,0520% | 90,2148% | 92,0191% | 15% |
| Indicador de Obras Concluídas – I2 | 98,5075% | 76,6445% | 78,9438% | 15% |
| Indicador de Segurança Rodoviária – I3 | 0,68 | 0,66 | 0,64 | 25% |
| Indicador de Implementação de Gestão Documental - I4 | 78.984 | 78.984 | 102.680 | 10% |
| Indicador de Instrução de Julgamento de Processos de Recursos Administrativos - I5 | 24 | 45 | ≤24 | 10% |
| Indicador de Cadastro e Julgamento de Processos de Penalidade de Advertência por Escrito – I6 | 34 | 45 | ≤24 | 10% |
| Indicador de Trafegabilidade – I7 | 1,6591 | 0,8538 | 0,8367 | 15% |

DOE, Seção I, 17/12/2019, p. 3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta CC/SG/SFP-16, de 16-12-2019

Dispõe sobre a definição e os critérios de apuração e avaliação dos indicadores globais do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - Ceeteps, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR aos seus servidores, a que se refere a LC 1.086-2009, no exercício de 2019

O Secretário-Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil, e os Secretários de Governo e da Fazenda e Planejamento, considerando o disposto no art. 6º da LC 1.086-2009, resolvem:

CAPÍTULO I

Dos Indicadores

**Artigo 1º** - Ficam definidos os seguintes indicadores globais do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, nos termos da Lei Complementar nº 1.086, de 18 de fevereiro de 2009, no exercício de 2019:

I – para as Escolas Técnicas Estaduais - ETECs, com os respectivos pesos:

a) Taxa de Concluintes de Cursos - I1, com peso de 35%;

b) Índice SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) Nível de Proficiência em Língua Portuguesa - I2, com peso de 12,5%;

c) Índice SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) Nível de Proficiência em Matemática – I3, com peso de 12,5%;

d) Conformidade de Processos Focados em Resultados – Atividade Meio – URH (Unidade de Recursos Humanos) – I4, com peso de 7%;

e) Conformidade de Processos Focados em Resultados – Atividade Fim – (CETEC – Unidade do Ensino Médio e Técnico - ETECs) – I5, com peso de 33%;

II – para as Faculdades de Tecnologia - FATECs, com os respectivos pesos:

a) Taxa de Concluintes de Cursos – I6, com peso de 25%;

b) Prazo de Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Curso, do Conselho Estadual de Educação – I7, com peso de 15%;

c) Taxa de Sucesso Escolar – I8, com peso de 20%;

d) Conformidade de Processos Focados em Resultados – Atividade Meio – URH (Unidade de Recursos Humanos) – I9, com peso de 7%;

e) Conformidade de Processos Focados em Resultados – Atividade Fim - (CESU – Unidade do Ensino Superior e de Graduação - FATECs) – I10, com peso de 33%;

III – para a Administração Central, com os respectivos pesos:

a) IACM médio (FATECs) – I11, com peso de 40%;

b) IACM médio (ETECs) – I12, com peso de 40%;

c) Projeto de Melhoria de Processos – I13, com peso de 10%;

d) Número de Certificados de Capacitação de Servidores Técnicos / Administrativos e Docentes emitidos pelo Centro Paula Souza - I14, com peso de 10%.

§ 1º – O Índice Agregado de Cumprimento de Metas - IACM de cada unidade escolar será calculado a partir da média ponderada dos ICMs (Índice de Cumprimento de Metas) dos indicadores descritos nos incisos I e II, respectivamente, para as ETECs e FATECs.

§ 2º – Na inexistência de dados ou impossibilidade de cálculo de qualquer um dos indicadores referidos neste artigo, o IACM será calculado com os itens disponíveis, de forma que seu valor máximo possível seja 100%.

**Artigo 2º** - Os indicadores I1 e I6 – Taxa de Concluintes de Cursos – serão calculados a partir da razão entre o somatório dos matriculados (ingressantes) no início do curso e o total de concluintes ao término do período do curso.

**Artigo 3º** - O indicador I2 - Índice SARESP - Nível de Proficiência em Língua Portuguesa de cada ETEC corresponderá à ponderação das notas classificadas entre os níveis de proficiência (abaixo do básico – peso 1, básico – peso 2, adequado - peso 3 e avançado – peso 4); O indicador I3 – Índice SARESP - Nível de Proficiência em Matemática de cada ETEC, corresponderá à ponderação das notas classificadas entre os níveis de proficiência (abaixo do básico – peso 1, básico – peso 2, adequado - peso 3 e avançado – peso 4);

As notas serão ajustadas, se for o caso, por um fator redutor que depende da participação dos alunos de cada unidade escolar no exame.

Parágrafo único – O ajuste de que trata o “caput” deste artigo será aplicado somente àquelas escolas com participação na prova SARESP inferior a 70% (setenta por cento) do total de alunos aptos a participarem da prova. Será aplicado, como valor de redução nas notas aferidas, o percentual efetivo da participação da Unidade na prova, sendo a nota proporcional à participação.

**Artigo 4º** - O indicador I4 e I9 - Conformidade de Processos Focados em Resultados – Atividade Meio – URH – corresponderá à proporção entre tarefas cumpridas no prazo, a qualidade dessas tarefas e o total de tarefas solicitadas, de acordo com as orientações da Unidade de Recursos Humanos.

Parágrafo único – As tarefas solicitadas às ETECs e FATECs, e seus respectivos pesos são:

1. índice de Eficiência na Gestão da Qualidade de Folha de Pagamento (peso 7%)

2. cronograma da Folha de Pagamento: a) Digitação Arquivo de Folha Mensal Sistema Integrado de Gestão URH; b) Envio mensal de Comprovações de Salário Contribuição INSS Outro

Vínculo; c) Retorno Folha Teste; d) Informação de Desligamentos, Licenças e Afastamentos com prejuízo total ou parcial dos vencimentos (peso 40%);

3. qualidade das Informações: a) Lançamentos em Arquivo de Folha Mensal Corretos - Critérios Prodesp e Análise NPP; b) Documentação exigida enviada corretamente; c) Formulários e Planilhas preenchidas corretamente; d) Atualização dos dados cadastrais, e) Desligamentos, Licenças e Afastamentos com Informação correta (peso 60%).

**Artigo 5º** - O indicador I5 – Conformidade de Processos Focados em Resultados – Atividade Fim – (CETEC – Unidade do Ensino Médio e Técnico/ETECs), corresponderá à proporção entre as tarefas cumpridas no prazo e o total de tarefas solicitadas, de acordo com as orientações da Unidade de Ensino Médio e Técnico – CETEC.

§ 1º – Quando a tarefa solicitada for cumprida no prazo, o Índice de Cumprimento de Metas - ICM, referente àquela tarefa, será de 100% (cem por cento), caso contrário, será atribuído valor zero.

§ 2º – As tarefas solicitadas às ETECs, e seus respectivos pesos dentro do indicador I5, são:

1. atualização SED (Secretaria Eletrônica Digital): inserção, no sistema interno, das informações referentes ao número de alunos concluintes, dentro do prazo determinado – (Peso de 8%);

2. PPG (Projeto Plurianual de Gestão): envio do plano político de gestão da Unidade Escolar no prazo determinado (peso de 10%);

3. divisão de Turmas: inserção, no sistema interno, das informações referentes à divisão de turmas, dentro do prazo determinado (peso de 9%);

4. calendário Escolar: definição do calendário escolar dentro do prazo determinado (peso de 6%).

**Artigo 6°** - O indicador I7 – Prazo de Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Curso – reflete os períodos de validade do reconhecimento dos cursos das FATECs, concedidos pelo Conselho Estadual de Educação.

**Artigo 7°** - O Indicador I8 – Taxa de Sucesso Escolar - serão calculados a razão entre o somatório dos concluintes até o período mínimo de integralização, em fase, (conforme PPC - Projeto Pedagógico de Curso), e os matriculados no início do curso.

**Artigo 8°** - O indicador I10 - Conformidade de Processos Focados em Resultados – Atividade Fim (CESU – Unidade de Ensino Superior e de Graduação / FATECS) – corresponderá à proporção entre tarefas cumpridas no prazo e o total de tarefas solicitadas, de acordo com as orientações da Coordenadoria de Ensino Superior – CESU;

§ 1º – Quando a tarefa solicitada for cumprida no prazo e dentro dos critérios de qualidade estipulados pela CESU (Unidade de Ensino Superior e de Graduação), o índice de cumprimento de metas - ICM, referente àquela tarefa, será de 100% (cem por cento), caso contrário, será atribuído valor zero.

§ 2º – As tarefas solicitadas às FATECs, e seus respectivos pesos dentro do indicador I10, são:

1. Plano de Desenvolvimento Institucional: entrega do Plano de Desenvolvimento da Unidade Escolar finalizado, dentro do prazo determinado (peso de 10%);

2. Calendário Escolar: entrega do calendário escolar da unidade, dentro do prazo determinado (peso de 6%);

3. Relatório de Atualização do Sistema e-MEC: preenchimento do relatório de atualização no sistema e-MEC, dentro do prazo determinado (peso de 5%);

4. Censo Escolar: Preenchimento e atualização dos dados solicitados dentro do prazo determinado (peso de 5%);

5. Processo de Emissão de Diplomas: Preenchimento e envio preciso dos dados dos alunos que colaram grau e estão aptos a terem o registro e emissão de seus diplomas (peso 7%).

**Artigo 9º** - Os indicadores I11 e I12 – IACM médio – corresponderá à média ponderada dos Índices Agregados de Cumprimento de Metas - IACMs das unidades escolares FATECs e ETECs, respectivamente (peso 30% Etecs, 30% Fatecs).

Parágrafo único – O fator de ponderação a que se refere o “caput” deste artigo é o número de alunos matriculados nas unidades escolares respectivas.

Artigo 10 - O indicador I13 - Projeto de Melhoria de Processos – corresponderá ao percentual do realizado em relação ao cronograma planejado nas diversas áreas da Administração Central (peso 10%).

**Artigo 11** - O indicador I14 - Certificados de Capacitação de Servidores Técnicos / Administrativos e Docentes emitidos pelo Centro Paula Souza, corresponderá ao número total de certificados emitidos por esta autarquia, nos treinamentos e capacitações de seu quadro de funcionários e docentes, visando o aperfeiçoamento na gestão dos processos pedagógicos e administrativos.

Parágrafo único - A linha de base e a meta do indicador I11, para o exercício de 2019, está explicitada na resolução conjunta de metas.

CAPÍTULO II

Da Apuração e Avaliação dos Resultados

**Artigo 12** - O Índice de Cumprimento de Metas – ICM, a ser calculado para cada indicador é a razão entre o valor apurado subtraído do valor considerado como linha de base do indicador e o valor da meta subtraído do valor considerado como linha de base do indicador, na seguinte fórmula:



§ 1º - O valor do Índice de Cumprimento de Metas – ICM será:

1. igual a 1 (um), quando as metas forem cumpridas integralmente;

2. nunca inferior a 0 (zero);

3. considerado até o limite de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), em caso de superação das metas para os indicadores I1, I2, I3, I6, I8, I14.

§ 2º- Para os indicadores I11 e I12, o Índice de Cumprimento de Metas será igual à média dos Índices Agregados de Cumprimento de Metas (IACMs) das FATECs e ETECs, respectivamente.

Artigo 13 - O Índice Agregado de Cumprimento de Metas – IACM, das unidades escolares ETECs será calculado a partir da fórmula:



Onde:

**IACMETEC** = Média ponderada dos ICMs da Unidade ETEC

**i** = indicador, que varia de I1 a I5

**ICMi** = Índice de Cumprimento de Metas obtido em cada indicador

**Pesoi** = Pesos que serão utilizados e aplicados a cada indicador

**Artigo 14º** - O Índice Agregado de Cumprimento de Metas – IACM, das unidades escolares FATECs será calculado a partir da fórmula:



Onde:

**IACMFATEC** = Média ponderada dos ICMs da Unidade FATEC

**i** = indicador, que varia de I6 a I10

**ICMi** = Índice de Cumprimento de Metas obtido em cada indicador

**Pesoi** = Pesos que serão utilizados e aplicados a cada indicador

**Artigo 15º** - O Índice Agregado de Cumprimento de Metas – IACM, da Administração Central do CEETEPS será calculado a partir da fórmula:



Onde:

**IACMADM.CENTRAL** = Índice Agregado de Cumprimento de Metas da Administração Central

**i** = indicador, que varia de I11 a I14

**ICMi** = Índice de Cumprimento de Metas obtido em cada indicador

**Pesoi** = Pesos que serão utilizados e aplicados a cada indicador

**Artigo 16** - A fórmula de cálculo dos indicadores está expressa no Anexo que faz parte integrante desta resolução conjunta.

**Artigo 17** - O Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS – enviará Nota Técnica à Comissão de que trata o artigo 6º da Lei Complementar nº 1.086, de 18 de fevereiro de 2009, para a Secretaria da Fazenda e Planejamento, por intermédio do Departamento de Desenvolvimento Institucional, da Coordenadoria de Gestão, contendo uma avaliação do cumprimento das metas e as respectivas justificativas para o desempenho do período.

§ 1º - O pagamento da Bonificação por Resultados somente poderá ser efetuado após a aprovação da Nota Técnica de Apuração dos Resultados pela Comissão de que trata o “caput” deste artigo, com apoio da Secretaria da Fazenda e Planejamento, Departamento de Desenvolvimento Institucional, da Coordenadoria de Gestão, para a validação dos cálculos.

§ 2º - Para fins de apuração do cumprimento das metas dos indicadores definidos nesta resolução conjunta, as variáveis, informações, parâmetros e etapas dos cálculos dos desempenhos obtidos deverão ser discriminados na Nota Técnica a que se refere o “caput” deste artigo.

§ 3º - Após a aprovação da Nota Técnica de Apuração dos Resultados pela Comissão de que trata o “caput” deste artigo, o Diretor Superintendente do CEETEPS fará publicar a Nota Técnica de Apuração dos Resultados, contendo a memória de cálculo dos indicadores e o valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas - IACM, nos termos desta resolução conjunta.

CAPÍTULO III

Disposições Finais

**Artigo 18** – As metas e linhas de base dos indicadores, bem como sua periodicidade de apuração, serão definidas em resolução conjunta de metas, devendo-se, para tanto, observar os critérios de apuração e avaliação dos indicadores estabelecidos nesta resolução conjunta.

**Artigo 19** - Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1° de janeiro de 2019.

ANEXO

a que se refere o artigo 16 da

Resolução Conjunta CC/SG/SFP-16, de 16-12-2019

Para o Cálculo dos indicadores:

I - indicador I1 – Taxa concluinte

Curso – ETECs

São utilizados no cálculo da Taxa Concluinte Curso a razão entre o somatório dos matriculados no início do curso (3 ou 4 módulos ou 3 anos) e o total de concluintes ao término do período do curso. Para a BR 2019, serão utilizados os ingressantes do 1º semestre de 2016 (Ensino Médio e Integrado), 1º e 2º semestres de 2017 (4 módulos) e 2º semestre de 2017 e 1º semestre de 2018 (3 módulos). Para a BR-2019 serão considerados os concluintes do 2º semestre de 2018 e 1º semestre de 2019.

Fórmula:



Observação: Os dados que basearam os cálculos da Taxa concluinte/curso de cada Etec são os resultantes dos lançamentos realizados pelas Unidades no BDCETEC/SIGA e NSA (Sistemas de Gestão Acadêmica)

Cálculo das Metas

Para as metas foram criados dois grupos:

* Grupo 1 (Referência) – Para este grupo a meta será calculada pelo melhor resultado de 2018. São as Unidades de Ensino que estão com TCC acima de 70%. Para o cálculo da meta para a BR-2019 o maior valor do grupo foi de 86,25%.
* Grupo 2 – Este segundo grupo é composto de Unidades com TCC abaixo de 70% no resultado de 2018. A meta será calculada pela média dos resultados de 2018 do Grupo 1. A Média deste grupo 1 para o cálculo da meta para a BR-2019 foi de 76,43%.

Grupo 1 Referência

Meta do grupo de referência = Atingir em 9 anos o maior valor deste grupo (86,25%), que é Unidade de referência.

Fórmula para esse grupo:



Onde: VR = Valor de Referência em 2018

VO = Valor Obtido pela Unidade em 2018

Grupo 2 – Unidades que estão com valor abaixo de 70%.

Meta do grupo 2 = atingir em 9 anos a média do grupo de referência (76,43%).

Fórmula para esse grupo =



Onde: MGR = Média do grupo de referência obtido em 2018.

VO = Valor Obtido pela Unidade em 2018.

* Linha de Base

A linha de base será estabelecida a partir do resultado de cada Unidade em 2018, exceto para aquelas Unidades cujo resultado alcançado em 2018 seja maior que a média do TCC das Unidades do Grupo 1 (referência) acima citado. Neste caso a Linha de Base será a própria média.

II - indicador I2 e I3 – SARESP

O Indicador SARESP corresponderá à avaliação efetuada no ano de 2019. O SARESP será dividido em Língua Portuguesa (12,5 pontos) e Matemática (12,5 pontos).

As notas são classificadas em níveis de proficiência: 1) Abaixo do Básico, 2) Básico, 3) Adequado e 4) Avançado. Cada nível de proficiência terá um peso: Abaixo do Básico 1, Básico 2, Adequado 3, Avançado 4, conforme quadro abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Língua Portuguesa | |  | Matemática | |
| Níveis de Proficiência | Nota/Peso |  | Níveis de Proficiência | Nota/Peso |
| Abaixo do Básico | x1 |  | Abaixo do Básico | x1 |
| Básico | x2 |  | Básico | x2 |
| Adequado | x3 |  | Adequado | x3 |
| Avançado | x4 |  | Avançado | x4 |
| Pontos por nível de Proficiência = (Nota por nível de Proficiência \* Peso) | |  | Pontos por nível de Proficiência = (Nota por nível de Proficiência \* Peso) | |
| ∑ pontos por níveis de Proficiência (Máximo 400) | |  | ∑ pontos por níveis de Proficiência (Máximo 400) | |

Será aplicado um ajuste de acordo com a participação de alunos aptos a realizarem o exame. Para as unidades com resultado inferior a 70% (setenta por cento) a nota será proporcional a sua participação, (Nota\*Participação%). Após esse acerto é que se dará o cálculo do ICM.

* Cálculo das Metas

Na fixação das metas para a BR de 2019 serão criados três grupos considerando a Relação Candidato Vaga – RCV - no Vestibulinho do Centro Paula Souza (0 a 2,99 Candidato por Vaga, de 3,00 a 6,99 Candidatos por Vaga e acima de 7,00 Candidatos por Vaga). Esta variável é utilizada para a criação dos grupos por ser um dos fatores determinantes do nível de desempenho das Unidades na prova Saresp.

Comprovadamente a seleção dos alunos através de concurso Vestibulinho faz com que os cursos que tem maior quantidade de concorrentes por vaga oferecida, recebam ingressantes com nível mais elevado e com notas de ingresso maiores do que aqueles que ingressaram em cursos com uma relação candidato vaga menor. Este diagnóstico nos permite entender que nestes casos as atividades de ensino aprendizagem desenvolvidas pelo corpo docente são limitadas em seu resultado pela qualidade do aprendizado que os alunos trazem do ensino fundamental. Desta forma com a separação das Unidades nestes 3 grupos, os valores de referência estabelecidos para a fixação das metas em cada grupo, são parâmetros mais adequados.

Os valores de referência, de acordo com os grupos acima citados são:

Grupo 1 – RCV 0 a 2,99 – Língua Portuguesa= 296,90/Matemática= 242,00,

Grupo 2 – RCV 3,00 a 6,99 – Língua Portuguesa= 311.10/Matemática= 294,80

Grupo 3 – RCV 7,00 ou mais – Língua Portuguesa= 319,30/Matemática= 300,90.

As metas deverão ser atingidas em 09 (nove) anos de acordo com o maior valor do grupo de referência a que pertence a Unidade de Ensino. Para as Unidades referência a meta para 2019 será manter o mesmo valor.

* Linha de Base

A linha de base será o resultado obtido no ano de 2018 em cada um dos níveis de proficiência.

Para as unidades referência dos grupos da Relação Candidato Vaga haverá uma redução de:

1% no grupo de RCV de 0 a 2,99

1,5% no grupo de RCV de 3,00 a 6,99

2% no grupo de RCV acima de 7,00

III- indicador I4 e I9 - Conformidade de Processos Focados em Resultados – Atividade Meio – URH (Unidade de Recursos Humanos)

O indicador de conformidade dos processos da Unidade de Recursos Humanos será pontuado de acordo com a fórmula abaixo.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Cumprimento de prazo** | | | | | |
| a. Digitação Arquivo de Folha Mensal Sistema Integrado de Gestão URH | Cronograma de Folha | | SIM/NÃO | | SIM = 1,0 |
| b. Envio mensal de Comprovações de Salário Contribuição INSS Outro Vínculo | Cronograma de Folha | | SIM/NÃO | | SIM = 1,0 |
| c. Retorno Folha Teste | Cronograma de Folha | | SIM/NÃO | | SIM = 1,0 |
| d. Informação de Desligamentos, Licenças e Afastamentos Com prejuízo total ou parcial dos vencimentos | Cronograma de Folha | | SIM/NÃO | | SIM = 1,0 |
| **Qualidade da Informação** | | | | | |
| a. Lançamentos em Arquivo de Folha Mensal Corretos - Critérios Prodesp e Análise NPP | | Qtde Erros / Qtde de Lançamentos X 100 | | ≤ 10% = 2 | |
| b. Documentação exigida enviada corretamente | | Qtde Erros / Qtde de Lançamentos X 100 | | ≤ 10% = 1 | |
| c. Formulários e Planilhas preenchidas corretamente | | Qtde Erros / Qtde de Lançamentos X 100 | | ≤ 10% = 1 | |
| d. Atualização dos dados cadastrais | | Qtde Erros / Qtde de Lançamentos X 100 | | ≤ 10% = 1 | |
| e. Desligamentos, Licenças e Afastamentos – Informação correta | | Qtde Erros / Qtde de Lançamentos X 100 | | ≤ 10% = 1 | |

IV - indicador I5 – Conformidade de Processos Focados em Resultados – Atividade Fim – (CETEC – Unidade do Ensino Médio e Técnico/ETECs)

Quando a tarefa solicitada for cumprida satisfatoriamente e no prazo, o Índice de Cumprimento de Metas - ICM, referente àquela tarefa, será de 100% (cem por cento), caso contrário, será atribuído valor zero.

V - indicador I6 – Taxa Concluinte

Curso – Fatecs

São utilizados no cálculo da Taxa Concluinte Curso a razão entre o somatório dos concluintes e os ingressantes, via vestibular ou outro meio aprovado pelo regimento das Fatecs, que sejam matriculados no primeiro semestre do curso, ou seja, seis ou oito semestres antes, será considerado o período mínimo de integralização de acordo com o projeto pedagógico do curso. No caso da BR 2019, serão utilizados os ingressantes do 1º e 2º semestre de 2015 (8 semestres) e 1º e 2º de 2016 (6 semestres). Não é considerada a 1ª turma de concluintes do curso. Para a BR-2019 serão considerados os concluintes do 2º semestre de 2018 e 1º semestre de 2019.

Fórmula:



Cálculo das Metas

Grupo 1: (Referência) é formado pelas unidades que estão acima 50% de TCC. Para este grupo a meta será estabelecida pelo melhor resultado de 2018. Para o cálculo da meta para a BR-2019 o maior valor do grupo foi de 57,14%.

Grupo 2: Neste grupo estão as unidades com resultado abaixo de 50% de TCC. A meta calculada será a média dos resultados alcançados em 2018 no grupo 1 que foi de 53,40%.

Grupo 1 - Referência

Meta do grupo de referência = Atingir em 12 anos o maior valor deste grupo, 57,14% que é Unidade de referência.

Fórmula para esse grupo:



Onde: VR = Valor de Referência em 2018.

VO = Valor Obtido pela Unidade em 2018.

Grupo 2 – Unidades que estão com valor abaixo de 50%.

Meta do grupo 2 = atingir em 12 anos a média do grupo de referência que foi 53,40% em 2018.

Fórmula para esse grupo:



Onde: MGR = Média do grupo de referência obtido em 2018.

VO = Valor Obtido pela Unidade em 2018.

Linha de Base

A linha de base foi estabelecida a partir do resultado de cada Unidade em 2018, exceto para aquelas Unidades cujo resultado alcançado foi maior que a média do TCC das Unidades do Grupo 1 (referência) acima citado. Neste caso a Linha de Base será a própria média.

Observação: Os dados que irão compor a TCC de cada Unidade são aqueles que as Unidades lançam SIGA e no BD-CESU.

VI - indicador I7 – Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos (Fatecs) – Conselho Estadual de Educação

O indicador será pontuado proporcional e condizente com o parecer do CEE/SP em conformidade com a tabela abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| **1º Reconhecimento** | **Renovação do Reconhecimento** |
| Se 3 anos - 100% | Se 5 anos =100% |
| Se 2 anos – 75% | Se 4 anos =75% |
| Se 1 ano – 0% | Se 3 anos =50% |
|  | Se 2 anos =25% |
|  | Se 1 ano = 0% |

VII - indicador I8 – Taxa de Sucesso Escolar (Fatecs)

São utilizados no cálculo da Taxa de Sucesso Escolar (TSE) a razão entre o somatório dos concluintes até o período mínimo de integralização, em fase, e os matriculados no início do curso, ou seja, 6 ou 8 semestres, de acordo com o projeto pedagógico do curso. No caso da BR 2019, serão utilizados os ingressantes do 1º e 2º semestre de 2015 (8 semestres) e 1º e 2º de 2016 (6 semestres). Não é considerada a 1ª turma de concluintes do curso.

Para a BR 2019 serão considerados os concluintes em fase do 2º semestre de 2018 e 1º semestre de 2019Fórmula:



Cálculo das Metas

Grupo 1: (Referência) é formado pelas unidades que estão acima 25% de TSE. Para este grupo a meta será estabelecida pelo melhor resultado de 2018. Para o cálculo da meta para a BR-2019 o maior valor do grupo foi de 43,04%.

Grupo 2: Neste grupo estão as unidades com resultado abaixo de 25% de TSE. A meta calculada será a média dos resultados alcançados em 2018 no grupo 1 que foi de 33,26%.

Grupo 1 – Referência – Unidades com valor acima de 25,00%

Meta do grupo de referência = Atingir em 5 anos, 43,04% de TSE, que é a Unidade de Referência.

Fórmula para esse grupo:



Onde: VR = Valor de Referência em 2018.

VO = Valor Obtido pela Unidade em 2018.

Grupo 2 – Unidades que estão com valor abaixo de 25,00%.

Meta do grupo 2 = atingir em 5 anos 25,00% de TSE.

Fórmula para esse grupo:



Onde: MGR = Média do grupo de referência obtido em 2018.

VO = Valor Obtido pela Unidade em 2018.

Linha de Base

A linha de base foi estabelecida a partir do resultado de cada Unidade em 2018, exceto para aquelas Unidades cujo resultado alcançado foi maior que a média do TSE das Unidades do Grupo 1 (referência) acima citado. Neste caso a Linha de Base será a própria média VIII - indicador I10 - Conformidade de Processos Focados em Resultados – Atividade Fim - (Unidade de Ensino Superior e de Graduação – CESU -/FATECs)

A pontuação atribuída será proporcional aos itens entregues em conformidade com o estipulado pela CESU, em portaria específica para tal finalidade conforme tabela abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| **Percentual de conformidade** | **Percentual do indicador** |
| Entre 80 e 100% | 100% |
| Entre 60 e 79,9% | 75% |
| Entre 40 e 59,9% | 50% |
| Entre 20 e 39,9% | 25% |
| Entre 0 e 19,9% | 0% |

IX - indicador I11 e I12 – IACM Médio Fatecs e Etecs

Os indicadores serão pontuados pela média ponderada dos IACMs das Fatecs e Etecs.

X - indicador I13 – Projeto Melhoria de Processos

Porcentagem do realizado (real) em comparação com o cronograma planejado nas Coordenadorias da Administração Central, conforme o projeto definido nas áreas. De todos os cronogramas planejados é feita uma média aritmética simples do que foi realizado, este valor é o índice que será aplicado.

XI - indicador I14 - Certificados de Capacitação de Servidores Técnicos/Administrativos e Docentes emitidos pelo Centro Paula Souza.

A linha de base a ser utilizada para o cálculo do ICM 2019 será o menor valor dos resultados do Indicador nos anos de 2015, 2016 e 2017, excetuando-se o ano de 2018 por tratar-se de um ano atípico. A Meta para o ano de 2019 será o maior valor realizado nos anos de 2015, 2016, 2017.

DOE, Seção I, 17/12/2019, p. 3-6

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução Conjunta CC/SG/SFP-17, de 16-12-2019

Dispõe sobre a fixação de metas e linhas de base para os indicadores globais do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS, tendo em vista o pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere a LC 1.086-2009, no exercício de 2019

O Secretário-Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil, e os Secretários de Governo e da Fazenda e Planejamento, considerando o disposto no art. 6º da LC 1.086-2009, resolvem:

**Artigo 1°** - Para o exercício de 2019, as metas e as linhas de base relativas à Administração Central para grupos de Avaliação dos indicadores específicos, a que se refere o inciso III do artigo 1º da [Resolução Conjunta CC/SG/SFP-16, de 16-12-2019](#RC_CC_SG_SFP_016), ficam fixadas nos termos do Anexo I que faz parte integrante desta resolução conjunta.

**Artigo 2º** - Os valores das linhas de base e das metas específicas atribuídas aos indicadores de cada uma das unidades escolares do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS, a que se referem os incisos I e II do artigo 1º da Resolução Conjunta CC/SG/SFP-16, de 16-12-2019, ficam fixados nos termos do Anexo II que faz parte integrante desta resolução conjunta.

**Artigo 3º** - Os indicadores a que se referem os incisos I a III do artigo 1º da Resolução Conjunta CC/SG/SFP-16, de 16-12-2019, serão apurados e avaliados anualmente.

**Artigo 4º** - Na ocorrência de fatores supervenientes, tais como alterações na legislação, anistias, remissões e decisões governamentais, de caráter transitório ou não, que afetem a consecução das metas e independem da vontade dos servidores, as metas poderão ser revisadas pela Comissão Intersecretarial a que se refere o artigo 6º da Lei Complementar nº 1.086, de 18 de fevereiro de 2009, mediante proposta justificada do Diretor Superintendente do CEETEPS.

**Artigo 5º** - Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2019.

ANEXO I

a que se refere o artigo 1º da

Resolução Conjunta CC/SG/SFP-17, de 16-12-2019

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Indicador** | **Linha de Base** | **Meta 2019** | **%** |
| Quantidade de Certificados de Capacitação de Servidores Técnicos / Administrativos e Docentes emitidos pelo Centro Paula Souza | 12041 | 13766 | 10,00% |
| Projeto Melhoria de Processos | 10,00% |  |  |
| IACM médio FATECs | 40,00% |  |  |
| IACM médio ETECs | 40,00% |  |  |
| Total IACM Adm. Central | 100,00% |  |  |

ANEXO II

a que se refere o artigo 2º da

Resolução Conjunta CC/SG/SFP-17, de 16-12-2019

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ETECs** | | **Saresp Língua Portuguesa** | | **Saresp Matemática** | | **Taxa Concluinte**  **Curso** | |
| **Cód** | **Unidade** | **Linha de base** | **Meta 2019** | **Linha de Base** | **Meta 2017** | **Linha de Base** | **Meta 2017** |
| 6 | Etec Polivalente de Americana | 289,40 | 291,81 | 246,40 | 251,78 | 70,48 | 71,14 |
| 7 | Etec Conselheiro Antonio Prado | 295,60 | 297,32 | 256,50 | 260,76 | 73,96 | 74,23 |
| 8 | Etec Vasco Antonio Venchiarutti | 310,20 | 310,30 | 265,60 | 268,84 | 76,43 | 78,49 |
| 9 | Etec João Baptista de Lima Figueiredo | 262,30 | 266,14 | 216,10 | 218,98 | 74,89 | 75,06 |
| 10 | Etec Lauro Gomes | 299,40 | 301,61 | 255,20 | 260,28 | 73,31 | 73,66 |
| 11 | Etec Jorge Street | 289,10 | 291,54 | 251,90 | 256,67 | 63,60 | 65,03 |
| 12 | Etec Prof. Camargo Aranha | 296,00 | 297,68 | 242,50 | 248,31 | 73,21 | 73,57 |
| 13 | Etec Getúlio Vargas | 301,70 | 302,74 | 267,60 | 270,62 | 67,31 | 68,32 |
| 14 | Etec Júlio de Mesquita | 309,60 | 310,68 | 264,00 | 268,10 | 76,43 | 78,68 |
| 15 | Etec Presidente Vargas | 312,91 | 319,30 | 294,88 | 300,90 | 76,43 | 78,06 |
| 16 | Etec Fernando Prestes | 297,30 | 298,83 | 239,20 | 245,38 | 76,43 | 77,66 |
| 17 | Etec Rubens de Faria e Souza | 296,30 | 298,86 | 247,40 | 253,34 | 76,43 | 78,24 |
| 18 | Etec de São Paulo | 319,00 | 319,03 | 298,50 | 304,60 | 61,02 | 62,73 |
| 19 | Etec Dr. Adail Nunes da Silva | 265,30 | 268,81 | 204,20 | 208,40 | 76,43 | 79,89 |
| 23 | Etec Albert Einstein | 308,20 | 308,52 | 256,20 | 260,49 | 73,95 | 74,22 |
| 24 | Etec Prefeito Alberto Feres | 280,70 | 284,08 | 222,20 | 230,27 | 74,02 | 74,29 |
| 25 | Etec Prof. Alcídio de Souza Prado | 260,90 | 266,48 | 204,40 | 214,44 | 69,96 | 70,68 |
| 26 | Etec Prof. Alfredo de Barros Santos | 304,20 | 305,88 | 240,80 | 247,48 | 76,43 | 78,08 |
| 27 | Etec Amim Jundi | 266,40 | 269,79 | 224,50 | 226,44 | 68,11 | 69,03 |
| 28 | Etec Sebastiana Augusta de Moraes | 177,00 | 190,32 | 144,50 | 155,33 | 70,79 | 71,41 |
| 29 | Etec Profª. Anna de Oliveira Ferraz | 292,00 | 294,12 | 251,20 | 256,04 | 73,49 | 73,82 |
| 30 | Etec Antônio de Pádua Cardoso | 274,90 | 277,34 | 221,20 | 223,51 | 73,53 | 73,85 |
| 31 | Etec Antônio Devisate | 299,90 | 302,06 | 239,40 | 246,23 | 76,43 | 85,72 |
| 32 | Etec Prof. Dr. Antônio Eufrásio de Toledo | 254,00 | 260,34 | 218,40 | 226,89 | 70,55 | 71,20 |
| 33 | Etec Antônio Junqueira da Veiga | 255,80 | 260,37 | 203,50 | 207,78 | 62,65 | 64,18 |
| 34 | Etec Prof. Aprígio Gonzaga | 264,00 | 269,23 | 205,90 | 215,78 | 74,38 | 74,60 |
| 35 | Etec Aristóteles Ferreira | 290,30 | 293,52 | 243,10 | 249,52 | 68,74 | 69,59 |
| 36 | Etec Prof. Armando Bayeux da Silva | 300,00 | 301,23 | 262,20 | 265,82 | 76,43 | 80,25 |
| 37 | Etec Frei Arnaldo Maria de Itaporanga | 250,60 | 255,74 | 204,40 | 208,58 | 58,84 | 60,79 |
| 38 | Etec Astor de Mattos Carvalho | 234,90 | 241,79 | 183,80 | 190,27 | 70,71 | 71,35 |
| 39 | Etec Augusto Tortolero Araújo | 284,00 | 287,01 | 239,60 | 245,73 | 72,66 | 73,08 |
| 40 | Etec Comendador João Rays | 295,50 | 297,23 | 251,50 | 256,31 | 75,16 | 75,30 |
| 41 | Etec Prof. Basílides de Godoy | 295,40 | 297,14 | 252,30 | 257,02 | 71,78 | 72,30 |
| 42 | Etec Benedito Storani | 290,70 | 292,97 | 235,90 | 242,44 | 76,43 | 78,97 |
| 43 | Etec Bento Quirino | 285,80 | 288,61 | 267,50 | 270,53 | 75,09 | 75,23 |
| 44 | Etec Prof. Marcos Uchôa dos S. Penchel | 225,90 | 233,79 | 177,60 | 184,76 | 62,64 | 64,17 |
| 45 | Etec Carlos de Campos | 251,10 | 257,77 | 206,90 | 216,67 | 60,62 | 62,38 |
| 46 | Etec Prof. Carmelino Corrêa Júnior | 187,90 | 200,01 | 165,60 | 174,09 | 74,11 | 74,37 |
| 47 | Etec Dr. Carolino da Motta e Silva | 210,00 | 219,66 | 204,50 | 208,67 | 64,37 | 65,71 |
| 48 | Etec Cônego José Bento | 284,00 | 287,01 | 248,80 | 253,91 | 73,91 | 74,19 |
| 49 | Etec Dr. Dario Pacheco Pedroso | 238,40 | 244,90 | 193,70 | 199,07 | 47,28 | 50,52 |
| 50 | Etec Dr. Demétrio Azevedo Júnior | 281,10 | 284,43 | 228,30 | 235,69 | 68,54 | 69,41 |
| 51 | Etec Dr. Domingos Minicucci Filho | 283,40 | 286,48 | 226,10 | 233,73 | 67,22 | 68,25 |
| 52 | Etec Profª. Carmelina Barbosa | 176,20 | 189,61 | 144,80 | 155,60 | 57,21 | 59,34 |
| 53 | Etec Prof. Edson Galvão | 218,60 | 227,30 | 189,10 | 194,98 | 76,43 | 80,69 |
| 54 | Etec Elias Nechar | 253,10 | 259,54 | 210,20 | 219,60 | 74,20 | 74,45 |
| 55 | Etec Prof. Eudécio Luiz Vicente | 262,40 | 266,23 | 205,90 | 209,91 | 73,32 | 73,66 |
| 56 | Etec Cel. Fernando Febeliano da Costa | 300,00 | 301,23 | 257,10 | 261,29 | 74,38 | 74,61 |
| 57 | Etec Prof. Francisco dos Santos | 233,80 | 240,81 | 187,10 | 193,20 | 73,93 | 74,21 |
| 58 | Etec Dep. Francisco Franco | 245,60 | 251,30 | 186,60 | 192,76 | 76,43 | 78,43 |
| 59 | Etec Dr. Francisco Nogueira de Lima | 268,40 | 271,57 | 229,30 | 230,71 | 68,86 | 69,70 |
| 60 | Etec Francisco Garcia | 218,90 | 227,57 | 176,00 | 183,33 | 76,43 | 79,06 |
| 61 | Etec Guaracy Silveira | 309,80 | 310,86 | 264,70 | 268,72 | 63,06 | 64,55 |
| 62 | Etec Profª. Helcy Moreira Martins Aguiar | 261,20 | 265,17 | 194,60 | 199,87 | 68,51 | 69,39 |
| 63 | Etec Engenheiro Herval Bellusci | \* | \* | \* | \* | 51,43 | 54,21 |
| 64 | Etec Prof. Horácio Augusto da Silveira | 271,20 | 275,63 | 229,50 | 236,76 | 70,26 | 70,94 |
| 65 | Etec de Ilha Solteira | 280,90 | 284,26 | 242,10 | 247,96 | 74,61 | 74,81 |
| 66 | Etec Jacinto Ferreira de Sá | 280,10 | 283,54 | 242,50 | 248,31 | 61,66 | 63,30 |
| 67 | Etec João Belarmino | 287,90 | 290,48 | 222,90 | 230,89 | 70,98 | 71,59 |
| 68 | Etec João Gomes de Araújo | 271,50 | 275,90 | 228,70 | 236,04 | 75,42 | 75,53 |
| 69 | Etec João Jorge Geraissate | 182,60 | 195,30 | 134,00 | 146,00 | 76,43 | 80,35 |
| 70 | Etec Joaquim Ferreira do Amaral | 287,40 | 290,03 | 238,80 | 245,02 | 76,43 | 80,69 |
| 71 | Etec Dr. José Coury | 240,10 | 246,41 | 203,50 | 207,78 | 73,48 | 73,81 |
| 72 | Etec Pref. José Esteves | 244,10 | 249,97 | 232,40 | 233,47 | 63,69 | 65,10 |
| 73 | Etec Dr. José Luiz Viana Coutinho | 205,40 | 215,57 | 192,40 | 197,91 | 72,30 | 72,76 |
| 74 | Etec José Martimiano da Silva | 268,10 | 272,88 | 222,80 | 230,80 | 66,20 | 67,33 |
| 75 | Etec Padre José Nunes Dias | 237,00 | 243,66 | 175,80 | 183,16 | 68,44 | 69,33 |
| 76 | Etec José Rocha Mendes | 269,90 | 274,48 | 214,80 | 223,69 | 76,43 | 78,29 |
| 77 | Etec Prof. José Sant’Ana de Castro | 249,40 | 256,26 | 206,20 | 216,04 | 74,47 | 74,69 |
| 78 | Etec Dr. Júlio Cardoso | 286,90 | 289,59 | 253,90 | 258,44 | 70,08 | 70,79 |
| 79 | Etec Laurindo Alves de Queiroz | 203,40 | 213,79 | 161,60 | 170,53 | 76,43 | 81,60 |
| 80 | Etec Dr. Luiz César Couto | 238,30 | 244,81 | 196,60 | 201,64 | 66,67 | 67,75 |
| 81 | Etec Prof. Luiz Pires Barbosa | 223,10 | 231,30 | 179,40 | 186,36 | 69,53 | 70,30 |
| 82 | Etec Machado de Assis | 272,60 | 276,88 | 225,50 | 233,20 | 73,18 | 73,54 |
| 83 | Etec Manoel dos Reis Araújo | 191,90 | 203,57 | 177,10 | 184,31 | 60,10 | 61,92 |
| 84 | Etec Orlando Quagliato | 299,90 | 302,06 | 239,40 | 246,23 | 76,43 | 85,72 |
| 85 | Etec Martin Luther King | 254,00 | 260,34 | 218,40 | 226,89 | 70,55 | 71,20 |
| 86 | Etec Martinho Di Ciero | 255,80 | 260,37 | 203,50 | 207,78 | 62,65 | 64,18 |
| 87 | Etec Prof. Matheus Leite de Abreu | 264,00 | 269,23 | 205,90 | 215,78 | 74,38 | 74,60 |
| 88 | Etec Monsenhor Antônio Magliano | 290,30 | 293,52 | 243,10 | 249,52 | 68,74 | 69,59 |
| 89 | Etec Engenheiro Agr. Narciso de Medeiros | 300,00 | 301,23 | 262,20 | 265,82 | 76,43 | 80,25 |
| 90 | Etec Prof. Urias Ferreira | 250,60 | 255,74 | 204,40 | 208,58 | 58,84 | 60,79 |
| 91 | Etec Paulino Botelho | 234,90 | 241,79 | 183,80 | 190,27 | 70,71 | 71,35 |
| 92 | Etec Paulo Guerreiro Franco | 284,00 | 287,01 | 239,60 | 245,73 | 72,66 | 73,08 |
| 93 | Etec Dep. Paulo O. Carvalho de Barros | 295,50 | 297,23 | 251,50 | 256,31 | 75,16 | 75,30 |
| 94 | Etec Pedro Badran | 295,40 | 297,14 | 252,30 | 257,02 | 71,78 | 72,30 |
| 95 | Etec Pedro D’Arcádia Neto | 290,70 | 292,97 | 235,90 | 242,44 | 76,43 | 78,97 |
| 96 | Etec Pedro Ferreira Alves | 285,80 | 288,61 | 267,50 | 270,53 | 75,09 | 75,23 |
| 97 | Etec Prof. Pedro Leme Brisolla Sobrinho | 225,90 | 233,79 | 177,60 | 184,76 | 62,64 | 64,17 |
| 98 | Etec Philadelpho Gouvêa Netto | 251,10 | 257,77 | 206,90 | 216,67 | 60,62 | 62,38 |
| 99 | Etec Prof. Milton Gazzetti | 187,90 | 200,01 | 165,60 | 174,09 | 74,11 | 74,37 |
| 100 | Etec Rosa Perrone Scavone | 210,00 | 219,66 | 204,50 | 208,67 | 64,37 | 65,71 |
| 101 | Etec Sales Gomes | 284,00 | 287,01 | 248,80 | 253,91 | 73,91 | 74,19 |
| 102 | Etec Dona Sebastiana de Barros | 238,40 | 244,90 | 193,70 | 199,07 | 47,28 | 50,52 |
| 103 | Etec Sylvio de Mattos Carvalho | 281,10 | 284,43 | 228,30 | 235,69 | 68,54 | 69,41 |
| 104 | Etec Trajano Camargo | 283,40 | 286,48 | 226,10 | 233,73 | 67,22 | 68,25 |
| 107 | Etec Adolpho Berezin | 176,20 | 189,61 | 144,80 | 155,60 | 57,21 | 59,34 |
| 108 | Etec Cel. Raphael Brandão | 218,60 | 227,30 | 189,10 | 194,98 | 76,43 | 80,69 |
| 110 | Etec Dep. Salim Sedeh | 253,10 | 259,54 | 210,20 | 219,60 | 74,20 | 74,45 |
| 115 | Etec de Hortolândia | 262,40 | 266,23 | 205,90 | 209,91 | 73,32 | 73,66 |
| 116 | Etec de São Roque | 300,00 | 301,23 | 257,10 | 261,29 | 74,38 | 74,61 |
| 117 | Etec Prof. Dr. José Dagnoni | 233,80 | 240,81 | 187,10 | 193,20 | 73,93 | 74,21 |
| 118 | Etec de Guaianazes | 245,60 | 251,30 | 186,60 | 192,76 | 76,43 | 78,43 |
| 122 | Etec Dona Escolástica Rosa | 268,40 | 271,57 | 229,30 | 230,71 | 68,86 | 69,70 |
| 123 | Etec Dr. Renato Cordeiro | 218,90 | 227,57 | 176,00 | 183,33 | 76,43 | 79,06 |
| 124 | Etec Dr. Celso Charuri | 309,80 | 310,86 | 264,70 | 268,72 | 63,06 | 64,55 |
| 125 | Etec Dr. Geraldo José Rodrigues Alckmin | 261,20 | 265,17 | 194,60 | 199,87 | 68,51 | 69,39 |
| 128 | Etec de Mauá | \* | \* | \* | \* | 70,96 | 71,57 |
| 134 | Etec Carolina Carinhato Sampaio | 289,20 | 292,54 | 245,00 | 251,21 | 76,43 | 82,12 |
| 135 | Etec Rodrigues de Abreu | 273,50 | 278,59 | 234,60 | 241,97 | 68,78 | 69,63 |
| 136 | Etec Prof. Massuyuki Kawano | 302,80 | 303,72 | 265,50 | 268,76 | 76,43 | 78,47 |
| 138 | Etec Prof. Armando José Farinazzo | 309,00 | 309,23 | 290,38 | 294,38 | 76,25 | 76,27 |
| 139 | Etec Tenente Aviador Gustavo Klug | 288,40 | 289,34 | 236,70 | 237,29 | 76,43 | 80,01 |
| 140 | Etec Profª Terezinha Monteiro dos Santos | 293,70 | 295,63 | 245,40 | 250,89 | 73,48 | 73,81 |
| 141 | Etec Profª Maria Cristina Medeiros | 310,40 | 311,39 | 262,20 | 266,50 | 76,43 | 78,64 |
| 142 | Etec Dr. Emílio Hernandez Aguilar | 295,00 | 297,70 | 238,50 | 245,43 | 76,43 | 81,48 |
| 144 | Etec de Carapicuíba | \* | \* | \* | \* | 64,17 | 65,53 |
| 145 | Etec Prof. Fausto Mazzola | 278,50 | 282,12 | 225,40 | 233,11 | 70,36 | 71,03 |
| 147 | Etec Prof. Carmine Biagio Tundisi | 310,50 | 310,57 | 264,10 | 267,51 | 73,75 | 74,05 |
| 148 | Etec de Lins | 295,80 | 297,50 | 227,50 | 234,98 | 68,55 | 69,43 |
| 149 | Etec Prof. André Bogasian | 287,10 | 289,77 | 230,10 | 237,29 | 72,43 | 72,88 |
| 150 | Etec Prof. Rodolpho José Del Guerra | 284,30 | 285,70 | 235,20 | 235,96 | 76,43 | 80,47 |
| 151 | Etec Prof. Idio Zucchi | 292,90 | 294,92 | 229,10 | 236,40 | 76,43 | 83,90 |
| 152 | Etec Alberto Santos Dumont | 293,00 | 295,01 | 218,10 | 226,62 | 68,45 | 69,34 |
| 153 | Etec de Praia Grande | 0,00 | 400,00 | 0,00 | 400,00 | 57,35 | 59,47 |
| 154 | Etec Drª. Maria Augusta Saraiva | 286,00 | 287,21 | 224,70 | 226,62 | 71,31 | 71,88 |
| 156 | Etec Profª. Nair Luccas Ribeiro | 279,00 | 280,99 | 236,80 | 237,38 | 75,00 | 75,16 |
| 158 | Etec de Itanhaém | 287,80 | 290,39 | 235,10 | 241,73 | 63,99 | 65,37 |
| 159 | Etec Parque da Juventude | 305,20 | 305,86 | 234,40 | 241,11 | 69,62 | 70,37 |
| 161 | Etec Vereador e Vice Prefeito Sérgio da Fonseca | 248,50 | 253,88 | 211,20 | 214,62 | 59,64 | 61,51 |
| 162 | Etec Waldyr Duron Júnior | 284,90 | 286,23 | 228,70 | 230,18 | 66,12 | 67,26 |
| 164 | Etec Prof. Mário Antônio Verza | 267,60 | 270,86 | 211,40 | 214,80 | 73,75 | 74,05 |
| 165 | Etec de Araçatuba | 304,90 | 305,59 | 261,10 | 264,84 | 76,43 | 82,31 |
| 166 | Etec Juscelino Kubitschek de Oliveira | 305,20 | 306,77 | 246,00 | 252,10 | 76,43 | 78,81 |
| 169 | Etec de Itaquera | 305,40 | 306,94 | 244,10 | 250,41 | 76,43 | 78,47 |
| 170 | Etec de Ferraz de Vasconcelos | 291,00 | 293,23 | 231,30 | 238,36 | 76,43 | 83,62 |
| 172 | Etec de Sapopemba | 295,40 | 297,14 | 229,80 | 237,02 | 70,38 | 71,06 |
| 179 | Etec de Vargem Grande do Sul | 270,20 | 273,17 | 219,20 | 221,73 | 74,72 | 74,91 |
| 180 | Etec de Artes | \* | \* | \* | \* | 57,68 | 59,76 |
| 181 | Etec de Cubatão | 284,30 | 287,28 | 223,00 | 230,98 | 76,43 | 82,60 |
| 185 | Etec de Vila Formosa | 244,20 | 251,63 | 206,50 | 216,31 | 65,82 | 67,00 |
| 186 | Etec Tereza A. Cardoso Nunes de Oliveira | 281,10 | 284,43 | 214,10 | 223,07 | 76,43 | 85,53 |
| 187 | Etec Profª. Ermelinda G. Teixeira | 281,40 | 284,70 | 231,60 | 238,62 | 74,69 | 74,89 |
| 188 | Etec de São Sebastião | 286,30 | 289,06 | 229,30 | 236,58 | 70,08 | 70,78 |
| 190 | Etec de Suzano | 295,00 | 297,70 | 236,80 | 243,92 | 76,43 | 78,50 |
| 191 | Etec Gino Rezaghi | 279,10 | 282,66 | 214,70 | 223,60 | 76,43 | 78,28 |
| 193 | Etec Dep. Ary de Camargo Pedroso | 254,60 | 260,88 | 225,10 | 232,84 | 76,39 | 76,39 |
| 194 | Etec Drª. Ruth Cardoso | 310,30 | 311,30 | 267,50 | 271,21 | 76,09 | 76,13 |
| 195 | Etec Profª. Ilza Nascimento Pintus | 303,80 | 305,52 | 263,50 | 267,66 | 75,00 | 75,16 |
| 197 | Etec Prof. Elias Miguel Júnior | 278,10 | 281,77 | 202,90 | 213,11 | 76,43 | 79,74 |
| 198 | Etec de Monte Mor | 298,60 | 299,99 | 261,60 | 265,29 | 74,03 | 74,29 |
| 199 | Etec Cidade Tiradentes | 299,10 | 301,34 | 227,20 | 235,39 | 76,43 | 83,24 |
| 200 | Etec Takashi Morita | 309,90 | 310,94 | 281,40 | 283,57 | 61,99 | 63,60 |
| 201 | Etec de Campo Limpo Paulista | 292,60 | 294,66 | 239,00 | 245,20 | 76,43 | 78,19 |
| 202 | Etec Prof. Jadyr Salles | 257,80 | 262,14 | 221,20 | 223,51 | 67,78 | 68,74 |
| 203 | Etec de Piedade | 273,10 | 275,74 | 203,80 | 208,04 | 73,91 | 74,19 |
| 205 | Etec de Heliópolis | 279,50 | 283,01 | 202,10 | 212,40 | 70,76 | 71,39 |
| 206 | Etec Euro Albino de Souza | 308,50 | 308,79 | 272,80 | 275,24 | 65,00 | 66,27 |
| 207 | Etec Prof. Adhemar Batista Heméritas | 248,80 | 254,14 | 204,10 | 208,31 | 76,43 | 81,89 |
| 208 | Etec de Tiquatira | 295,30 | 297,06 | 233,60 | 240,40 | 72,98 | 73,37 |
| 210 | Etec de Poá | 312,20 | 312,99 | 261,50 | 265,88 | 76,43 | 85,51 |
| 211 | Etec Zona Leste | 288,40 | 291,83 | 231,00 | 238,77 | 74,09 | 74,35 |
| 212 | Etec Profª Marinês T. de Freitas Almeida | 293,50 | 295,46 | 241,60 | 247,51 | 76,43 | 85,51 |
| 213 | Etec de Caraguatatuba | 294,10 | 296,90 | 233,80 | 241,26 | 76,43 | 80,77 |
| 214 | Etec Angelo Cavalheiro | 242,60 | 248,63 | 191,60 | 197,20 | 76,43 | 84,69 |
| 215 | Etec Arnaldo Pereira Cheregatti | 259,30 | 263,48 | 212,40 | 215,69 | 76,43 | 79,81 |
| 218 | Etec João Maria Stevanatto | 291,10 | 291,74 | 239,58 | 242,00 | 72,05 | 72,53 |
| 219 | Etec de Santa Isabel | 292,00 | 294,12 | 247,80 | 253,02 | 76,43 | 84,32 |
| 220 | Etec Parque Belém | 288,30 | 290,83 | 216,30 | 225,02 | 76,43 | 79,74 |
| 221 | Etec Jardim Angela | 296,10 | 297,77 | 227,10 | 234,62 | 74,60 | 74,81 |
| 222 | Etec de Cotia | 298,60 | 300,90 | 263,40 | 267,57 | 69,69 | 70,44 |
| 223 | Etec Cepam | \* | \* | \* | \* | 47,74 | 50,93 |
| 224 | Etec Abdias do Nascimento | 280,30 | 283,72 | 201,80 | 212,13 | 54,02 | 56,51 |
| 225 | Etec Raposo Tavares | 293,20 | 295,19 | 226,70 | 234,27 | 70,46 | 71,12 |
| 226 | Etec Gildo Marçal Bezerra Brandão | 290,40 | 292,70 | 224,00 | 231,87 | 75,23 | 75,36 |
| 227 | Etec São Mateus | 273,60 | 278,68 | 217,00 | 226,32 | 76,43 | 79,48 |
| 228 | Etec Jaraguá | 306,30 | 307,74 | 235,10 | 242,41 | 76,43 | 77,58 |
| 229 | Etec Paulistano | 287,30 | 289,94 | 201,60 | 211,96 | 72,80 | 73,21 |
| 230 | Etec Uirapuru | 293,50 | 295,46 | 230,40 | 237,56 | 68,48 | 69,37 |
| 231 | Etec de Francisco Morato | 308,70 | 308,97 | 240,80 | 246,80 | 76,43 | 79,41 |
| 232 | Etec Prof. José Carlos Seno Júnior | 276,30 | 278,59 | 235,90 | 236,58 | 71,83 | 72,34 |
| 233 | Etec Prof. José Ignácio Azevedo Filho | 259,50 | 265,23 | 214,30 | 223,24 | 76,43 | 86,25 |
| 234 | Etec Ferrucio Humberto Gazzetta | 285,50 | 286,77 | 217,60 | 220,31 | 76,43 | 80,51 |
| 235 | Etec de Mairinque | 256,50 | 262,57 | 210,30 | 219,69 | 73,25 | 73,60 |
| 236 | Etec Gustavo Teixeira | 286,20 | 287,39 | 232,60 | 233,64 | 73,51 | 73,84 |
| 237 | Etec de Santa Rosa de Viterbo | 253,80 | 258,59 | 203,00 | 207,33 | 76,43 | 80,69 |
| 238 | Etec Irmã Agostina | 312,91 | 319,30 | 268,70 | 272,28 | 76,43 | 84,63 |
| 239 | Etec de Registro | 298,60 | 300,90 | 282,50 | 284,54 | 69,71 | 70,46 |
| 240 | Etec Padre Carlos Leôncio da Silva | 272,30 | 276,61 | 207,10 | 216,84 | 67,73 | 68,69 |
| 241 | Etec de Embu | 307,30 | 308,63 | 265,70 | 269,61 | 76,43 | 80,50 |
| 242 | Etec Dr. Celso Giglio | 290,90 | 293,14 | 208,00 | 217,64 | 69,97 | 70,69 |
| 243 | Etec de Itararé | 242,50 | 248,54 | 231,10 | 232,31 | 73,33 | 73,68 |
| 244 | Etec Cidade do Livro | 294,50 | 296,34 | 241,90 | 247,78 | 76,43 | 79,21 |
| 245 | Etec de Barueri | 247,00 | 255,03 | 203,70 | 214,50 | 70,56 | 71,21 |
| 246 | Etec Dr. Nelson Alves Vianna | 288,80 | 291,28 | 242,30 | 248,13 | 64,73 | 66,03 |
| 247 | Etec Mandaqui | 288,80 | 292,19 | 249,00 | 254,77 | 72,50 | 72,94 |
| 248 | Etec de Cerquilho | 284,00 | 287,01 | 235,30 | 241,91 | 76,43 | 82,92 |
| 249 | Etec de Itaquaquecetuba | 282,10 | 286,23 | 231,10 | 238,86 | 76,43 | 80,99 |
| 252 | Etec Prof. Adolpho Arruda Mello | 300,10 | 301,32 | 243,90 | 249,56 | 65,71 | 66,90 |
| 253 | Etec Jornalista Roberto Marinho | \* | \* | \* | \* | 59,69 | 61,55 |
| 254 | Etec Profª Drª. Doroti Q. K. Toyohara | 274,10 | 278,21 | 204,60 | 214,62 | 76,43 | 84,40 |
| 255 | Etec Alcides Cestari | 187,50 | 199,66 | 181,80 | 188,49 | 74,50 | 74,71 |
| 256 | Etec Bento Carlos Botelho do Amaral | 257,60 | 263,54 | 193,00 | 204,31 | 75,71 | 75,79 |
| 260 | Etec Santa Ifigênia | 264,30 | 267,92 | 202,10 | 206,53 | 52,58 | 55,23 |
| 261 | Etec Darcy Pereira de Moraes | 278,80 | 282,39 | 226,60 | 234,18 | 73,70 | 74,00 |
| 262 | Etec Bartolomeu B. da Silva - Anhanguera | 286,00 | 288,79 | 211,50 | 220,76 | 76,43 | 81,01 |
| 263 | Etec de Ibaté | 293,93 | 296,90 | 236,30 | 236,93 | 70,59 | 71,24 |
| 264 | Etec Armando Pannunzio | 254,90 | 261,14 | 206,90 | 216,67 | 69,64 | 70,40 |
| 266 | Etec de Peruíbe | 296,80 | 298,39 | 256,50 | 260,76 | 55,42 | 57,75 |
| 267 | Etec de Esportes Curt W. O. Baumgart | \* | \* | \* | \* | 59,38 | 61,27 |
| 268 | Etec Pref. Braz Paschoalim | 281,90 | 285,14 | 201,30 | 211,69 | 72,92 | 73,31 |
| 271 | Etec Mairiporã | 305,70 | 306,30 | 236,30 | 242,80 | 76,43 | 78,10 |
| 273 | Etec Sebrae | 301,80 | 302,83 | 254,40 | 258,89 | 76,43 | 100,00 |
| 274 | Etec Profª. Luzia Maria Machado | 315,20 | 315,66 | 239,40 | 246,23 | 76,43 | 78,78 |
| 277 | Etec de Santa Fé do Sul | \* | \* | \* | \* | 55,83 | 58,12 |
| 279 | Etec Paulo do Carmo Monteiro | 300,00 | 301,23 | 225,10 | 232,84 | 69,38 | 70,16 |
| 281 | Etec de Apiaí | 288,40 | 289,34 | 241,80 | 241,82 | 76,43 | 84,40 |
| 282 | Etec de Rio Grande da Serra | 281,40 | 284,70 | 224,20 | 232,04 | 69,00 | 69,83 |
| 285 | Etec de Itaquera II | 292,20 | 295,21 | 256,00 | 260,99 | 75,42 | 75,53 |
| 287 | Etec João Elias Margutti | \* | \* | \* | \* | 61,18 | 62,88 |
| 289 | Etec de Porto Feliz | \* | \* | \* | \* | 73,75 | 74,05 |
| 293 | Etec de Taboão da Serra | \* | \* | \* | \* | \*\* | \*\* |
| 295 | Etec de Guarulhos | \* | \* | \* | \* | \*\* | \*\* |

\* Inexistência de dados ou impossibilidade de cálculo, aplicando-se as condições §2º do Artigo 1º da Resolução Conjunta CC/SG/SFP-16, de 16-12-2019.

\*\*Unidades novas em processo de implantação ou primeiro ano de aplicação e avaliação do indicador, Linha de Base = Menor valor possível (0%) e Meta = Maior valor possível (100%).

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **FATECS** |  | **Taxa Concluinte Curso** | | **Taxa de Sucesso Escolar** | |
| Cod. | Unidade | Linha de Base | Meta 2019 | Linha de Base | Meta 2019 |
| 2 | Fatec São Paulo | 29,51 | 31,50 | 11,26 | 15,66 |
| 3 | Fatec Sorocaba - Jose Crespo Gonzales | 41,58 | 42,56 | 22,69 | 24,80 |
| 4 | Fatec Americana - Ministro Ralph Biasi | 30,35 | 32,28 | 10,58 | 15,12 |
| 5 | Fatec Baixada Santista - Rubens Lara | 53,40 | 54,59 | 29,43 | 32,15 |
| 20 | Fatec Jahu - Pref. Octavio C. P. de Almeida Prado | 51,53 | 52,00 | 20,46 | 23,02 |
| 21 | Fatec Ourinhos | 33,27 | 34,94 | 11,62 | 15,95 |
| 22 | Fatec Taquaritinga - Profª Marlene M M Servidoni | 34,01 | 35,63 | 12,22 | 16,43 |
| 105 | Fatec Indaiatuba - Dr. Archimedes Lammoglia | 39,19 | 40,37 | 14,81 | 18,50 |
| 106 | Fatec Guaratinguetá - Prof. João Mod | 51,26 | 51,75 | 29,20 | 31,97 |
| 109 | Fatec Franca - Dr. Thomaz Novelino | 39,92 | 41,05 | 24,41 | 26,18 |
| 111 | Fatec Zona Leste | 46,62 | 47,18 | 20,95 | 23,41 |
| 112 | Fatec Botucatu | 34,93 | 36,47 | 18,01 | 21,06 |
| 113 | Fatec Mauá | 35,81 | 37,27 | 14,93 | 18,59 |
| 114 | Fatec Jundiaí - Dep. Ary Fossen | 41,26 | 42,27 | 17,72 | 20,83 |
| 119 | Fatec Garça - Dep. Julio J. M. de Moura | 30,20 | 32,13 | 21,17 | 23,59 |
| 120 | Fatec Mococa | 48,73 | 49,12 | 6,62 | 11,95 |
| 121 | Fatec Rio Preto | 47,51 | 48,00 | 22,49 | 24,64 |
| 126 | Fatec São Bernardo do Campo - Adib M. Dib | 51,32 | 51,80 | 16,61 | 19,94 |
| 127 | Fatec Cruzeiro - Prof. Waldomiro May | 52,09 | 52,51 | 28,63 | 31,52 |
| 129 | Fatec Praia Grande | 39,10 | 40,29 | 23,18 | 25,20 |
| 130 | Fatec Marília - Estudante Rafael A. Camarinha | 53,40 | 54,03 | 33,26 | 39,59 |
| 131 | Fatec Itapetininga - Prof. Antonio B B Resende | 42,32 | 43,24 | 31,08 | 33,47 |
| 132 | Fatec Tatuí - Prof. Wilson R. Ribeiro de Camargo | 42,35 | 43,27 | 26,75 | 30,01 |
| 133 | Fatec Pindamonhangaba | 24,46 | 26,87 | 6,82 | 12,11 |
| 137 | Fatec Zona Sul - Dom Paulo Evaristo Arns | 53,40 | 56,71 | 33,26 | 42,20 |
| 143 | Fatec Carapicuíba | 30,73 | 32,62 | 12,21 | 16,42 |
| 146 | Fatec São José dos Campos - Prof. Jessen Vidal | 30,78 | 32,66 | 13,62 | 17,55 |
| 155 | Fatec Itaquaquecetuba | 47,00 | 47,53 | 16,25 | 19,65 |
| 157 | Fatec Presidente Prudente | 46,94 | 47,48 | 23,05 | 25,09 |
| 160 | Fatec Santo André | 31,67 | 33,48 | 7,97 | 13,03 |
| 163 | Fatec Mogi Mirim - Arthur de Azevedo | 31,78 | 33,58 | 13,07 | 17,11 |
| 167 | Fatec Guarulhos | 48,35 | 48,77 | 22,54 | 24,68 |
| 168 | Fatec São Caetano do Sul - Antonio Russo | 49,02 | 49,39 | 16,24 | 19,64 |
| 171 | Fatec Jales - Prof. José Camargo | 35,21 | 36,73 | 21,81 | 24,10 |
| 173 | Fatec Jaboticabal - Nilo De Stefani | 53,40 | 57,14 | 14,79 | 18,48 |
| 174 | Fatec Capão Bonito | 49,56 | 49,88 | 33,26 | 35,50 |
| 175 | Fatec Piracicaba - Dep. Roque Trevisan | 43,46 | 44,29 | 22,41 | 24,58 |
| 176 | Fatec Sertãozinho - Dep. Waldyr A. Trigo | 27,87 | 30,00 | 8,88 | 13,76 |
| 177 | Fatec Araçatuba - Prof. Fernando A. de A. Prado | 34,73 | 36,29 | 15,09 | 18,73 |
| 178 | Fatec Itu - Dom Amaury Castanho | 31,28 | 33,13 | 14,81 | 18,50 |
| 182 | Fatec Catanduva | 32,47 | 34,21 | 22,14 | 24,36 |
| 183 | Fatec Bragança Paulista - Jorn. Omair F de Oliveira | 34,97 | 36,51 | 18,21 | 21,22 |
| 184 | Fatec Mogi das Cruzes | 29,03 | 31,06 | 13,56 | 17,50 |
| 189 | Fatec São Sebastião | 37,42 | 38,75 | 6,92 | 12,19 |
| 192 | Fatec Lins - Prof. Antonio Seabra | 38,93 | 40,14 | 21,88 | 24,15 |
| 196 | Fatec Bauru | 29,02 | 31,05 | 17,01 | 20,26 |
| 204 | Fatec do Ipiranga - Pastor Eneas Tognini | 51,67 | 52,13 | 24,57 | 26,31 |
| 209 | Fatec Barueri - Padre Danilo J. de Oliveira Ohl | 48,48 | 48,89 | 18,50 | 21,46 |
| 216 | Fatec Osasco - Pref. Hirant Sanazar | 33,49 | 35,15 | 10,13 | 14,76 |
| 217 | Fatec Diadema - Luigi Papaiz | 29,93 | 31,89 | 8,11 | 13,14 |
| 250 | Fatec Tatuapé - Victor Civita | 36,68 | 38,08 | 15,78 | 19,28 |
| 251 | Fatec Taubaté | 11,93 | 15,39 | 6,25 | 11,65 |
| 257 | Fatec de Itaquera - Prof. Miguel Reale | 28,84 | 30,89 | 10,89 | 15,36 |
| 258 | Fatec Jacareí - Prof. Francisco de Moura | 33,97 | 35,59 | 14,29 | 18,08 |
| 259 | Fatec Pompéia - Shunji Nishimura | 40,74 | 41,80 | 21,34 | 23,73 |
| 265 | Fatec São Roque | 50,89 | 51,41 | 33,26 | 40,06 |
| 269 | Fatec São Carlos | 53,40 | 55,30 | 33,26 | 43,04 |
| 270 | Fatec Cotia | 40,51 | 41,58 | 18,75 | 21,65 |
| 272 | Fatec SEBRAE | 53,40 | 55,20 | 33,26 | 35,92 |
| 275 | Fatec de Assis | 44,74 | 45,46 | 33,26 | 37,33 |
| 276 | Fatec de Campinas | 39,17 | 40,35 | 27,05 | 30,25 |
| 278 | Fatec Itapira - Ogari de Castro Pacheco | 28,69 | 30,75 | 20,16 | 22,78 |
| 280 | Fatec de Bebedouro - Jorge C. Sabbag | 36,71 | 38,10 | 27,50 | 30,61 |
| 283 | Fatec de Santana de Parnaíba | 42,50 | 43,41 | 32,50 | 34,61 |
| 284 | Fatec Ribeirão Preto | \* | \* | \* | \* |
| 286 | Fatec de Itatiba | \* | \* | \* | \* |
| 288 | Fatec Araraquara | \* | \* | \* | \* |
| 290 | Fatec de Araras | \* | \* | \* | \* |
| 291 | Fatec de Adamantina | \* | \* | \* | \* |
| 292 | Fatec de Ferraz de Vasconcelos | \* | \* | \* | \* |
| 294 | Fatec de Franco da Rocha | \* | \* | \* | \* |
| 296 | Fatec de Sumaré | \* | \* | \* | \* |
| 297 | Fatec de Matão | \* | \* | \* | \* |

\* Inexistência de dados ou impossibilidade de cálculo, aplicando-se as condições do § 2º do artigo 1º da Resolução Conjunta CC/SG/SFP-16, de 16-12-2019.

\*\*Unidades novas em processo de implantação ou primeiro ano de aplicação e avaliação do indicador, Linha de Base = Menor valor possível (0%) e Meta = Maior valor possível (100%).

DOE, Seção I, 17/12/2019, p. 7-8

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-97, de 18-12-2019 [republicada]

~~Dispõe sobre a prorrogação de afastamento de servidores da Administração Direta e Indireta do Estado, e dá providências correlatas~~

~~O Secretário de Governo, no uso de suas atribuições legais, resolve:~~

**~~Artigo 1º~~** ~~- Ficam prorrogados, até 31-12-2020, os afastamentos de servidores da Administração Direta, das Autarquias, das Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, das Empresas em cujo capital o Estado tenha participação majoritária e das entidades por ele direta ou indiretamente controladas e de componentes da Polícia Militar do Estado, autorizados até 31-12-2019, com fundamento na legislação pertinente e nas Resoluções~~ [~~CC 17, republicado no D.O. de 5-5-2007~~](https://governosp-my.sharepoint.com/personal/mconti_sp_gov_br/Documents/CDNTA/!%20Produtos/Resol_CC_SG_SGGE/Resol_CC_SGGE_Completas_2000_a_2009/2007_Resol_CC.docx#R_CC_017)~~, alterada pelo art. 2º da~~ [~~CC 63, publicada no D.O. de 7-12-2016~~](https://governosp-my.sharepoint.com/personal/mconti_sp_gov_br/Documents/CDNTA/!%20Produtos/Resol_CC_SG_SGGE/Resol_CC_SG_SGGE_Completas_2010_a_2019/2016_Resol_CC_SG.docx#R_SG_063)~~,~~ [~~CC 23, publicada no D.O. de 20-6-2007~~](https://governosp-my.sharepoint.com/personal/mconti_sp_gov_br/Documents/CDNTA/!%20Produtos/Resol_CC_SG_SGGE/Resol_CC_SGGE_Completas_2000_a_2009/2007_Resol_CC.docx#R_CC_023)~~, e~~ [~~CC 1, publicada no D.O. de 25-1-2008~~](https://governosp-my.sharepoint.com/personal/mconti_sp_gov_br/Documents/CDNTA/!%20Produtos/Resol_CC_SG_SGGE/Resol_CC_SGGE_Completas_2000_a_2009/2008_Resol_CC.docx#R_CC_001)~~, na seguinte conformidade:~~

~~I – junto a órgãos da Administração Direta e Indireta da União, dos demais Estados e Prefeituras Municipais da Federação, bem como junto ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e a órgãos do Poder Judiciário Federal;~~

~~II – junto à Assembléia Legislativa do Estado, ao Poder Judiciário Estadual, ao Ministério Público do Estado, à Defensoria Pública do Estado, ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo;~~

~~III - junto à órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Estado de São Paulo;~~

~~IV – junto às Prefeituras e Câmaras Municipais do Estado de São Paulo.~~

~~Parágrafo único - Para fins do disposto no “caput” deste artigo, os órgãos ou entidades interessados na prorrogação dos afastamentos dos servidores, deverão manifestar-se mediante ofício ou registro no Aplicativo Controle de Afastamentos, da Secretaria de Governo, impreterivelmente até o dia 27-12-2019.~~

**~~Artigo 2º~~** ~~- Os afastamentos prorrogados por esta resolução poderão ser cessados a qualquer tempo, para atender à necessidade e conveniência do serviço público.~~

**~~Artigo 3º~~** ~~- Os pedidos de afastamentos solicitados para o exercício de 2019, não autorizados até a presente data, ficam prejudicados.~~

**~~Artigo 4º~~** ~~- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.~~

DOE, Seção I, 19/12/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-98, de 18-12-2019

Dispõe sobre a prorrogação de afastamento de servidores da Administração Direta e das Autarquias do Estado, requisitados pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, e dá providências correlatas

O Secretário de Governo, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**Artigo 1º** - Ficam prorrogados, até 31-12-2020, os afastamentos de servidores da Administração Direta e das Autarquias do Estado, autorizados até 31-12-2019, requisitados pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, com fundamento nos incs. XIII e XIV, do art. 30, da LF 4.737-65.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE, Seção I, 19/12/2019, p. 1

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Resolução SG-97, de 18 de dezembro de 2019 [republicação]

Dispõe sobre a prorrogação de afastamento de servidores da Administração Direta e Indireta do Estado, e dá providências correlatas

O Secretário de Governo, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**Artigo 1º** - Ficam prorrogados, até 31-12-2020, os afastamentos de servidores da Administração Direta, das Autarquias, das Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, das Empresas em cujo capital o Estado tenha participação majoritária e das entidades por ele direta ou indiretamente controladas e de componentes da Polícia Militar do Estado, autorizados até 31-12-2019, com fundamento na legislação pertinente e nas Resoluções [CC 17, republicado no D.O. de 5-5-2007](https://governosp-my.sharepoint.com/personal/mconti_sp_gov_br/Documents/CDNTA/!%20Produtos/Resol_CC_SG_SGGE/Resol_CC_SGGE_Completas_2000_a_2009/2007_Resol_CC.docx#R_CC_017), alterada pelo art. 2º da [CC 63, publicada no D.O. de 7-12-2016](https://governosp-my.sharepoint.com/personal/mconti_sp_gov_br/Documents/CDNTA/!%20Produtos/Resol_CC_SG_SGGE/Resol_CC_SG_SGGE_Completas_2010_a_2019/2016_Resol_CC_SG.docx#R_SG_063), [CC 23, publicada no D.O. de 20-6-2007](https://governosp-my.sharepoint.com/personal/mconti_sp_gov_br/Documents/CDNTA/!%20Produtos/Resol_CC_SG_SGGE/Resol_CC_SGGE_Completas_2000_a_2009/2007_Resol_CC.docx#R_CC_023), e [CC 1, publicada no D.O. de 25-1-2008](https://governosp-my.sharepoint.com/personal/mconti_sp_gov_br/Documents/CDNTA/!%20Produtos/Resol_CC_SG_SGGE/Resol_CC_SGGE_Completas_2000_a_2009/2008_Resol_CC.docx#R_CC_001), na seguinte conformidade:

I – junto a órgãos da Administração Direta e Indireta da União, dos demais Estados e Prefeituras Municipais da Federação, bem como junto ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e a órgãos do Poder Judiciário Federal;

II – junto à Assembléia Legislativa do Estado, ao Poder Judiciário Estadual, ao Ministério Público do Estado, à Defensoria Pública do Estado, ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo;

III - junto à órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Estado de São Paulo;

IV – junto às Prefeituras e Câmaras Municipais do Estado de São Paulo.

Parágrafo único - Para fins do disposto no “caput” deste artigo, os órgãos ou entidades interessados na prorrogação dos afastamentos dos servidores, deverão manifestar-se mediante ofício ou registro no Aplicativo Controle de Afastamentos, da Secretaria de Governo, impreterivelmente até o dia 27 de dezembro de 2019.

**Artigo 2º** - Os afastamentos prorrogados por esta resolução poderão ser cessados a qualquer tempo, para atender à necessidade e conveniência do serviço público.

**Artigo 3º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(Publicado novamente por ter saído com incorreções)

DOE, Seção I, 21/12/2019, p. 3

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*